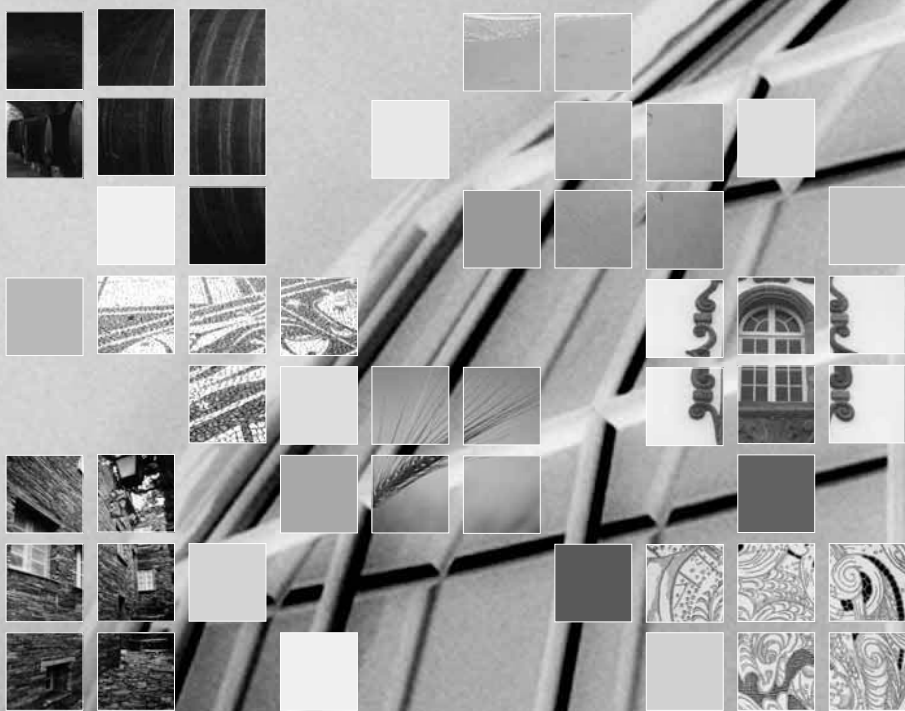




# Retrato Territorial de Portugal 2005



**Título**

Retrato Territorial de Portugal 2005

**Editor**

Instituto Nacional de Estatística  
Av. António José de Almeida, 2  
1000 - 043 LISBOA  
PORTUGAL  
Telefone: 21 842 61 00  
Fax: 21 844 04 01

**Presidente da Direcção**

Alda de Caetano Carvalho

**Capa e Composição Gráfica**

INE - Departamento de Difusão e Clientes

**Impressão**

INE - Departamento Financeiro e Administrativo

**Tiragem**

500 exemplares

ISSN 1646-0448

ISBN 972-673-856-3

Depósito Legal nº 214842/04

Periodicidade Anual

**PREÇO**

Avulso - **30,00 Euros** (IVA incluído)

Serviço de Apoio ao Cliente  
**808 201 808**

---

O INE na Internet  
**www.ine.pt**

## NOTA INTRODUTÓRIA

No *Retrato Territorial de Portugal*, cuja edição atinge o quarto ano consecutivo, é analisada a informação estatística de base divulgada nos *Anuários Estatísticos Regionais*. Esta análise consiste numa caracterização demográfica, social e económica do território português, à escala local e regional.

A estrutura desta publicação segue a adoptada nos *Anuários Estatísticos Regionais*, consistindo em 26 subcapítulos agrupados em quatro grandes domínios: *O Território, As Pessoas, A Actividade Económica e O Estado*. Face à edição de 2004, refira-se a inclusão de um novo subcapítulo: "Serviços prestados às Empresas", no contexto da Actividade Económica. Para cada capítulo, apresenta-se um texto com os traços mais relevantes que decorrem da análise da informação de base, recorrendo-se para tal a indicadores sintéticos e a imagens gráficas e cartográficas que sustentam a caracterização das principais dinâmicas territoriais. Tal como na edição de 2004, a publicação é acompanhada por um CD-ROM com a informação estatística dos *Anuários Estatísticos Regionais* e com os textos de análise do *Retrato Territorial de Portugal*.

Nesta publicação, adoptou-se a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS) estabelecida pelo decreto-lei nº 244/2002 e pelo regulamento comunitário nº 1059/2003, excepto no subcapítulo *Preços*, dada a impossibilidade de reajustar os indicadores à nova geografia territorial preservando o seu grau de representatividade regional.

Em consequência deste estudo se basear em informação proveniente de um abrangente leque de operações estatísticas, o período em análise não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, os anos de 2004 e 2005 constituem o seu núcleo central em matéria de âmbito temporal.

O INE agradece a colaboração de todas as entidades que, através da disponibilização de informação, contribuíram para o desenvolvimento deste projecto.



# ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
-------------------	---

## I.1 TERRITÓRIO 17

I.1 TERRITÓRIO	19
I.2 AMBIENTE	31

## II. AS PESSOAS 47

II.1 POPULAÇÃO	49
II.2 EDUCAÇÃO	61
II.3 CULTURA E LAZER	75
II.4 SAÚDE	85
II.5 TRABALHO	95
II.6 PROTECÇÃO SOCIAL	109

## III. A ACTIVIDADE ECONÓMICA 121

III.1 CONTAS REGIONAIS	123
III.2 PREÇOS	135
III.3 EMPRESAS	139
III.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL	149
III.5 AGRICULTURA E FLORESTA	157
III.6 PESCAS	169
III.7 ENERGIA	175
III.8 CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO	185
III.9 TRANSPORTES	199
III.10 COMUNICAÇÕES	209
III.11 TURISMO	217
III.12 SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO	229
III.13 SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	241
III.14 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	251
III.15 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	257

## IV. O ESTADO 263

IV.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	265
IV.2 JUSTIÇA	273
IV.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	283

## SIGLAS E ABREVIATURAS 293

## NOMENCLATURAS 297

## UNIDADES TERRITORIAIS 307



# ÍNDICE DE FIGURAS

## I. O TERRITÓRIO 15

I. O TERRITÓRIO	19
Figura 1.1 Hipsometria, principais rios e sistemas montanhosos em Portugal continental	21
Figura 1.2 Temperatura média anual, por estação meteorológica, 2005	23
Figura 1.3 Precipitação anual total, por estação meteorológica, 2005	24
Figura 1.4 Dias sem chuva, por estação meteorológica, 2005	24
Figura 1.5 Densidade populacional, por município, 2005	25
Figura 1.6 Evolução da densidade populacional, por município, 2000-2005	27
Figura 1.7 Planos Especiais de Ordenamento do Território aprovados, por NUTS II, 2005	28
Figura 1.8 Planos Directores Municipais em vigência parcial e em revisão, por NUTS II, 2005	29
Figura 1.9 Planos Directores Municipais por ano de aprovação, por NUTS II, 2005	30
I.2 AMBIENTE	31
Figura 2.1 Proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água, por município, 2004	34
Figura 2.2 Principal entidade responsável pela captação de água, por município, 2004	36
Figura 2.3 Caudal de água segundo a entidade responsável pela sua captação e tratamento, Portugal e NUTS II, 2004	37
Figura 2.4 Consumo de água total e residencial e de serviços por habitante, Portugal e NUTS II, 2004	38
Figura 2.5 Proporção de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais e ETAR, Portugal e NUTS II, 2004	38
Figura 2.6 Taxa de tratamento de águas residuais, Portugal e NUTS II, 2004	38
Figura 2.7 Quantidade de águas residuais não tratadas, por município, 2004	41
Figura 2.8 Despesas dos municípios segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente, Portugal e NUTS II, 2004	43
Figura 2.9 Taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, por NUTS III, 2004	44
Figura 2.10 Recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos, Portugal e NUTS II, 2004	45

## II. AS PESSOAS 47

II.1 POPULAÇÃO	49
Figura 1.1 Taxas de crescimento efectivo da população, Portugal e NUTS II, 2003-2004 e 2004-2005	51
Figura 1.2 Taxas de crescimento natural e migratório da população, Portugal e NUTS II, 2004-2005	52
Figura 1.3 Decomposição da evolução da população, por NUTS III, 2004-2005	53
Figura 1.4 Crescimento efectivo da população, por município, 2004-2005	55
Figura 1.5 Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	56
Figura 1.6 Taxa de nupcialidade, Portugal e NUTS II, 2005	57
Figura 1.7 Idade média das mulheres e homens ao primeiro casamento, Portugal e NUTS II, 2005	58
Figura 1.8 Nados-vivos fora do casamento, Portugal e NUTS II, 2005	59
II.2 EDUCAÇÃO	61
Figura 2.1 Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular segundo os níveis de ensino ministrados, Continente e NUTS II, 2004/05	63
Figura 2.2 Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por município, 2004/05	65
Figura 2.3 Proporção de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico com menos de 10 alunos, por município, 2004/05	67
Figura 2.4 Taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular, por município, 2004/05	69
Figura 2.5 Proporção de alunos matriculados em estabelecimentos de ensino privados, segundo o nível de ensino ministrado, Portugal e NUTS II, 2004/05	71

Figura 2.6 Alunos matriculados no ensino superior segundo os grandes grupos de áreas de educação e formação, por NUTS III, 2005/06 73

II.3 CULTURA E LAZER _____	75
Figura 3.1 Despesas das Câmaras Municipais em actividades culturais e de desporto por habitante, Portugal e NUTS II, 2004 _____	77
Figura 3.2 Despesas das Câmaras Municipais em actividades culturais e de desporto no total de despesas, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004 _____	78
Figura 3.3 Número de ecrãs por 100 000 habitantes, por município, 2004 _____	79
Figura 3.4 Taxa de ocupação das salas de cinema, por município, 2004 _____	81
Figura 3.5 Evolução do número de espectadores por habitante e do valor médio dos bilhetes vendidos de espectáculos ao vivo, Portugal e NUTS II, 2003-2004 _____	82
Figura 3.6 Visitantes por museu, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004 _____	83
II.4 SAÚDE _____	85
Figura 4.1 Habitantes por hospital e por centro de saúde, Portugal e NUTS II, 2004 _____	87
Figura 4.2 Pessoal médico e de enfermagem ao serviço por hospital, Portugal e NUTS II, 2004 _____	88
Figura 4.3 Pessoal médico e de enfermagem ao serviço por centro de saúde, Portugal e NUTS II, 2004 _____	88
Figura 4.4 Evolução do número de consultas em centros de saúde e hospitais, Portugal e NUTS II, 2003-2004 _____	89
Figura 4.5 Consultas por habitante, Portugal e NUTS II, 2004 _____	89
Figura 4.6 Taxa bruta de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, Portugal e NUTS II, 2002 e 2004 _____	91
Figura 4.7 Taxa bruta de mortalidade por tumores malignos, Portugal e NUTS II, 2002 e 2004 _____	91
Figura 4.8 Taxa quinquenal de mortalidade neonatal, Portugal e NUTS II, 2000/2004 _____	91
Figura 4.9 Taxa quinquenal de mortalidade neonatal, por município, 2000/2004 _____	92
II.5 TRABALHO _____	95
Figura 5.1 Taxa de actividade total e de jovens, Portugal e NUTS II, 2005 _____	97
Figura 5.2 População activa com um grau do ensino superior completo, Portugal e NUTS II, 2005 _____	99
Figura 5.3 População activa sem a escolaridade obrigatória completa, Portugal e NUTS II, 2005 _____	99
Figura 5.4 Taxa de desemprego, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005 _____	99
Figura 5.5 Taxa de desemprego feminino, Portugal e NUTS II, 2005 _____	100
Figura 5.6 Taxa de desemprego de jovens, Portugal e NUTS II, 2005 _____	100
Figura 5.7 Relação entre a população inactiva e a empregada, Portugal e NUTS II, 2005 _____	101
Figura 5.8 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, Portugal e NUTS II, 2002 e 2003 _____	102
Figura 5.9 Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, por município, 2003 _____	103
Figura 5.10 Proporção de trabalhadores por conta de outrem com nível de habilitação superior, por município, 2003 _____	105
Tabela 5.1 Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, Portugal e NUTS II, 2003 _____	106
Figura 5.11 Disparidade no ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem segundo o nível de habilitações, por município, 2003 _____	107
II.6 PROTECÇÃO SOCIAL _____	109
Figura 6.1 Pensionistas (por velhice, sobrevivência e invalidez) por 100 habitantes, Portugal e NUTS II, 31.12.2005 _____	111
Figura 6.2 Pensionistas por 100 habitantes, por município, 31.12.2005 _____	113
Figura 6.3 Pensão média anual (por velhice, invalidez e sobrevivência) por pensionista, Portugal e NUTS II, 31.12.2005 _____	114
Figura 6.4 Beneficiários de subsídio de desemprego por 100 habitantes em idade activa, Portugal e NUTS II, 2005 _____	115
Figura 6.5 Beneficiários do subsídio de desemprego por 100 habitantes em idade activa, por município, 2005 _____	115
Figura 6.6 Número médio de dias de subsídio de desemprego segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2005 _____	117
Figura 6.7 Estrutura etária dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção por 100 habitantes, Portugal e NUTS II, 2005 _____	118
Figura 6.8 Beneficiários do Rendimento Social de Inserção por mil habitantes, por município, 31.12.2005 _____	119
Figura 6.9 Número médio de dias de subsídio de doença segundo o sexo, Portugal e NUTS II, 2005 _____	120

### III. A ACTIVIDADE ECONÓMICA 121

III.1 CONTAS REGIONAIS	123
Figura 1.1 Evolução do PIB e do PIB per capita, Portugal e NUTS II, 2002-2003	125
Figura 1.2 PIB per capita, por NUTS III, 2003	126
Figura 1.3 PIB per capita e Rendimento Disponível Bruto das famílias per capita, por NUTS II, 2003	127
Figura 1.4 Produtividade do trabalho (VAB por pessoa empregada), por NUTS III, 2003	128
Figura 1.5 Perfis de especialização regional: disparidade face a Portugal do VAB por ramo de actividade, por NUTS II, 2003	129
Figura 1.6 Decomposição das diferenças de produtividade face ao país, por NUTS III, 2003	130
Figura 1.7 Remuneração média, Portugal e NUTS II, 2003	131
Figura 1.8 Taxas de crescimento da FBCF, Portugal e NUTS II, 2001-2002 e 2002-2003	132
Figura 1.9 Formação Bruta de Capital Fixo segundo a actividade económica, Portugal e NUTS II, 2003	133
III.2 PREÇOS	135
Figura 2.1 Taxa de variação média do IPC, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	137
Figura 2.2 Classes com maiores contributos para a variação média nacional do IPC e respectivas disparidades regionais, por NUTS II, 2005	138
III.3 EMPRESAS	139
Figura 3.1 Taxa de constituição de sociedades, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	140
Figura 3.2 Taxa de dissolução de sociedades, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	140
Figura 3.3 Taxa de dissolução de sociedades, por município, 2005	143
Figura 3.4 Densidade de estabelecimentos, por município, 2004	145
Figura 3.5 Perfis de competitividade (diferencial da estrutura do VAB industrial face ao país), por NUTS II, 2004	147
III.4 COMÉRCIO INTERNACIONAL	149
Figura 4.1 Taxa de cobertura das entradas pelas saídas, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	151
Figura 4.2 Evolução das saídas e das entradas, Portugal e NUTS II, 2005	152
Figura 4.3 Distribuição das saídas e das entradas, por NUTS II, 2005	152
Figura 4.4 Proporção das expedições (intra-comunitárias) nas saídas, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	152
Figura 4.5 Proporção das chegadas (intra-comunitárias) nas entradas, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	152
III.5 AGRICULTURA E FLORESTA	157
Figura 5.1 SAU por exploração, Portugal e região agrária, 2003 e 2005	160
Figura 5.2 Evolução do número de explorações, segundo algumas classes de SAU, Portugal e região agrária, 2003-2005	160
Figura 5.3 Margem bruta total por exploração, Portugal e região agrária, 2005	161
Figura 5.4 Repartição da área de SAU por tipo de utilização, Portugal e região agrária, 2005	162
Figura 5.5 Efectivos por exploração segundo a espécie, Portugal e região agrária, 2005	162
Figura 5.6 Evolução da mão-de-obra agrícola total, Portugal e região agrária, 2003-2005	163
Figura 5.7 SAU por UTA, Portugal e região agrária, 2003 e 2005	164
Figura 5.8 Repartição da produção de vinho por qualidade, Portugal e NUTS II, 2005	165
Figura 5.9 Proporção de VQPRD no total da produção vinícola, por município, 2005	166
Figura 5.10 Área ardida, por NUTS II, 2003 e 2004	167
Figura 5.11 Área ardida e proporção de povoamentos florestais na área ardida, por NUTS III, 2004	168
III.6 PESCAS	169
Figura 6.1 Capacidade média das embarcações, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	172
Figura 6.2 Evolução da pesca descarregada, Portugal e NUTS II, 2004-2005	173
Figura 6.3 Estrutura da pesca descarregada em valor, Portugal e NUTS II, 2005	174

III.7 ENERGIA	175
Figura 7.1 Distribuição regional dos consumos industrial, agrícola e doméstico de energia eléctrica, por NUTS II, 2004	177
Figura 7.2 Consumo industrial de energia eléctrica por consumidor, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	178
Figura 7.3 Consumo industrial de energia eléctrica por consumidor, por NUTS III, 2004	179
Figura 7.4 Consumo agrícola de energia eléctrica por consumidor, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	180
Figura 7.5 Consumo agrícola de energia eléctrica por consumidor, por NUTS III, 2004	181
Figura 7.6 Consumo doméstico de energia eléctrica por consumidor, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	182
Figura 7.7 Consumo de combustível para veículos automóveis por habitante, Continente e NUTS II, 2003 e 2004	183
Figura 7.8 Consumo de combustível para veículos automóveis por habitante, por município, 2004	184
III.8 CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO	185
Figura 8.1 Evolução do licenciamento concedido pelas câmaras municipais para construção, Portugal e NUTS II, 2004-2005	187
Figura 8.2 Evolução do licenciamento concedido pelas câmaras municipais para construção, por tipo de obra, Portugal e NUTS II, 2004-2005	188
Figura 8.3 Licenciamento concedido pelas câmaras municipais para construções novas de fogos para habitação familiar, por tipologia, Portugal e NUTS II, 2005	189
Figura 8.4 Evolução da conclusão de construções novas para habitação familiar, Portugal e NUTS II, 2004-2005	190
Figura 8.5 Superfície habitável média, por divisão, licenciada para construções novas, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005	191
Figura 8.6 Número de reconstruções por 100 construções novas, Portugal e NUTS II, 2005	192
Figura 8.7 Valor médio de transacção dos prédios urbanos em propriedade horizontal, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004	193
Figura 8.8 Valor médio de transacção dos prédios urbanos em propriedade horizontal, por município, 2004	194
Figura 8.9 Evolução do valor dos contratos de mútua com hipoteca voluntária, Portugal e NUTS II, 2003-2004	195
Figura 8.10 Evolução do crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante, Portugal e NUTS II, 2003-2004	197
Figura 8.11 Crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante, por município, 2004	198
III.9 TRANSPORTES	199
Figura 9.1 Veículos automóveis vendidos, por NUTS II, 2005	201
Figura 9.2 Veículos automóveis vendidos por 1 000 habitantes, por município, 2005	202
Figura 9.3 Evolução do número de acidentes de viação com vítimas, por NUTS II, 2004-2005	202
Figura 9.4 Evolução do índice de gravidade dos acidentes, por NUTS II, 2004-2005	202
Figura 9.5 Índice de gravidade dos acidentes, por município, 2005	204
Figura 9.6 Evolução das mercadorias transportadas por via ferroviária, por região NUTS II de origem e destino, 2003-2004	205
Figura 9.7 Mercadorias transportadas por via ferroviária, por região NUTS II de origem e destino, 2004	206
Figura 9.8 Evolução do tráfego aéreo, Portugal e principais aeroportos, 2003-2004	207
III.10 COMUNICAÇÕES	209
Figura 10.1 Acessos telefónicos por 100 habitantes, por NUTS II, 2005	212
Figura 10.2 Postos telefónicos, Portugal e NUTS II, 2005	213
Figura 10.3 Acessos telefónicos analógicos residenciais por 100 habitantes, por município, 2005	214
Figura 10.4 Estações e postos de correio por 100 000 habitantes, Portugal e NUTS II, 2005	215
III.11 TURISMO	217
Figura 11.1 Estabelecimentos hoteleiros segundo a categoria dos estabelecimentos,	

Portugal e NUTS II, 2005 _____	219
Figura 11.2 Capacidade de alojamento por 1 000 habitantes, por município, 2005 _____	221
Figura 11.3 Proporção de dormidas de hóspedes estrangeiros, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005 _____	222
Quadro 11.1 Dormidas segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2005 _____	223
Figura 11.4 Estada média, por município, 2005 _____	224
Figura 11.5 Estada média nos estabelecimentos hoteleiros, Portugal e NUTS II, 2005 _____	225
Figura 11.6 Taxa de ocupação-cama, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005 _____	226
Figura 11.7 Proporção de dormidas entre Julho e Setembro, Portugal e NUTS II, 2004 e 2005 _____	227
Figura 11.8 Capacidade de alojamento no turismo no espaço rural, por NUTS II, 2003 e 2004 _____	228
III.12 SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO _____	229
Figura 12.1 Estabelecimentos de instituições de intermediação monetária por 10 000 habitantes, em 2003 e 2004, Portugal e NUTS II _____	231
Figura 12.2 Terminais de Caixa Automático Multibanco por 10 000 habitantes, em 2004 e 2005, Portugal e NUTS II _____	231
Figura 12.3 Evolução do número de operações e do valor dos levantamentos nacionais em ATM e das compras através de terminais de pagamento automático, Portugal e NUTS II, 2004-2005 _____	232
Figura 12.4 Compras através de terminais de pagamento automático e levantamentos nacionais por habitante, Portugal e NUTS II, 2005 _____	233
Figura 12.5 Compras através de terminais de pagamento automático por habitante, por município, 2005 _____	234
Figura 12.6 Evolução dos saldos de crédito concedido e depósitos, Portugal e NUTS II, 2003-2004 _____	235
Figura 12.7 Taxa de crédito à habitação, Portugal e NUTS II, 2004 _____	236
Figura 12.8 Saldo do crédito à habitação por habitante, por município, 2004 _____	237
Figura 12.9 Evolução dos depósitos de emigrantes, por município, 2003-2004 _____	239
Figura 12.10 Taxa de depósitos de emigrantes, Portugal e NUTS II, 2003 e 2004 _____	240
III.13 SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS _____	241
Figura 13.1 Evolução do volume de negócios dos serviços prestados às empresas, Continente e NUTS II, 2004-2005 _____	243
Figura 13.2 Disparidades regionais, face ao Continente, do volume de negócios por serviço prestado às empresas, por NUTS II, 2005 _____	245
Quadro 13.1 Principal área de negócio de especialização e respectiva proporção do volume de negócios no total regional, por NUTS II, 2005 _____	245
Figura 13.3 Proporções de emprego feminino e de pessoal ao serviço a tempo parcial nos serviços prestados às empresas, Continente e NUTS II, 2005 _____	246
Figura 13.4 Volume de negócios e custos com o pessoal, por pessoa empregada nas cinco actividades inquiridas, Continente e NUTS II, 2005 _____	247
III.14 CIÊNCIA E TECNOLOGIA _____	251
Figura 14.1 Despesa em I&D no PIB, Portugal e NUTS II, 2003 _____	252
Figura 14.2 Pessoal em I&D na população activa, Portugal e NUTS II, 2003 _____	252
Figura 14.3 Despesa em I&D segundo o sector de execução, Portugal e NUTS II, 2003 _____	254
Figura 14.4 Empresas com actividades de inovação, Portugal e NUTS II, 2002-2004 _____	254
Figura 14.5 Volume de negócios resultante da venda de produtos novos, Portugal e NUTS II, 2004 _____	254
Figura 14.6 Empresas com financiamento público para inovação, Portugal e NUTS II, 2002-2004 _____	256
III.15 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO _____	257
Figura 15.1 Posse de computador e ligação à Internet em agregados domésticos, Portugal e NUTS II, 2005 _____	259
Figura 15.2 Utilização de computador e de Internet pelos indivíduos, Portugal e NUTS II, 2005 _____	260
Figura 15.3 Actividades de telemedicina nos hospitais com ligação à Internet por NUTS II (diferenças face a Portugal), 2004 _____	261

**IV. O ESTADO \_\_\_\_\_ 263**

IV.1 ADMINISTRAÇÃO LOCAL _____	265
Figura 1.1 Decomposição das receitas das câmaras municipais, por NUTS II, 2004 _____	267
Figura 1.2 Impostos municipais no total de receitas, por município, 2004 _____	268
Figura 1.3 Índice de carência fiscal e receita média por habitante, por município, 2004 _____	270
Figura 1.4 Evolução da aquisição de bens de capital, por município, 2003-2004 _____	272
IV.2 JUSTIÇA _____	273
Figura 2.1 Evolução anual dos processos, Portugal e NUTS II, 2004 _____	276
Figura 2.2 Taxa de criminalidade, por município, 2004 _____	277
Figura 2.3 Crimes registados pelas autoridades policiais segundo as categorias de crimes, Portugal e NUTS II, 2004 _____	278
Figura 2.4 Proporção de arguidos condenados, por município, 2004 _____	279
Figura 2.5 Arguidos não condenados segundo o motivo, Portugal e NUTS II, 2004 _____	280
Figura 2.6 Actos notariais celebrados por escritura pública, Portugal e NUTS II, 2004 _____	281
IV.3 PARTICIPAÇÃO POLÍTICA _____	283
Figura 3.1 Disparidades da taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República, 2005 _____	285
Figura 3.2 Indicadores de participação política nas eleições para a Assembleia da República, Portugal e NUTS II, 2005 _____	286
Figura 3.3 Partido/coligação mais votado nas eleições para a Assembleia da República, por município, 2002 _____	287
Figura 3.4 Partido/coligação mais votado nas eleições para a Assembleia da República, por município, 2005 _____	288
Figura 3.5 Indicadores de participação política nas eleições para as Câmaras Municipais, Portugal e NUTS II, 2005 _____	290
Figura 3.6 Resultados da eleição para as Câmaras Municipais, Portugal e NUTS II, 2005 _____	290
Figura 3.7 Resultados da eleição para as Câmaras Municipais, por município, 2005 _____	291

**SIGLAS E ABREVIATURAS \_\_\_\_\_ 293**
**NOMENCLATURAS \_\_\_\_\_ 297**
**UNIDADES TERRITORIAIS \_\_\_\_\_ 307**

Figura I Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos - nível II _____	309
Figura II Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos - nível III _____	310
Figura III Municípios da Região Norte _____	311
Figura IV Municípios da Região Centro _____	312
Figura V Municípios da Região de Lisboa _____	313
Figura VI Municípios da Região do Alentejo _____	314
Figura VII Municípios da Região do Algarve _____	315
Figura VIII Municípios da Região Autónoma dos Açores _____	316
Figura IX Municípios da Região Autónoma da Madeira _____	317
Figura X Regiões Agrárias _____	318

## ÍNDICE DE QUADROS

III.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL _____	151
Quadro 4.1 Saídas, segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2005 _____	154
Quadro 4.2 Entradas segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2005 _____	154
Quadro 4.3 Principais secções da nomenclatura combinada no total dos fluxos comerciais (entradas + saídas), Portugal e NUTS II, 2005 e 2004 _____	156
III.11 TURISMO _____	217
Quadro 11.1 Dormidas segundo os principais mercados, Portugal e NUTS II, 2005 _____	223
III.13 SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS _____	241
Quadro 13.1 Principal área de negócio de especialização e respectiva proporção do volume de negócios no total regional, por NUTS II, 2005 _____	245
Quadro 13.2 Índice de Theil segundo a área de negócio, Continente e NUTS II, 2005 _____	248





# I. O Território







# I.1 Território





## I.1. TERRITÓRIO

### POSIÇÃO GEOGRÁFICA

Portugal situa-se no Sudoeste do Continente europeu, sendo o país mais ocidental da Europa. O território continental ocupa uma área de cerca de 89 mil km<sup>2</sup>, entre os paralelos 36° 57' 42" e 42° 9' 15", de latitude Norte, e entre os meridianos 6° 11' 24" e 9° 30' 2", a Oeste de Greenwich. Partilha, a Norte e a Este, uma fronteira com um único país - Espanha -, numa extensão superior a 1 300 km e, a Oeste e a Sul, é banhado pelo Oceano Atlântico em mais de 1 400 km de costa. No total, o perímetro do território continental perfaz 2 731 km.

Além do território continental, Portugal compreende os arquipélagos dos Açores e da Madeira, no Oceano Atlântico. O primeiro, com uma superfície de 2 322 km<sup>2</sup>, encontra-se entre os paralelos 39° 43' 34" e 36° 55' 39", de latitude Norte, e os meridianos 25° 0' 47" e 31° 16' 8", a Oeste de Greenwich. O arquipélago dos Açores é composto por nove ilhas com uma disposição no sentido Noroeste-Sudeste, formando três grupos principais: o grupo ocidental (Flores e Corvo), o grupo central (Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial) e o grupo oriental (Santa Maria e São Miguel).

O arquipélago da Madeira, com cerca de 801 km<sup>2</sup> de superfície, é constituído pelas ilhas da Madeira e do Porto Santo e pelos ilhéus Desertas e Selvagens. Encontra-se mais a Sul e a Este que o arquipélago dos Açores, entre os paralelos 33° 7' 41" e 30° 1' 40", de latitude Norte, e os meridianos 15° 51' 13" e 17° 15' 58", a Oeste de Greenwich.

### PRINCIPAIS RIOS

Os principais cursos de água, em termos de extensão, que percorrem o território continental nascem em Espanha: o rio Tejo é o rio mais extenso da Península Ibérica, com uma extensão de 1 100 km, dos quais 273 em Portugal; o Douro tem um percurso de 927 km (330 km em Portugal) e o Guadiana 810 km, dos quais 260 km localizam-se em território português.

O Tejo, o Douro e o Guadiana são, igualmente, os que apresentam maiores bacias hidrográficas em território português, correspondendo, no conjunto, a 62% da superfície de Portugal continental. Além destes três rios, também nascem em Espanha o rio Minho, que constitui, em parte, a fronteira entre o Norte de Portugal e Espanha, e o Lima, igualmente, no Norte de Portugal. Com percursos completos no território português, destacam-se os rios Mondego, Sado, Vouga, Mira e Cávado, com extensões que variam entre 258 km e 129 km.

A distribuição das principais linhas de água pelo Continente português permite opor o Norte ao Sul do território, dada a maior concentração nas regiões Norte e Centro: 12, não considerando o rio Tejo que atravessa as regiões Centro e de Lisboa, dos 18 principais rios do Continente.



## PRINCIPAIS SISTEMAS MONTANHOSOS

Também ao nível dos principais sistemas montanhosos é evidente a oposição entre o Norte e o Sul continentais: no território a Norte, predominam as montanhas e os planaltos enquanto as áreas a Sul são baixas e planas. Com efeito, a Norte do rio Tejo, registam-se altitudes médias superiores às verificadas a Sul, salientando-se os sistemas montanhosos da Estrela, do Larouco e do Gerês que superam os 1 500 m de altitude. A Sul do Tejo, o principal sistema montanhoso - São Mamede - tem 1 027 m de altitude máxima [Figura 1.1]. No entanto, é na R. A. Açores, na ilha do Pico, que o território nacional apresenta a sua altitude máxima: 2 351 metros. Ainda na R. A. Açores, marcam presença mais cinco sistemas montanhosos com altitude máxima superior a mil metros enquanto, no arquipélago da Madeira, se localizam nove sistemas montanhosos com essa característica.



## TEMPERATURA

Em Portugal, coexistem vários tipos de clima: a Norte do rio Tejo, predomina o clima de *feição atlântica*; na região Sul do país, prevalecem características de *clima mediterrânico* e, em algumas regiões do Interior, predomina o clima de *feição continental*. Em Portugal continental, desde 1990, as temperaturas médias anuais variaram entre 14,9 °C (em 1993) e 16,6 °C (em 1997), tendo as temperaturas mais elevadas sido sistematicamente observadas nos meses de Julho ou Agosto, atingindo, em média, máximas de cerca de 30 °C. Nos meses mais frios do ano, habitualmente Janeiro ou Dezembro, os valores mínimos têm rondado 4 °C.

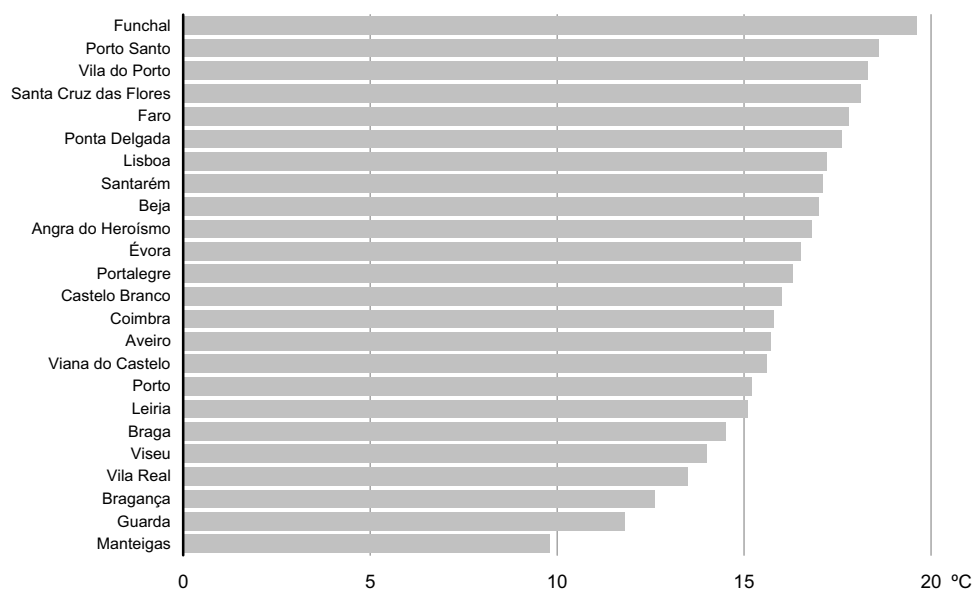
Em 2005, a temperatura média do ar, no território continental, foi de 15,6 °C. Agosto foi o mês mais quente, tendo o valor médio da temperatura máxima atingido 31,7 °C. Fevereiro foi o mês mais frio - algo que, desde 1990, só aconteceu em 1996 -, com o valor médio da temperatura mínima a fixar-se em 1,4 °C.

Entre as 18 estações meteorológicas do Continente, para as quais está disponível informação, a temperatura média em 2005 atingiu os valores máximos em Faro (17,8 °C), Lisboa (17,2 °C) e Santarém (17,1 °C). A temperatura média foi mais baixa nas estações meteorológicas de Manteigas (9,8 °C), da Guarda (11,8 °C) e de Bragança (12,6 °C), localizadas no Interior continental. Em todas as estações meteorológicas do Continente, o mês de Agosto foi registado como o mais quente; em particular, em Évora e Beja, a temperatura média máxima neste mês atingiu os 34,8°C, indiciando um Verão particularmente quente no Alentejo. Como exceção ao registado em média para o território continental, em cinco estações meteorológicas - Vila Real, Bragança, Castelo Branco, Lisboa e Beja - o mês mais frio foi Janeiro. Sublinhe-se, ainda, as temperaturas médias mínimas negativas registadas, em Fevereiro, em Manteigas, Bragança, Leiria, Guarda e Braga, que correspondem a estações localizadas a Norte do rio Tejo.

Em 2005, na R. A. Açores, a temperatura média atingiu o valor máximo na estação meteorológica de Vila do Porto, na ilha de Santa Maria (18,3 °C), e o valor mínimo, em Angra do Heroísmo, na ilha da Terceira (16,8 °C). Na R. A. Madeira, a temperatura média em 2005 foi de 19,6 °C, na Madeira, e 18,6 °C, no Porto Santo.

A observação da Figura 1.2 sugere que, em média, as regiões mais quentes do país são as regiões autónomas, o Algarve, Lisboa e o Alentejo. Pelo contrário, a temperatura média anual foi mais baixa nas regiões Centro e Norte, em particular na faixa Interior.

FIGURA 1.2 TEMPERATURA MÉDIA ANUAL, POR ESTAÇÃO METEOROLÓGICA, 2005



## PRECIPITAÇÃO

Em 2005, registou-se o menor nível de precipitação no território continental (503,1 mm), desde 1931, tendo sido considerado um ano de *seca severa e extrema*. À semelhança do que já ocorrera em 2003 e 2004, o mês de Outubro foi o mês com maior precipitação no Continente, concentrando 30% do total anual. Por oposição, Agosto foi o mês com menor precipitação (2,7 mm) enquanto, no ano anterior, tinha sido Julho.

Na estação meteorológica de Santa Cruz das Flores, registou-se o maior volume de precipitação (1 743 mm), distanciando-se de Manteigas, onde se registou o segundo valor mais expressivo (1 023 mm). No outro extremo, foi em Porto Santo que o fenómeno teve menos incidência (331 mm), seguindo-se-lhe Beja, Faro e Évora [Figura 1.3]. Assim, o território continental a Sul do rio Tejo, além de ser mais quente, regista menos precipitação.

FIGURA 1.3 PRECIPITAÇÃO ANUAL TOTAL, POR ESTAÇÃO METEOROLÓGICA, 2005

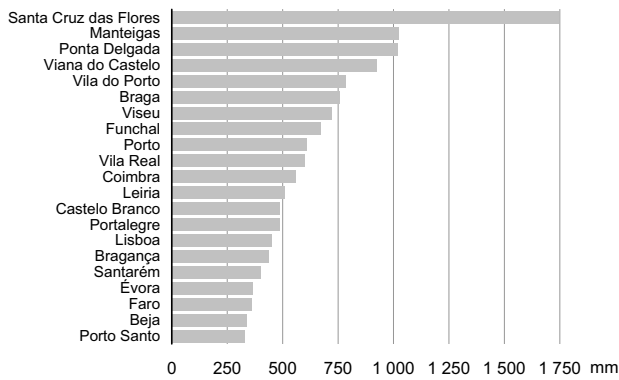
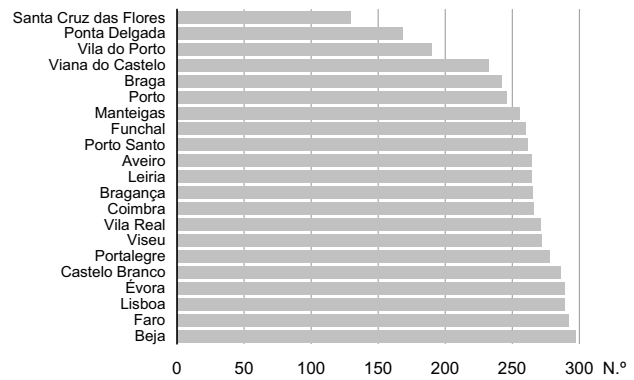


FIGURA 1.4 DIAS SEM CHUVA, POR ESTAÇÃO METEOROLÓGICA, 2005



No ano de 2005, registaram-se no Continente português 311 dias sem chuva. Trata-se da maior ocorrência, desde pelo menos 1990. Em três estações meteorológicas a Sul do rio Tejo - as que registaram maiores níveis de precipitação: Beja, Faro e Évora -, foram observados os maiores números de dias sem chuva [Figura 1.4].

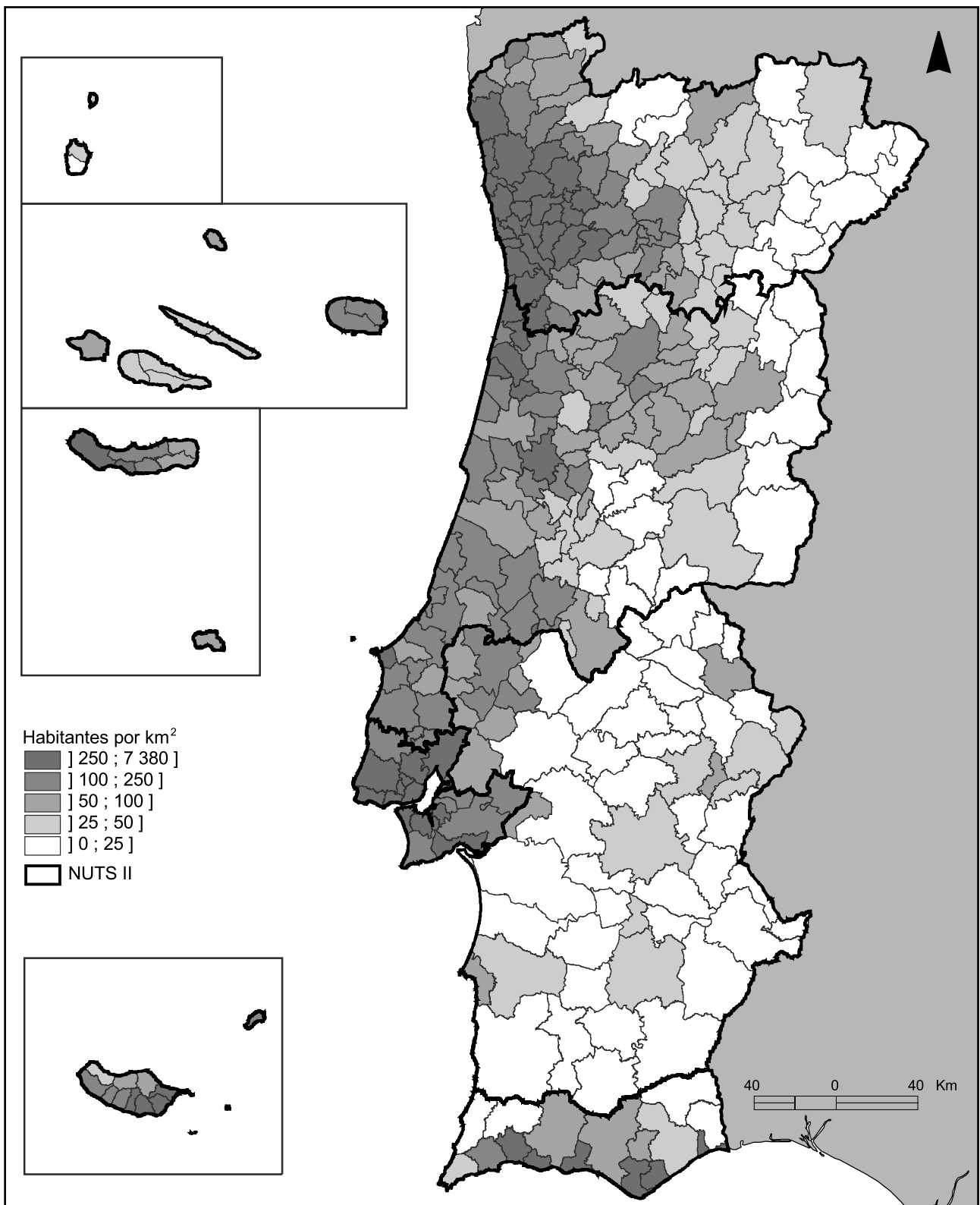
### OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Portugal encontra-se administrativamente dividido em 308 municípios que, por sua vez, se subdividem em 4 260 freguesias. Odemira é o município mais extenso do país, com 1 721 km<sup>2</sup> de superfície, seguindo-se-lhe Alcácer do Sal, Castelo Branco e Idanha-a-Nova, com áreas superiores a 1 400 km<sup>2</sup>. No outro extremo, São João da Madeira, que tem a particularidade de ser constituído por apenas uma freguesia, é o município menos extenso (7,9 km<sup>2</sup>); seguem-se o Entroncamento e o Corvo. Barcelos é o município com mais freguesias (89) enquanto que Alpiarça, Barrancos, Porto Santo, São Brás de Alportel e São João da Madeira contam com apenas uma freguesia<sup>1</sup>.

A distribuição da população pelo território evidencia uma oposição entre o Litoral e o Interior do Continente. Como revela a Figura 1.5, a concentração populacional é mais intensa no Litoral Oeste, de Viana do Castelo a Setúbal, mas também no Litoral algarvio.

<sup>1</sup> O município do Corvo, na Região Autónoma dos Açores, não tem qualquer freguesia, de acordo com o disposto no Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Contudo, o município do Corvo é considerado para efeitos estatísticos como tendo uma freguesia.

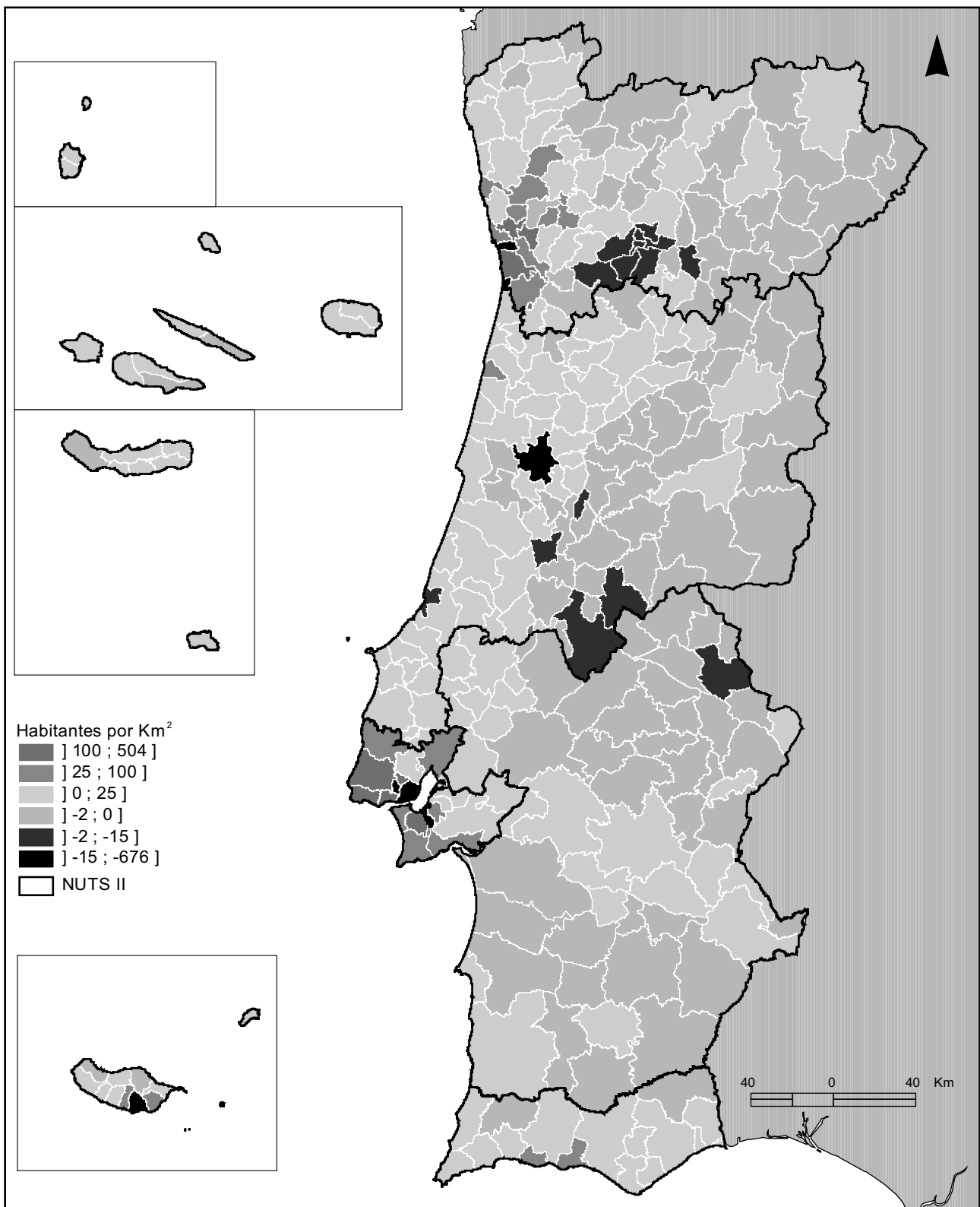
FIGURA 1.5 DENSIDADE POPULACIONAL, POR MUNICÍPIO, 2005



Na faixa Litoral, entre Viana do Castelo e Setúbal, são visíveis duas áreas de densidades particularmente elevadas, centrados nas metrópoles de Lisboa e do Porto. De facto, os 13 municípios com maior densidade populacional pertencem às Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa (Amadora, Lisboa, Odivelas, Oeiras, Barreiro, Almada, Cascais e Seixal) e do Porto (Porto, São João da Madeira, Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Maia).

Entre 2000 e 2005, assistiu-se a um reforço da litoralização da população residente, em particular nos territórios metropolitanos. Com efeito, os municípios cuja densidade populacional mais se acentuou concentram-se nas áreas metropolitanas de Lisboa (Odivelas, Seixal, Sintra, Oeiras, Cascais) e do Porto (Maia, Valongo e Vila Nova de Gaia). Pelo contrário, os respectivos centros metropolitanos - Lisboa e Porto - foram os municípios cuja densidade populacional do território mais se atenuou, tendo-se este fenómeno estendido a outros municípios metropolitanos: em particular, Amadora, Espinho e Barreiro. Porém, constata-se que um conjunto de municípios formado por Cinfães, Baião, Lamego, Resende, Mesão Frio, Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Tabuaço, na junção entre as sub-regiões do Tâmega e do Douro, se tornou menos densamente povoado face a 2000, algo que já havia ocorrido entre os dois últimos momentos censitários (1991 e 2001). Também no Funchal, em Coimbra, em Castanheira de Pêra e na Nazaré, a ocupação populacional do território atenuou-se, nos últimos cinco anos, em mais de três habitantes por km<sup>2</sup>. Por último, sublinhe-se o acréscimo da densidade populacional observado na generalidade dos municípios do Algarve [Figura 1.6].

FIGURA 1.6 EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL, POR MUNICÍPIO, 2000-2005

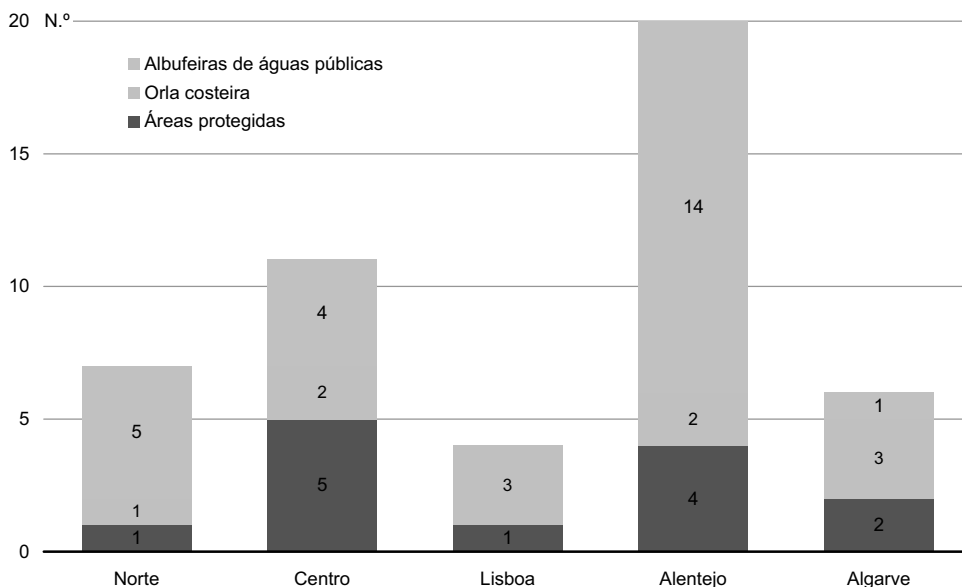


ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

As bases da política de ordenamento do território e de urbanismo estão consagradas na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto), posteriormente complementada pelos Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e n.º 310/2003, de 10 de Dezembro. De acordo com este enquadramento legal, o sistema de gestão territorial organiza-se em três âmbitos - nacional (compreendendo apenas o território continental), regional e municipal - e distingue quatro tipos de instrumentos de gestão territorial - instrumentos de desenvolvimento territorial, instrumentos de planeamento territorial, instrumentos de política sectorial e instrumentos de natureza especial.

O âmbito nacional é concretizado através dos seguintes instrumentos: o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os Planos Sectoriais com Incidência Territorial (PSIT) e os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), constituindo, respectivamente, instrumentos de desenvolvimento territorial, de política sectorial e de natureza especial. Em particular, os PEOT têm em vista a prossecução de objectivos de interesse nacional com repercussão espacial. Assim, importa registar que, em 2005, havia 11 Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP) aprovados para o território do Continente português, dos quais cinco se repercutiam na Região Centro. Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) aprovados eram nove enquanto os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) aprovados eram 24, 14 dos quais com incidência no Alentejo.

FIGURA 1.7 PLANOS ESPECIAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO APROVADOS, POR NUTS II, 2005

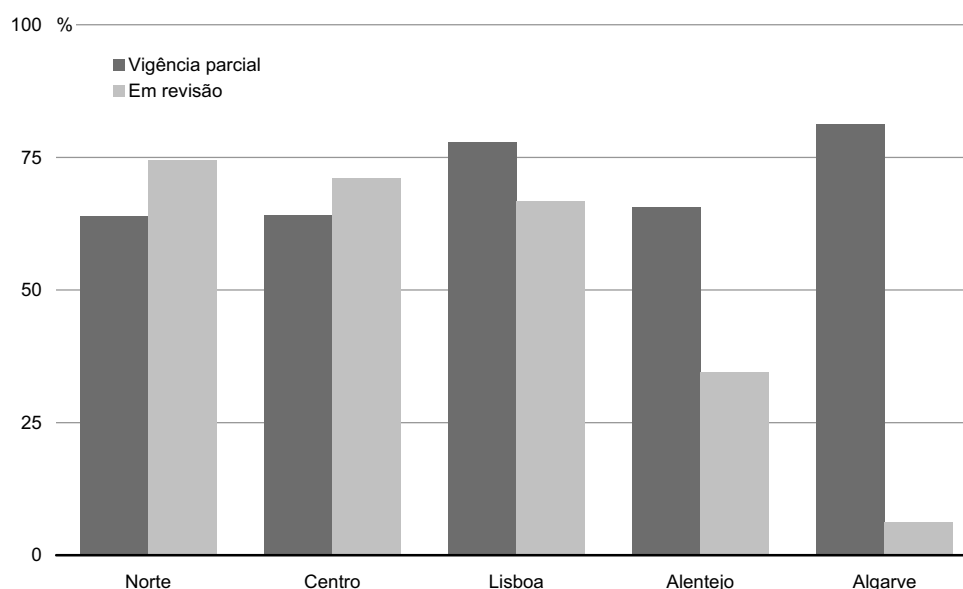


Os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) são os únicos instrumentos de âmbito regional, devendo integrar as orientações do PNPOT (o instrumento análogo de âmbito nacional), dos planos sectoriais existentes e do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR). Por seu turno, as directrizes dos PROT têm que ser incorporadas nos Planos Municipais de Ordenamento do Território

(PMOT). Em 2005, os 7 PROT aprovados para o território continental português abrangiam apenas 25% dos municípios do Continente. No Algarve e em Lisboa, esta cobertura era total.

Por seu turno, o âmbito municipal é concretizado através dos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território (PIOT) e dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Estes últimos compreendem os Planos Directores Municipais (PDM), que têm constituído o principal instrumento de gestão territorial dos municípios, os Planos de Urbanização (PU) e os Planos de Pormenor (PP). Em 2005, a generalidade dos municípios do território continental detinha um PDM aprovado e ratificado<sup>2</sup>. Em 2005, dois terços dos PDM em vigor tinham uma vigência parcial: em Lisboa e Algarve, esta situação correspondia a mais de três quartos dos municípios. Noutra perspectiva, sublinhe-se a constatação de que 60% dos PDM se encontravam em fase de revisão. Contudo, no Algarve e no Alentejo, este processo era menos intenso, uma vez que aquela proporção era de 6% e 34%, respectivamente.

FIGURA 1.8 PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS EM VIGÊNCIA PARCIAL E EM REVISÃO, POR NUTS II, 2005

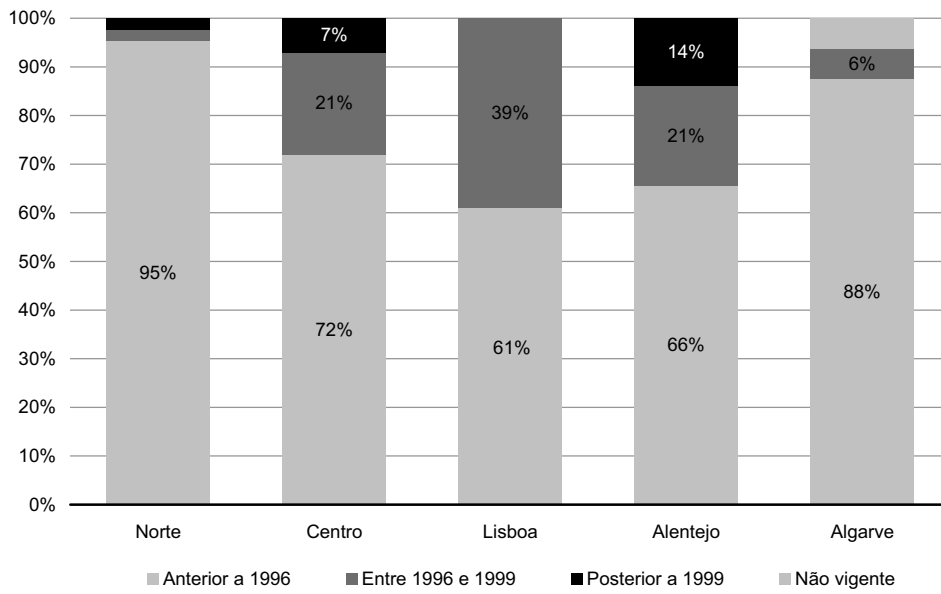


A primeira legislação relativa aos PDM data de 1982. Em 1990, o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março, veio institucionalizar os PMOT e revogar o regime anterior aplicável aos PDM. Assim, em 2005, constatava-se que, dos 277 PDM vigentes no Continente português, apenas cerca de um quinto tinha sido aprovado após 1995 e apenas 6% após 1999. O Norte e o Algarve eram as únicas regiões onde a proporção de PDM aprovados após 1995 ficava aquém da média nacional.

<sup>2</sup> Não obstante o PDM de Lagos ter sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/95, de 3 de Abril de 1995, a deliberação da Assembleia Municipal de Lagos que o aprovou foi posteriormente anulada, pelo Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (STA), em 23 de Fevereiro de 1999 (Processo 044087).



FIGURA 1.9 PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS POR ANO DE APROVAÇÃO, POR NUTS II, 2005





## I.2 Ambiente





## I.2. AMBIENTE

NORTE CONSTITUI A ÚNICA REGIÃO COM PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA INFERIOR A 90%

Em 2004, a proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água atingiu 92,4% do total mantendo o crescimento, embora num ritmo mais ligeiro, que tem caracterizado os últimos anos. Saliente-se que em 2003 o valor nacional era de 92,0% tendo-se ultrapassado os 90% de população servida em 2001.

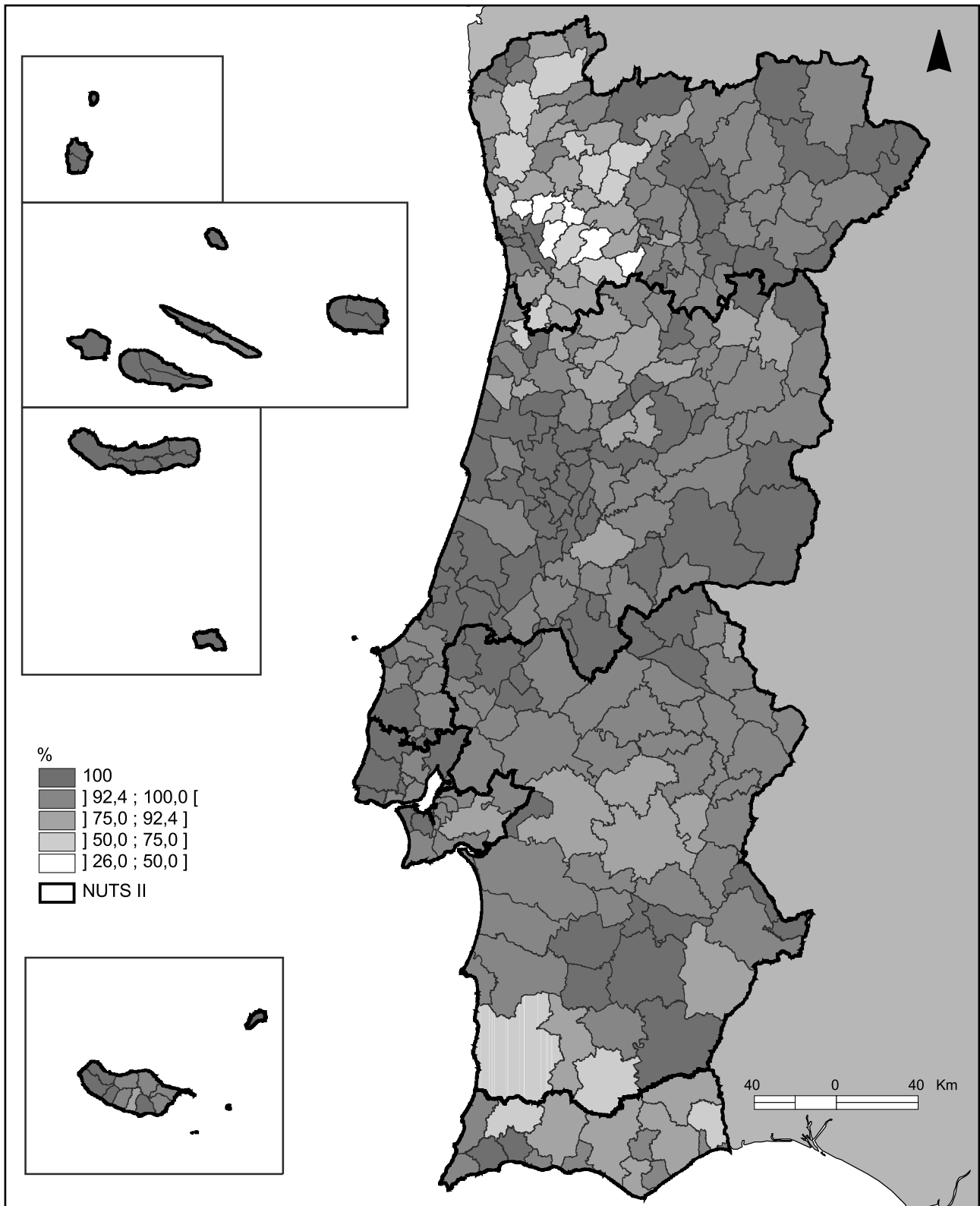
Ao nível regional, destaca-se o Norte por ser a região com menor proporção de população servida por sistemas de abastecimento de água: apenas 83% da população residente. Contudo, esta realidade pode estar associada a alguma diferenciação no tipo de captação de água sem recurso aos sistemas colectivos de abastecimento. Pelo contrário, na R. A. Açores constata-se que o abastecimento era exclusivamente decorrente de sistemas colectivos de abastecimento, tendo-se atingido a cobertura total já em 2003.

Ao nível municipal, evidenciavam-se em 2004 essencialmente três áreas constituídas por municípios em que o peso da população que era servida por sistemas de abastecimento de água é inferior ao valor médio nacional (92,4%) [Figura 2.1]. A mais evidente localizava-se a Norte e, embora alguns dos municípios pertençam também à Região Centro, é na Região Norte que se concentravam os municípios nos quais apenas 75% da população residente, ou menos, era servida por sistemas de abastecimento de água. Era o caso das sub-regiões do Tâmega e Ave, sendo que seis dos seus municípios apresentaram mesmo valores iguais ou inferiores a 50%<sup>3</sup>. O facto de alguns destes municípios se localizarem na Grande Área Metropolitana do Porto e deterem volumes populacionais significativos torna a posição destes municípios especialmente relevante. A segunda área mais significativa situa-se no Algarve, região que, para além do Norte, apresenta um valor global inferior à média nacional com 91,7%. Também, mas em menor número, destacavam-se alguns municípios do Alentejo.

---

<sup>3</sup> Trofa, Santo Tirso, Paredes, Resende, Marco de Canaveses e Lousada.

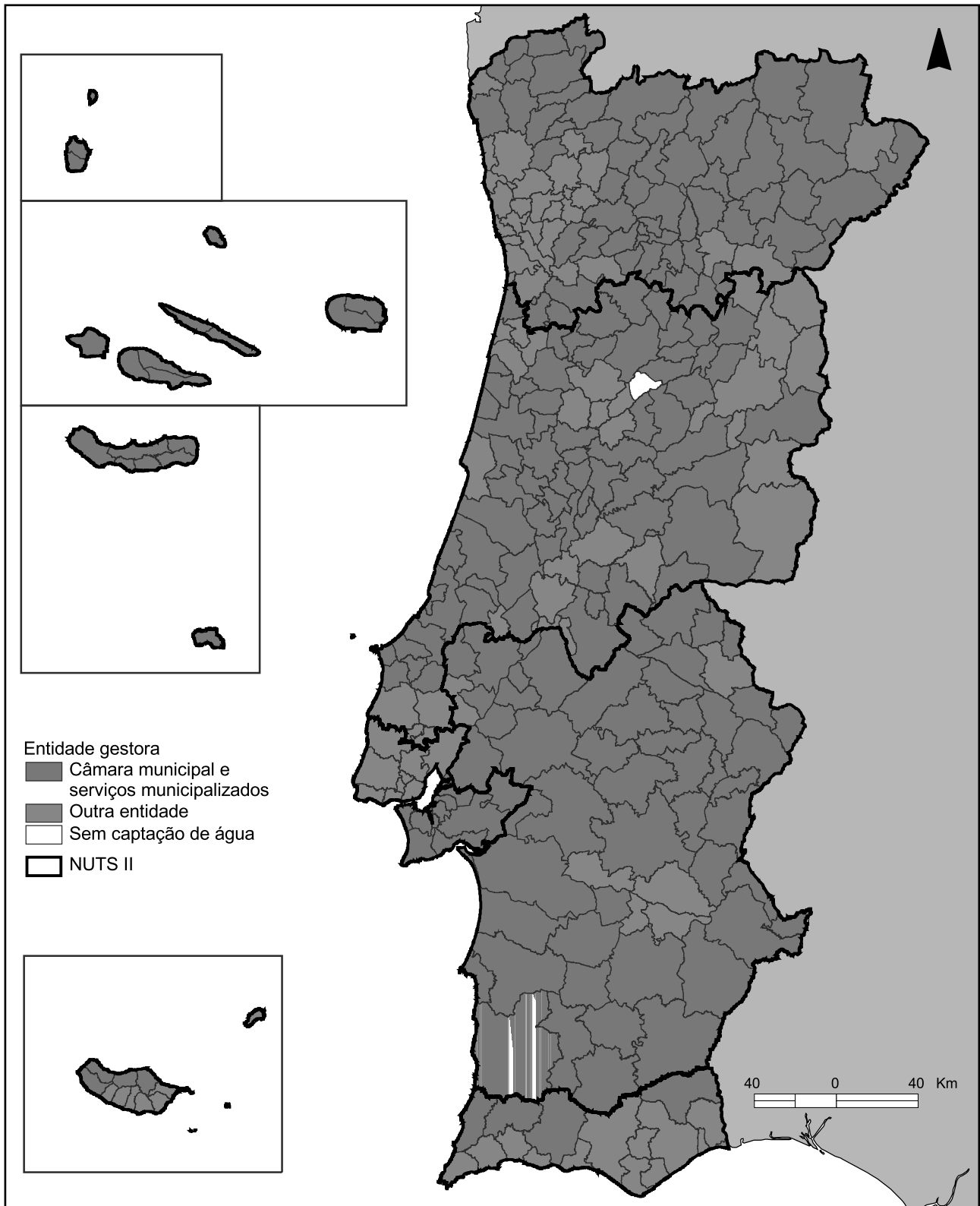
FIGURA 2.1 PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR MUNICÍPIO, 2004



## CÂMARAS MUNICIPAIS E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS SÃO A PRINCIPAL ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CAPTAÇÃO DE ÁGUA EM 213 MUNICÍPIOS

Em 2004, a captação de água em Portugal para abastecimento da rede pública atingiu cerca de 1 020 milhões de metros cúbicos, valor que representou um crescimento de 1,3% face a 2003. As principais entidades responsáveis por esta captação de água foram, pelo quinto ano consecutivo, as *outras entidades gestoras* (que não as *câmaras municipais e serviços municipalizados*), representando 57% do total. Contudo, embora o volume de água captada evidenciasse as outras entidades gestoras, a análise da Figura 2.2 revela que as câmaras municipais ou serviços municipalizados constituem a principal entidade responsável pela captação de água em 213 municípios (70% do total). De facto, analisando os valores captados pelas outras entidades gestoras verifica-se uma forte concentração do seu valor global num número reduzido de municípios: por exemplo, em apenas dois municípios (Lisboa e Porto) captou-se mais de um quarto da água por que estas entidades foram responsáveis e, se avaliarmos o mesmo indicador para os quatro principais municípios (Lisboa, Porto, Sintra e Funchal), o valor passava para mais de um terço.

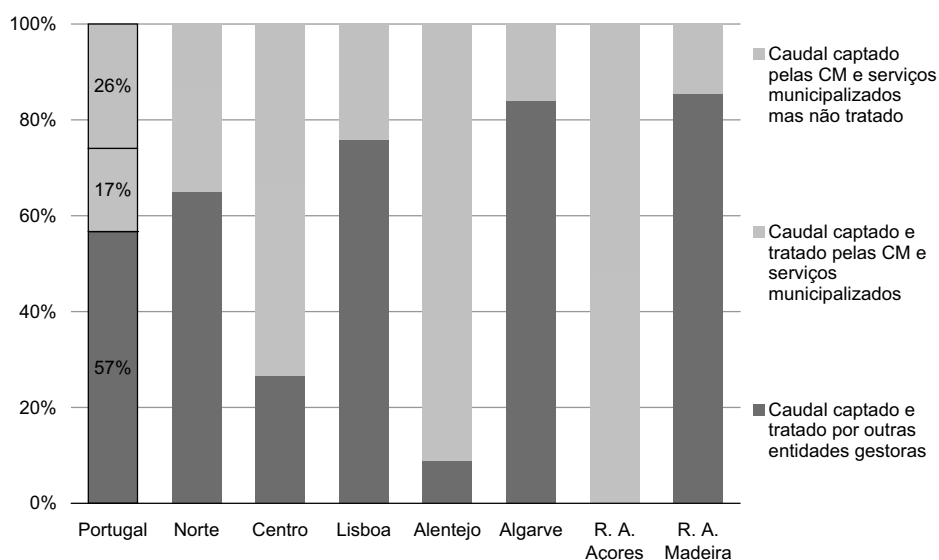
FIGURA 2.2 PRINCIPAL ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA CAPTAÇÃO DE ÁGUA, POR MUNICÍPIO, 2004



Em 2004, 26% da água captada no território nacional não passava por um processo de tratamento<sup>4</sup>, alterando significativamente a realidade dos últimos anos. Em 2003 este valor era na ordem dos 14% e desde 2001 que não sofria grandes alterações. A principal causa desta alteração decorre de uma quebra acentuada do caudal de água captado e sujeito a processos de tratamento, e que resultou exclusivamente do comportamento das câmaras municipais e dos serviços municipalizados, na medida em que na água captada pelas outras entidades gestoras se assegurou um tratamento total. A diminuição sentida ao nível nacional foi generalizada a todo o território e ficou a dever-se, em grande parte, ao esforço de captação de água em aquíferos, o que significa que sendo a água de origem subterrânea (e não superficial) se encontra menos vulnerável, e como tal, menos sujeita a processos de tratamento.

O peso do caudal de água que não foi tratado em 2004 difere muito ao nível regional, oscilando entre os 13% no Norte e os 62% no Alentejo [Figura 2.3]. No entanto, é necessário ter em conta que nas regiões onde outras entidades gestoras detinham um peso significativo na recolha de água para abastecimento da rede pública é natural que se tenha acentuado a importância do tratamento da água. É de realçar ainda a ausência de qualquer actividade por parte destas entidades na R. A. Açores. No caso da R. A. Madeira, o que se verifica é, por um lado, uma forte actividade de outras entidades gestoras no abastecimento de água pública e, por outro, uma captação de água por parte das câmaras municipais e serviços municipalizados de origem exclusivamente subterrânea (nascentes, galerias drenantes, poços ou furos).

FIGURA 2.3 CAUDAL DE ÁGUA SEGUNDO A ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA SUA CAPTAÇÃO E TRATAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2004



<sup>4</sup> Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se consideram como tratamento os simples processos de filtração ou cloração. Desta forma, a ausência de tratamento não constitui necessariamente um indicador de má qualidade da água.

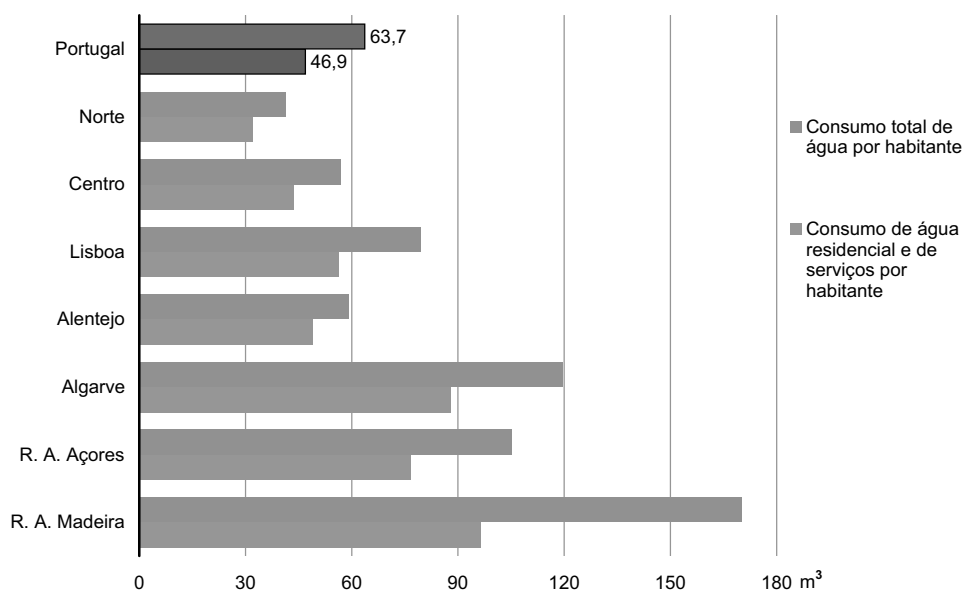
CONSUMOS DE ÁGUA *PER CAPITA* MAIORES NAS REGIÕES COM MAIOR VOCAÇÃO TURÍSTICA

O consumo total de água em Portugal rondou os 669 milhões de metros cúbicos em 2004, ou seja, mais 2% do que no ano anterior. Contudo, por regiões, o comportamento foi bastante diversificado, tendo diminuído no Centro (-4%) e no Alentejo (-3%) e crescido nas Regiões Autónomas dos Açores (+ 23%) e da Madeira (+ 18). Analisando o destino dado ao consumo total de água denota-se ao nível nacional uma estrutura semelhante à verificada em 2003, com um peso muito significativo do consumo residencial e dos serviços (74% do total), seguido pelo consumo industrial com 15% e finalmente por outro tipo de consumos (como seja rega, lavagens de rua e segurança contra incêndios) com 11%.

O consumo de água das diferentes regiões, quando avaliado em termos *per capita*, evidencia claramente as regiões que se revelam mais atractivas em termos turísticos, nomeadamente a R. A. Madeira, o Algarve e ainda a R. A. Açores com valores muito superiores à média nacional [Figura 2.4]. Este resultado deriva obviamente do consumo induzido pelos milhares de turistas que acorrem a estas regiões. No Norte, pelo contrário, os valores são bastante reduzidos o que deverá estar também associado aos baixos níveis de população servida por redes públicas de abastecimento de água, conforme se referiu anteriormente. A distribuição, por municípios, do consumo de água residencial e de serviços por habitante confirmou, de igual modo, a importância de municípios nas regiões já identificadas (R. A. Madeira, Algarve e R. A. Açores) sendo que, em cada uma destas regiões, apenas dois municípios não apresentaram valores superiores à média nacional.

O confronto entre o consumo total de água e o consumo de água residencial e de serviços, ambos apresentados em valor por habitante (Figura 2.4), permite ainda aferir por regiões o peso que o consumo de água residencial e de serviços representou no total de consumo de água, destacando-se a R. A. Madeira com um peso bastante reduzido - apenas 57% do seu consumo de água total foi atribuído ao consumo de residências e de serviços - por oposição ao Alentejo em que o mesmo indicador apresentou um valor de 83%.

FIGURA 2.4 CONSUMO DE ÁGUA TOTAL E RESIDENCIAL E DE SERVIÇOS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



## R. A. AÇORES COM PERCENTAGENS DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUA E ETAR INFERIORES A 50%

A rejeição de águas após o consumo constitui o início da fase final do ciclo urbano da água. As águas residuais, também denominadas esgotos ou efluentes líquidos, são tendencialmente incorporadas em sistemas de drenagem de águas residuais e tratadas para que possam entrar novamente no ciclo "natural" da água com o mínimo de impacto ambiental. Em Portugal, fruto do esforço realizado nos últimos anos, tem-se procurado aumentar a proporção de população abrangida por sistemas de drenagem de águas residuais, atingindo praticamente três quartos da população total em 2004. Contudo, só 61% da população total era servida por estações de tratamento de águas residuais (ETAR), locais onde se sujeitam as águas residuais a processos que as tornam aptas para fins de reciclagem ou reutilização [Figura 2.5].

Em termos absolutos Portugal produziu, em 2004, cerca de 540 milhões de metros cúbicos de águas residuais (mais 2,7% do que em 2003), tendo capacidade para tratar em ETAR ou fossas sépticas municipais 86% desse valor [Figura 2.6], quando em 2003 essa capacidade era de 82%. Ou seja, enquanto em 2003 se introduziram cerca de 93 milhões de m<sup>3</sup> de água no ciclo "natural" da água sem tratamento eficaz prévio, em 2004 esse valor foi reduzido para 78 milhões de m<sup>3</sup>.

Na R. A. Açores, os sistemas de drenagem de águas residuais abrangiam menos de metade da população residente (46%) e apenas um quarto da população era servida por ETAR. Por outro lado, foi também a região com a menor taxa de tratamento de águas residuais na medida em que apenas 53% da água incorporada em sistemas de drenagem de águas residuais foi sujeita a tratamento em ETAR ou fossas sépticas municipais. Em relação a 2003 registou-se um acréscimo significativo da sua taxa de tratamento de águas residuais que na altura era de 32%.

FIGURA 2.5 PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E ETAR, PORTUGAL E NUTS II, 2004

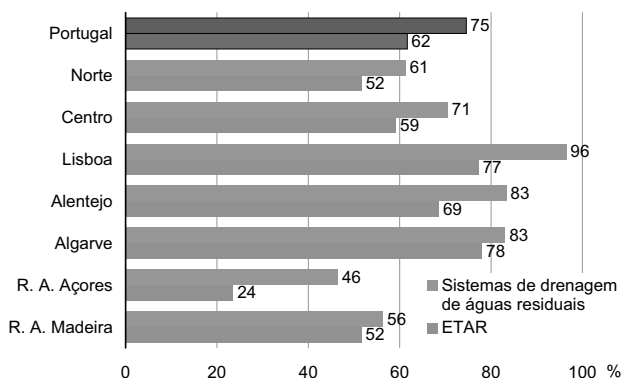
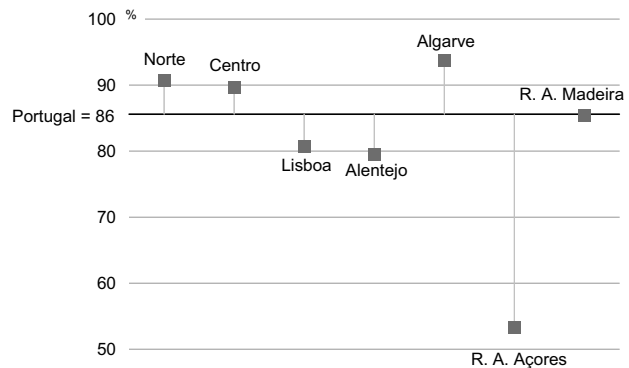


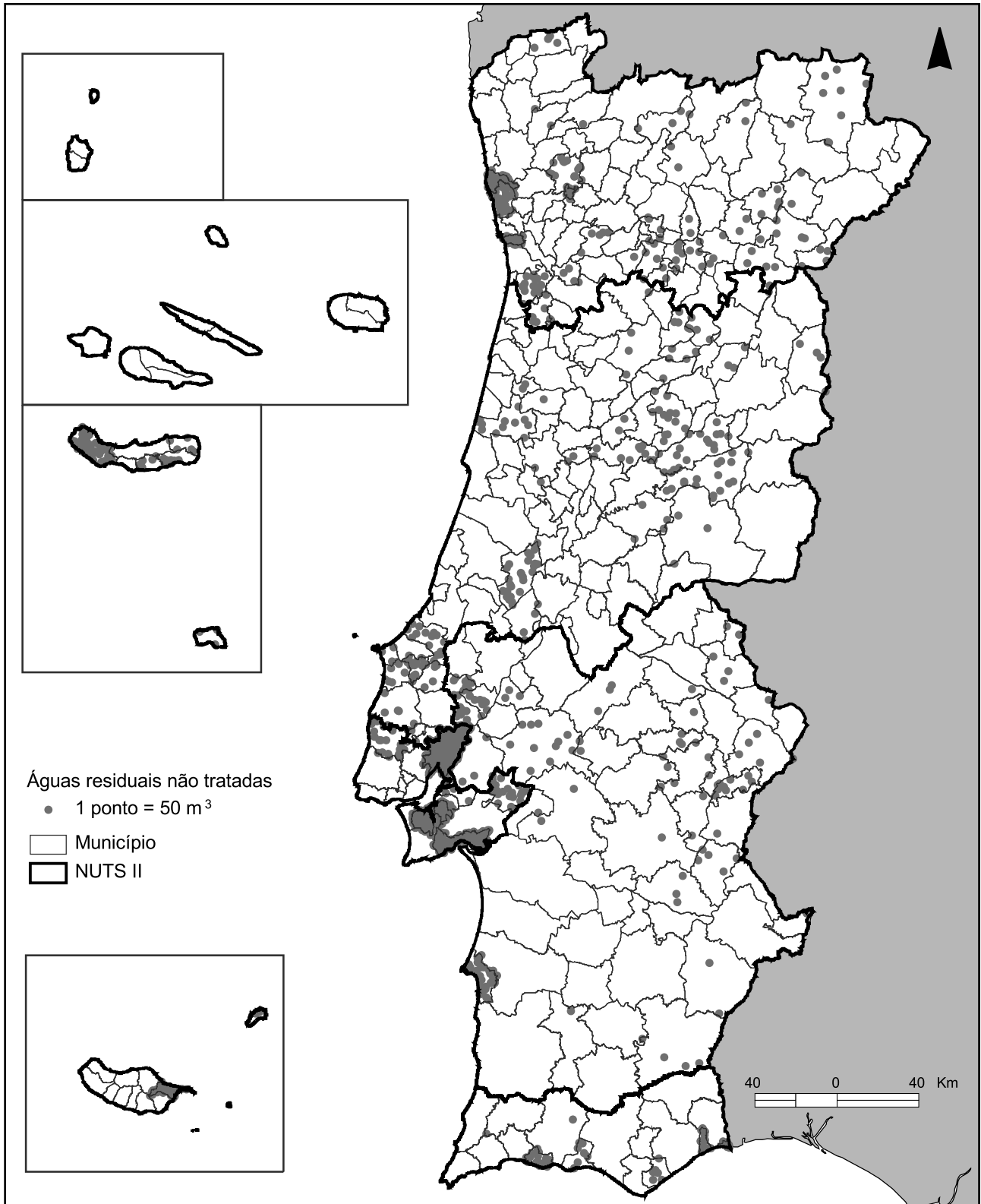
FIGURA 2.6 TAXA DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



A Região de Lisboa, embora se tenha destacado pela elevada proporção de população servida por sistemas de drenagens (96%) e estações de tratamento de águas residuais (77%), apresentava uma taxa de tratamento de águas residuais abaixo do valor médio nacional, sendo a região responsável por 38% das águas residuais reintroduzidas no ciclo natural da água sem qualquer tratamento prévio.

A Figura 2.7 evidencia os municípios que de forma isolada mais contribuíram para a introdução de águas residuais não tratadas no ambiente. Destacam-se municípios da Região Lisboa como Vila Franca de Xira que, isoladamente, foi responsável pela descarga de 19,9 milhões de metros cúbicos de águas residuais não tratadas, seguido do Seixal, Setúbal e Barreiro com um contributo agregado de mais 15,6 milhões de m<sup>3</sup>. Seguiram-se ainda três municípios com descargas de águas residuais não tratadas de valor superior a 2 milhões de m<sup>3</sup> (Póvoa do Varzim no Norte, Ponta Delgada, na R. A. Açores, e Machico, na R. A. Madeira).

FIGURA 2.7 QUANTIDADE DE ÁGUAS RESIDUAIS NÃO TRATADAS, POR MUNICÍPIO, 2004



## AUMENTO DAS RECEITAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO GESTÃO DE RESÍDUOS

Em 2004, as despesas dos municípios portugueses nos vários domínios de ambiente ultrapassaram 606 milhões de Euros, mais 1,2% do que no ano anterior. Por outro lado, também as receitas que os municípios conseguiram gerar nesses mesmos domínios de ambiente denotaram um forte crescimento no ano de 2004 face ao anterior (10,8%). Desta forma a taxa de cobertura das despesas pelas receitas geradas passou de 36% em 2003, para 40% em 2004, embora ao nível regional oscilasse entre os 56%, na R. A. Madeira, e 30%, no Algarve.

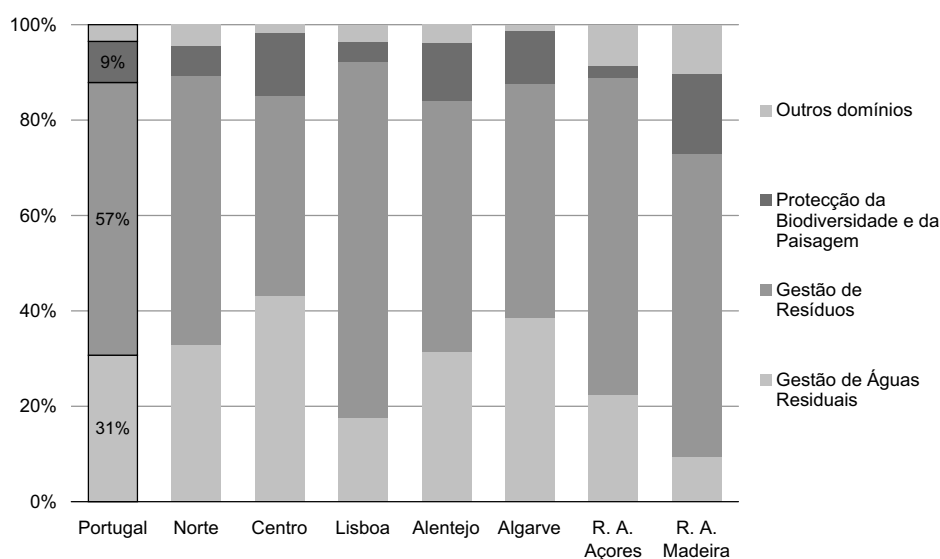
O contributo de cada domínio de ambiente foi bastante próximo do verificado no ano anterior destacando-se, por ser o mais importante, a gestão de resíduos sólidos urbanos com 57% do total da despesa, seguido da gestão de águas residuais com 31% e finalmente, com 9%, as despesas com a protecção da biodiversidade e da paisagem<sup>5</sup>. Estas proporções seriam contudo alteradas se avaliássemos a composição das despesas por domínio de ambiente líquidas das receitas geradas, uma vez que do lado das receitas a gestão de águas residuais é aquela que mais rendimento gera, fruto da actividade desenvolvida no âmbito do saneamento<sup>6</sup>. Em relação a 2003, as receitas cobradas aumentaram de forma significativa, mas essencialmente à custa do acréscimo de 24% nas receitas em *gestão de resíduos* (com especial incidência no Algarve, Norte e Alentejo). Os ganhos verificados foram resultantes de contrapartidas financeiras com a entrega de resíduos para reciclagem à Sociedade Ponto Verde.

Ao nível regional destacaram-se situações diversas no que respeita aos encargos em acções de protecção ambiental desenvolvidas pelos municípios [Figura 2.8]. Na R. A. Madeira, o peso das despesas em águas residuais era muito inferior à média nacional não atingindo os 10%, contrariamente à protecção da biodiversidade e da paisagem com 17% e aos outros domínios que detinham, nesta região, alguma importância (10%). O Centro foi a única região em que o domínio mais importante foi constituído pela gestão de águas residuais e não pela gestão de resíduos sólidos urbanos. No caso das despesas com tratamento de águas residuais verificou-se uma menor importância na R. A. Açores, no Alentejo e em Lisboa (recorde-se que eram as únicas regiões a apresentar uma taxa de tratamento de águas residuais inferior à média nacional). Em Lisboa realça-se essencialmente um esforço significativo na gestão de resíduos (75%), contrapondo com os 4% assumidos na protecção da biodiversidade e da paisagem.

<sup>5</sup> Os 3% remanescentes referiam-se a um conjunto de domínios com pouca expressão como sejam a protecção da qualidade do ar e do clima, protecção e remediação dos solos, águas subterrâneas e superficiais, protecção contra o ruído e as vibrações, protecção contra as radiações, I&D e outras actividades de protecção do ambiente.

<sup>6</sup> O peso da gestão de águas residuais seria bastante reduzido no cômputo geral com apenas 17% das despesas líquidas das receitas geradas, por contrapartida da gestão de resíduos que passaria a representar 65% e da protecção da biodiversidade e da paisagem com 12%.

FIGURA 2.8 DESPESAS DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



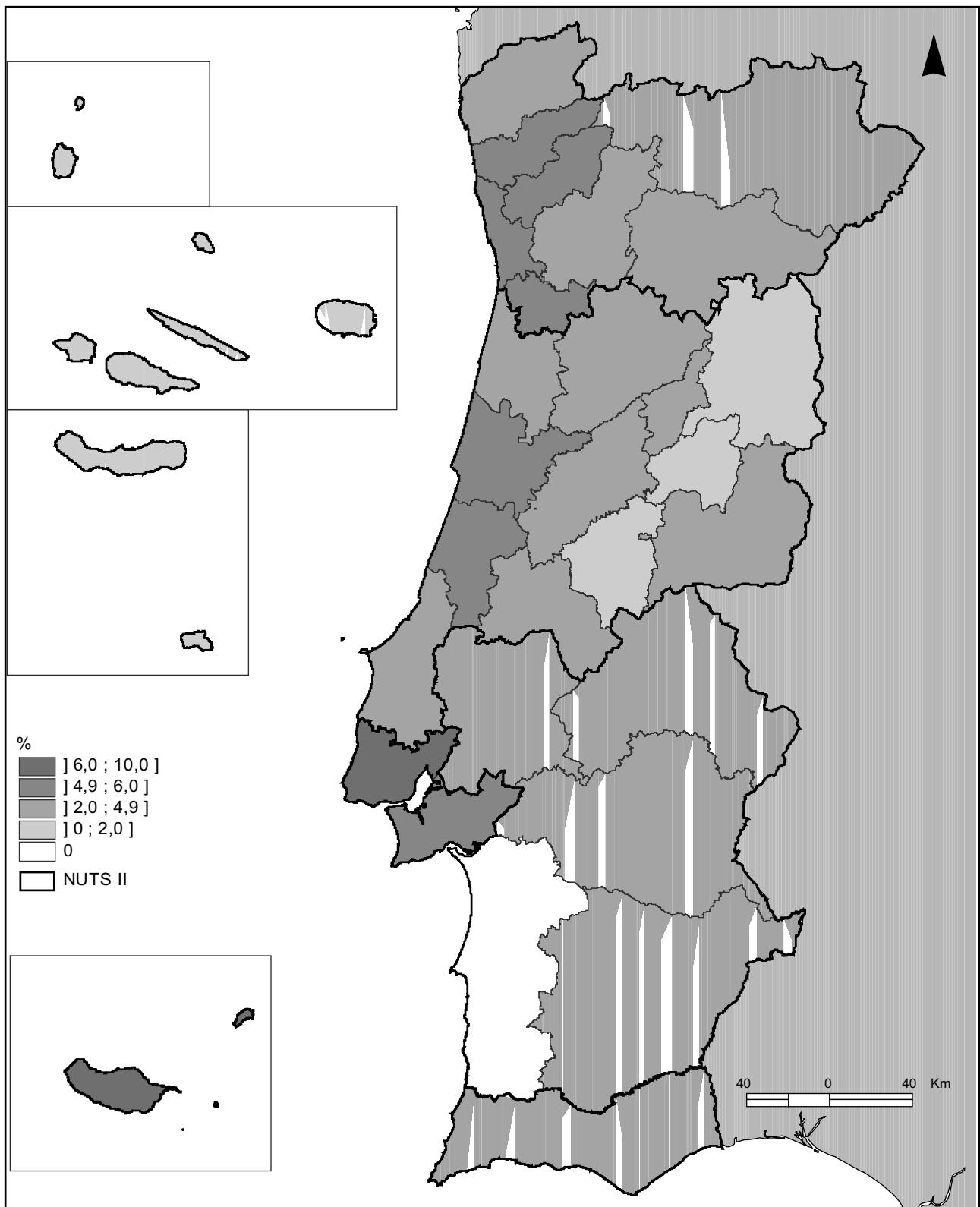
#### TAXA DE RECOLHA SELECTIVA DE RSU MAIS ELEVADA NA R. A. MADEIRA E NA GRANDE LISBOA

Em 2004, foram produzidas 4 570 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos em Portugal. Deste total, praticamente um terço foi proveniente da Região Norte, seguida da Região de Lisboa com 28% do total. Contudo, em termos *per capita*, as regiões que se evidenciaram foram as mais atractivas em termos turísticos, nomeadamente o Algarve e a R. A. Madeira com valores claramente superiores ao registado em termos nacionais. Assim, enquanto que, em média, se produziu cerca de 1,2 kg por dia e por habitante em Portugal, no Algarve esse valor foi bastante superior atingindo praticamente os 2 kg por dia por habitante.

O destino final dos resíduos sólidos provenientes das habitações privadas situadas em aglomerados urbanos variou entre a deposição em aterro, situação mais frequente, e a incineração, compostagem e recolha selectiva. No caso desta última, ou seja, da recolha especial de resíduos que são objecto de deposição separada por parte do detentor com a finalidade de serem reciclados, denotou-se um crescimento nos últimos anos. Entre 2003 e 2004, este crescimento foi, ao nível nacional, de 22% o que será consequência de uma maior oferta dos vidrões e dos denominados ecopontos, revelando ainda uma preocupação crescente das populações para questões ambientais. No mesmo sentido, a taxa de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos foi, em 2004, de 4,9%, quando em 2003 tinha sido de 3,9%.

Regionalmente evidenciaram-se as sub-regiões do Litoral continental como sendo aquelas onde a recolha selectiva assumiu maior destaque, embora a R. A. Madeira registasse o valor mais elevado, com quase 10% dos resíduos sólidos urbanos recolhidos a serem resultado de uma recolha selectiva [Figura 2.9].

FIGURA 2.9 TAXA DE RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, POR NUTS III, 2004

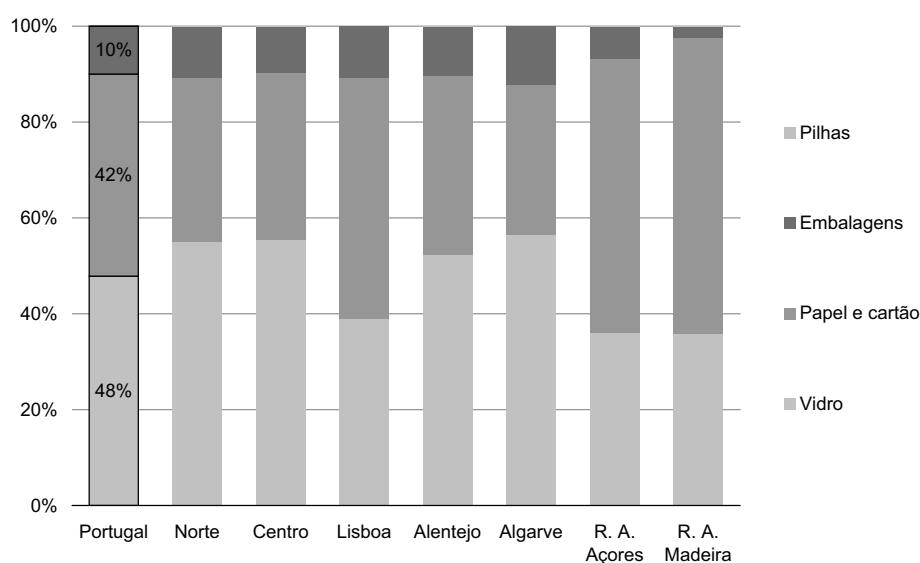


A recolha selectiva dos resíduos sólidos urbanos incide sobre quatro tipo de materiais: vidro, papel e cartão, embalagens e pilhas.

Em 2004 destacavam-se, ao nível nacional, o vidro, representando cerca de metade da recolha selectiva realizada, o papel e o cartão. As embalagens representaram 10% da recolha. Residualmente, não atingindo 1% do total, surgiam ainda as pilhas.

Regionalmente denotam-se algumas situações diferenciadas com o papel e o cartão a assumirem posição de destaque nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e em Lisboa [Figura 2.10].

FIGURA 2.10 RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, PORTUGAL E NUTS II, 2004







II.

## As Pessoas







## II.1 População





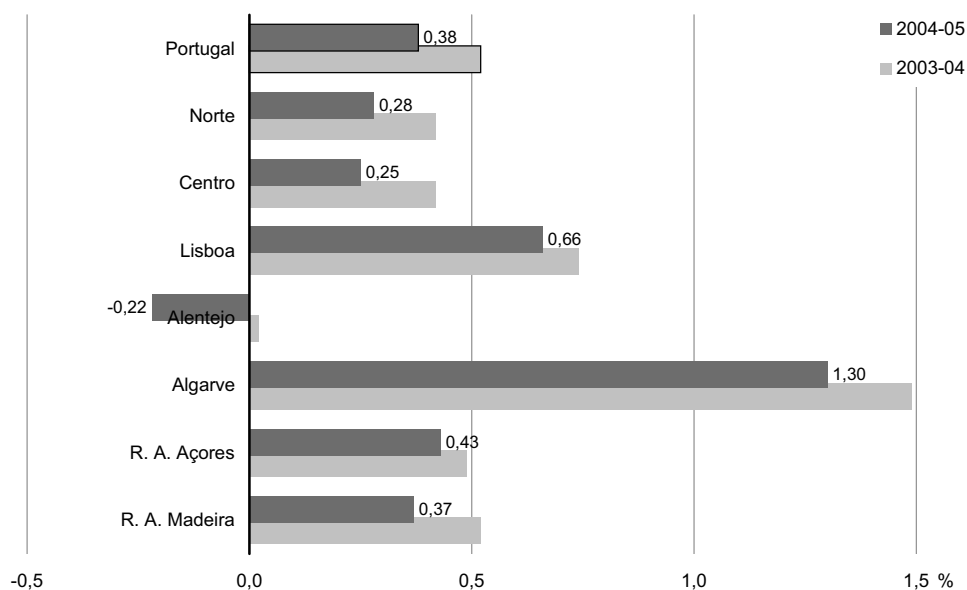
## II.1. POPULAÇÃO

### ALENTEJO É A ÚNICA REGIÃO A PERDER POPULAÇÃO

A população residente estimada para 31 de Dezembro de 2005 ultrapassava os 10,5 milhões de pessoas o que representava um aumento de 0,38% face ao ano anterior. O ritmo de crescimento da população reduziu-se em 2005 em cerca de 0,14 pontos percentuais (p.p.), depois de 2004 ter sido já um ano de desaceleração do crescimento populacional.

Analisando as taxas de variação regionais, evidenciava-se o Algarve com o maior crescimento (1,3%), e o Alentejo por ser a única região do país a apresentar um decréscimo populacional [Figura 1.1]. A diminuição dos efectivos populacionais nesta região tem sido praticamente uma constante ao longo da última década. De facto, com excepção do período 2003-2004, em que o crescimento populacional foi próximo de zero, o crescimento migratório anual verificado não foi suficiente para compensar os saldos naturais negativos.

FIGURA 1.1 TAXAS DE CRESCIMENTO EFECTIVO DA POPULAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2003-2004 E 2004-2005



A distribuição regional da população correspondia a 35% no Norte, cerca de 23% no Centro, 26% em Lisboa e 7,2% no Alentejo. As restantes regiões apresentavam proporções inferiores a 4%. Apesar de ser a Região Norte a deter, em termos relativos, a maior proporção de população residente, a Região de Lisboa apresentava uma densidade populacional de 947 habitantes por km<sup>2</sup>, cerca de cinco vezes superior ao daquela região.

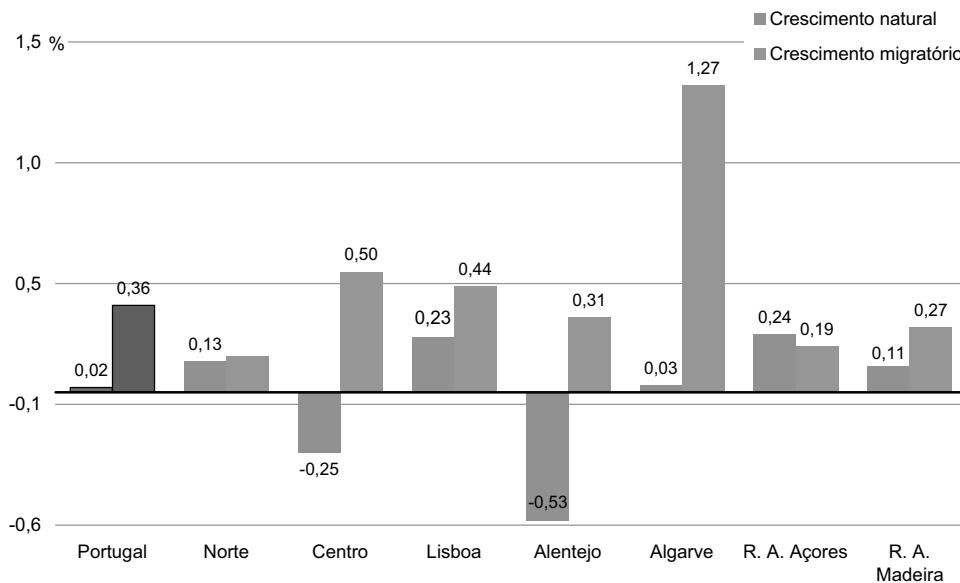
**APENAS NA R. A. AÇORES O CRESCIMENTO NATURAL SUPERA O CRESCIMENTO MIGRATÓRIO**

A decomposição da taxa de crescimento efectivo da população mostra que o crescimento da população residente em Portugal foi sustentado maioritariamente pela componente migratória, isto é, pelo saldo positivo registado nas migrações internacionais. A R. A. Açores foi a única região em que os ganhos populacionais na componente natural foram superiores aos da componente migratória. No Alentejo o saldo migratório positivo não foi suficiente para compensar a evolução negativa do saldo natural, o que explica ter sido esta a única região do país a diminuir a sua população efectiva de 2004 para 2005.

Ao nível nacional a taxa de crescimento migratório diminuiu pelo terceiro ano consecutivo. Nos últimos 10 anos o saldo migratório atingiu os valores mais elevados no período de 2000 a 2002.

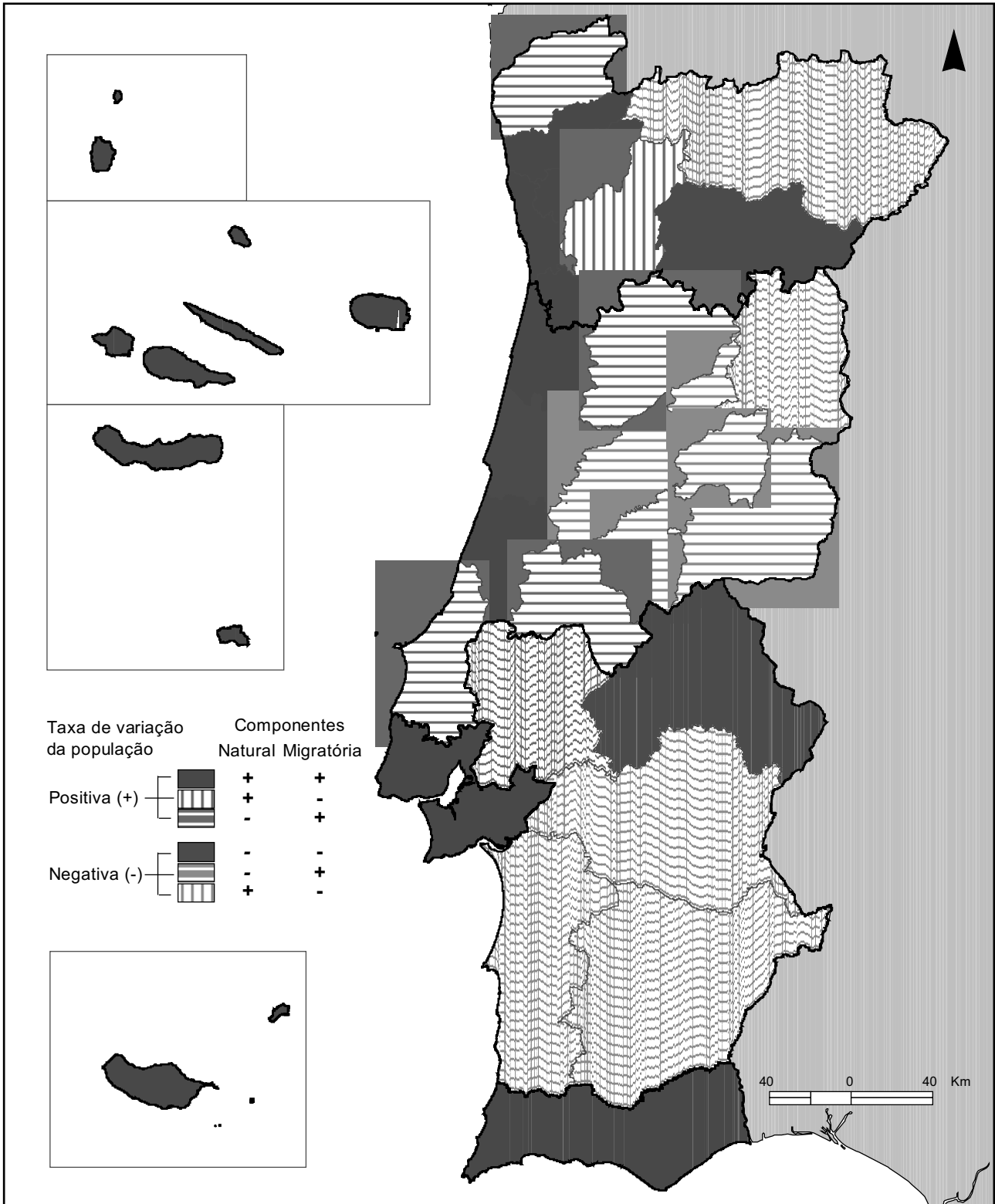
As diferenças mais significativas entre o dinamismo populacional induzido pela componente natural e pela componente migratória registaram-se nas regiões do Algarve, Alentejo e Centro. No primeiro caso o saldo natural foi quase nulo e a dinâmica na componente migratória foi a máxima registada entre todas as regiões; nas outras duas regiões o saldo natural foi negativo pelo que o crescimento dos efectivos populacionais foi exclusivamente resultado da componente migratória. Nas restantes regiões, ambas as componentes, natural e migratória, contribuíram positivamente para a taxa de variação da população [Figura 1.2].

FIGURA 1.2 TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2004-2005



A geografia da dinâmica populacional no Continente entre 2004 e 2005 [Figura 1.3] opõe um litoral com ganhos populacionais a um interior com perdas. Neste contexto, importa salientar as excepções do Alentejo Litoral e do Baixo Mondego, sub-regiões do litoral que registaram taxas de variação negativas. Refira-se ainda que, independentemente do sentido da evolução populacional registado nas sub-regiões do território nacional, a taxa de crescimento migratória foi quase sempre positiva: constituem excepções as sub-regiões Douro, Baixo Mondego e Alto Alentejo, com perdas populacionais resultantes de saldos negativos em ambas as componentes natural e migratória e a sub-região do Vale do Ave que apresentou uma dinâmica positiva exclusivamente através da componente natural.

FIGURA 1.3 DECOMPOSIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO, POR NUTS III, 2004-2005



## METADE DOS MUNICÍPIOS PERDE POPULAÇÃO

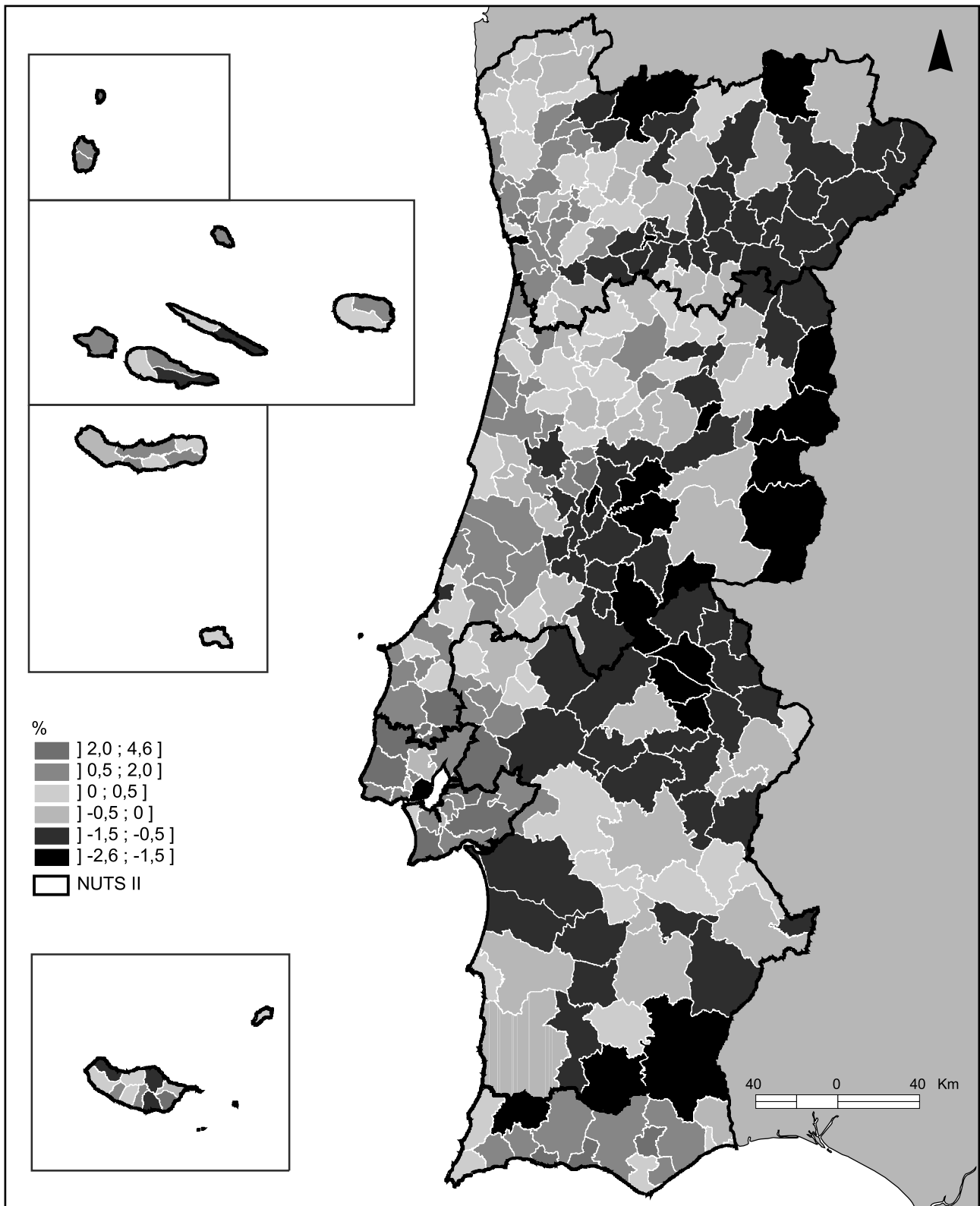
Cerca de metade dos 308 municípios apresentaram taxas de crescimento da população negativas entre 2004 e 2005. Norte, Centro e Alentejo concentraram a quase totalidade destes municípios, mais concretamente 139 dos 153 municípios nestas condições. A evolução de 2004 para 2005 obedeceu à tendência dos últimos anos com redução dos efectivos populacionais nos municípios do Interior. No Norte destacavam-se as sub-regiões Douro, com 18 dos 19 municípios a apresentarem reduções dos seus efectivos populacionais, e Alto Trás-os-Montes, onde também 13 dos 14 municípios estavam nesta situação. As excepções foram Tarouca e Chaves. No Centro o destaque vai para o Pinhal Interior Norte onde apenas Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo e Lousã apresentavam crescimentos populacionais efectivos embora de grandeza muito reduzida. O Alentejo apresentou também duas sub-regiões com a quase totalidade dos seus municípios a perder população: o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo. No primeiro caso apenas o município de Campo Maior e no segundo o Alvito aumentaram muito ligeiramente os seus efectivos populacionais.

Residualmente, fora desta mancha mais densa de municípios em declínio demográfico, evidenciavam-se municípios da área metropolitana de Lisboa - Amadora, Lisboa, Loures e Barreiro -, o município do Porto, e, por último, Alcoutim, Castro Marim e Monchique, no Algarve [Figura 1.4].

Nas ilhas o declínio populacional afectava tanto os municípios mais urbanos, como Ponta Delgada e Funchal, como municípios como Calheta e Lajes do Pico, na R. A. Açores, e Machico, Porto Moniz e Santana, na R. A. Madeira.

Os municípios que apresentaram ganhos populacionais concentraram-se sobretudo ao longo do Litoral. Com subidas superiores a 3% destacavam-se apenas cinco municípios: São Brás de Alportel, Santa Cruz, Mafra, Alcochete e Sesimbra. No Interior o crescimento populacional verificava-se num grupo contínuo de municípios de Montemor-o-Novo a Mourão no Alentejo Central. De forma isolada destacavam-se ainda Castro Verde e Campo Maior no Alentejo, Guarda na Beira Interior Norte, e Chaves em Alto Trás-os-Montes que apresentaram crescimentos efectivos inferiores a 0,5%.

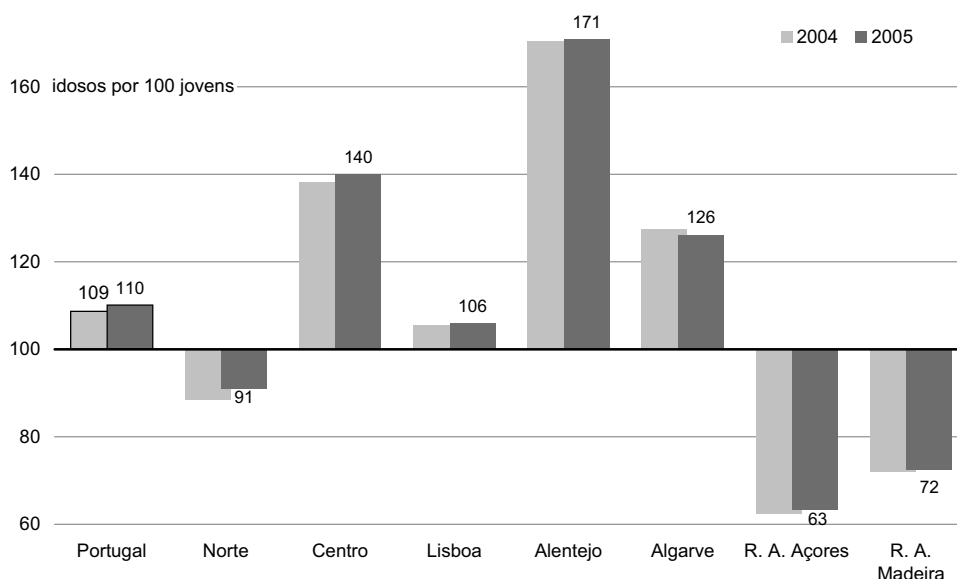
FIGURA 1.4 CRESCIMENTO EFECTIVO DA POPULAÇÃO, POR MUNICÍPIO, 2004-2005



MAIS IDOSOS E IDOSOS MAIS VELHOS

A evolução registada, entre 2004 e 2005, na estrutura etária da população residente revela o acentuar do envelhecimento da população, com a relação entre a população idosa e a população jovem a atingir 110,1 em 2005, ou seja, mais um idoso por cada 100 jovens do que no ano anterior [Figura 1.5]. É de notar que este processo de envelhecimento populacional tem vindo a crescer ao longo dos últimos 16 anos, sendo que desde 2000 a população residente nacional se tem caracterizado por um maior número de pessoas com 65 ou mais anos face ao número de pessoas com 14 e menos anos.

FIGURA 1.5 ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



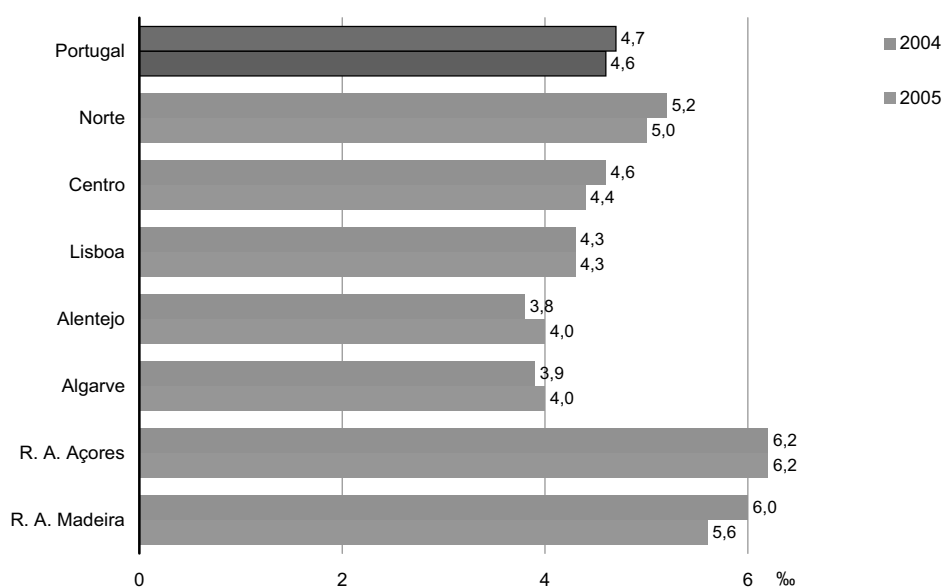
Este comportamento do índice de envelhecimento resulta do efeito combinado da diminuição dos efectivos populacionais com catorze ou menos anos e do aumento dos efectivos populacionais no grupo de população com sessenta e cinco e mais anos (-0,1% vs. 1,1%). Uma análise por grupos etários revela que os efectivos populacionais se reduziram nos grupos com menos de catorze e dos quinze aos vinte e quatro anos, sendo que neste último a redução foi de 2,6%. Por outro lado, os efectivos dos grupos etários mais idosos aumentaram, com especial relevo para o grupo etário dos 75 ou mais anos cujo total de efectivos aumentou 2,8%. Este efeito combinado colocou o índice de longevidade (relação entre a população com 75 ou mais anos e a população com 65 ou mais anos) em quase 44% ao nível nacional, variando entre os 46,3%, no Alentejo, e os 41,9%, na R. A. Madeira.

Regionalmente, o índice de envelhecimento apenas diminuiu no Algarve, de 2004 para 2005, um ponto percentual pois, embora se tenha registado um acréscimo no número de idosos, esta subida foi anulada pelo aumento superior do número de jovens. Na R. A. Madeira, os efectivos populacionais com 65 ou mais anos mantiveram-se sensivelmente idênticos o que explica a pequena variação do valor deste indicador [Figura 1.5]. O Algarve e Lisboa foram as únicas regiões do país a apresentar em 2005 um maior número de jovens face ao ano anterior.

## IDADE MÉDIA AO CASAMENTO MAIS ELEVADA NA REGIÃO DE LISBOA

A taxa bruta de nupcialidade em Portugal desceu cerca de 0,1 p.p. de 2004 para 2005. Ao nível regional, enquanto no Algarve e no Alentejo, o número de casamentos por habitante subiu face a 2004, no Norte, Centro e R. A. Madeira diminuiu e em Lisboa e na R. A. Açores manteve-se. [Figura 1.6]. Nas regiões autónomas, o valor deste indicador foi cerca de um p.p. mais elevado do que no restante território.

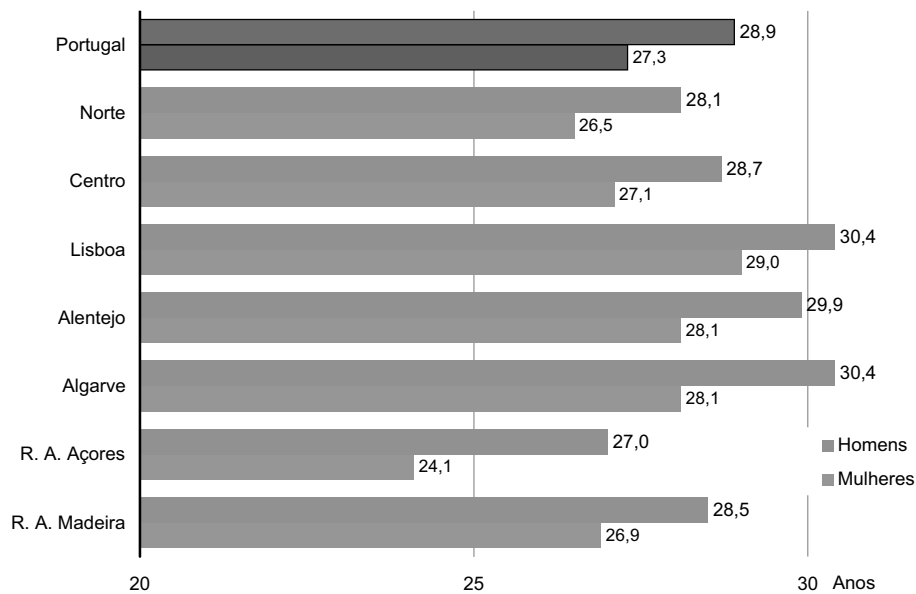
FIGURA 1.6 TAXA DE NUPCIALIDADE, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Nos últimos anos, e ao nível nacional, a idade média da mulher ao primeiro casamento aumentou dos 25,6 anos (em 1995) para os actuais 27,3 (em 2005). Esta tendência foi igualmente acompanhada pelos homens cuja idade ao casamento atingiu quase os 29 anos, sendo de 26,8 em 1995.

O aumento da idade média ao primeiro casamento tem sido uma realidade em todo o território. Lisboa era a região com a média de idades mais elevada enquanto na R. A. Açores as mulheres casaram, em média, três anos mais novas e os homens dois anos mais novos do que no resto do País. Ao nível das sub-regiões o valor deste indicador variou, no caso das mulheres, entre 24,8 anos no Tâmega e 29,2 anos na Grande Lisboa e, no caso masculino, entre 26,8 anos, também no Tâmega e 30,6 anos no Baixo Alentejo. A idade média ao primeiro casamento ultrapassava os 25 anos em todas as sub-regiões e para ambos os sexos (com excepção do Tâmega). Em cerca de metade das sub-regiões a idade média no casamento superava a média nacional. A Norte do País o casamento revelou-se acontecer mais cedo do que ao nível nacional e a Sul mais tarde do que a média nacional.

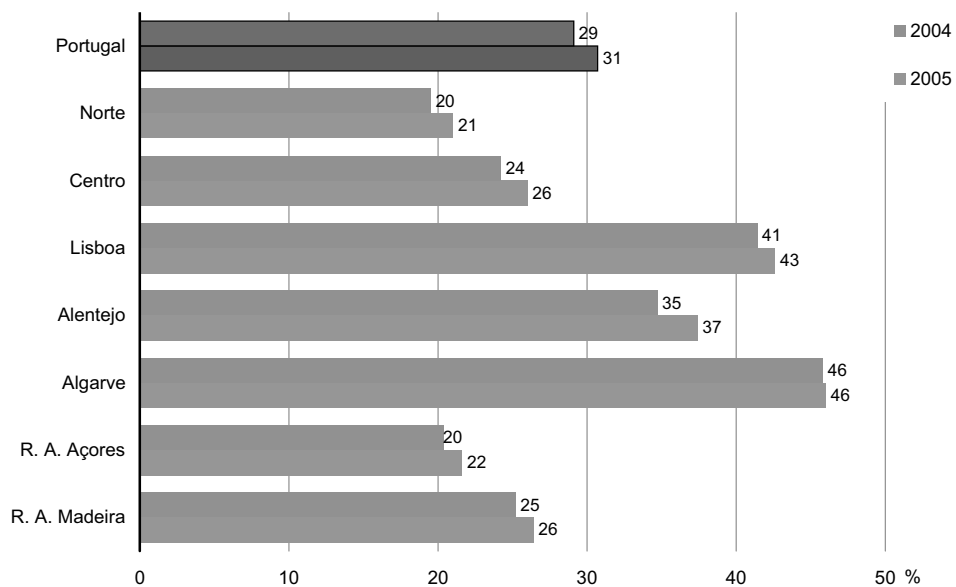
FIGURA 1.7 IDADE MÉDIA DAS MULHERES E HOMENS AO PRIMEIRO CASAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Nas sub-regiões do Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Península de Setúbal e Grande Lisboa, a idade média da mulher ao primeiro casamento era superior ao da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, o que indica a importância do nascimento de filhos fora do casamento e os diferentes padrões de conjugalidade. Neste cenário merecem especial destaque as sub-regiões do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral em que a diferença de idades entre casamento e maternidade era superior a 1 e a 2 anos, respectivamente, ou seja, as mulheres casavam, em média, 1 ou dois anos mais tarde do que tinham o primeiro filho.

A Figura 1.8 apresenta a importância dos nascidos vivos gerados fora do casamento face ao total de nascimentos em 2005. Este indicador evidencia um comportamento diferenciado que divide geograficamente o país em dois: por um lado, a Sul, Lisboa, Alentejo e Algarve apresentavam uma percentagem de nascimentos fora do casamento na ordem dos 40% (o Algarve toma a sua máxima expressão com quase metade dos nascimentos a terem lugar fora do casamento); por outro lado, a Norte e nas regiões autónomas, não se ultrapassou um quarto do total de nascidos-vivos, embora se observe uma tendência de subida.

FIGURA 1.8 NADOS-VIVOS FORA DO CASAMENTO, PORTUGAL E NUTS II, 2005







## II.2 Educação





## II.2. EDUCAÇÃO

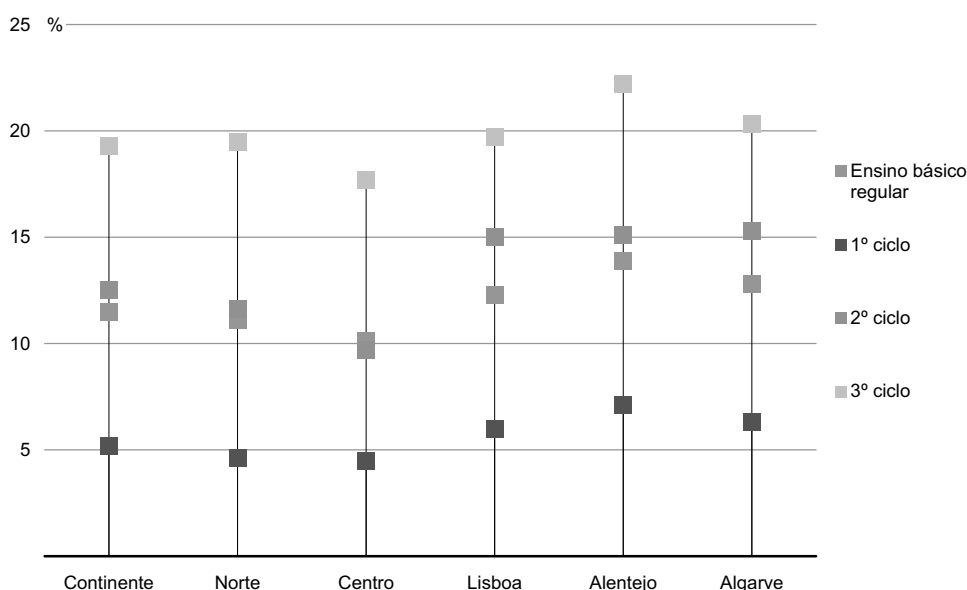
### TAXA DE RETENÇÃO NO ENSINO BÁSICO REGULAR MAISELEVADA NO ALENTEJO

No ano lectivo de 2004/2005, matricularam-se em Portugal 1 153 mil alunos no ensino básico - cuja duração é de nove anos e que está organizado em três ciclos sequenciais, correspondendo à escolaridade obrigatória em Portugal. Em relação ao ano lectivo anterior, verificou-se, ao nível nacional, uma diminuição de 1,1%. Por regiões, no Algarve verificou-se um crescimento (+ 2%) e nas restantes regiões ocorreram diminuições que variaram entre o valor registado em Lisboa (-0,2%) e o da R. A. Açores (-4%).

A taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, medida através da percentagem de alunos matriculados que não transitaram de ano de escolaridade, atingiu em Portugal continental, no ano lectivo de 2004/2005, os 11,5% sofrendo oscilações, em termos regionais, que variaram entre 10,1%, no Centro, e 13,9%, no Alentejo. No entanto, analisando em separado os diferentes ciclos de ensino que compõem o ensino básico regular verifica-se um acentuar gradual dos níveis de retenção à medida que o nível de ensino vai aumentando. Assim, enquanto no 1º ciclo a taxa de retenção e desistência se quedava pelos 5,2% em 2004/2005 em Portugal continental, no 2º ciclo este valor passava para 12,5% e no 3º ciclo para 19,3%. Neste sentido, no 3º ciclo 19 em cada 100 alunos matriculados em 2004/2005 não transitaram desse nível de ensino.

Ao nível regional, evidenciava-se o Centro por apresentar sempre as mais baixas taxas de retenção nos respectivos níveis de ensino básico regular, por oposição ao verificado no Alentejo e Algarve, onde as taxas apresentadas foram as mais elevadas (1º e 3º ciclo, no caso do Alentejo, e 2º ciclo, no caso do Algarve) [Figura 2.1].

FIGURA 2.1 TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO REGULAR SEGUNDO OS NÍVEIS DE ENSINO MINISTRADOS, CONTINENTE E NUTS II, 2004/05



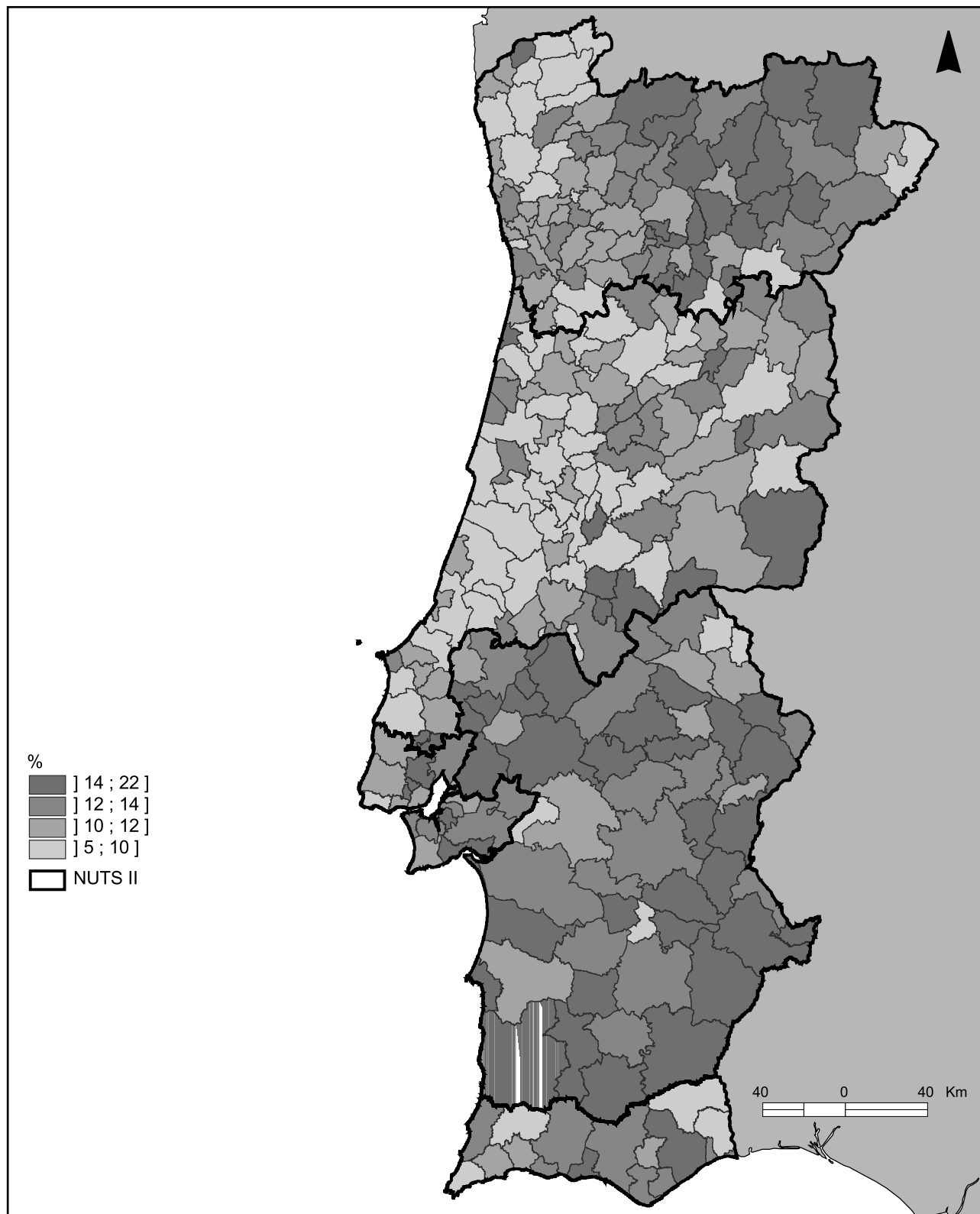


O fenómeno do insucesso escolar ao nível da escolaridade obrigatória apresenta uma expressão local e regional que importa ter em conta. Os municípios com níveis de retenção e desistência inferiores a 10% dos alunos matriculados (65 municípios<sup>7</sup>) situavam-se maioritariamente no Centro e ainda em municípios da sub-região Minho-Lima. As situações com taxas de retenção superiores a 14% situavam-se predominantemente no Alentejo e em algumas sub-regiões do Norte (Douro e Alto Trás-os-Montes). Importa, ainda, destacar alguns municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa com valores elevados (Loures, Moita, Amadora, Setúbal e Odivelas com valores superiores a 14%) [Figura 2.2].

---

<sup>7</sup> O total de municípios em Portugal continental é de 278.

FIGURA 2.2 TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO REGULAR, POR MUNICÍPIO, 2004/05

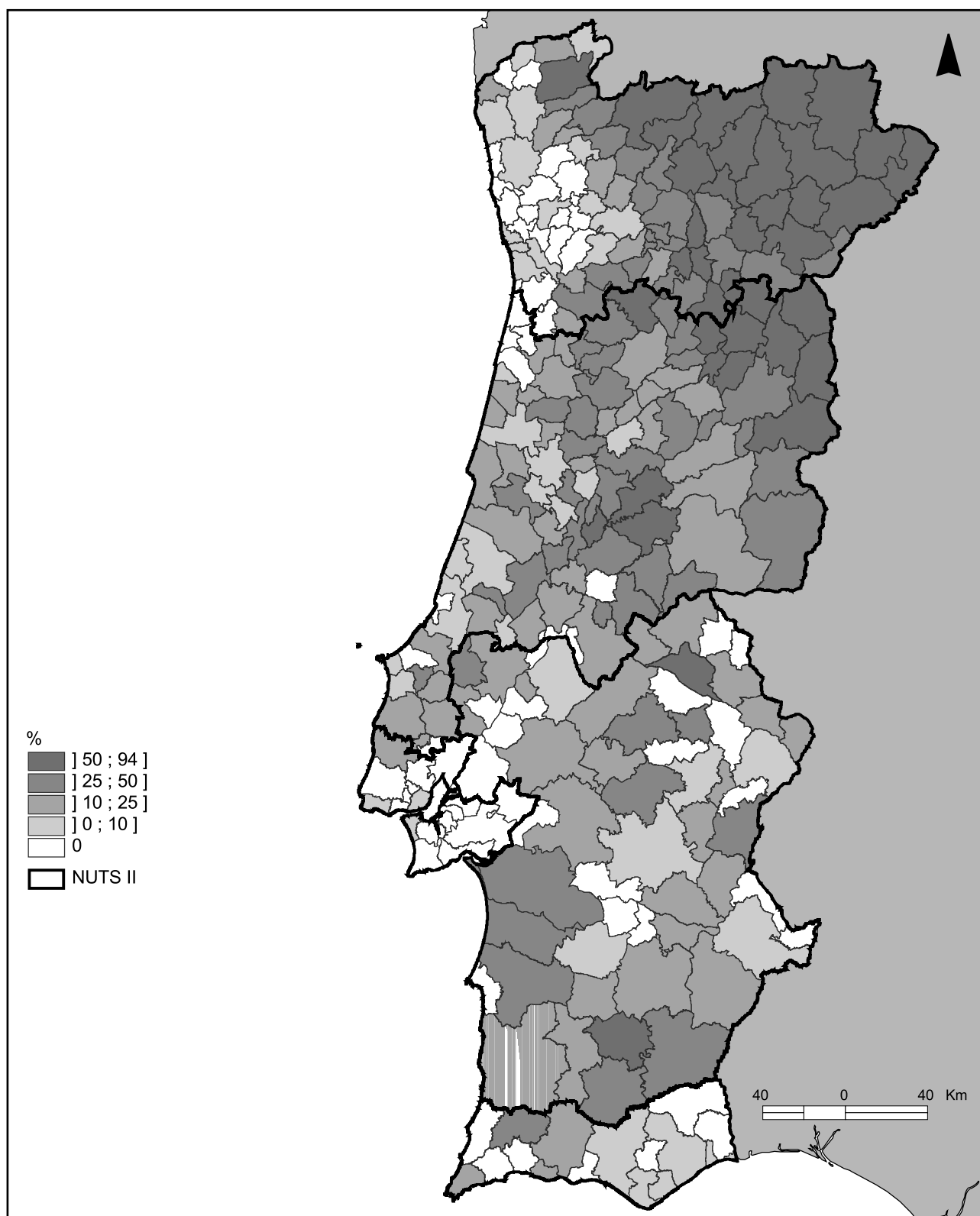


## PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO COM MENOS DE 10 ALUNOS SUPERIOR A 50% NO INTERIOR NORTE E CENTRO DE PORTUGAL CONTINENTAL

Em Portugal continental, no ano lectivo de 2004/05, leccionava-se o 1º ciclo do ensino básico em 8 054 estabelecimentos. No entanto, em 20% destes estabelecimentos, a frequência era no máximo de 10 alunos, evidenciando a tendência de envelhecimento da população. Por outro lado, confrontando estes dados com os do ano lectivo imediatamente anterior, verifica-se uma diminuição do número de estabelecimentos nestas condições (menos 217 estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico com 10 ou menos alunos).

O panorama regional da proporção de estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico com menos de 10 alunos evidencia uma concentração de municípios localizados essencialmente no Interior Norte e Centro, onde mais de 50% dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo funcionavam com menos de 10 alunos. Dos 42 municípios onde esta realidade se verificava, 14 pertenciam à sub-região do Alto Trás-os-Montes, oito ao Douro e sete à Beira Interior Norte. Carraceda de Ansiães, Alfândega da Fé, Mogadouro e Valpaços são os municípios em que este indicador ultrapassava 80%. Apenas em 70 municípios não existiam estabelecimentos com estas características [Figura 2.3].

FIGURA 2.3 PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO COM MENOS DE 10 ALUNOS, POR MUNICÍPIO, 2004/05

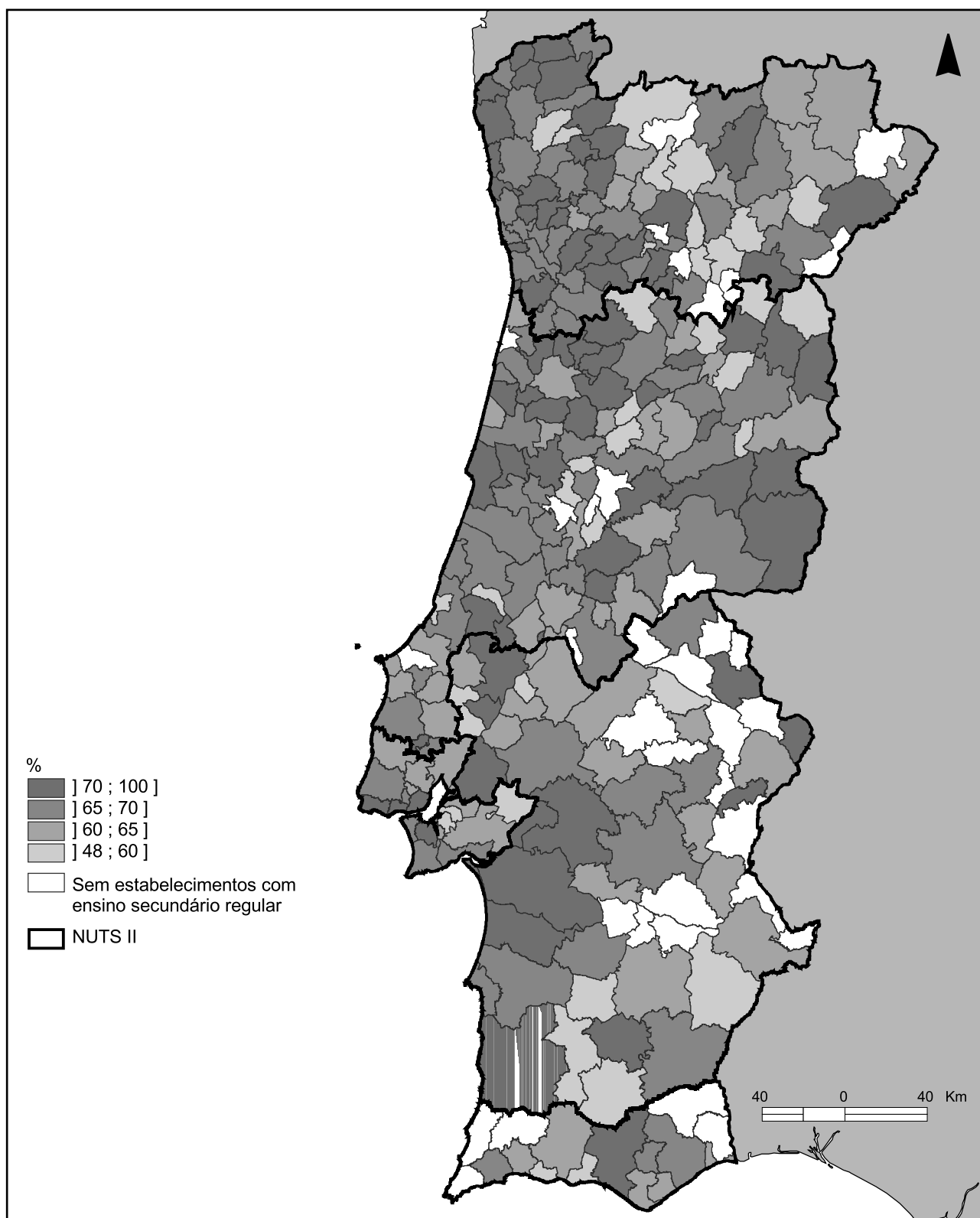


#### APENAS OITO MUNICÍPIOS APRESENTAM TAXAS DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO SUPERIORES A 80% NO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR

No ano lectivo de 2004/05, os alunos matriculados no ensino secundário cerca de 377 mil, o que representa uma quebra de 1,4% no número de alunos, face ao ano lectivo anterior. Esta tendência decrescente, com excepção da R. A. Madeira onde o aumento foi de 3,1%, sentiu-se em todas as regiões, com o valor mais elevado a verificar-se no Alentejo (-4,8%).

O aproveitamento escolar dos alunos pode ser medido pela taxa de transição/conclusão, na medida em que nos indica a percentagem de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) tendo em conta o número de alunos matriculados nesse ano lectivo. Em Portugal continental, em 2004/05, 68,1% dos alunos matriculados obtiveram aproveitamento escolar, tendo o valor médio nacional sido apenas superado no Norte (70%). Centro, Lisboa e Alentejo apresentaram valores próximos dos 67% e no Algarve obteve-se a menor taxa de transição/conclusão com 64,7%. Em relação ao ano lectivo anterior (2003/04), todas as regiões viram os seus resultados melhorar. Ao nível municipal, observou-se alguma concentração de municípios com taxas de aproveitamento mais elevadas no Centro e na faixa mais Litoral do Norte e do Alentejo. Dos 243 municípios com alunos matriculados no ensino secundário, apenas se ultrapassou o limiar dos 80% de aproveitamento em oito municípios, tendo-se apresentado valores inferiores a 60% em 35 municípios [Figura 2.4].

FIGURA 2.4 TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR, POR MUNICÍPIO, 2004/05

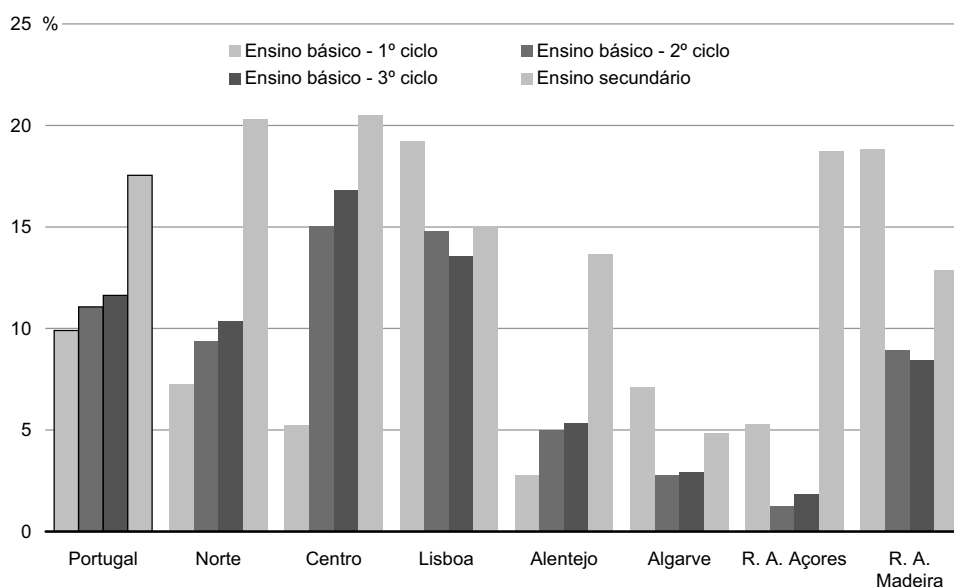


O ensino secundário regular visa, por um lado, aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento dos estudos no ensino superior (ensino secundário regular geral) ou, na vertente tecnológica, facilitar o ingresso no mercado de trabalho com cursos predominantemente orientados para a vida activa. Em Portugal, apenas 22% dos alunos matriculados no ensino secundário regular optaram pela via tecnológica em 2004/05, destacando-se o Alentejo por ser a região com o valor mais afastado da média do Continente com 18%. A decomposição da taxa de transição/conclusão do ensino secundário regular nestas duas vertentes evidencia uma melhoria dos resultados obtidos na vertente geral (mais próxima em todas as regiões dos 70%) face à vertente tecnológica, com valores de aproveitamento e/ou conclusão na ordem dos 56%.

#### EM LISBOA E NA R. A. MADEIRA QUASE UM QUINTO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1º CICLO FREQUENTAM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIVADOS

A proporção de alunos matriculados no ensino básico e secundário em estabelecimentos de ensino privado foi, em Portugal, no ano lectivo de 2004/05, de 12,4%, sendo que apenas no Alentejo (6,6%), R. A. Açores (6,4%) e Algarve (4,8%) os valores foram inferiores a 10%. A análise por nível de ensino coloca algum ênfase na importância que os estabelecimentos de ensino privados assumem no ensino secundário ao nível nacional, na medida em que absorviam 18% do total de alunos matriculados neste nível de ensino, enquanto que no ensino básico os valores dos diferentes níveis de ensino se aproximavam dos 10%. Contudo, regionalmente a importância do nível de ensino leccionado em estabelecimentos privados é bastante diferenciada. Em Lisboa, na R. A. Madeira e no Algarve, é no 1º ciclo que a importância dos estabelecimentos privados é mais evidente. Nos dois primeiros casos, quase um quinto dos estudantes matriculados no 1º ciclo frequentavam este tipo de estabelecimentos. No Centro, Norte, R. A. Açores e Alentejo, o nível de ensino em que mais se evidenciava o peso dos estabelecimentos privados era o ensino secundário, com valores superiores a 20% nos dois primeiros casos [Figura 2.5].

FIGURA 2.5 PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRIVADOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO MINISTRADO, PORTUGAL E NUTS II, 2004/05



55% DO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR FREQUENTAVAM ESTABELECIMENTOS DE LISBOA, PORTO E COIMBRA

O número de alunos inscritos no ensino superior em 2005/06 reduziu-se em relação ao ano lectivo anterior em cerca de 3,6% ao nível nacional. Esta quebra foi sentida independentemente da natureza do estabelecimento, embora nos estabelecimentos privados tenha sido mais acentuada: um decréscimo de 7,0% contra a redução de 2,4% verificada nos estabelecimentos públicos. Em termos regionais, a R. A. Madeira foi a única região a contrariar esta tendência, com um crescimento de 1,4%, destacando-se ainda a R. A. Açores e o Alentejo por apresentarem as maiores diminuições (-9,4% e -8,2%, respectivamente).

A distribuição regional do número de alunos inscritos no ensino superior encontra-se fortemente associada às concentrações urbanas existentes em Portugal, destacando-se não só as áreas metropolitanas, mas também algumas cidades de média dimensão, quer no Litoral, quer no Interior [Figura 2.6]. Contudo, o peso das universidades com mais tradição no país continuava ainda a influenciar substancialmente a concentração geográfica dos alunos: os estabelecimentos de Lisboa, Porto e Coimbra concentravam 55% do total de alunos inscritos em 2005/06. Se a estes três municípios se associar os estabelecimentos de ensino localizados nas áreas metropolitanas, o nível de concentração ascendia a 65% do total e a 80% do total de alunos que frequentavam estabelecimentos de ensino superior de carácter privado. Ou seja, a importância das cidades médias do Interior decorria maioritariamente da oferta de estabelecimentos públicos, fruto de uma política de desconcentração dos estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente através dos Institutos Politécnicos.

As áreas de estudo mais procuradas pelos estudantes universitários no ano lectivo de 2005/06 foram, ao nível nacional, as *ciências empresariais* (15%), a *saúde* (14%) e *engenharia e técnicas afins* (13%). No entanto, esta estrutura é diferenciada quando se consideram isoladamente os estudantes do sexo feminino (onde predomina a *saúde* com 18%) e do sexo masculino (onde a área de estudo dominante é *engenharia e técnicas afins* com 24%). A relação de feminidade no ensino superior era, em 2005/06 e ao nível nacional, de 55,7% revelando o predomínio de mulheres neste nível de ensino. No entanto, regionalmente este indicador variava entre os 53% em Lisboa e os 61% no Alentejo.

Agrupando as áreas de estudo por grandes grupos da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação, evidenciava-se uma concentração de quase 70% do total de alunos do ensino superior em três grupos: 32% em *ciências sociais, comércio e direito*, 22% em *engenharia, indústrias transformadoras e construção* e 16% em *saúde e protecção social*. Estes três grandes grupos eram também os mais significativos em 15 das 29<sup>ª</sup> sub-regiões com alunos matriculados no ensino superior. A *educação* destacava-se, ainda, por integrar os três grupos mais significativos em seis sub-regiões [Figura 2.6].

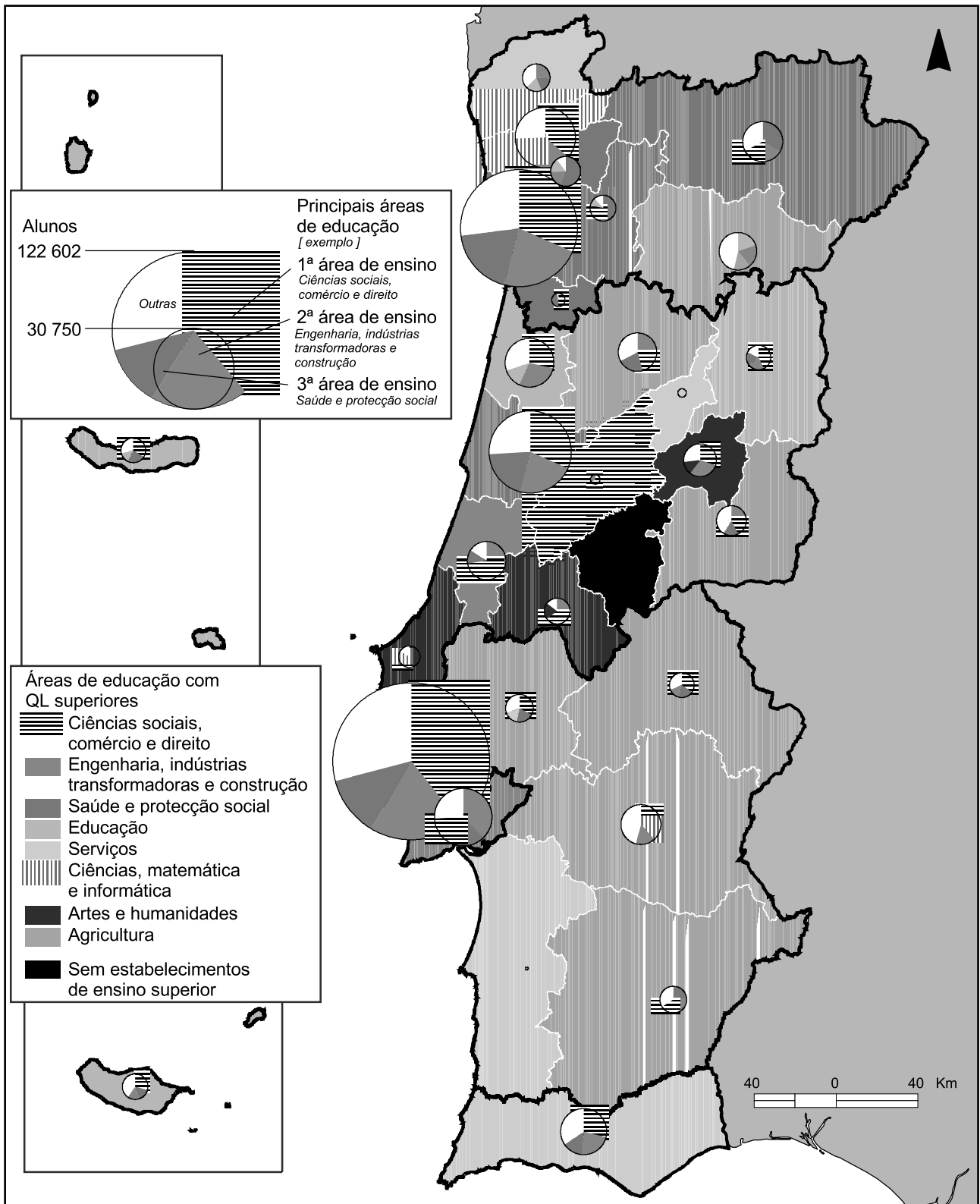
A análise dos grandes grupos de áreas de educação e formação tendo em conta, não a sua dimensão em termos de alunos, mas sim a especialização da região face à estrutura nacional<sup>8</sup>, revela as áreas de ensino que surgiam sobre-representadas ao nível sub-regional. No caso do Alentejo, evidenciava-se a *agricultura, silvicultura e pescas* no Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo. No Norte, evidenciava-se a *saúde e protecção social* no Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Alto Trás-os-Montes.

---

<sup>8</sup> No Pinhal Interior Sul não existiam estabelecimentos de ensino superior.

<sup>9</sup> Consideraram-se as áreas de especialização que simultaneamente apresentavam um quociente de localização superior a 1 e uma importância na sub-região superior a 5%. Entende-se por quociente de localização o rácio entre o peso, em termos de número de alunos no ensino superior, de uma determinada área de estudo na região e o peso, em termos de alunos, da área de estudo no país. Se este rácio for superior a 1, significa que a área de estudo em questão tem maior relevância no número de alunos da região do que ao nível nacional, ou seja, a região é especializada nessa área de estudo, em termos de número de alunos.

**FIGURA 2.6 ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR SEGUNDO OS GRANDES GRUPOS DE ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO, POR NUTS III, 2005/06**







## II.3 Cultura e Lazer

---





## II.3. CULTURA E LAZER

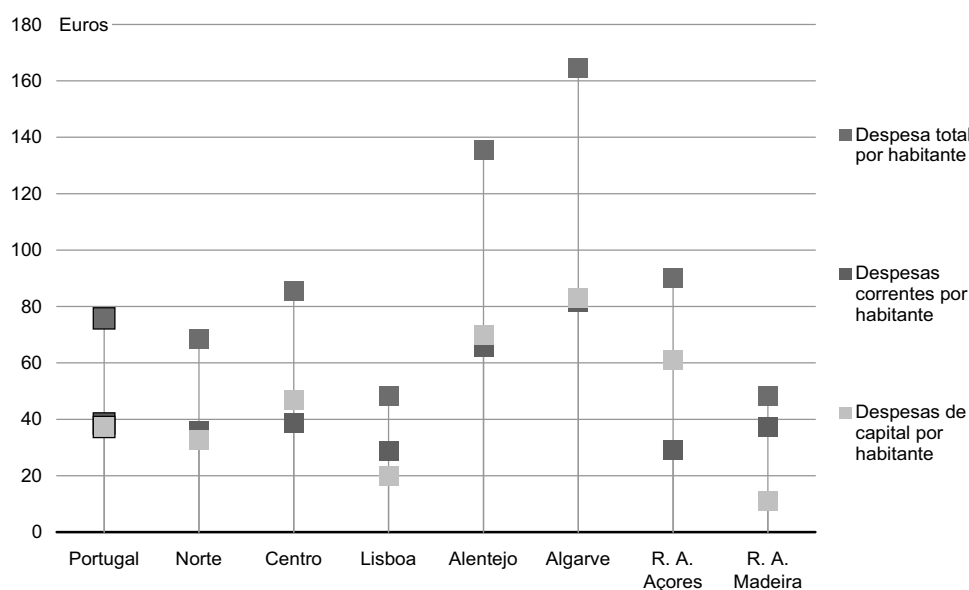
### CÂMARAS MUNICIPAIS DO ALENTEJO AFECTAM 15% DA DESPESA A ACTIVIDADES CULTURAIS E DE DESPORTO

Em 2004, as despesas das Câmaras Municipais em actividades culturais e de desporto aumentaram, face ao ano anterior, 2,4%, atingindo cerca de 796 milhões de euros. Em termos regionais, este aumento foi generalizado, exceptuando-se apenas o Norte, onde as despesas nestas actividades diminuíram 8%. A região do Alentejo destacou-se das restantes pelo facto de ter registado o maior acréscimo (+ 22%).

À semelhança do que acontecia em anos anteriores, em 2004, o Alentejo e o Algarve registaram os maiores níveis de despesa por habitante em actividades culturais e de desporto. Esta situação foi comum às despesas correntes e às despesas de capital [Figura 3.1].

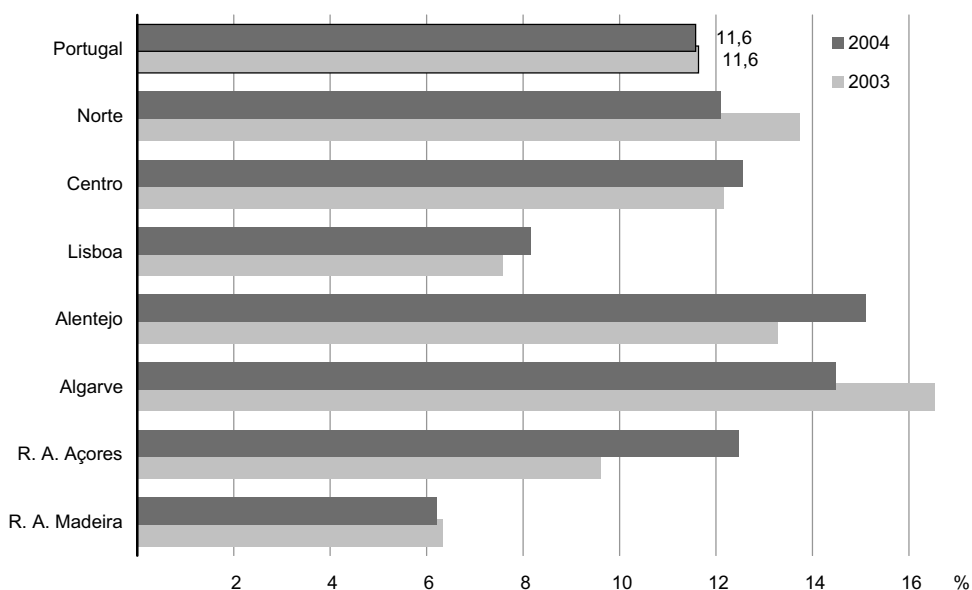
Verificou-se ainda que, tanto para a média nacional como no Norte, Lisboa e R. A. Madeira, as despesas de capital por habitante foram inferiores às despesas correntes por habitante.

FIGURA 3.1 DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS E DE DESPORTO POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



A proporção de despesas das Câmaras Municipais em actividades culturais e de desporto no total de despesas manteve-se inalterada face a 2003 (11,6%). No Algarve, no Norte e na R. A. Madeira, aquela proporção reduziu-se (ainda que ligeiramente no caso da R. A. Madeira) enquanto, na R. A. Açores, se registou a maior expansão (de 9,6%, em 2003, para 12,5%, em 2004). Na sequência das evoluções registadas, o Algarve perdeu a posição cimeira que detinha em 2003 para o Alentejo (onde, em 2004, 15% das despesas das Câmaras Municipais foram afectas a actividades culturais e de desporto) [Figura 3.2].

FIGURA 3.2 DESPESAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS EM ACTIVIDADES CULTURAIS E DE DESPORTO NO TOTAL DE DESPESAS, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004

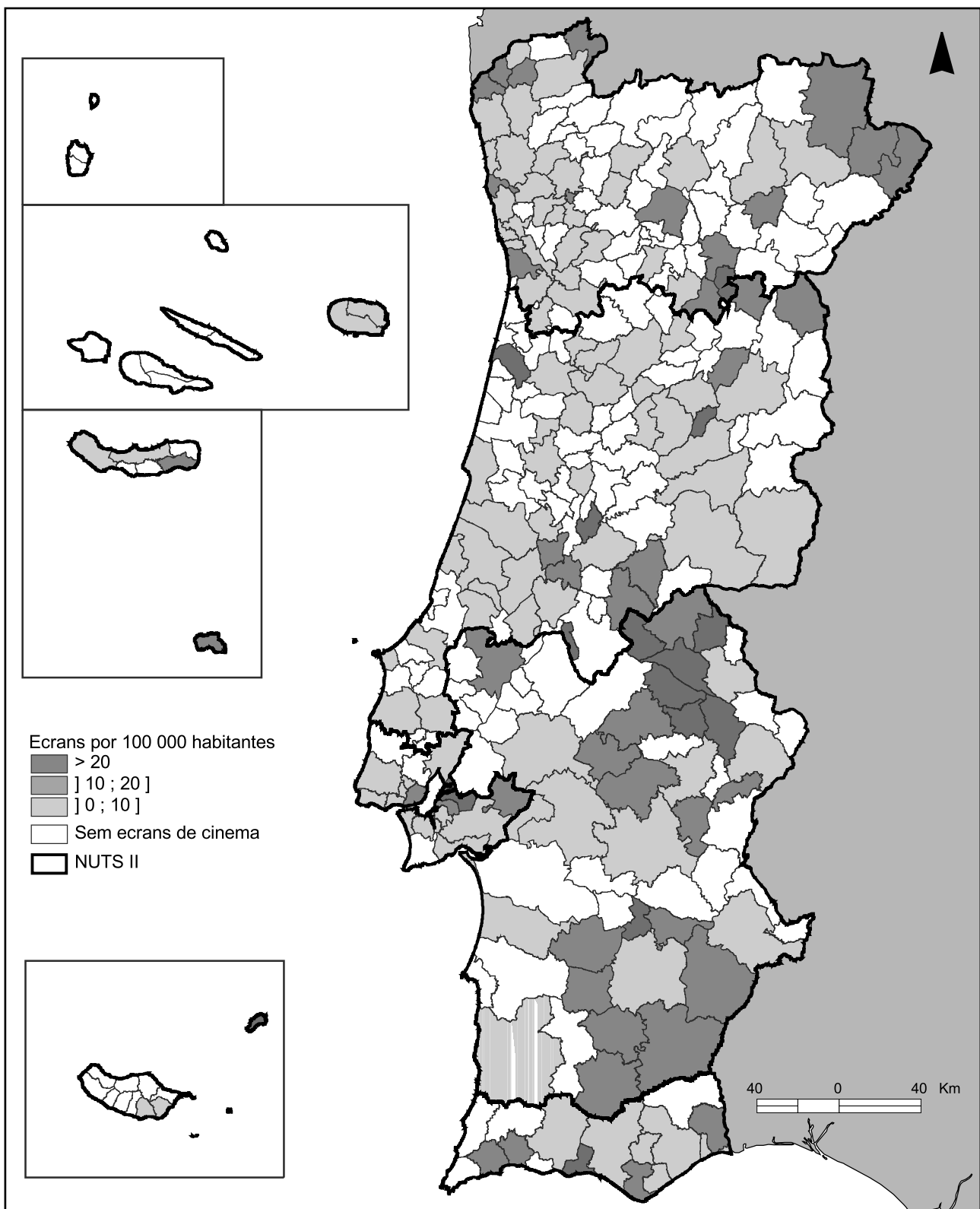


PROCURA DE CINEMA CONTRAI-SE NO NORTE E NO CENTRO

Em 2004, existiam, em Portugal, 594 salas de cinema concentradas em 246 recintos, onde se realizaram cerca de 660 mil sessões. Embora o número de recintos se tenha mantido quase inalterado face ao ano anterior, aumentou o número de salas em 11% e o número de sessões em 16%.

Confrontando a cobertura do país em termos de salas de cinema com a dimensão populacional, registou-se maior incidência deste tipo de equipamento em Lisboa e no Algarve, com um número médio de ecrãs por 100 mil habitantes de 8,2 e 9,2, respectivamente. Ao nível sub-regional, destacavam-se os municípios do Alto Alentejo, já que mais de metade dispunham, em 2004, de mais de 18 ecrãs de cinema por 100 mil habitantes [Figura 3.3].

FIGURA 3.3 NÚMERO DE ECRÃS POR 100 000 HABITANTES, POR MUNICÍPIO, 2004

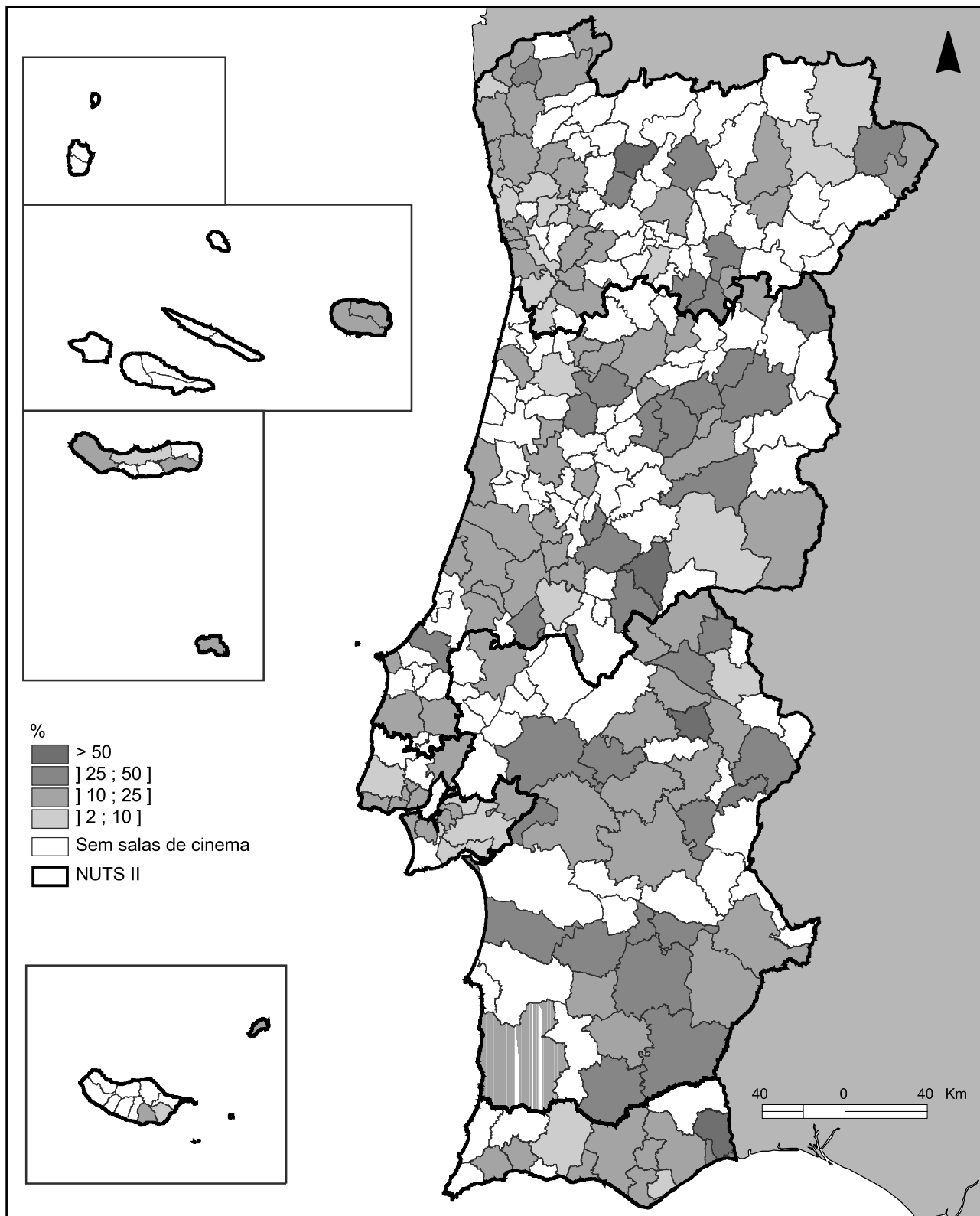


Em 2004, a oferta de cinema avaliada pelo número de sessões realizadas registou um acréscimo de 16% face ao ano anterior. Esta evolução positiva foi comum a todas as regiões do país. No entanto, do lado da procura e a avaliar pelo número de espectadores e de bilhetes vendidos, a evolução, embora positiva, não foi tão favorável quanto a observada no lado da oferta, registando-se um crescimento que não chegou aos 0,5%, em ambos os indicadores. O aumento da procura não foi, contudo, comum a todas as regiões já que no Norte e no Centro se verificou uma contracção face ao ano anterior.

Dado o desequilíbrio entre o crescimento da procura e o crescimento da oferta, a taxa de ocupação das salas de cinema manteve o decréscimo já verificado no ano anterior: em 2003, foi de 14,7% e, em 2004, de 13,6%. Ao nível municipal, observou-se uma variabilidade acentuada no indicador taxa de ocupação indiciando assim uma desadequação entre o número de espectadores (procura) e os lugares disponíveis (oferta).

Enquanto em 2003 existiam 201 municípios com salas de cinema, em 2004 apenas 158 dispunham deste equipamento, sendo que destes apenas quatro apresentaram taxas de ocupação superiores a 50%. A maior parte dos municípios com salas de cinema (115 dos 158) registaram taxas de ocupação inferiores a 25% e ainda em 26 municípios as taxas não chegaram a 10% [Figura 3.4].

FIGURA 3.4 TAXA DE OCUPAÇÃO DAS SALAS DE CINEMA, POR MUNICÍPIO, 2004



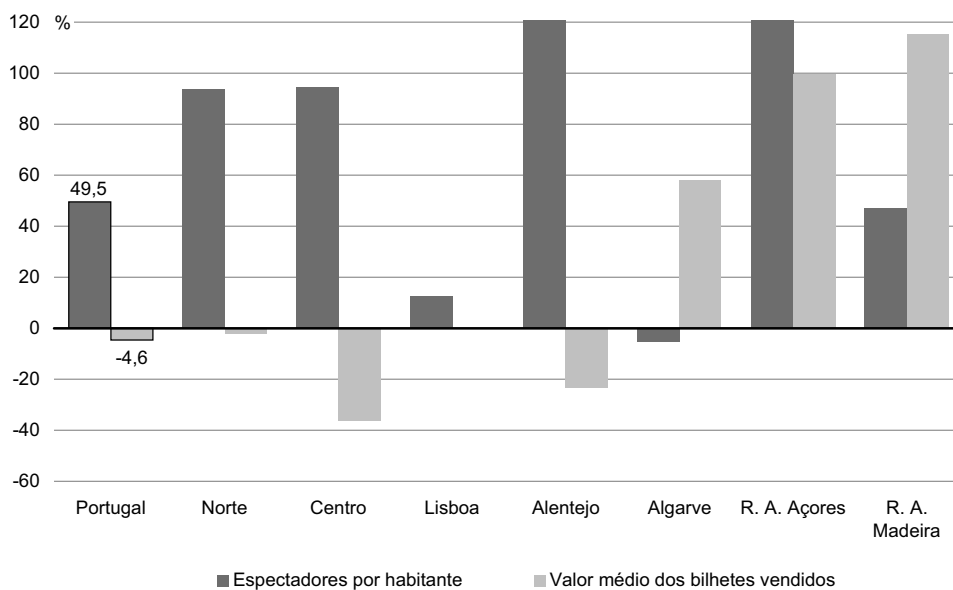
**NÚMERO DE ESPECTADORES DE ESPECTÁCULOS AO VIVO POR HABITANTE COM MAIOR ACRÉSCIMO NO ALENTEJO E NA R. A. AÇORES**

O número de espectáculos ao vivo realizados em Portugal registou, em 2004, um aumento de 54%. Assim, realizaram-se mais de 23 mil sessões que mobilizaram cerca de sete milhões de espectadores. O aumento do número de sessões de espectáculos ao vivo foi notório em todas as regiões, com excepção da R. A. Madeira, sendo particularmente intenso no Centro, no Alentejo e na R. A. Açores, tendo, nestas regiões, mais que duplicado o número de sessões. No entanto, enquanto na R. A. Açores este aumento teve repercussões positivas na evolução dos bilhetes vendidos e das receitas, nas outras regiões, observou-se um decréscimo nestes indicadores.

A análise do número de espectadores por habitante evidencia um aumento, entre 2003 e 2004, em todas as regiões excepto no Algarve [Figura 3.5]. Esta foi, no entanto, a que registou o maior valor neste indicador (média de um espectador por habitante). Apenas nas regiões do Sul do país - Lisboa, Alentejo e Algarve - este indicador se aproximou da unidade.

Apesar desta evolução, sublinha-se que dois terços dos espectáculos ao vivo se realizaram nas regiões do Norte e de Lisboa, gerando quase 80% das receitas.

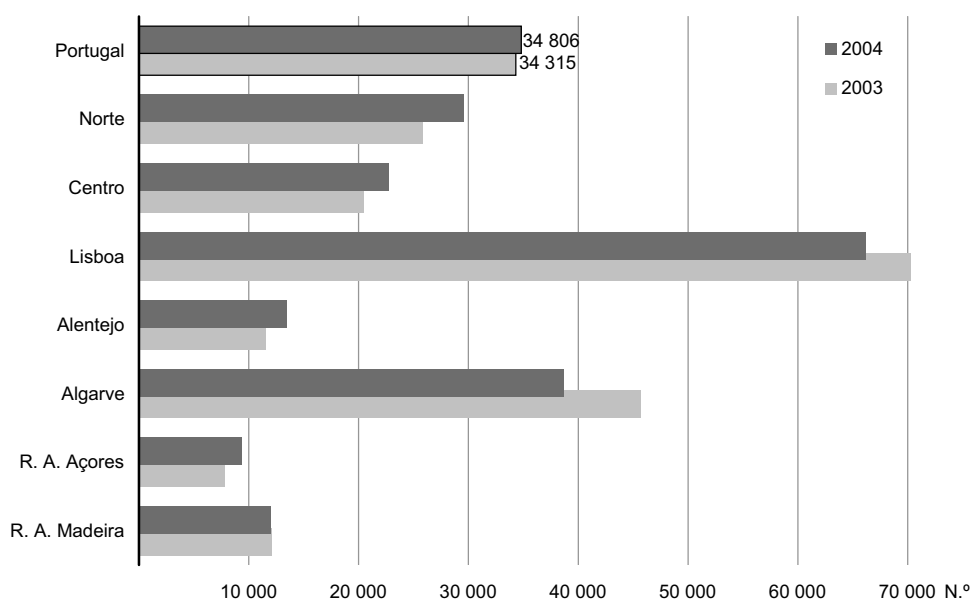
FIGURA 3.5 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESPECTADORES POR HABITANTE E DO VALOR MÉDIO DOS BILHETES VENDIDOS DE ESPECTÁCULOS AO VIVO, PORTUGAL E NUTS II, 2003-2004



## NÚMERO MÉDIO DE VISITANTES POR MUSEU DIMINUI EM LISBOA, NO ALGARVE E NA R. A. MADEIRA

Os 258 museus existentes<sup>10</sup> em Portugal, em 2004, exibiam 19 milhões de objectos, tendo recebido quase 9 milhões de visitantes. Embora o número de museus tenha diminuído face ao ano anterior cerca de 1%, o fluxo de visitantes aumentou 0,7%, fazendo assim aumentar também o número de visitantes por museu. Em termos médios anuais, registaram-se 34,8 milhares de visitantes por museu, tendo-se registado uma diminuição deste indicador apenas nas regiões de Lisboa e do Algarve e na R. A. Madeira [Figura 3.6].

FIGURA 3.6 VISITANTES POR MUSEU, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Em 2004, existiam 732 galerias de arte no país que expuseram mais de 224 mil obras e receberam quase cinco milhões de visitantes. Apesar do número de galerias de arte e de exposições ter aumentado (2% e 4%, respectivamente), o número de obras expostas diminuiu 3%. Lisboa e o Algarve mantiveram-se as únicas regiões com um número de visitantes por museu superior à média nacional.

<sup>10</sup>Os dados analisados correspondem aos museus que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário.





## II.4 Saúde





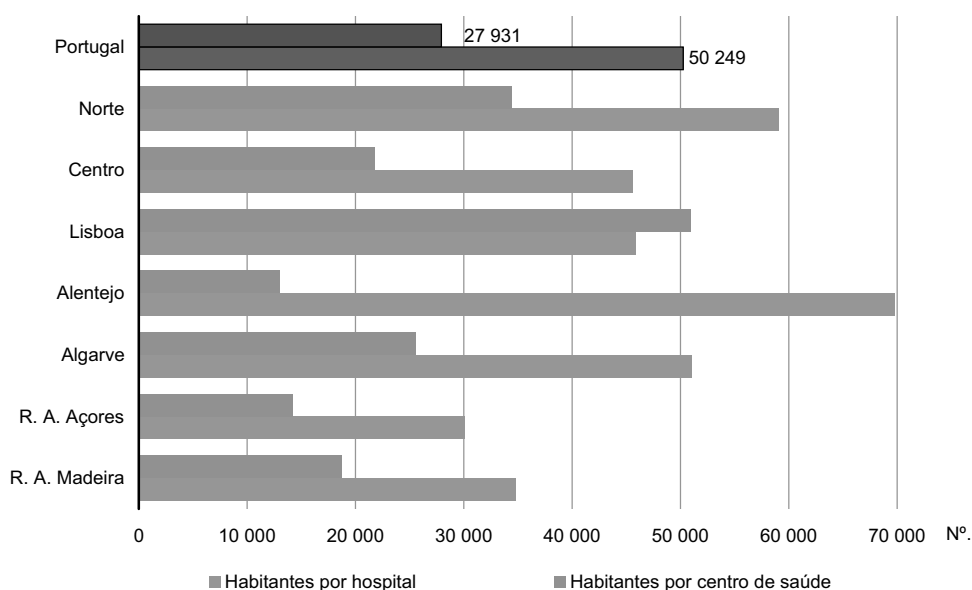
## II.4. SAÚDE

### NÚMERO DE HABITANTES POR CENTRO DE SAÚDE MENOR NO ALENTEJO

Ao longo de 2004, estiveram em funcionamento 209 hospitais (públicos e privados) e 376 centros de saúde, o que representava um hospital por cada 50 mil habitantes e um centro de saúde por cerca de 28 mil habitantes [Figura 4.1]. Quase 60% dos hospitais estavam situados nas regiões Norte e Lisboa e, se se considerar também o Centro, a concentração atinge 84%.

Apenas a região de Lisboa dispunha, em 2004, de mais hospitais do que centros de saúde (60 e 54 unidades, respectivamente). No Norte, Centro e Alentejo, o número de centros de saúde superava claramente o número de hospitais, o que poderá ser explicado pela distribuição da população e características de ocupação do território. No Alentejo, o número de habitantes por hospital era de 70 mil, o valor mais alto do país, enquanto o número de habitantes por centro de saúde era de 13 mil, o valor mais baixo ao nível nacional.

FIGURA 4.1 HABITANTES POR HOSPITAL E POR CENTRO DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



### CENTROS DE SAÚDE DA R. A. MADEIRA COM MAIS PESSOAL DE ENFERMAGEM AO SERVIÇO

Em 2004, cada hospital tinha, em média, 100 médicos e 165 enfermeiros ao serviço. Lisboa apresentava um número médio de pessoal de enfermagem e, especialmente, um número médio de médicos por hospital superior ao das restantes regiões. No caso dos hospitais apenas o Norte apresentava valores de pessoal de enfermagem próximos dos verificados em Lisboa [Figura 4.2].

FIGURA 4.2 PESSOAL MÉDICO E DE ENFERMAGEM AO SERVIÇO POR HOSPITAL, PORTUGAL E NUTS II, 2004

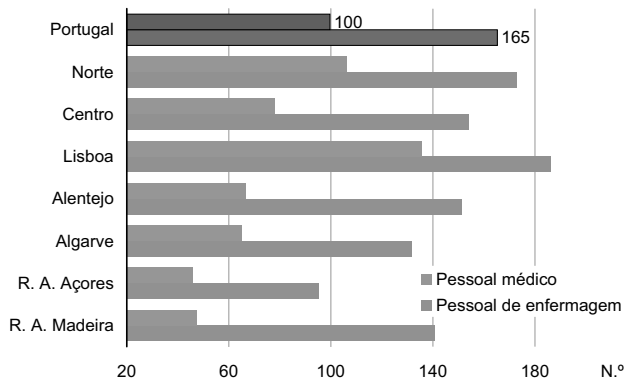
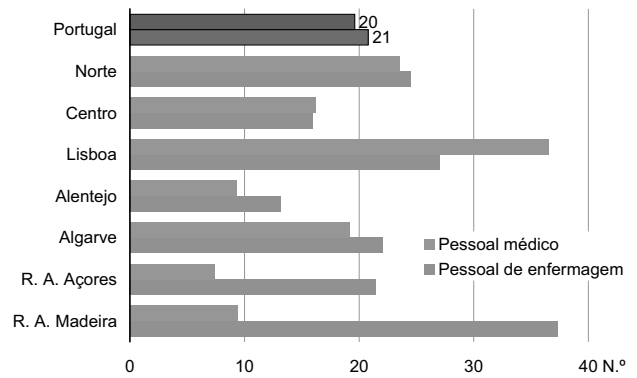


FIGURA 4.3 PESSOAL MÉDICO E DE ENFERMAGEM AO SERVIÇO POR CENTRO DE SAÚDE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



Nos centros de saúde e no respeitante ao pessoal médico, destacava-se igualmente Lisboa, com cerca de 37 médicos por centro de saúde. No entanto, era à R. A. Madeira que correspondia o número de enfermeiros por centro de saúde mais elevado do país [Figura 4.3].

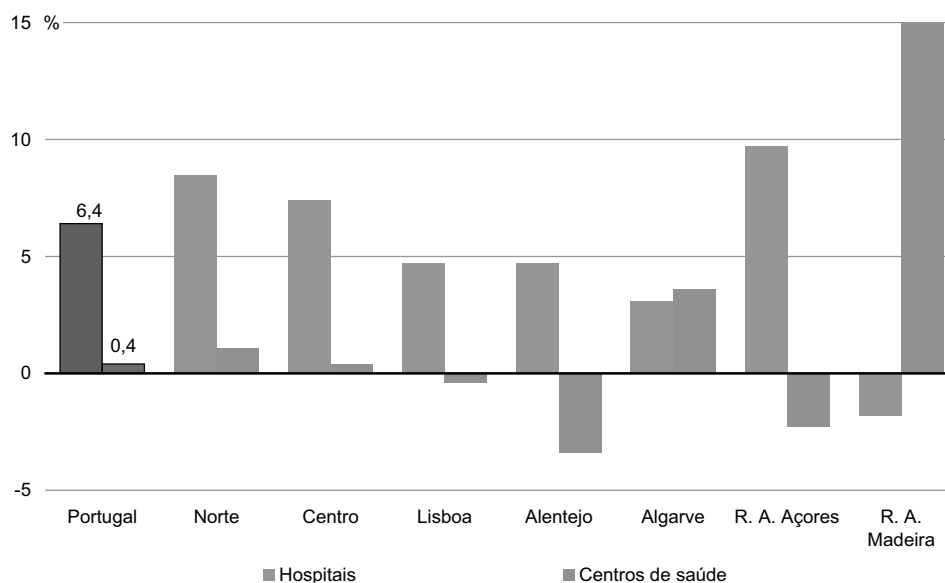
**AUMENTO DO NÚMERO DE CONSULTAS NOS CENTROS DE SAÚDE MAIS EXPRESSIVO NA R. A. MADEIRA**

Durante o ano de 2004, efectuaram-se em Portugal, nos centros de saúde e hospitais, cerca de 40 milhões de consultas, o que representou um crescimento de 2% face ao ano anterior. Este aumento foi generalizado a todo o território nacional, com excepção do Alentejo, onde se verificou uma diminuição no número de consultas realizadas. O maior aumento registou-se na R. A. Madeira (5,4%) enquanto, em Lisboa e no Centro, o acréscimo do número de consultas foi inferior ao valor nacional.

Embora tanto nos hospitais como nos centros de saúde o número de consultas em 2004 tenha crescido face ao ano anterior, foi nos hospitais que esta subida foi mais acentuada, 6,4% contra 0,4%, nos centros de saúde [Figura 4.4]. O acréscimo do número de consultas efectuadas em hospitais oscilou entre 3%, no Algarve, e 9,7%, na R. A. Açores, tendo-se verificado uma diminuição apenas na R. A. Madeira.

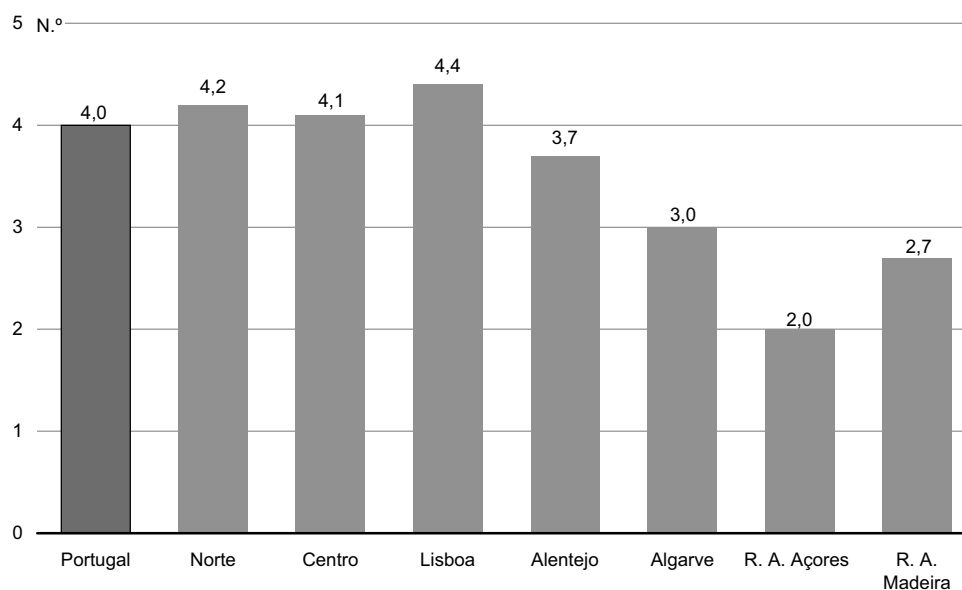
No Alentejo, na R. A. Açores e em Lisboa, o número de consultas em centros de saúde diminuiu. De entre as regiões que registaram mais consultas nos centros de saúde, destaca-se a R. A. Madeira com mais 15% do que em 2003.

FIGURA 4.4 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSULTAS EM CENTROS DE SAÚDE E HOSPITAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2003-2004



Em 2004, o número médio de consultas por habitante, em Portugal, foi de quatro. No Norte, Centro e Lisboa registaram-se, em média, mais consultas por habitante, do que nas restantes regiões. O valor mais elevado foi observado em Lisboa, cuja população beneficiou de uma maior facilidade no recurso aos serviços de saúde, com uma média de 4,4 consultas por habitante e o mais baixo na R. A. Açores com apenas duas consultas. A Figura 4.5 evidencia a disparidade na utilização dos serviços de saúde entre o Norte do território continental, por um lado, e as regiões a Sul do Continente (Alentejo e Algarve) e autónomas, por outro lado.

FIGURA 4.5 CONSULTAS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2004



MORTALIDADE CAUSADA POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO E TUMORES MALIGNOS COM MAIOR INCIDÊNCIA NO ALENTEJO

Em 2004, a mortalidade provocada por doenças do aparelho circulatório foi de 3,5 óbitos por cada mil habitantes [Figura 4.6], enquanto a mortalidade por tumores malignos foi de 2,1‰ [Figura 4.7], tendo constituído as duas principais causas de morte ao nível nacional. No primeiro caso, verificou-se a redução do número de óbitos e, no segundo caso, observou-se uma relativa estabilidade face aos valores registados em 2002. Ao nível regional, em 2004, o valor mais elevado foi observado no Alentejo para ambas as doenças e os mais baixos no Norte e na R. A. Madeira.

FIGURA 4.6 TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATORIO, PORTUGAL E NUTS II, 2002 E 2004

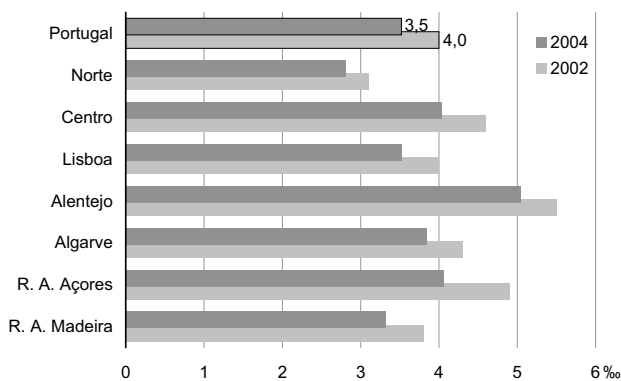
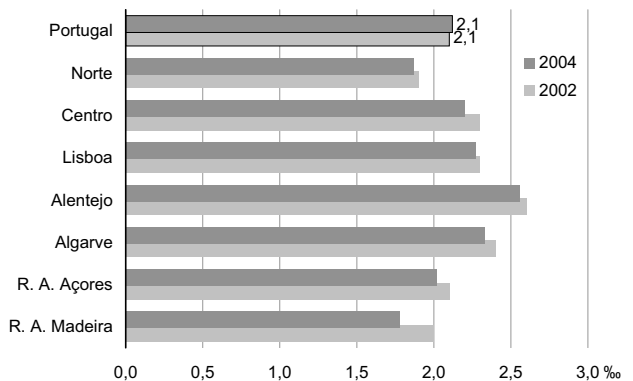


FIGURA 4.7 TAXA BRUTA DE MORTALIDADE POR TUMORES MALIGNOS, PORTUGAL E NUTS II, 2002 E 2004



Ao longo dos últimos 10 anos, a evolução destes dois indicadores mostra tendências opostas: enquanto a mortalidade por doenças do aparelho circulatório tem vindo a diminuir, a mortalidade por tumores malignos ultrapassou os dois casos por mil habitantes, em 1996, e, desde essa data, manteve-se sempre acima daquele valor.

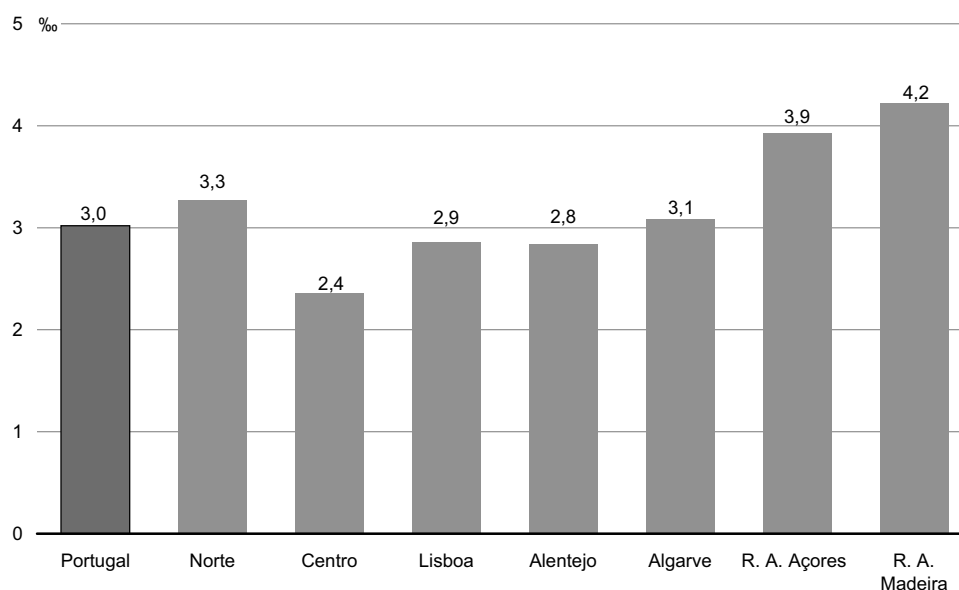
Ao nível das sub-regiões, apenas oito NUTS III apresentaram valores de mortalidade por doenças do aparelho circulatório inferiores à média nacional. Na sua maioria, estas sub-regiões localizavam-se na Região Norte (Ave, Cávado, Grande Porto, Entre Douro e Vouga e Tâmega), duas no Centro (Pinhal Litoral e Baixo Vouga) e uma em Lisboa (Península de Setúbal). Estas foram igualmente, com excepção da última, as sub-regiões onde a taxa de mortalidade por tumores malignos foi inferior à média nacional.

A evolução da taxa de incidência de doenças de declaração obrigatória reflecte a melhoria das condições de saúde. Este indicador apresentava, nos finais dos anos 90, valores superiores a um caso por mil habitantes para, actualmente, se situar em cerca de metade daquele valor. Ao nível regional, apenas o Algarve contrariava a tendência de descida ao apresentar, entre 2002 e 2004, uma subida neste indicador. Mais de metade das sub-regiões apresentaram valores inferiores à média nacional, com a particularidade de nenhuma destas sub-regiões pertencer a Lisboa ou ao Alentejo. O valor mais baixo foi registado na Serra da Estrela (0,27‰) e o mais alto no Baixo Alentejo (0,90‰). As regiões urbanas do Grande Porto e da Grande Lisboa também apresentaram valores acima da média nacional neste indicador: 0,64‰ e 0,73‰, respectivamente.

## MORTALIDADE NEONATAL MAIS ELEVADA NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

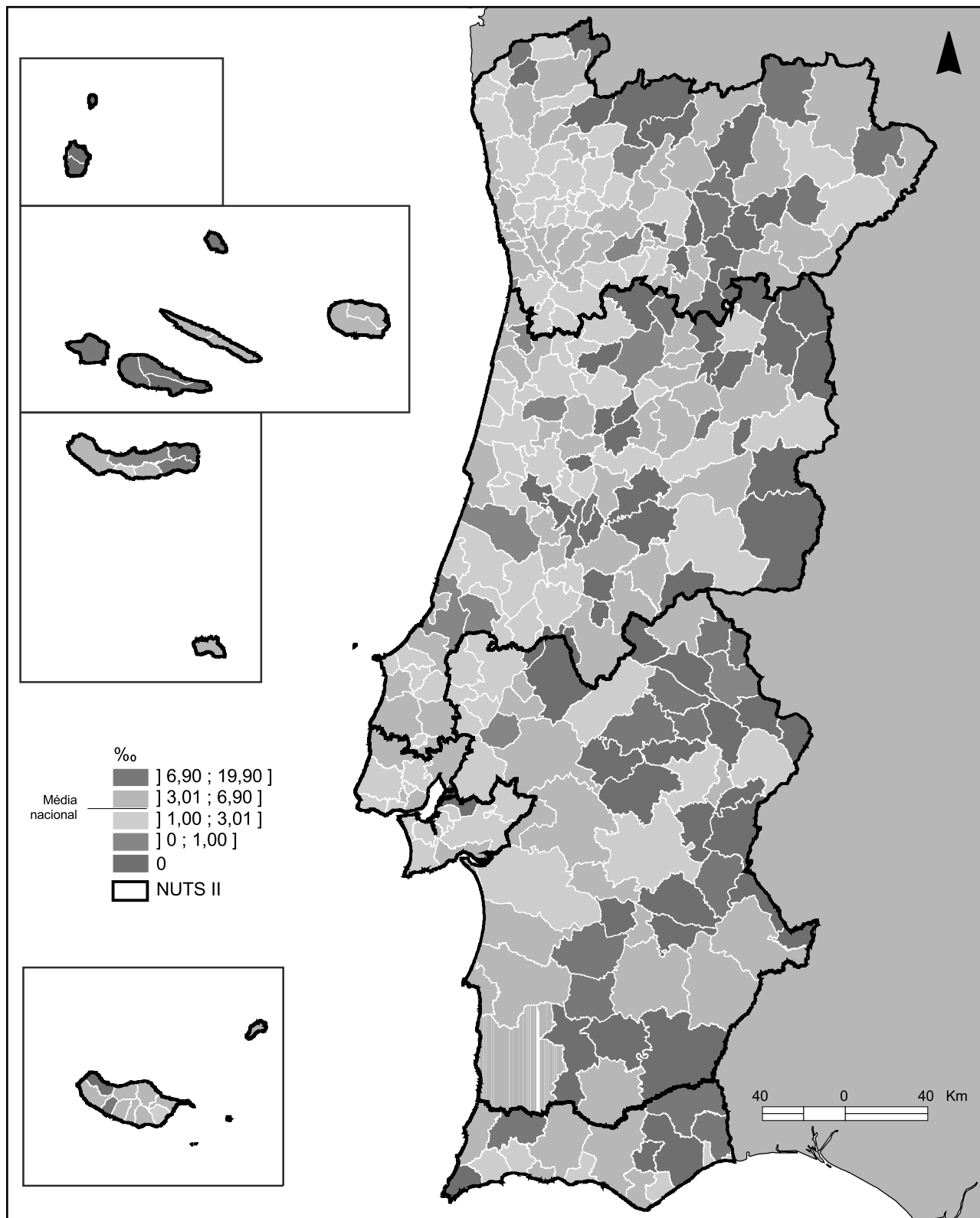
No período 2000/2004, a taxa quinquenal de mortalidade neonatal (óbito de um nado-vivo com menos de 28 dias de idade) foi de 3‰, ao nível nacional. Naturalmente, este indicador está associado à evolução da taxa de mortalidade infantil e, tal como aquele indicador, tem vindo a descer (7‰ em 1990 vs. 3‰ em 2004). No período em análise, os valores mais elevados observaram-se nas regiões autónomas (cerca de 4‰). No território continental, a mortalidade neonatal foi superior no Norte. As regiões Centro, Lisboa e Alentejo apresentaram valores inferiores à média nacional [Figura 4.8].

FIGURA 4.8 TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE NEONATAL, PORTUGAL E NUTS II, 2000/2004



Por NUTS III, o valor mais elevado foi observado no Grande Porto (4,02‰) e o mais baixo no Pinhal Litoral (1,45‰). Para além do Grande Porto, outras seis sub-regiões apresentaram taxas de mortalidade neonatal superiores à média nacional: Tâmega e Alto Trás-os-Montes, no Norte; Baixo Alentejo e Alentejo Litoral, no Alentejo; Beira Interior Norte e Pinhal Interior Sul, no Centro.

FIGURA 4.9 TAXA QUINQUENAL DE MORTALIDADE NEONATAL, POR MUNICÍPIO, 2000/2004



No período 2000/2004, 71 municípios apresentaram uma taxa de mortalidade neonatal nula. Mais de metade destes municípios situavam-se nas regiões Centro (26) e Alentejo (21) e registaram também baixas taxas de natalidade. Os restantes municípios distribuíam-se pelo Norte (14), R. A. Açores (5), Algarve (3) e R. A. Madeira (1). Na região de Lisboa, apenas Alcochete apresentava um valor nulo de mortalidade neonatal.

Com valores superiores à média nacional, encontravam-se 135 municípios. Alguns deste apresentavam mesmo valores superiores a 10‰. Estavam nesta situação Santa Cruz da Graciosa e São Roque do Pico, na R. A. Açores; Castelo de Vide e Avis, no Alentejo; Murça, Alfandega da Fé e Vinhais, no Norte; Alcoutim, Castro Marim e Monchique, no Algarve [Figura 4.9].





## II.5 Trabalho

---





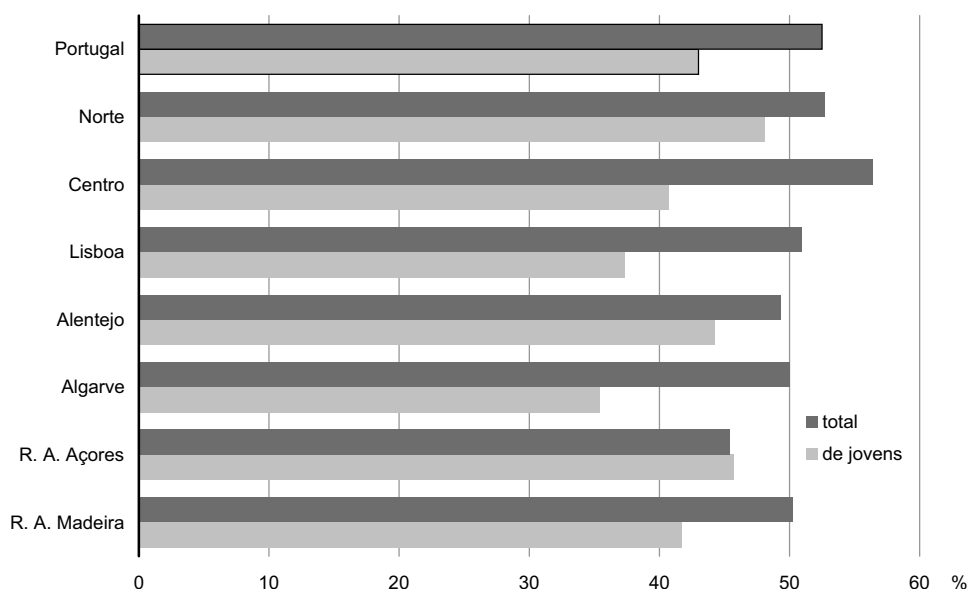
## II.5. TRABALHO

### TAXA DE ACTIVIDADE DE JOVENS MAIS ELEVADA NO NORTE

A população activa, que constitui a força de trabalho disponível no país, é composta por indivíduos empregados e indivíduos desempregados (aqueles que, embora procurando emprego, não o encontram). Em 2005, a força de trabalho disponível em Portugal correspondia a 5,5 milhões de indivíduos, traduzindo uma taxa de actividade - relação entre a população activa e a população total - de 52,5%. Apenas as regiões Norte e Centro apresentavam uma taxa de actividade superior à média nacional: 52,7% e 56,4%, respectivamente. À R. A. Açores correspondia a taxa de actividade mais baixa: 45,4%.

A taxa de actividade feminina situou-se em 47,4%, tendo ficado, em todas as regiões do país, aquém da masculina. No Centro, registou-se a taxa de actividade feminina mais elevada: 51,6%. À R. A. Açores correspondeu a participação feminina no mercado de trabalho menos expressiva (33,8%) e, simultaneamente, a maior discrepância entre os dois segmentos populacionais. Por seu turno, a taxa de actividade de jovens (indivíduos dos 15 aos 24 anos) foi de 43,0%, tendo, na generalidade das regiões, sido inferior à taxa de actividade total. A R. A. Açores constituiu a excepção, pelo facto de aquelas duas taxas terem sido semelhantes. Porém, era no Norte que a taxa de actividade de jovens assumia o valor mais elevado: 48,1% [Figura 5.1]

FIGURA 5.1 TAXA DE ACTIVIDADE TOTAL E DE JOVENS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Face a 2004, registou-se um acréscimo de 0,3 pontos percentuais (p.p.) na taxa de actividade nacional. Na R. A. Madeira, registou-se o maior acréscimo (2,2 p.p.) enquanto o Algarve foi a única região a registar um decréscimo na taxa de actividade (de 1,2 p.p.).

MÃO-DE-OBRA MAIS QUALIFICADA EM LISBOA

Em Portugal e no ano de 2005, a população activa com um grau do ensino superior completo correspondia a 13,2% da população activa. Por outro lado, mais de metade do efectivo activo não detinha a escolaridade obrigatória (3º ciclo do ensino básico).

Nesta dupla vertente, Lisboa assumia-se como a região mais qualificada e a R. A. Açores como a menos qualificada. Assim, enquanto em Lisboa mais de um quinto da população activa tinha como nível de escolaridade completo o ensino superior, na R. A. Açores, esta proporção não alcançava os 9%. Por outro lado, na R. A. Açores, a proporção de indivíduos activos que, em 2005, não tinham completado a escolaridade obrigatória ascendia a 63,0% enquanto em Lisboa era de 36,6% [Figura 5.2 e Figura 5.3].

FIGURA 5.2 POPULAÇÃO ACTIVA COM UM GRAU DO ENSINO SUPERIOR COMPLETO, PORTUGAL E NUTS II, 2005

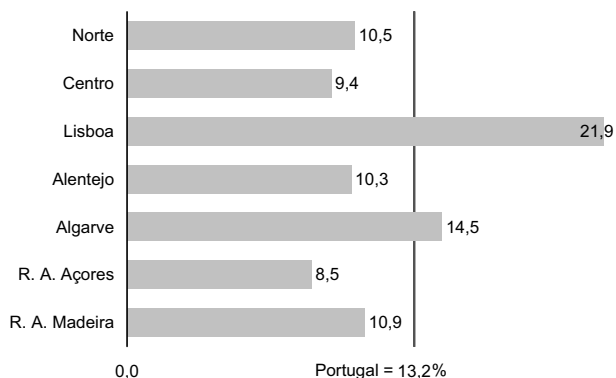
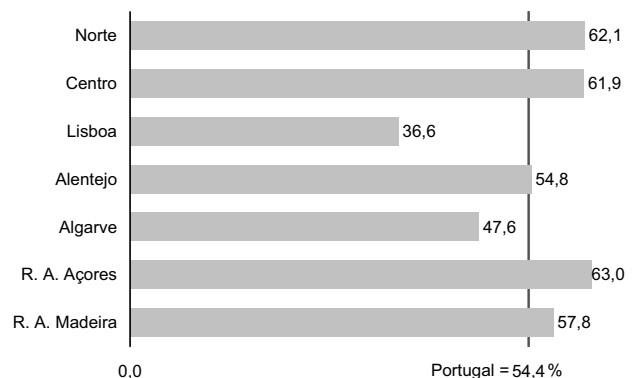


FIGURA 5.3 POPULAÇÃO ACTIVA SEM A ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA COMPLETA, PORTUGAL E NUTS II, 2005



CENTRO APRESENTA A DURAÇÃO MÉDIA HABITUAL DO HORÁRIO SEMANAL DE TRABALHO MAIS BAIXA

Em 2005, a população empregada era de 5,1 milhões de indivíduos, dos quais 89% se encontravam numa situação de trabalho a tempo completo. Esta proporção era mais elevada na R. A. Açores (94%) enquanto, apenas no Centro (81%), ficava aquém da média nacional. No mesmo sentido, o Centro apresentava a duração média habitual do horário semanal de trabalho mais baixa do país: 37,4 horas. Além do Centro, apenas na R. A. Madeira, aquele indicador ficava aquém da média nacional: 38,6 horas. No entanto, estas duas regiões distinguiram-se no respeitante à situação na profissão: o Centro registava a proporção de trabalhadores por conta própria mais elevada (um terço do total) e a R. A. Madeira a mais reduzida (15,4%). No conjunto do país, os trabalhadores por conta própria correspondiam a 23,5% da população empregada.

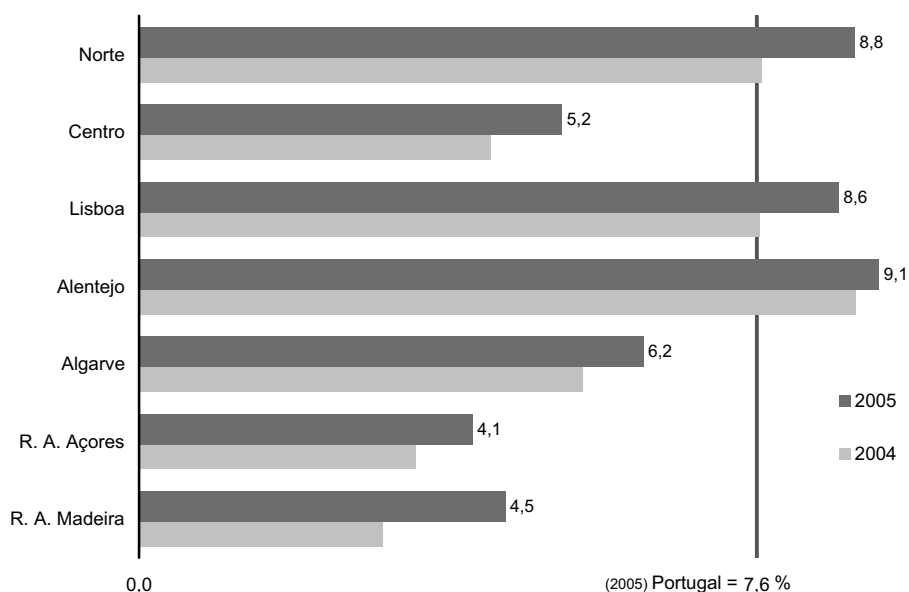
A relação entre a população empregada com idade compreendida entre os 55 e os 64 anos e a população residente do mesmo grupo etário - taxa de emprego específica deste grupo etário - fornece alguma informação sobre a manutenção no mercado de trabalho de indivíduos com idade próxima da idade habitual de saída do mercado de trabalho. Assim, ao nível nacional, metade da população daquele grupo etário encontrava-se, em 2005, a trabalhar. A informação disponível sugere que a saída do mercado de trabalho é mais tardia no Centro, onde aquela taxa de emprego específica atingia a expressão máxima: 62,5%. No outro extremo, encontrava-se a R. A. Açores: 38,8%.

## TAXA DE DESEMPREGO MAIS ELEVADA NO ALENTEJO

Em 2005, a taxa de desemprego em Portugal foi de 7,6%. Tal significa que, em cada 100 indivíduos activos, 7,6 não tinham emprego. Trata-se de um acréscimo de 0,9 p.p., face a 2004, mantendo-se a tendência de crescimento que se vem observando desde 2001.

O crescimento da taxa de desemprego entre 2004 e 2005 foi comum a todas as regiões NUTS II do país. Tal como já ocorrera nos anos anteriores, o Alentejo apresentou a taxa de desemprego regional mais elevada: 9,1%. O Norte e Lisboa constituíram as duas outras regiões com taxas de desemprego superiores à média nacional: 8,8% e 8,6%, respectivamente. Estas três regiões concentravam 78% dos desempregados do país. Embora as regiões autónomas continuem a exhibir as taxas de desemprego mais reduzidas do país, foi à R. A. Madeira que coube o acréscimo regional, face ao ano anterior, mais expressivo: 1,5 p.p. [Figura 5.4].

FIGURA 5.4 TAXA DE DESEMPREGO, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



Os segmentos populacionais de mulheres e de jovens (indivíduos dos 15 aos 24 anos) são particularmente afectados pelo desemprego. Com efeito, em 2005 e em todas as regiões do país, as taxas de desemprego feminino e de jovens ultrapassaram a taxa de desemprego regional total. As regiões mais afectadas pelo desemprego (Alentejo, Norte e Lisboa) são igualmente aquelas em que estas taxas específicas são mais expressivas.

No Alentejo e no Norte, a taxa de desemprego das mulheres superou os 10% [Figura 5.5] mas foi na R. A. Açores que se observou a maior diferença entre a taxa de desemprego feminino e a total (2,3 p.p.). No segmento de jovens, a taxa de desemprego foi particularmente elevada no Alentejo (20,4%) e em Lisboa (18,3%) [Figura 5.6]. Neste caso, foi no Alentejo que se observou a maior diferença face à taxa de desemprego total (11,3 p.p.).

FIGURA 5.5 TAXA DE DESEMPREGO FEMININO, PORTUGAL E NUTS II, 2005

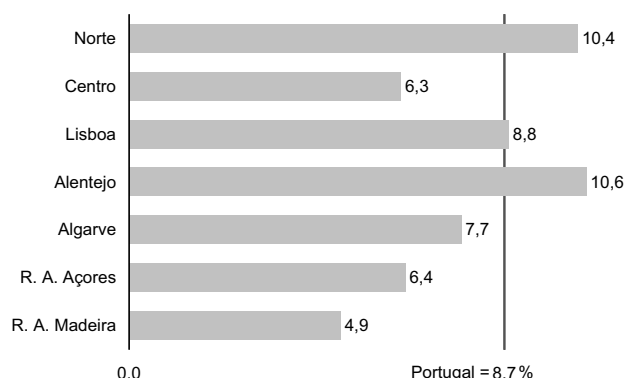
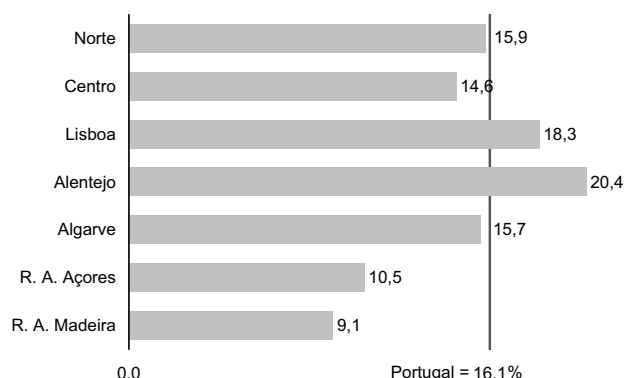


FIGURA 5.6 TAXA DE DESEMPREGO DE JOVENS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Em 2005 e em Portugal, metade dos 422,3 mil desempregados eram de longa duração, isto é, estavam nessa situação há um ano ou mais. Em particular, no Norte, aquela proporção foi de 54,1%, indiciando maior dificuldade de integração da mão-de-obra no mercado de trabalho. Além desta região, apenas na R. A. Madeira foi ultrapassado o valor nacional. No Algarve, registou-se a proporção mais reduzida (pouco mais de um terço dos desempregados). Em relação ao ano anterior, a proporção de desempregados de longa duração aumentou em 3,6 p.p.. Atente-se, contudo, no facto de no Algarve se ter observado uma redução de 6,6 p.p..

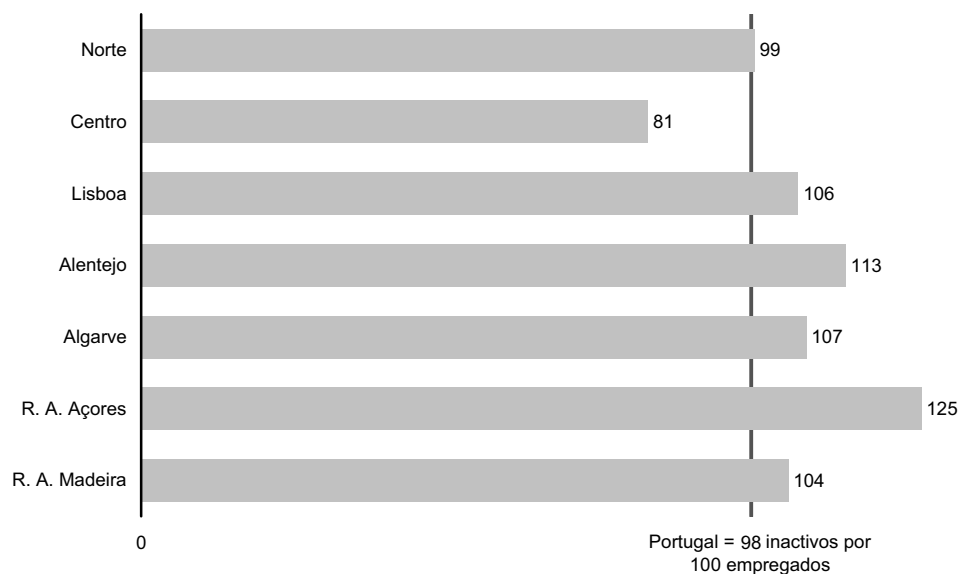
#### MAIOR IMPORTÂNCIA DOS INACTIVOS REFORMADOS NO ALENTEJO

Em 2005, residiam em Portugal cerca de 5 milhões de indivíduos inactivos, dos quais 57,1% eram mulheres. Um terço dos indivíduos inactivos eram estudantes, outro terço correspondia a reformados e 12% a domésticos. Os restantes pertenciam a outras categorias de inactividade. Mais de 80% da população inactiva do país residia nas regiões Norte, Centro e Lisboa, proporção que acompanha a distribuição da população residente (84% concentra-se nas referidas regiões).

A análise das estruturas regionais da população inactiva por categoria revela algumas especificidades que importa sublinhar. Assim, no Alentejo, salienta-se a importância dos reformados no universo dos inactivos daquela região: 46,5% do total. Em consequência, era nesta região que se registavam as menores proporções de domésticos e de estudantes, face ao total de inactivos: 8,4% e 27,4%, respectivamente. Por outro lado, era na R. A. Açores que os domésticos assumiam a maior importância relativa (26,5% do total de inactivos) e os reformados a menor proporção regional (16%). A R. A. Madeira destacava-se por exhibir a maior proporção de estudantes no total de indivíduos inactivos (37,6%).

A relação entre a população inactiva e a população empregada permite aferir o grau de dependência por parte dos indivíduos inactivos das contribuições dos indivíduos empregados. Assim, este rácio de dependência assume a expressão máxima na R. A. Açores, onde, em 2005, residiam 125 indivíduos inactivos por 100 empregados. No Alentejo, esta relação de dependência era de 113 indivíduos. As regiões Norte e Centro constituíam as únicas onde a população inactiva ficava aquém da população empregada [Figura 5.7].

FIGURA 5.7 RELAÇÃO ENTRE A POPULAÇÃO INACTIVA E A EMPREGADA, PORTUGAL E NUTS II, 2005



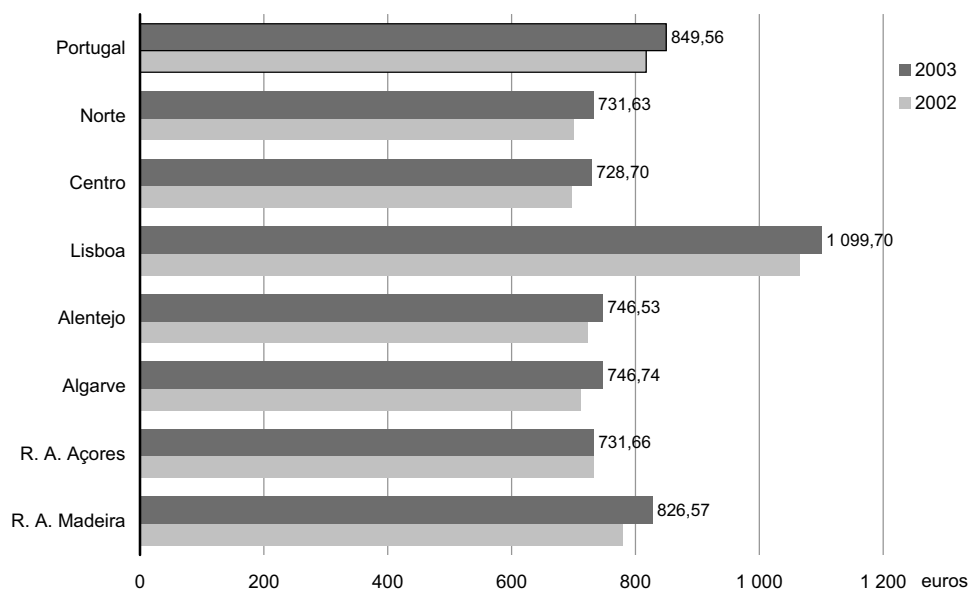
Entre 2004 e 2005, o número de indivíduos inactivos residentes no país manteve-se praticamente inalterado. O maior acréscimo regional foi observado no Algarve: 5,2%. O Centro e Lisboa foram as outras duas regiões a registar uma expansão da população inactiva. À R. A. Madeira coube a redução mais significativa: 3,9%.

#### GANHOMÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM

Em Portugal e em 2003, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, aferido pelos Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), era de 849,56 euros, traduzindo um acréscimo de 3,9% face a 2002<sup>11</sup>. Em todas as regiões, com excepção da R. A. Açores, observou-se um acréscimo no ganho médio mensal, face ao ano anterior, que atingiu a expressão máxima na R. A. Madeira: 6,1% [Figura 5.8]. Em 2003, o ganho médio nacional foi apenas superado na região de Lisboa: 1 099,70 euros mensais.

<sup>11</sup> Note-se que esta fonte de informação, embora exaustiva, exclui os trabalhadores da administração central, regional e local e dos institutos públicos, bem como os empregadores de trabalhadores de serviço doméstico. A partir de 2002, no entanto, os Quadros de Pessoal passam a integrar também registos dos trabalhadores com contrato individual de trabalho dos serviços da administração central, regional e local e dos institutos públicos.

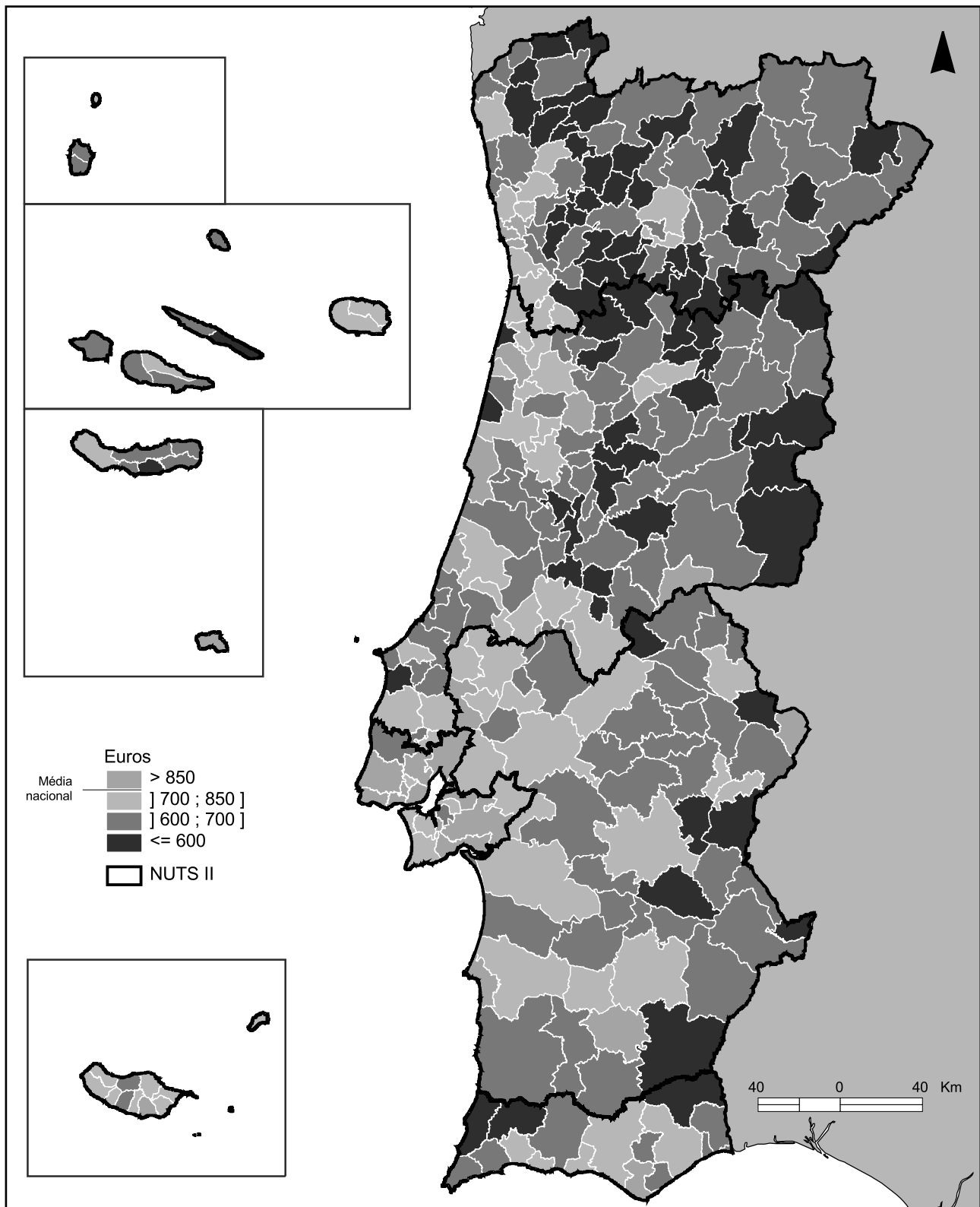
FIGURA 5.8 GANHO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, PORTUGAL E NUTS II, 2002 E 2003



Em apenas 28 dos 308 municípios portugueses, o ganho médio mensal superava o valor médio nacional. O município de Oeiras registava, em 2003, o ganho médio mais elevado: 1 425,60 euros mensais. Além de Oeiras, era noutros municípios da Grande Área Metropolitana de Lisboa que se observavam os ganhos mais elevados, em particular, Lisboa, Amadora, Palmela, Azambuja, Setúbal, Loures, Sintra, Cascais, Vila Franca de Xira e Alcochete, mas também no Porto, em municípios com cidades de dimensão média como Aveiro e em municípios com forte especialização industrial como Sines.

Em contrapartida, os municípios com menor ganho médio mensal tendiam a concentrar-se no Interior Norte e Centro do continente português. Em particular, a 13 municípios portugueses correspondia um ganho médio inferior a 550 euros mensais: Resende, Lousada, Baião, Mondim de Basto, Paços de Ferreira e Felgueiras (no Tâmega); Freixo de Espada à Cinta (no Douro); Monção (no Minho-Lima); Valpaços (no Alto Trás-os-Montes), Góis, Oleiros e Sátão (na Região Centro); e também Arouca que integra a Grande Área Metropolitana do Porto [Figura 5.9].

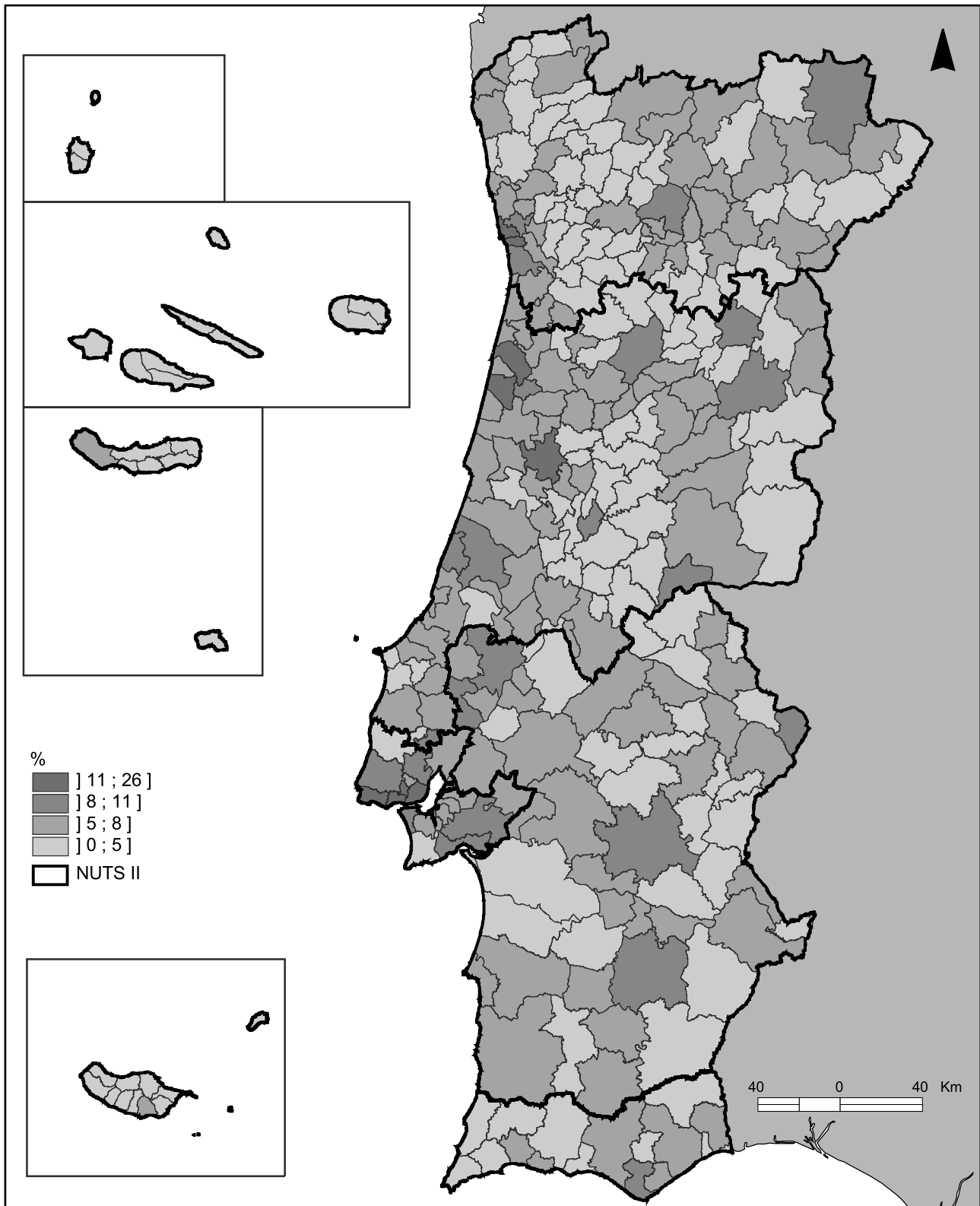
FIGURA 5.9 GANHOMÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, POR MUNICÍPIO, 2003





O padrão territorial, por município, do ganho médio tende a acompanhar a distribuição geográfica da proporção de trabalhadores por conta de outrem com nível de habilitação superior. Com efeito, tal como acontece para os ganhos médios mais elevados, os trabalhadores mais qualificados tendem a concentrar-se no Litoral Norte e Centro do continente, em particular nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e municípios circundantes [Figura 5.10].

FIGURA 5.10 PROPORÇÃO DE TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM COM NÍVEL DE HABILITAÇÃO SUPERIOR, POR MUNICÍPIO, 2003



No ano de 2003, a disparidade intra-territorial do ganho médio mensal<sup>12</sup> dependeu, em primeira instância, do nível de habilitações que se assume como o principal factor diferenciador do ganho dos trabalhadores por conta de outrem: a dispersão do ganho médio por nível de habilitações foi de 42,2% do ganho médio nacional [Tabela 5.1]. A disparidade observada ao nível nacional era superada, em termos regionais, apenas em Lisboa. Em contrapartida, o grau de diferenciação do ganho médio resultante da qualificação académica era menos significativo no Algarve. Atente-se no facto de os trabalhadores licenciados ganharem em média 3,4 vezes mais que os trabalhadores com habilitações inferiores ao 1º ciclo do ensino básico.

TABELA 5.1 DISPARIDADE NO GANHOMÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM, PORTUGAL E NUTS II, 2003

	por nível de habilitações	por escalão de empresa	por sexo	por sector de actividade	por município
	%				
<b>Portugal</b>	<b>42,2</b>	<b>27,1</b>	<b>12,9</b>	<b>9,6</b>	<b>27,3</b>
Norte	38,0	24,9	12,4	10,3	19,7
Centro	28,8	22,9	13,9	3,1	12,3
Lisboa	43,9	25,7	13,6	4,9	20,3
Alentejo	30,2	27,0	13,7	7,5	13,7
Algarve	24,3	23,0	10,4	3,8	8,4
R. A. Açores	31,2	28,1	10,4	5,7	10,2
R. A. Madeira	28,7	20,8	14,8	5,4	6,6

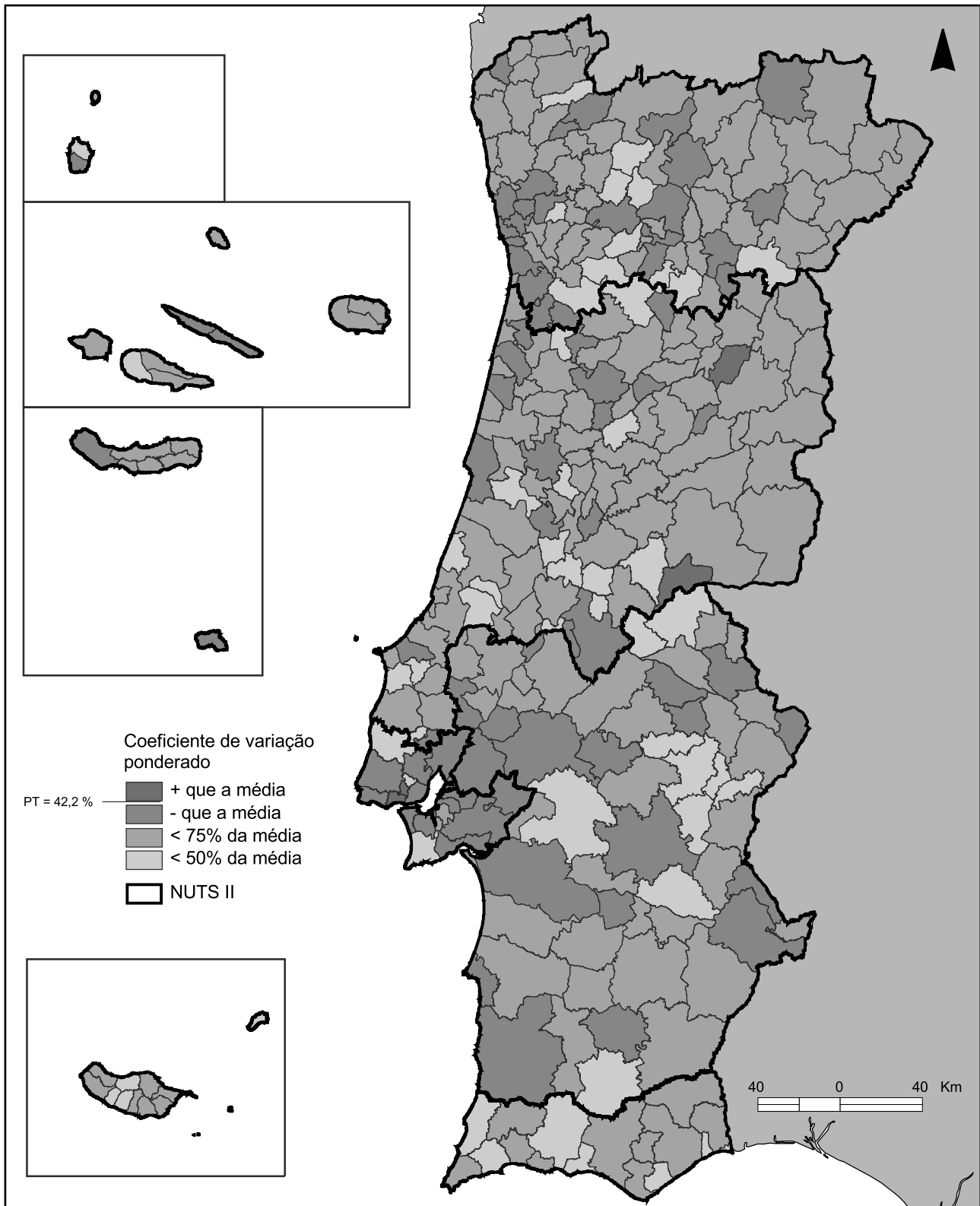
Em geral, aos municípios que registavam os ganhos médios mais elevados correspondiam diferenças mais significativas de nível de habilitações; são os casos da Amadora, Oeiras, Vila Velha de Ródão, Lisboa, Sines e Porto. A observação da Figura 5.11 sugere que os municípios com maior disparidade no ganho mensal por nível de habilitações se tendem a concentrar no Litoral continental, nomeadamente nas áreas metropolitanas e municípios circundantes.

<sup>12</sup> A disparidade foi calculada com base nos coeficientes de variação ponderados pelo emprego das diversas categorias (de sexo, de escalão de empresa, de sector de actividade, de nível de habilitações ou dos municípios) no total do emprego da respectiva unidade territorial:

$$\sqrt{\frac{\sum_{i=1}^N (G_i - G_T)^2 \frac{E_i}{E_T}}{G_T}} * 100$$

, em que  $G_i$  e  $E_i$  são, respectivamente, o ganho médio mensal e o número de trabalhadores por conta de outrem da categoria  $i$  na unidade territorial em análise e  $G_T$  e  $E_T$  são, respectivamente, o ganho médio mensal e o número de trabalhadores por conta de outrem da unidade territorial em análise.

FIGURA 5.11 DISPARIDADE NO GANHO MÉDIOMENSAL DOS TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM SEGUNDO O NÍVEL DE HABILITAÇÕES, POR MUNICÍPIO, 2003



O escalão da empresa empregadora era igualmente um factor diferenciador do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em 2003: a integração numa empresa de maior dimensão era, em média, acompanhada por um acréscimo do ganho. Esta relação verifica-se na generalidade das NUTS II. Apenas no Algarve e na R. A. Açores se registaram excepções: no Algarve, o ganho médio mensal associado ao escalão 100 a 249 pessoas ao serviço superou o do escalão 250 a 499 enquanto, na R. A. Açores, foi a transição entre os escalões 50 a 99 e 100 a 249 pessoas ao serviço que quebrou aquela relação directa.

Importa, assim, sublinhar a constatação de que os trabalhadores integrados nas empresas de maior dimensão (500 ou mais pessoas ao serviço) ganhavam, em média, mais do dobro dos que se encontravam ao serviço em empresas de dimensão mais reduzida (menos de 10 trabalhadores).

Em 2003, os trabalhadores por conta de outrem do sexo masculino auferiam um ganho médio mensal superior em 31% aos do sexo feminino. Esta diferenciação era particularmente notória na R. A. Madeira (+ 36%) e menor no Algarve e na R. A. Açores (+ 24% e + 25%, respectivamente).

A análise por sector de actividade permite verificar se este é um factor de disparidade do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Em 2003, exercer uma actividade no sector terciário permitia um acréscimo do ganho médio de 52% e 20% face aos sectores primário e secundário, respectivamente. A este nível, algumas especificidades regionais merecem destaque:

- o Norte era a região onde a discrepância entre o ganho médio mensal dos sectores secundário e terciário era mais dilatada: + 23% no sector terciário (nesta região, mais de metade dos trabalhadores por conta de outrem encontravam-se integrados no sector secundário);
- em Lisboa, ao sector terciário correspondia um acréscimo de 64% no ganho médio mensal face ao observado no sector primário (note-se que 74% dos trabalhadores por conta de outrem exerciam a sua actividade no sector terciário e apenas 1% no sector primário);
- no Alentejo e na R. A. Madeira, o ganho médio mensal no sector secundário superava o do sector terciário.

Por último, sublinhe-se o facto de a R. A. Madeira e o Algarve serem as regiões do país com menor disparidade de ganho médio por município. Pelo contrário, no Norte e em Lisboa, observa-se uma maior disparidade municipal do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem.



## II.6 Protecção Social

---





## II.6. PROTECÇÃO SOCIAL

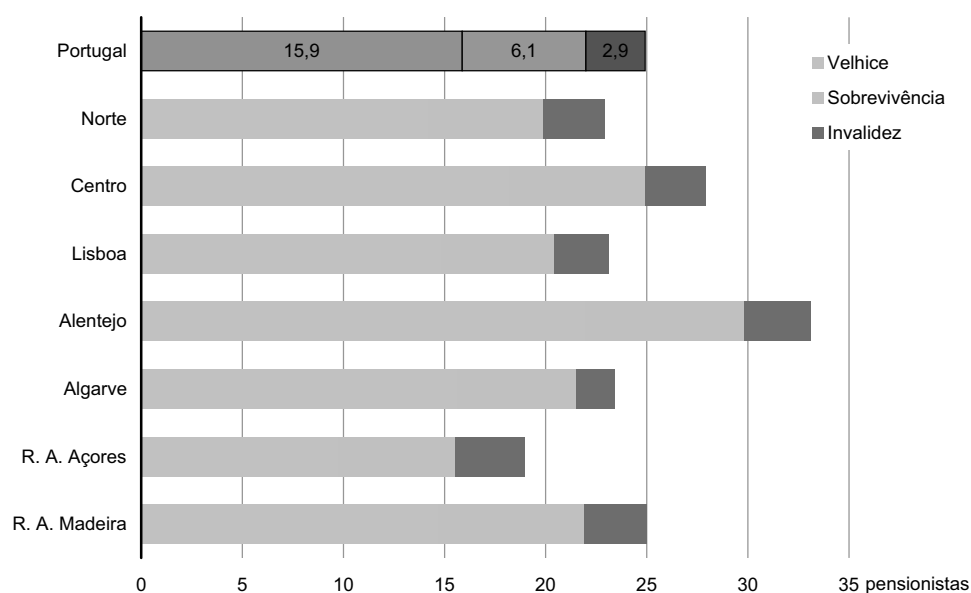
### R. A. AÇORES COM MENOR INCIDÊNCIA DE PENSIONISTAS

Nos últimos dez anos, com excepção de 2004, o número de pensionistas em Portugal tem aumentado continuamente. No final de 2005, existiam 2,6 milhões de pensionistas activos, correspondentes a um quarto da população residente. Daquele efectivo, 64% recebiam pensões por velhice, 12% por invalidez e cerca de um quarto por sobrevivência. Esta distribuição é semelhante para todas as regiões do país, com excepção da R. A. Açores, onde os beneficiários de pensão por velhice não ultrapassavam 52% do total e os beneficiários de pensão de invalidez e de sobrevivência atingiam 18% e 30%, respectivamente.

Face a 2004, o número de pensionistas aumentou 2%, em resultado do acréscimo observado no número de beneficiários de pensões de velhice (+ 3%) e de sobrevivência (+ 1%) e no decréscimo de 5% no número de pensionistas por invalidez.

Na R. A. Açores, o número de pensionistas era inferior a um quinto da população residente, sendo que, nesta região, apenas 10% da população residente beneficiava de pensões por velhice, enquanto o valor de referência para Portugal era de 16%. No extremo oposto, encontrava-se o Alentejo, onde um em cada três habitantes era pensionista, (sendo que os pensionistas por velhice representavam 22% da população residente e os pensionistas por sobrevivência 8%) [Figura 6.1]. A esta constatação, não é alheio o facto do Alentejo ser a região que apresenta o índice de envelhecimento mais elevado, passando-se precisamente o inverso na R. A. Açores.

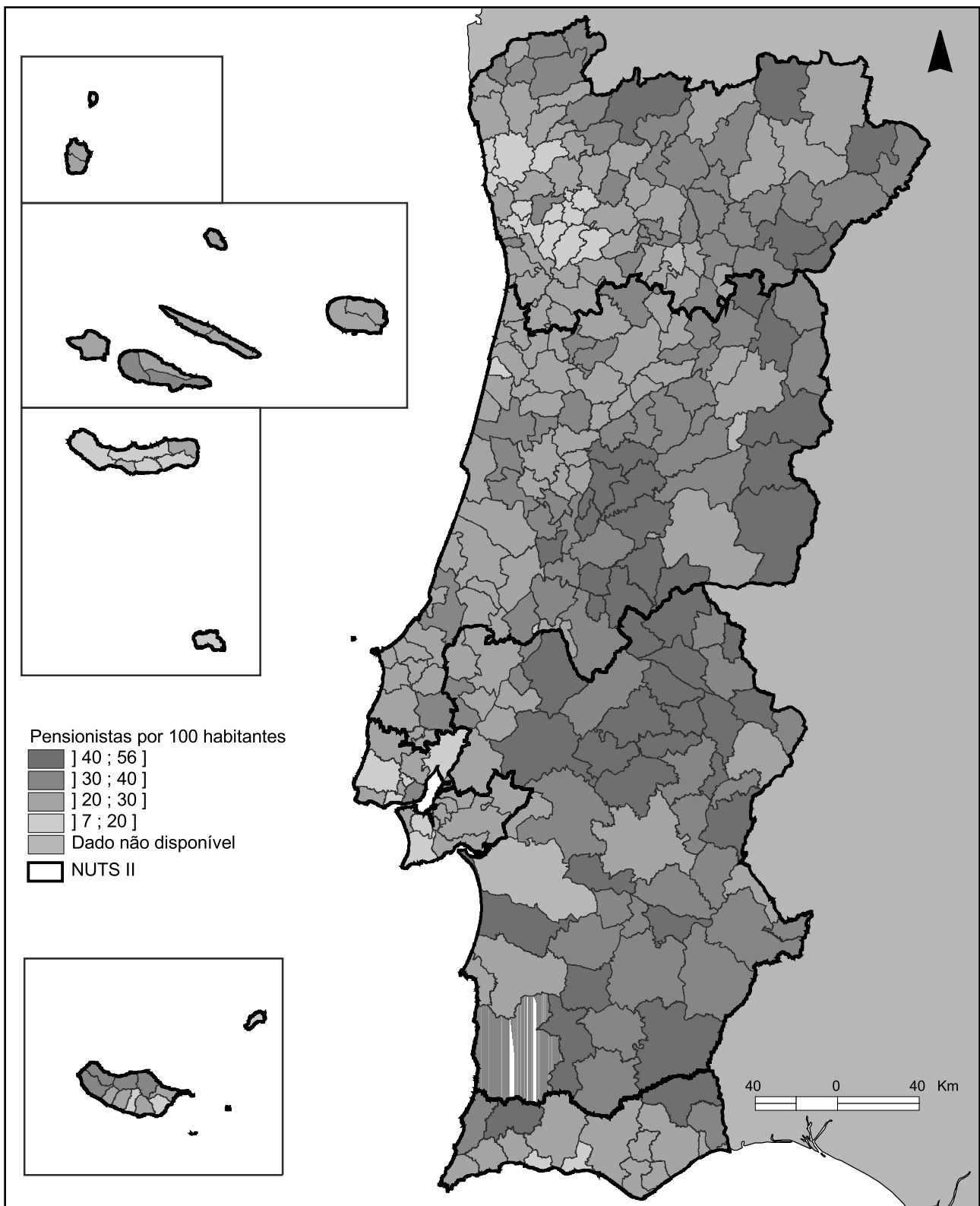
FIGURA 6.1 PENSIONISTAS (POR VELHICE, SOBREVIVÊNCIA E INVALIDEZ) POR 100 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 31.12.2005





A observação da Figura 6.2 permite constatar um maior valor no rácio de pensionistas por habitante no Interior do continente, em sintonia com a maior expressão do fenómeno do envelhecimento nesta faixa do território. Por outro lado, cerca de 70% dos municípios portugueses apresentavam uma concentração de pensionistas, face à população residente, superior à média nacional. Sublinhe-se o facto de, em 10 municípios do país, mais de metade da população residente ser pensionista: Gavião, Crato, Alter do Chão (no Alentejo), Alvaiázere, Penamacor, Oleiros, Mação, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão (no Centro) e Alcoutim (no Algarve).

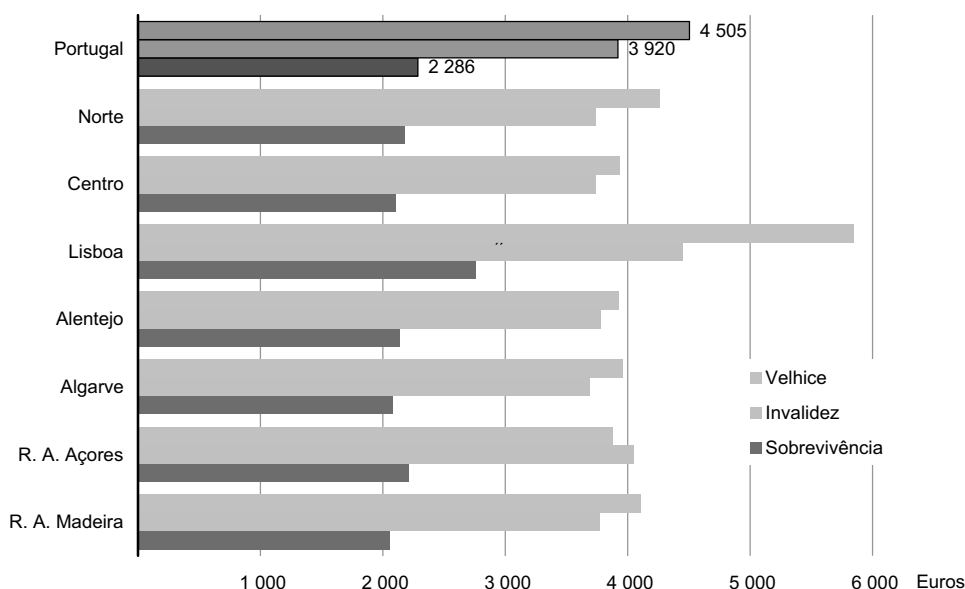
FIGURA 6.2 PENSIONISTAS POR 100 HABITANTES, POR MUNICÍPIO, 31.12.2005



LISBOA APRESENTA ASPENSÕES MÉDIAS MAIS ELEVADAS

A pensão média associada aos pensionistas activos no final do ano cresceu 6%, entre 2004 e 2005, na sequência de uma evolução semelhante observada nos três tipos de pensão. Assim, no final de 2005, a pensão média anual por velhice ascendia a 4 505 euros, superando as pensões médias por invalidez e sobrevivência: 3 920 e 2 286 euros, respectivamente. Em todas as regiões do país, a pensão média por velhice superava a pensão média por invalidez, com excepção da R. A. Açores. Com efeito, era nesta região que se registava a pensão média por velhice mais baixa. Nos três tipos de pensão, era na região de Lisboa que se observava o valor médio mais elevado [Figura 6.3].

FIGURA 6.3 PENSÃO MÉDIA ANUAL (POR VELHICE, INVALIDEZ E SOBREVIVÊNCIA) POR PENSIONISTA, PORTUGAL E NUTS II, 31.12.2005



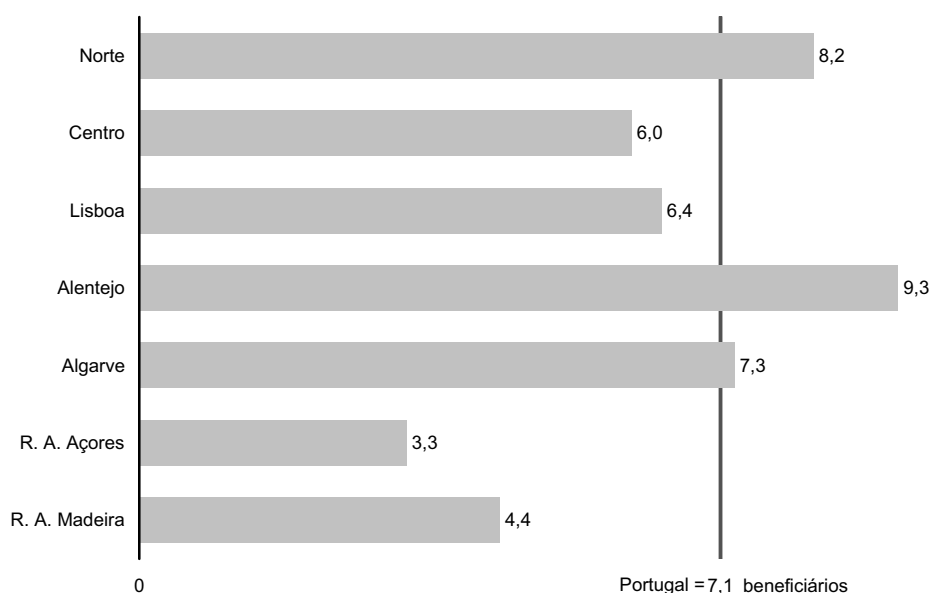
ALENTEJO E NORTE COM MAIOR INCIDÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

Durante o ano de 2005, beneficiaram de subsídio de desemprego mais de 500 mil indivíduos. Destes, 42% não haviam usufruído desta prestação no ano anterior. Porém, em termos líquidos, observou-se um decréscimo de 7% no número de beneficiários face a 2004.

No Alentejo e no Norte, regiões onde o fenómeno do desemprego assumia particular importância, cerca de 9% e 8%, respectivamente, da população em idade activa<sup>13</sup> beneficiava deste tipo de prestação. Pelo contrário, nas regiões autónomas – que apresentaram as taxas de desemprego mais baixas – aquela percentagem era de, respectivamente, 3% e 4% da população [Figura 6.4].

<sup>13</sup> Considerou-se a idade activa (população entre os 15 e os 64 anos), porque de acordo com a Direcção Geral da Segurança Social, as prestações de desemprego cessam quando o beneficiário atinge a idade de acesso à Pensão por Velhice (65 anos).

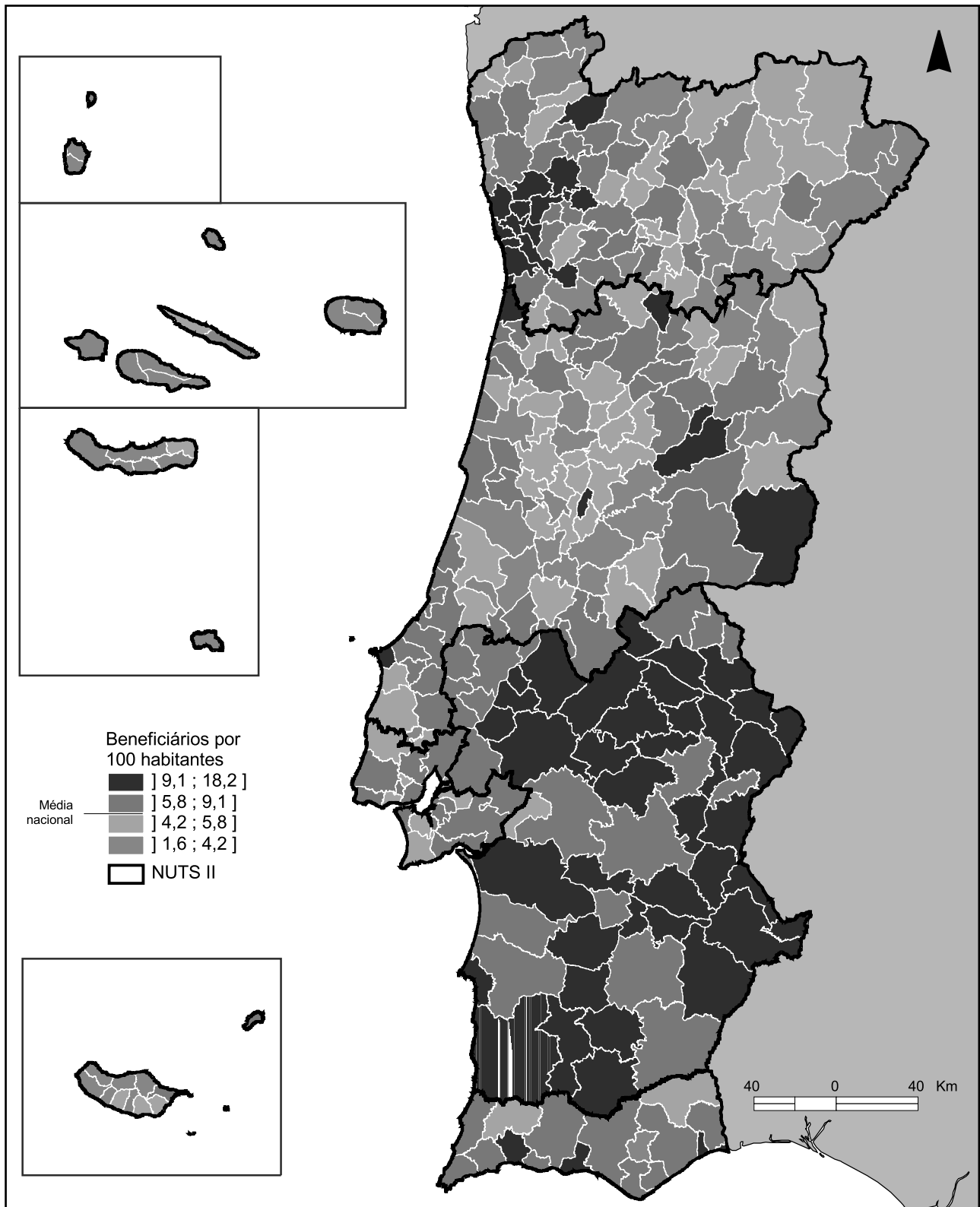
FIGURA 6.4 BENEFICIÁRIOS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO POR 100 HABITANTES EM IDADE ACTIVA, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Cerca de 56% dos beneficiários de subsídio de desemprego eram do sexo feminino. Em termos regionais, esta proporção alcançava o valor máximo no Algarve (62%) e o valor mínimo em Lisboa (51%). Cerca de um décimo dos beneficiários desta prestação social eram jovens (menos de 24 anos de idade). A este nível, as regiões autónomas revelavam um perfil distinto do continente: na R. A. Açores, os jovens constituíam 19% dos beneficiários do subsídio de desemprego e, na R. A. Madeira, 15%. No entanto, o grupo etário que, em todas as regiões, registava a maior proporção de beneficiários desta prestação era o dos indivíduos entre os 30 e os 39 anos.

A relativização do número de beneficiários desta prestação social pela população em idade activa residente em cada município sugere uma maior importância do desemprego no Interior do território continental, com particular destaque para o Interior Centro e Sul. Por exemplo, aí localizavam-se os seis municípios que superavam os 15 beneficiários por 100 habitantes em idade activa: Barrancos, Fronteira, Ourique, Mourão, Pinhel e Manteigas. É de salientar também, pelo elevado número de beneficiários, a faixa que se estende da NUTS III do Grande Porto para a do Ave. Aqui, a situação poderá ser explicada, em parte, pela crise no sector têxtil que atingiu a região do Vale do Ave e zonas limítrofes. No outro extremo, com menos expressão deste tipo de beneficiários, concentravam-se, em particular, municípios das regiões autónomas, designadamente, Lajes das Flores, Calheta, Santa Cruz das Flores e Corvo e, no Continente, as zonas do Alto Trás-os-Montes, Douro, e Beira Interior Norte, bem como a zona do Pinhal no Centro do país [Figura 6.5].

**FIGURA 6.5 BENEFICIÁRIOS DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO POR 100 HABITANTES EM IDADE ACTIVA, POR MUNICÍPIO, 2005**

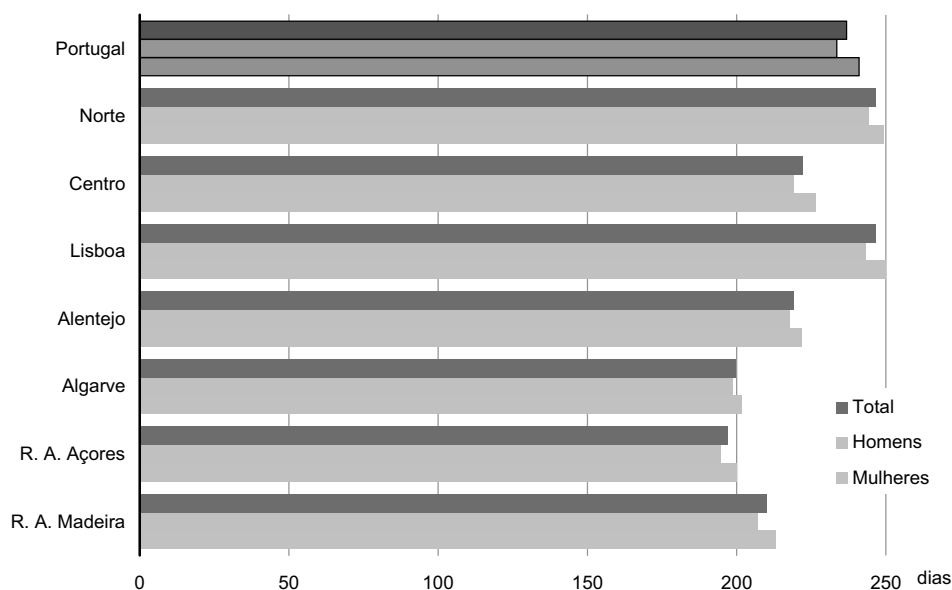


### DURAÇÃO MÉDIA DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO MAIOR NO NORTE E EM LISBOA

Em 2005, a duração média de atribuição do subsídio de desemprego foi de 237 dias, na sequência de um acréscimo de 27 dias face a 2004, mais acentuado entre as mulheres (+ 37 dias). A duração média de atribuição desta prestação social era superior entre as mulheres (241 dias contra 234, para os homens), situação que se verificou em todas as regiões do país.

O Norte e Lisboa, com 247 e 246 dias de duração média do subsídio de desemprego, respectivamente, apresentavam os valores regionais mais altos. No outro extremo, encontravam-se a R. A. Açores: 197 dias [Figura 6.6].

FIGURA 6.6 NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE SUBSÍDIO DE DESEMPREGO SEGUNDO O SEXO, PORTUGAL E NUTS II, 2005

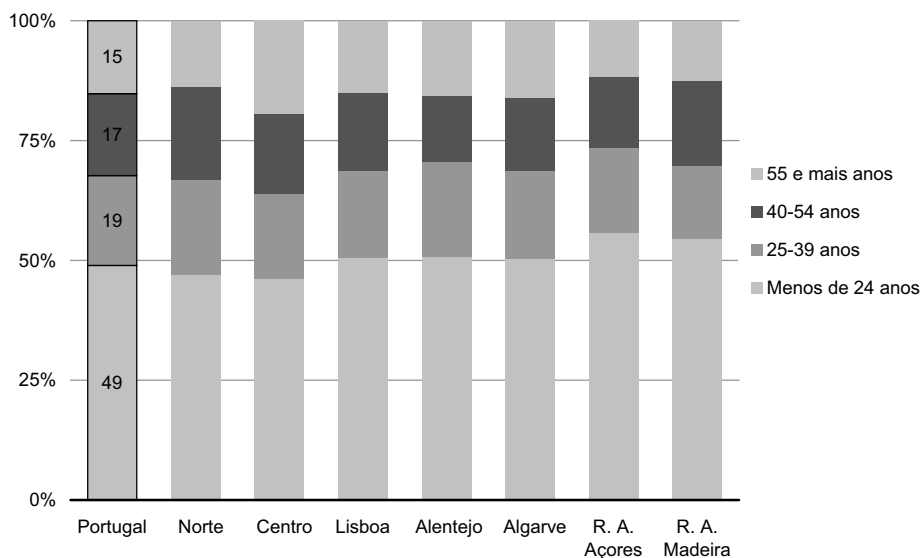


### PROPORÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO NA R. A. AÇORES É QUATRO VEZES SUPERIOR À MÉDIA NACIONAL

O Rendimento Social de Inserção foi introduzido no decurso de 2004, substituindo o Rendimento Mínimo Garantido. Por esta razão, 2005 marca o primeiro ano completo de implementação daquela prestação. Neste contexto, em 2005, cerca de 202 mil indivíduos beneficiaram do Rendimento Social de Inserção, sendo 53% do sexo feminino. Este perfil era comum a todas as regiões do país, tendo sido, em 2005, mais pronunciado na R. A. Açores, onde atingiu os 57%.

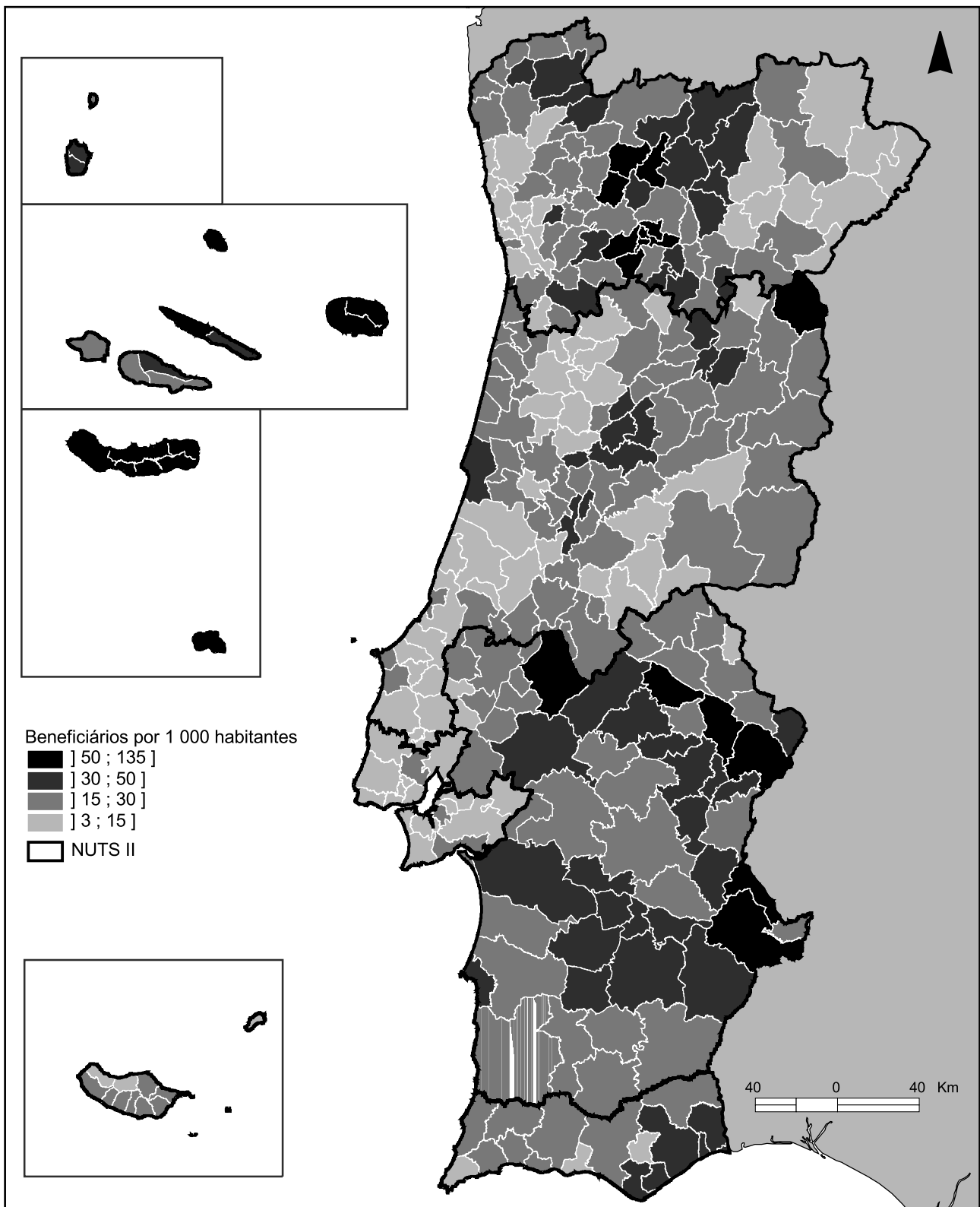
Cerca de metade dos beneficiários deste rendimento eram indivíduos com menos de 24 anos. Na R. A. Açores, este grupo etário atingia 56% do total de beneficiários, enquanto no Centro era de 46% [Figura 6.7].

FIGURA 6.7 ESTRUTURA ETÁRIA DOS BENEFICIÁRIOS DE RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR 100 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2005



No cômputo geral, 19 em cada mil habitantes beneficiavam do Rendimento Social de Inserção. Por regiões, enquanto em Lisboa se registava o valor mais baixo (10‰), na R. A. Açores, o indicador alcançava os 77 beneficiários por cada mil habitantes. Corroborando estes valores, constata-se que, dos 10 municípios com maior incidência de beneficiários, sete situavam-se na R. A. Açores. Para além de Lisboa, apenas o Centro, com 18 beneficiários por mil habitantes, apresentava um valor abaixo da média nacional [Figura 6.8].

FIGURA 6.8 BENEFICIÁRIOS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO POR MIL HABITANTES, POR MUNICÍPIO, 31.12.2005



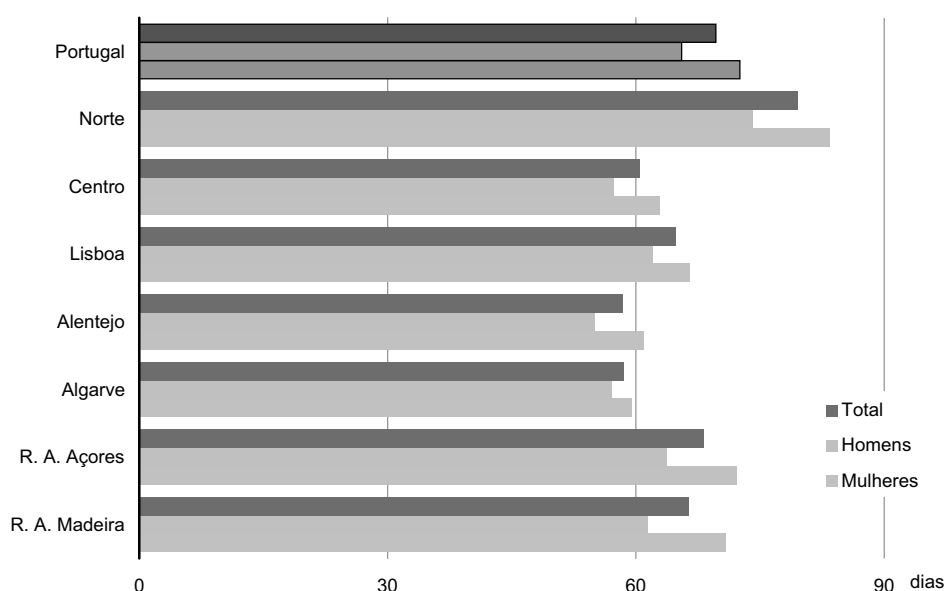
DURAÇÃO MÉDIA DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA MAIOR NO NORTE

Em 2005, foram registados cerca de 551 mil indivíduos que beneficiaram de subsídio de doença, representando um decréscimo de 5% face a 2004. Aqueles beneficiários pertenciam maioritariamente ao sexo feminino (59%), situação comum às sete regiões do país. Em Lisboa, a proporção alcançava o máximo regional: 62% do total de beneficiários.

O efectivo de beneficiários de subsídio de doença correspondia a 5% da população residente. Regionalmente, era no Norte que a incidência era maior: 6% da população residente.

Em todas as regiões do país, a duração média dos subsídios por doença era superior entre as mulheres. O Norte destacava-se por apresentar a duração média superior, quer em termos globais (80 dias), quer para ambos os sexos (74 dias para os homens e 83 dias para as mulheres). O Alentejo e o Algarve registavam os valores mais baixos [Figura 6.9].

FIGURA 6.9 NÚMERO MÉDIO DE DIAS DE SUBSÍDIO DE DOENÇA SEGUNDO O SEXO, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Em média, o subsídio por doença ascendia a 829 euros por beneficiário, sendo superior para os beneficiários do sexo masculino, situação que se verificava em todas as sete regiões do país. À semelhança do que acontecia para as restantes prestações sociais, era em Lisboa que se registava o valor médio por beneficiário mais elevado: 993 euros.



# III. A Actividade Económica







## III.1 Contas Regionais

---





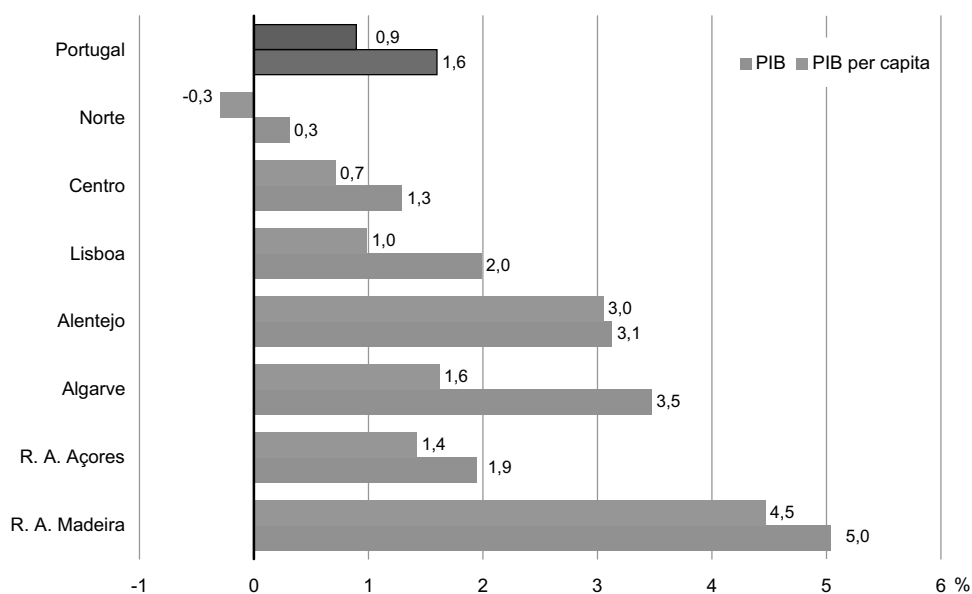
### III.1. CONTAS REGIONAIS

#### PIB *PER CAPITA* DO NORTE DIMINUI 0,3%

O Produto Interno Bruto (PIB) português, no valor de quase 131 mil milhões de euros em 2003, aumentou 1,6% face ao ano anterior<sup>14</sup>, crescimento inferior ao registado em anos anteriores. De 2000 para 2001, o crescimento tinha sido de 6,1% e, de 2001 para 2002, de 4,8%. As regiões que mais contribuíram em 2003 para o PIB foram Lisboa (38%), o Norte (28%) e o Centro (18,5%), influenciando o baixo nível de crescimento do PIB: no Norte, apenas cresceu 0,3%, contrastando com a R. A. Madeira, onde o crescimento foi de 5%, e o Algarve que registou um crescimento de 3,5% [Figura 1.1].

Analisando a evolução do PIB regional *per capita*, observa-se um comportamento idêntico ao do PIB excepto na Região Norte. Nesta região o PIB *per capita* evidenciou uma variação negativa em resultado de um crescimento populacional de 0,6%, superior ao registado no PIB (0,3%).

FIGURA 1.1 EVOLUÇÃO DO PIB E DO PIB *PER CAPITA*, PORTUGAL E NUTS II, 2002-2003

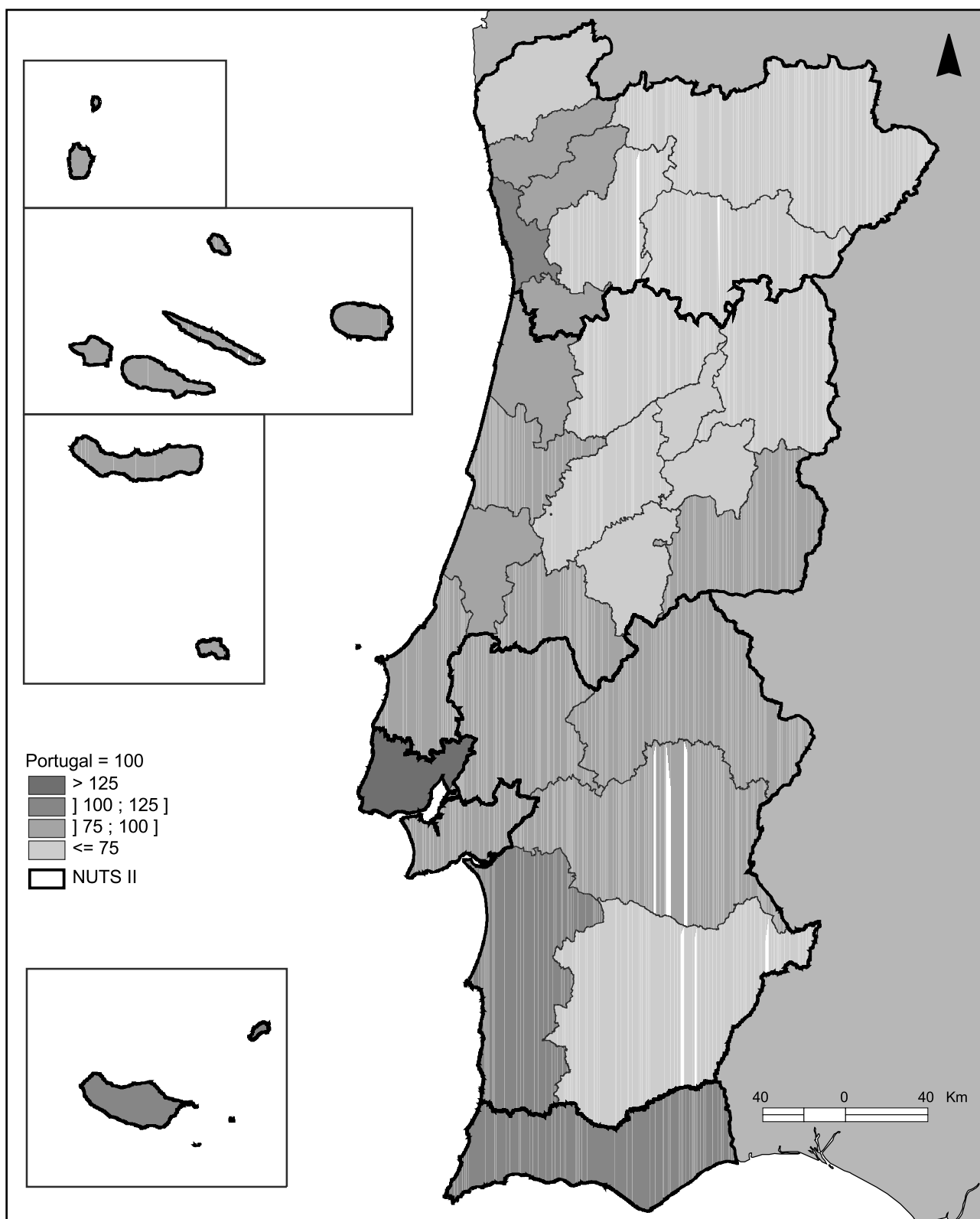


A forte concentração das actividades produtivas nas regiões de Lisboa, Norte e Centro, que conjuntamente representavam, em 2003, cerca de 85% do total do PIB, do emprego total e das remunerações mas também da população residente, é ainda mais evidente quando se analisa o contributo de cada NUTS III. Só a sub-região Grande Lisboa era responsável isoladamente, em 2003, por quase um quarto do emprego nacional e por um terço da actividade produtiva nacional (32,4% do total do PIB). A distribuição do PIB *per capita* relativizada face à média nacional [Figura 1.2] evidencia a Grande Lisboa cujo PIB *per capita* supera a média nacional em 70%, à semelhança do que acontecera em anos anteriores. Mas também a R. A. Madeira, o Alentejo Litoral, o Algarve e o Grande Porto registaram valores acima da média nacional. Das sub-regiões com PIB *per capita*

<sup>14</sup>Os valores apresentados neste capítulo têm carácter provisório, à semelhança das Contas Nacionais (base 1995) utilizadas, e as variações apuradas são sempre nominais, calculadas com base em valores a preços correntes.

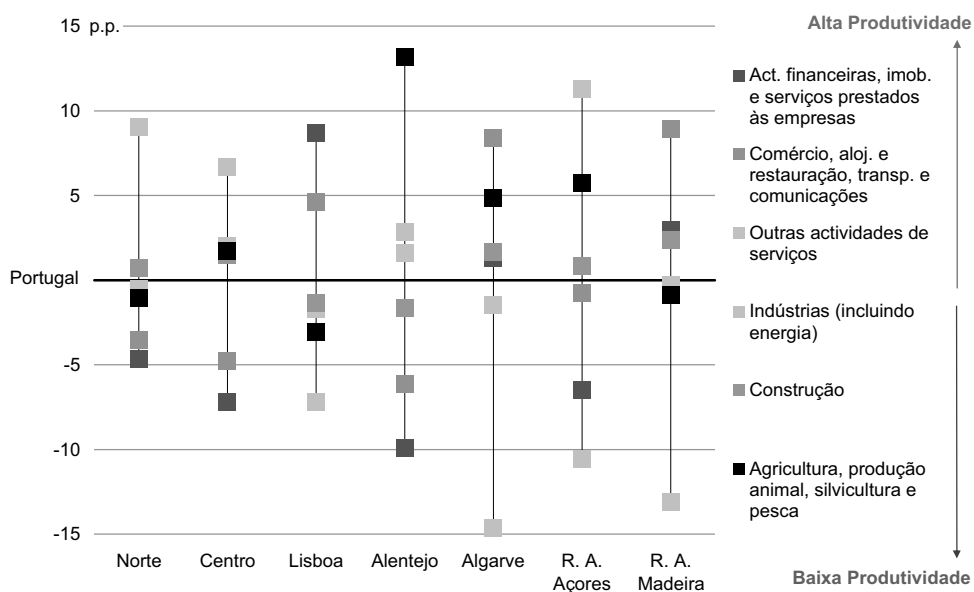
inferior a 75% da média nacional observa-se, com excepção do Minho-Lima, uma concentração no Interior do país abrangendo a maior parte do Norte, grande parte do Centro e ainda a sub-região do Baixo Alentejo. No caso do Tâmega, o valor foi mesmo inferior a metade do valor nacional (49%).

FIGURA 1.2 PIB PER CAPITA, POR NUTS III, 2003



Para quantificar esta medida das disparidades regionais, analisou-se o coeficiente de variação do PIB *per capita*, ponderado pela população de cada sub-região, que revelou o valor mais acentuado em Lisboa com 28%, seguido do Norte com 24%, em parte devido à influência das áreas metropolitanas que enquanto pólos de emprego beneficiam de importantes movimentos pendulares que contribuem para o aumento do PIB, sem no entanto serem considerados no cálculo do PIB *per capita* dessas sub-regiões. As regiões do Centro e do Alentejo revelaram valores mais reduzidos no nível de disparidade intra-regional com 16% e 13%, respectivamente. A análise do PIB regional, que mede o valor da produção das regiões, deve ser ainda complementada com a análise do Rendimento Disponível Bruto das Famílias (RDB) que procura reflectir o nível de vida das famílias nas regiões, na medida em que incorpora transferências ocorridas entre diferentes agentes económicos e entre as diversas regiões. As disparidades regionais evidenciadas pelo PIB *per capita* são então minimizadas quando se confrontam dados relativos ao RDB *per capita* apresentando, em geral, dados mais próximos da média nacional, sendo essa aproximação mais evidente nas regiões da R. A. Madeira e na Região de Lisboa [Figura 1.3].

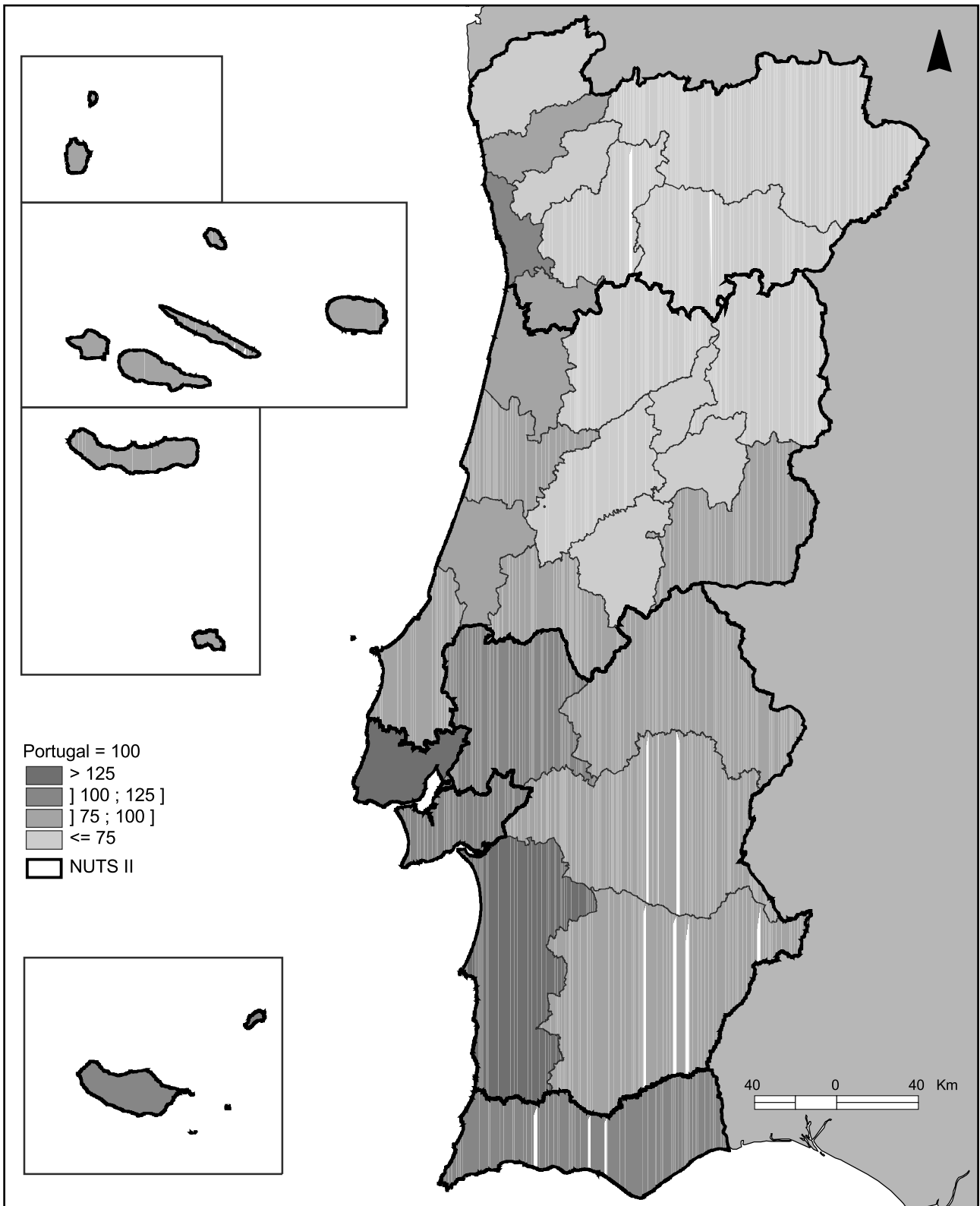
FIGURA 1.3 PIB *PERCAPITA* E RENDIMENTO DISPONÍVEL BRUTO DAS FAMÍLIAS *PER CAPITA*, POR NUTS II, 2003



### PRODUTIVIDADES MAIS ELEVADAS NO LITORAL E SUL DO PAÍS

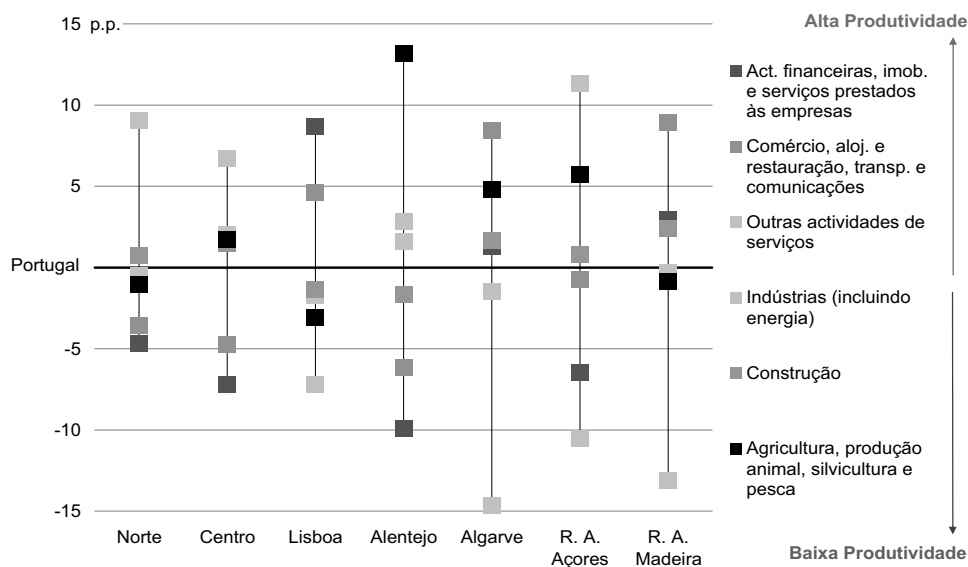
A produtividade regional, que confronta o PIB gerado numa região tendo em conta não a população residente nesse território económico mas sim o emprego que lhe corresponde, confirma as disparidades regionais já evidenciadas. Ao nível nacional, a produtividade cresceu face ao ano anterior 1,9%, fruto de uma variação positiva do VAB de 1,6% e de uma diminuição do emprego de 0,4%. Com valores superiores à média, destacam-se, as regiões de Lisboa, R. A. Madeira e Algarve e, no caso da análise se alargar às sub-regiões, ganham destaque, adicionalmente, o Alentejo Litoral e a Lezíria do Tejo (no Alentejo) e o Grande Porto (no Norte). As sub-regiões em que as produtividades não atingem 75% da média nacional concentravam-se no Interior Norte e Centro do país [Figura 1.4].

FIGURA 1.4 PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (VAB POR PESSOA EMPREGADA), POR NUTS III, 2003



Analisando a produtividade por ramo de actividade ao nível nacional, evidenciam-se, de imediato, as actividades do sector terciário, nomeadamente as *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* com valores muito superiores às restantes. Das actividades com produtividades mais baixas, destaca-se a *agricultura, produção animal, silvicultura e pesca*. Em termos regionais, os diferentes níveis de produtividade estão relacionados com o perfil de especialização de cada região. Assim, a região com maior produtividade (Lisboa) surge fortemente especializada nas actividades do sector terciário. Pelo contrário, o Norte e o Centro, regiões onde a produtividade no seu todo registou valores mais reduzidos, encontram-se fortemente associados às actividades industriais. A Figura 1.5 traduz os perfis de especialização sectorial das regiões, evidenciando de que forma a estrutura do VAB sectorial de cada região se distanciava da média nacional<sup>15</sup>, atendendo aos níveis de produtividade sectorial (calculados apenas ao nível nacional). No caso do Alentejo, evidencia-se a sua forte especialização em actividades do sector primário, por contrapartida das *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* em que o peso do seu VAB é inferior em quase 10 pontos percentuais ao valor nacional.

FIGURA 1.5 PERFIS DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL: DISPARIDADE FACE A PORTUGAL DO VAB POR RAMO DE ACTIVIDADE, POR NUTS II, 2003

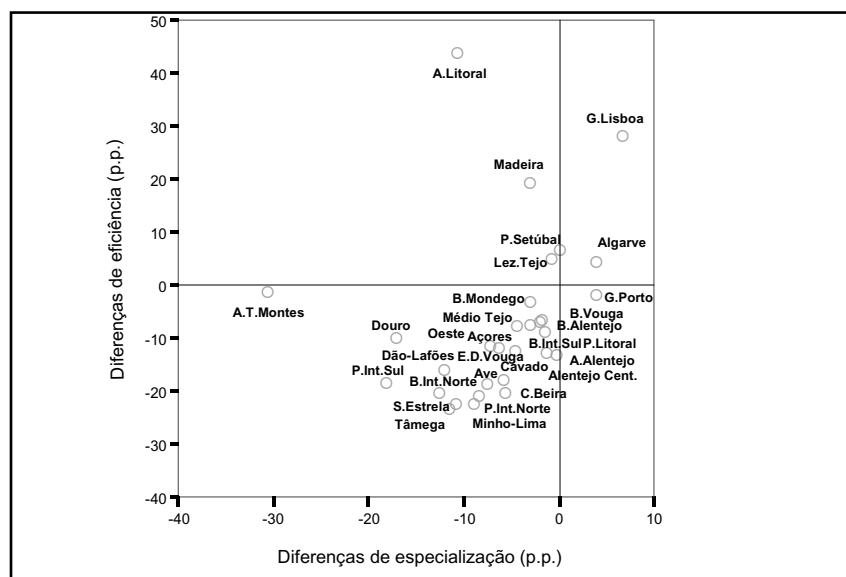


As disparidades regionais evidenciadas pelos níveis de produtividade do trabalho reflectem, por um lado, a eficiência promovida regionalmente nas várias unidades económicas, mas são também consequência da especialização sectorial de cada região. A produtividade depende, assim, das produtividades dos diferentes ramos, reflectindo regionalmente diferentes níveis de eficiência, mas também da estrutura do emprego da região, por ramo de actividade, traduzindo, quando confrontado

<sup>15</sup> Foi calculada, por região, a diferença entre o peso, em termos de VAB, de cada ramo de actividade na região e o peso, em termos de VAB nacional, do ramo de actividade no país.

com o valor nacional, a especialização sectorial da região<sup>16</sup>. Confrontando estes dois níveis de análise da produtividade com a média nacional, constata-se que as maiores diferenças dos níveis de produtividade derivavam mais de diferenças de eficiência do que de padrões de especialização [Figura 1.6]. As sub-regiões que se destacavam por apresentarem ganhos claros, em relação ao país, de eficiência e especialização em simultâneo, foram a Grande Lisboa e o Algarve, surgindo em menor escala a Península de Setúbal. Ainda com níveis de produtividade superiores à média, surgiam, tal como se viu na Figura 1.4, o Alentejo Litoral, a R. A. Madeira, a Lezíria do Tejo e o Grande Porto. No último caso, e de forma isolada, essa vantagem terá sido obtida exclusivamente graças aos sectores de especialização da região. Nos restantes, pelo contrário, terão sido factores associados à eficiência das unidades produtivas que justificaram a sua posição relativa.

FIGURA 1.6 DECOMPOSIÇÃO DAS DIFERENÇAS DE PRODUTIVIDADE FACE AO PAÍS, POR NUTS III, 2003



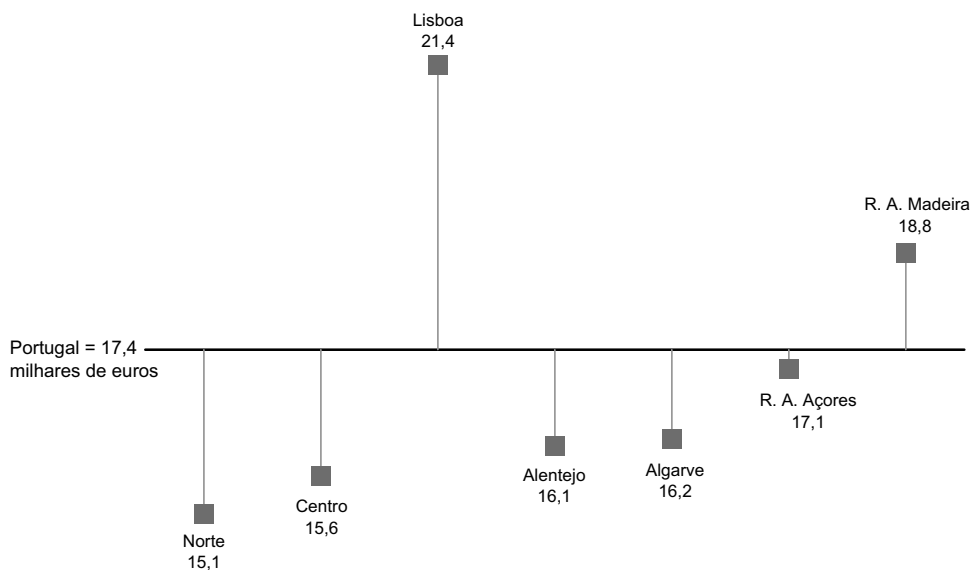
Com níveis de eficiência significativamente inferiores à média nacional e especializações económicas concentradas em sectores de baixa produtividade, surgem, em geral, as sub-regiões do Interior do país. No caso do Alto Trás-os-Montes, a especialização sectorial foi mesmo determinante no seu nível global de produtividade, na medida em que o desvio face à média nacional em termos de eficiência era bastante reduzido.

<sup>16</sup> Veja-se Ramos, P. e Coimbra, C. no estudo "Notas sobre o cálculo da produtividade média das regiões NUTS II e NUTS III portuguesas" in Cadernos Regionais da Região Centro nº 12, 2001 editados pelo INE.

## LISBOA E R. A. MADEIRA COM REMUNERAÇÕES MÉDIAS ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

A remuneração média ao nível nacional atingiu, no ano de 2003, 17,4 milhares de euros por trabalhador remunerado. Em termos regionais, a remuneração média variava entre 21,4 milhares de euros, em Lisboa, e 15,1, no Norte. Lisboa e R. A. Madeira foram mesmo as únicas regiões com remunerações médias acima do valor nacional [Figura 1.7]. As *actividades financeiras, imobiliárias e serviços prestados às empresas* foram as actividades com maior remuneração média: 22,5 milhares de euros.

FIGURA 1.7 REMUNERAÇÃO MÉDIA, PORTUGAL E NUTS II, 2003

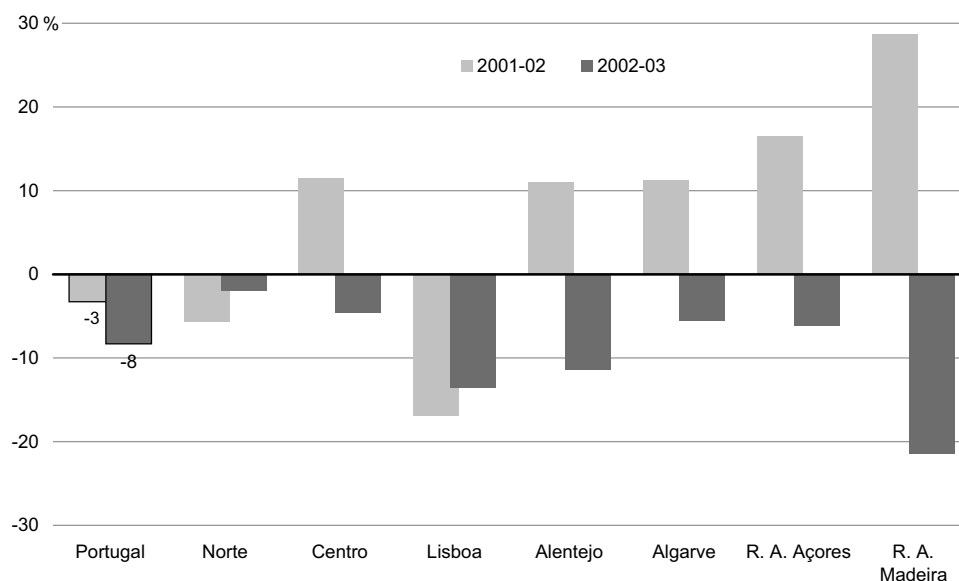


Pelo contrário, na *agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura* registou-se o valor mais reduzido com 8,7 milhares de euros ao nível nacional.

## QUEBRA GENERALIZADA NO INVESTIMENTO REGIONAL

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) do país registou, no ano de 2003, uma evolução negativa, com uma quebra de 8,3% face ao ano anterior. Uma evolução semelhante, mas com menor dimensão, tinha sido já verificada de 2001 para 2002 contrariando os crescimentos contínuos verificados desde 1995, sendo que o valor da FBCF de 2003 aproximou-se mesmo do verificado no ano de 1999. Lisboa foi uma das regiões que mais contribuiu para esta evolução recente da FBCF [Figura 1.8], dada a redução de 28% ocorrida de 2001 para 2003, que, aliada ao facto de Lisboa ser responsável por mais de 30% da FBCF nacional, condicionou fortemente a evolução nacional. Ao nível dos ramos de actividade, esta quebra foi praticamente generalizada destacando-se, com um peso significativo, a quebra das *actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* e dos *transportes, armazenagem e comunicações*. De 2002 para 2003, a quebra na FBCF verificou-se em todas as regiões, destacando-se a R. A. Madeira com o comportamento mais díspar na medida em que registou uma quebra que praticamente anulou o crescimento verificado de 2001 para 2002 [Figura 1.8].

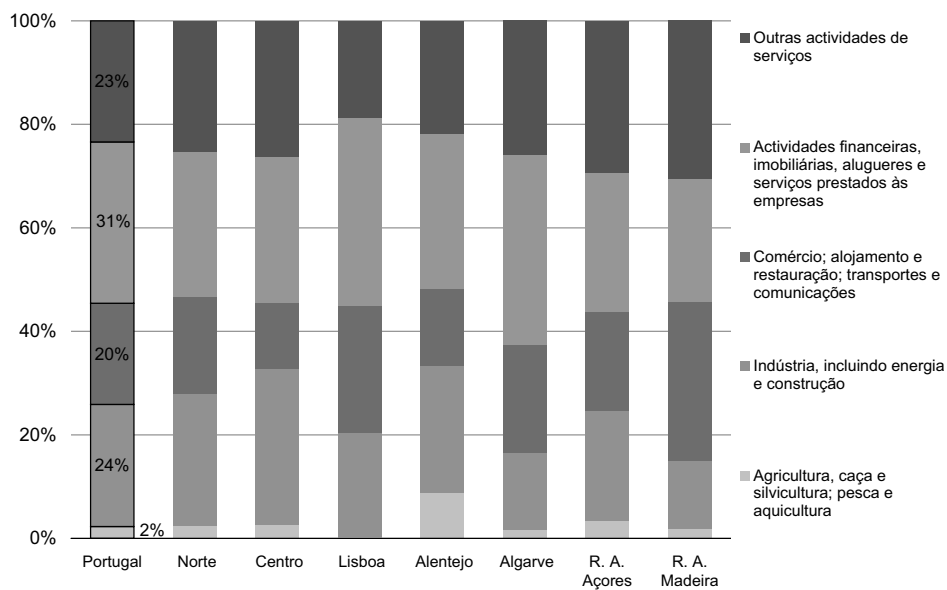
FIGURA 1.8 TAXAS DE CRESCIMENTO DA FBCF, PORTUGAL E NUTS II, 2001-2002 E 2002-2003



Outra forma de avaliar a importância da FBCF na economia regional consiste em analisar a proporção da riqueza gerada (VAB) que é investida (FBCF) habitualmente designada por taxa de investimento aparente, que em Portugal, em 2003, foi de 26%. A R. A. Açores foi a região com a maior taxa de investimento aparente, representando a sua FBCF quase metade do VAB criado nessa região (46%). As regiões do Norte e Lisboa, e essencialmente esta última, foram as únicas a apresentar valores inferiores à média nacional (25% e 22% respectivamente).

As *actividades financeiras, imobiliárias, serviços prestados às empresas* foram, em 2003, responsáveis pela parcela mais significativa da FBCF total representando, ao nível nacional, 31% do total. Ao nível regional, apesar de se revelar sempre um ramo de actividade importante, nem sempre constituiu a parcela mais significativa: é o caso das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores onde as *outras actividades de serviços* (segurança social, educação, saúde entre outros) se sobrepuseram enquanto ramos de actividade geradores de investimento, realçando o papel significativo que as administrações públicas assumem em anos de redução de investimento. Destaca-se ainda a importância das *indústrias (incluindo energia e construção)* na FBCF do Centro e o *Comércio, alojamento e restauração, transportes e comunicações* na R. A. Madeira [Figura 1.9].

FIGURA 1.9 FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO SEGUNDO A ACTIVIDADE ECONÓMICA, PORTUGAL E NUTS II, 2003







## III.2 Preços





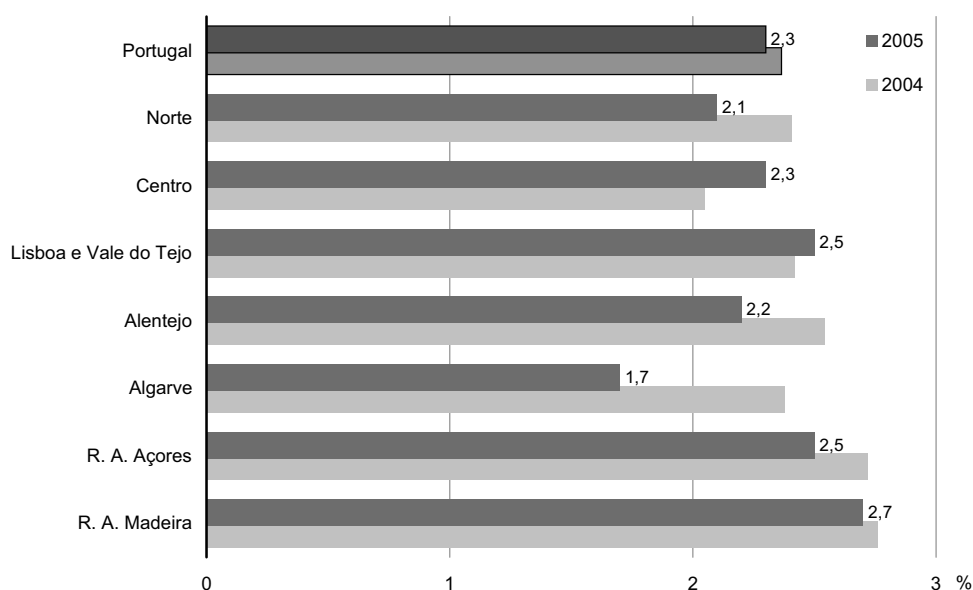
## III.2. PREÇOS <sup>17</sup>

### INFLAÇÃO NO CONSUMO ACELERA APENAS NO CENTRO E EM LISBOA E VALE DO TEJO

A taxa de variação média do Índice de Preços no Consumidor (IPC) constitui uma medida do crescimento anual dos preços - inflação - implícitos no consumo.

Ao nível nacional, este indicador registou uma redução de uma décima de ponto percentual (p.p.) face ao observado em 2004, passando de 2,4% para 2,3%. Tal significa que, em 2005, os preços implícitos no consumo cresceram (à semelhança do que ocorrera em 2004) mas de forma ligeiramente menos acentuada do que no ano anterior. O abrandamento do ritmo de crescimento dos preços no consumidor, face a 2004, ocorreu na maioria das regiões. O Centro e Lisboa e Vale do Tejo constituíram as exceções, tendo-se registado um acréscimo na taxa de inflação de 0,3 p.p. e 0,1 p.p., respectivamente. A desaceleração mais significativa no crescimento dos preços foi observada no Algarve (-0,7 p.p.). Esta região registou a taxa de inflação mais reduzida em 2005 (1,7%), situação que em 2004 era detida pela região Centro [Figura 2.1].

FIGURA 2.1 TAXA DE VARIAÇÃO MÉDIA DO IPC, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



As regiões autónomas mantiveram as taxas de inflação mais elevadas: 2,5%, na R. A. Açores, e 2,7%, na R. A. Madeira. Contudo, Lisboa e Vale do Tejo veio, em 2005, juntar-se a estas regiões ao exibir uma taxa de inflação semelhante à observada na R. A. Açores. A dispersão inter-regional associada a este indicador registou um aumento, ainda que ligeiro, face ao ano anterior<sup>18</sup>.

<sup>17</sup>A informação estatística analisada neste capítulo respeita a anterior delimitação das NUTS II (Lei n.º 28/2001).

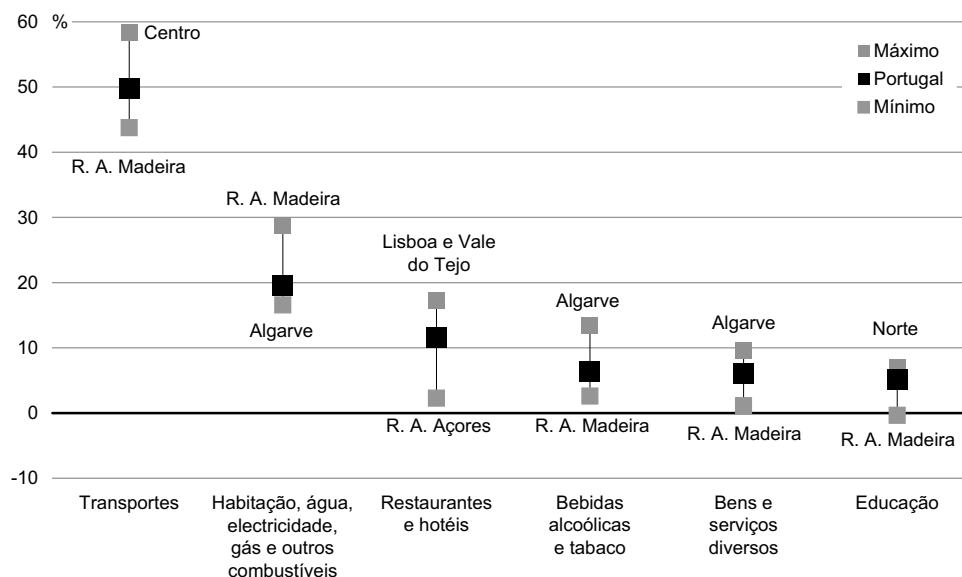
<sup>18</sup>A conclusão é a mesma quer se proceda ao cálculo do desvio-padrão dos sete valores regionais, quer se calcule a diferença entre o valor regional máximo e o valor regional mínimo.

TRANSPORTES COM MAIOR CONTRIBUTO PARA AS TAXAS DE INFLAÇÃO REGIONAIS

O cabaz de produtos subjacente ao IPC encontra-se organizado em 12 classes de despesa com diferentes ponderações, resultantes do respectivo peso na despesa de consumo final dos portugueses e originando contributos para o crescimento anual e regional dos preços distintos<sup>19</sup>. A nível nacional, a classe dos *Transportes* foi a que mais contribuiu para o crescimento médio anual dos preços em 2005, tendo explicado cerca de metade do crescimento observado. O mesmo se verificou nas sete regiões do país, com as quotas de comparticipação a oscilar entre 44%, em Lisboa e Vale do Tejo e na Madeira, e 58%, no Centro.

Em segundo lugar, surge a classe *Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis* que, em conjunto com os *Transportes*, explicam cerca de 70% da taxa de inflação nacional. Em todas as regiões, o segundo maior contributo para o crescimento dos preços tinha origem naquela classe. No Alentejo, estas duas classes de despesa explicaram 80% do crescimento dos preços no consumo observado em 2005. Em Lisboa e Vale do Tejo aquele contributo conjunto não ultrapassou 62%. Com efeito, nesta região, à classe *Restaurantes e hotéis* coube uma quota de 17,3%. Esta foi, de resto, a classe de despesa que apresentou o terceiro maior contributo para o nível da taxa de inflação nacional e para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve, Alentejo e Madeira [Figura 2.2].

FIGURA 2.2 CLASSES COM MAIORES CONTRIBUTOS PARA A VARIAÇÃO MÉDIA NACIONAL DO IPC E RESPECTIVAS DISPARIDADES REGIONAIS, POR NUTS II, 2005



<sup>19</sup> A variação do índice de preços no consumidor (global) resulta de uma combinação de dois efeitos: a variação do índice de cada classe de despesa e o peso que essa mesma classe tem na variação total (ponderador). Para compreender-se qual o efeito de cada classe na variação total do IPC, recorreu-se ao cálculo da quota de comparticipação ( $Q_k$ , com  $k = 1, \dots, 12$ ), uma medida da influência quantitativa de uma dada classe de despesa  $k$  no total das alterações que afectam o índice global, em que

$$0 \leq Q_k \leq 100\% \text{ e } \sum_{k=1}^{12} Q_k = 100\%.$$



### III.3

## Empresas

---





### III.3. EMPRESAS

#### TAXA DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES MAISELEVADA NO INTERIOR DAS REGIÕES NORTE E CENTRO

Durante o ano de 2005, foram registadas pelo Ministério da Justiça<sup>20</sup> cerca de 22 mil novas sociedades no país, número inferior em 7% às cerca de 24 mil registadas em 2004. Esta diminuição verificou-se em todas as regiões, com especial incidência na R.A. Madeira e Alentejo (-43% e -11%, respectivamente).

A desaceleração do empreendedorismo (medido pela criação de novas sociedades) foi mais relevante precisamente nas actividades económicas onde a proporção de novas sociedades é maior: *Comércio e reparação* (28% no total de sociedades) e *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (24%).

A taxa de constituição de sociedades<sup>21</sup> foi de 6,6% em 2004 e 5,5% em 2005 [Figura 3.1]. A R.A. Madeira observou a maior redução face ao ano anterior tendo esta proporção passado de 13,5% em 2004 para 6,5% em 2005. Porém, a R.A. Madeira detinha uma das mais elevadas taxas regionais de constituição de sociedades (a par do Algarve e da R.A. Açores). A região Centro apresentou o menor dinamismo de constituição de sociedades, com uma proporção de 5,2% em 2005.

Paralelamente, o número de sociedades dissolvidas (por falência, deliberação dos sócios ou outros motivos) registadas pelo Ministério da Justiça foi de cerca de 16 mil em 2005, tendo representado um aumento de 16% face a 2004. Ponderando pelo número de sociedades existentes no ano anterior ao do registo da dissolução - taxa de dissolução -, observou-se um incremento na proporção de sociedades dissolvidas, tendo passado de 3,9% em 2004 para 4,3% em 2005. Em termos regionais destacavam-se o Norte, o Centro e o Alentejo ao apresentarem valores acima da média nacional, tendo sido, contudo, nas regiões autónomas e em Lisboa que se registaram os maiores incrementos na taxa de dissolução de sociedades entre 2004 e 2005 [Figura 3.2].

FIGURA 3.1 TAXA DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005

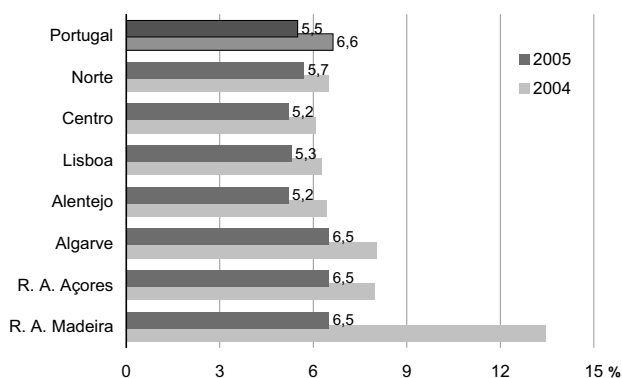
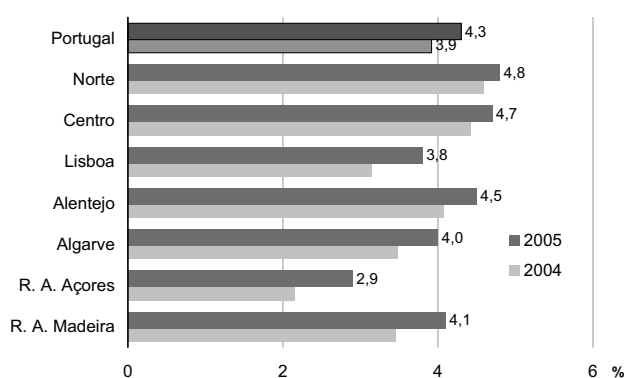


FIGURA 3.2 TAXA DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



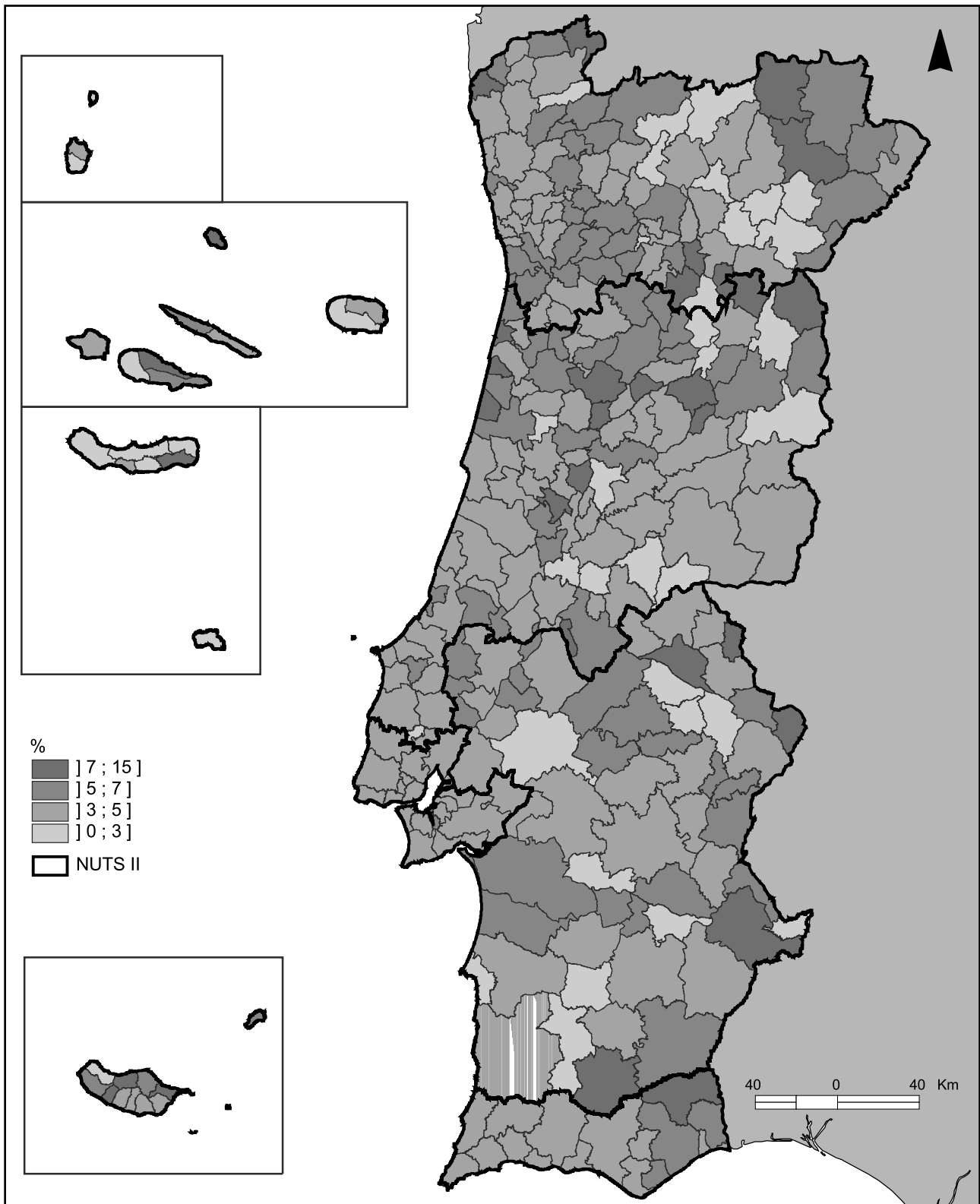
<sup>20</sup> Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP).

<sup>21</sup> A taxa de constituição é medida pelo número de sociedades existentes no Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE) do INE, em 31 de Dezembro do mesmo ano em que se deu o registo das novas empresas pelo GPLP.



Ao nível infra-regional, a dissolução de sociedades teve maior importância relativa em municípios do interior do país, em particular nas sub-regiões Minho-Lima, Tâmega e Ave. Na região Centro, foram os municípios da Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Dão-Lafões que apresentaram as mais elevadas taxas de dissolução de sociedades. Este fenómeno foi também importante em alguns municípios das regiões autónomas (Ponta do Sol, São Vicente e Machico, na R.A. Madeira e Santa Cruz da Graciosa, São Roque do Pico e Povoação, na R.A. Açores) [Figura 3.3].

FIGURA 3.3 TAXA DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADES , POR MUNICÍPIO, 2005



## MAIOR DENSIDADE DE ESTABELECIMENTOS NAS ÁREAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO

A distribuição regional dos estabelecimentos das sociedades<sup>22</sup> acompanhava de alguma forma a distribuição da população por NUTS II uma vez que cerca de 85%, quer de população, quer de estabelecimentos estava concentrada nas regiões de Lisboa, Norte e Centro. No entanto, Lisboa detinha maior proporção de estabelecimentos do que população ao abranger 34% do tecido empresarial (e apenas 23% da população), o Norte concentrava cerca de 31% dos estabelecimentos, apesar de ser a região mais populosa (35% dos habitantes) e no Centro localizavam-se 20% dos estabelecimentos para 23% do total de habitantes em Portugal. Quanto às restantes regiões há a salientar o Alentejo com 6% dos estabelecimentos, e a R.A. Açores enquanto a região com menor quantidade de estabelecimentos (apenas 1% do total).

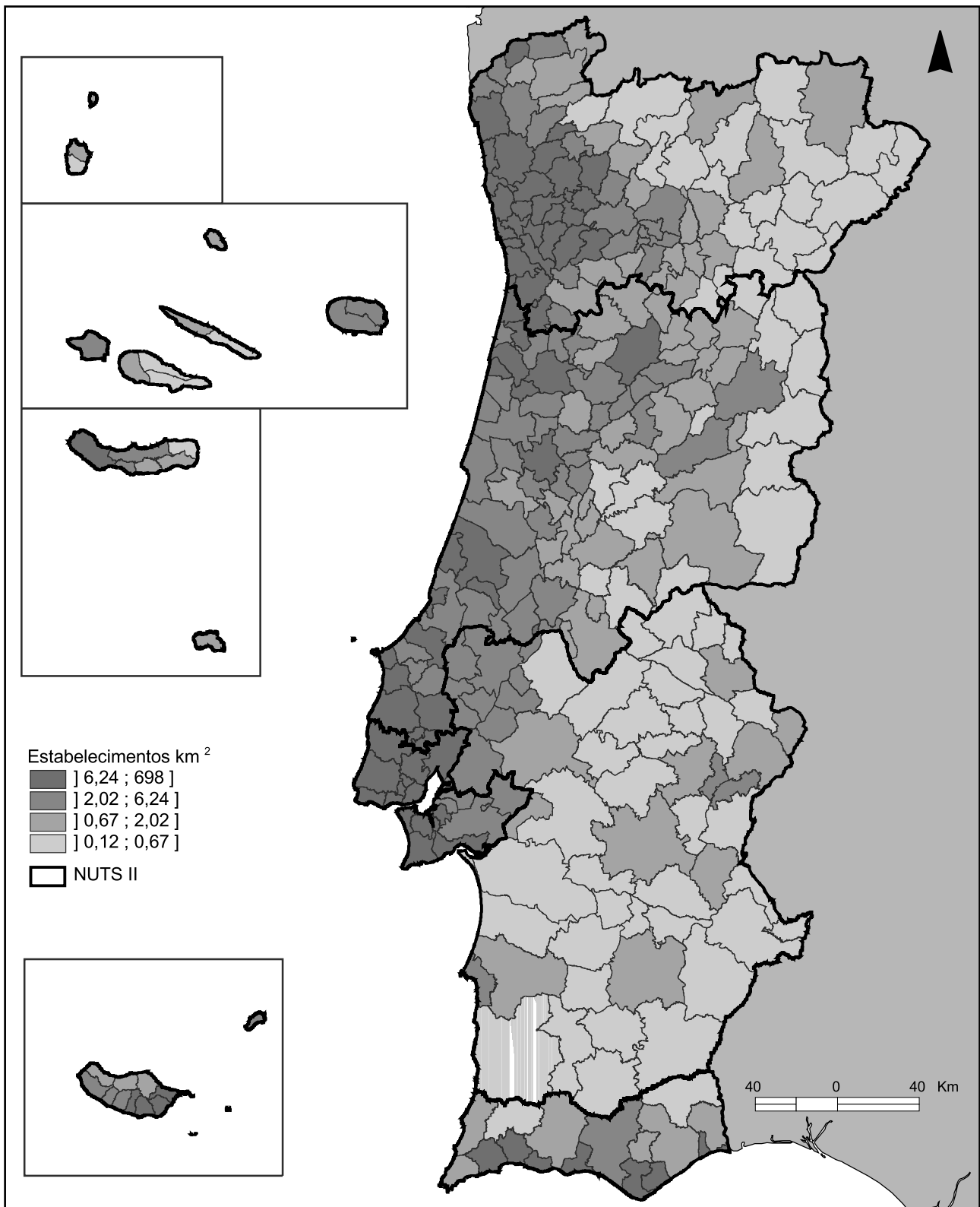
A imagem da distribuição espacial dos estabelecimentos por município [Figura 3.4] acompanha de alguma forma a análise realizada para as regiões, uma vez que é próxima do mapa da densidade populacional para o ano de 2005<sup>23</sup>. De facto, a maior densidade de estabelecimentos encontrava-se na faixa litoral do Continente português a norte da Península de Setúbal, verificando-se uma clara concentração nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, com destaque para os dois centros metropolitanos (Lisboa: 698 estabelecimentos por km<sup>2</sup>; Porto: 448). O número de estabelecimentos por km<sup>2</sup> nos restantes municípios era ainda significativo nos municípios capitais de distrito, como por exemplo Funchal (134), Braga (40), Coimbra (21), Aveiro (20), Faro (16) e Leiria (13). A sul, sobressaíam as áreas mais turísticas do Algarve.

---

<sup>22</sup> No final de 2004, o FUE contabilizava cerca de 400 mil sociedades a que correspondiam cerca de 450 mil estabelecimentos.

<sup>23</sup> Veja-se figura I.1.5 relativa ao mapa da densidade populacional.

FIGURA 3.4 DENSIDADE DE ESTABELECIMENTOS, POR MUNICÍPIO, 2004



## NORTE É ÚNICA REGIÃO COM PERFIL DE COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA ASSENTE NA MÃO-DE-OBRA

A informação regional obtida do Inquérito às Empresas Harmonizado (IEH)<sup>24</sup>, permite uma análise da indústria transformadora portuguesa e particularmente da forma como as empresas sediadas nas regiões geram Valor Acrescentado Bruto (VAB), explorando de forma distinta os diversos mercados industriais, através dos factores que determinam a sua competitividade. Neste sentido, o critério proposto pela OCDE<sup>25</sup> distingue cinco grupos de indústrias de acordo com o perfil de competitividade que apresentam: indústrias intensivas em recursos naturais, indústrias intensivas em mão-de-obra, indústrias com economias de escala elevadas, indústrias com grande capacidade para diferenciar os seus produtos e ainda indústrias intensivas em I&D. Através da comparação da estrutura regional do VAB com a estrutura média apresentada pelas indústrias a nível nacional, de acordo com esta classificação, é possível estabelecer perfis de especialização regionais.

Em Portugal, as actividades da indústria transformadora que, em 2004, geravam a maior parte do VAB distinguem-se por fazerem parte do conjunto de indústrias que apresentava a diferenciação do produto como factor de competitividade principal (35% do total de VAB gerado na indústria transformadora nacional). Em termos nacionais destacavam-se, em seguida, as indústrias com elevado recurso à mão-de-obra, responsáveis por 27% do VAB da indústria transformadora. As indústrias intensivas em I&D geravam a menor proporção de VAB industrial (apenas 4%).

Ao nível regional, no Algarve, Centro e Lisboa predominavam as indústrias que se distinguiam pela sua capacidade em diferenciar os produtos, em particular pelo elevado peso do VAB gerado pelos *Outros produtos minerais não metálicos* (correspondendo, grosso modo, às actividades ligadas ao vidro, cerâmicas e cimento) [Figura 3.5].

A região Centro era a que apresentava a estrutura competitiva industrial mais próxima do perfil nacional e o Norte era a única região cuja estrutura industrial em termos de VAB era claramente intensiva em utilização de mão-de-obra o que se devia, fundamentalmente à importância das actividades do têxtil, vestuário e calçado.

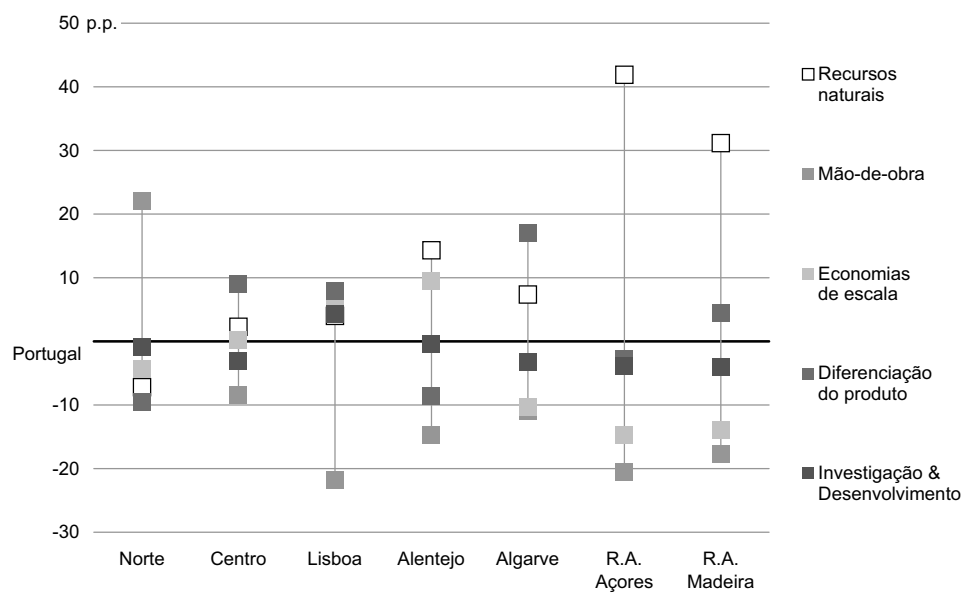
A NUTS II Alentejo, apresentava uma maior distinção em relação ao país no que dizia respeito às indústrias transformadoras baseadas na utilização de recursos naturais, em boa parte devido à importância que tinha na região o VAB gerado pelas indústrias alimentares e das bebidas aí sediadas. Da mesma forma, mas com maiores diferenças face à média do país, o sector alimentar e das bebidas marcava também a diferença nas regiões autónomas onde tinha uma grande importância, apesar dos baixos valores quando comparados com o total gerado no país.

Mais de metade do VAB das indústrias intensivas em I&D era proveniente de sociedades com sede em Lisboa, sendo esta a única região especializada neste factor competitivo. Com excepção da região Norte, que ainda era responsável por cerca de um terço do VAB nacional destas indústrias, em todas as outras regiões estas indústrias tinham uma expressão bastante reduzida.

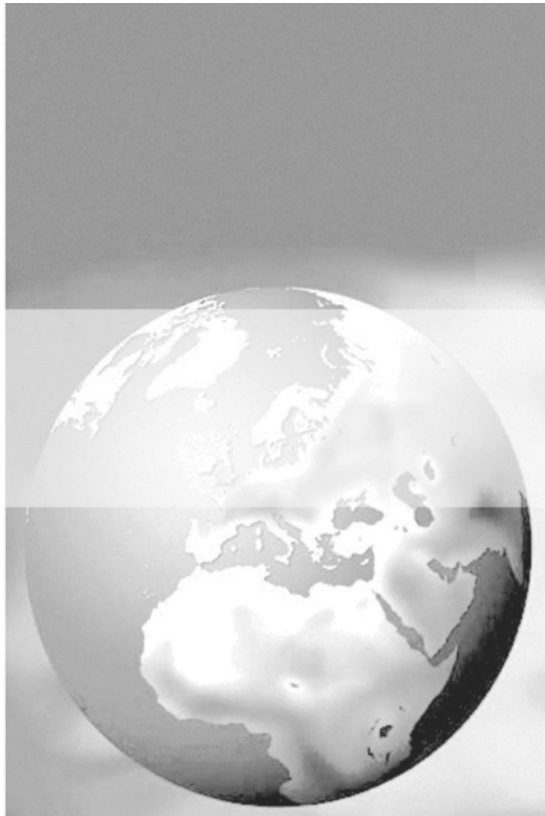
<sup>24</sup> O universo do IEH é um subconjunto das empresas do FUE na medida em que são consideradas apenas as empresas em actividade, sendo feitas restrições de âmbito, designadamente em termos de algumas secções da CAE e formas jurídicas. Por outro lado, são excluídas as empresas que apresentem simultaneamente, zero pessoas ao serviço e ausência de volume de negócios. Assim, os dados regionais provenientes do IEH referem-se às empresas sediadas na região.

<sup>25</sup> Ver em anexo a nomenclatura adoptada. Esta nomenclatura não considera as divisões 23 (*Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear*) e 37 (*Reciclagem*) da CAE Rev. 2.1 que também pertencem à *Indústria Transformadora*.

FIGURA 3.5 PERFIS DE COMPETITIVIDADE (DIFERENCIAL DA ESTRUTURA DO VAB INDUSTRIAL FACE AO PAÍS), POR NUTS II, 2004







## III.4 Comércio Internacional

---



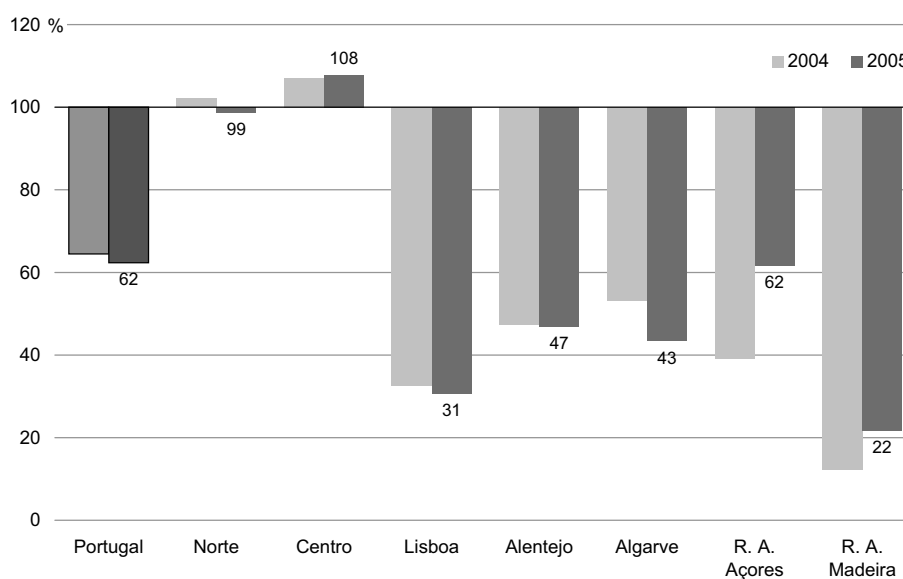


### III.4. COMÉRCIO INTERNACIONAL

#### CENTRO É A ÚNICA REGIÃO COM SALDO COMERCIAL POSITIVO

Em 2005, a taxa de cobertura das entradas pelas saídas<sup>26</sup> em Portugal<sup>27</sup> situou-se nos 62%, tendo mantido o sentido de redução, ao decrescer dois pontos percentuais face a 2004 [Figura 4.1].

FIGURA 4.1 TAXA DE COBERTURA DAS ENTRADAS PELAS SAÍDAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005

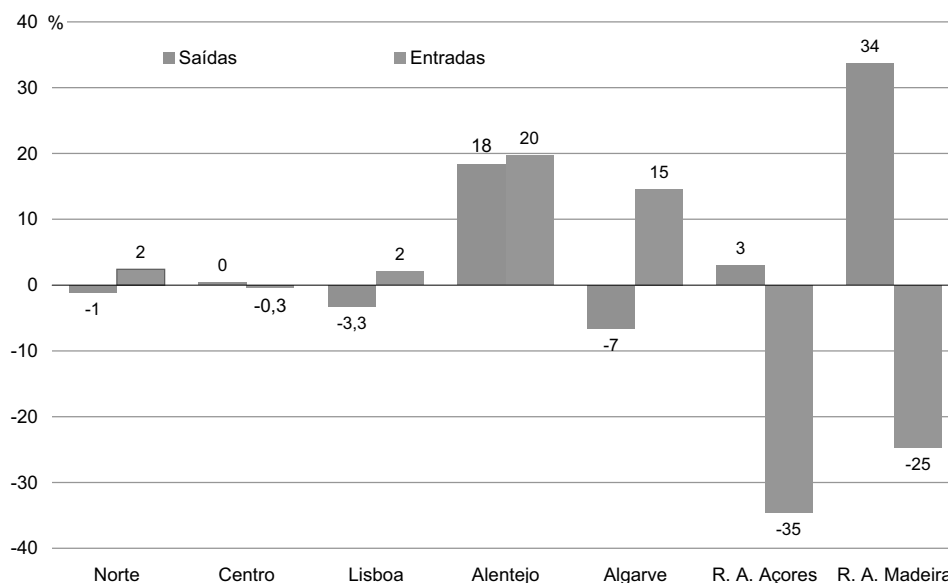


Em termos regionais, em 2005, o Centro foi a única NUTS II onde o valor do fluxo de saída superou o das entradas (108%), tendo-se verificado um ligeiro fortalecimento da taxa de cobertura face ao ano anterior. Esta evolução positiva das trocas comerciais verificou-se também nas regiões autónomas, onde o acréscimo foi mais forte, tendo sido potenciado pela redução nas entradas, mas também pelo crescimento das saídas, em particular na R. A. Madeira [Figura 4.2].

<sup>26</sup> As entradas resultam da soma das chegadas (de países pertencentes à União Europeia) e das importações (de países terceiros). As saídas resultam da soma das expedições (para países pertencentes à União Europeia) e das exportações (para países terceiros).

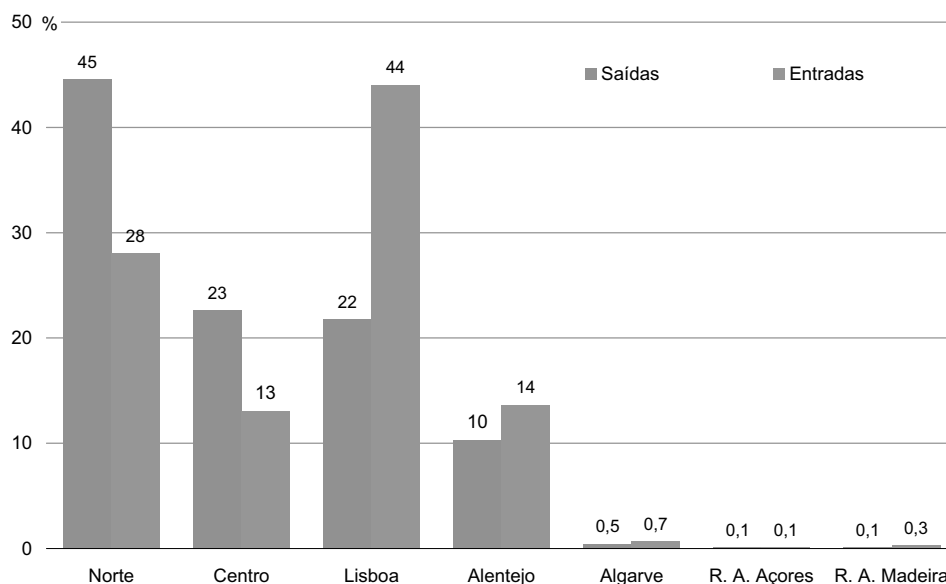
<sup>27</sup> Neste capítulo, os dados relativos a Portugal são estimados e os dados relativos às regiões NUTS II são declarados. A informação regional apresentada neste capítulo é obtida através da origem ou destino das mercadorias.

FIGURA 4.2 EVOLUÇÃO DAS SAÍDAS E DAS ENTRADAS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Das três regiões que mais contribuíam para o comércio internacional (Norte, Lisboa e Centro) [Figura 4.3], Lisboa era a que apresentava um saldo mais deficitário, já que o valor das saídas não chegava a um terço das entradas, enquanto, no Norte, a taxa de cobertura era de 99%.

FIGURA 4.3 DISTRIBUIÇÃO DAS SAÍDAS E DAS ENTRADAS, POR NUTS II, 2005



Relativamente ao ano anterior, o Alentejo foi a região do país cujas variações absolutas foram mais significativas, com crescimentos na ordem dos 20% e 18%, respectivamente, dos fluxos importadores e exportadores. Para este comportamento, foi determinante o elevado valor (e variações) de entradas e saídas da secção *Produtos minerais*<sup>28</sup>, da qual fazem parte os produtos petrolíferos com origem ou destino no Porto de Sines.

<sup>28</sup> Secção V da Nomenclatura Combinada.

## COMÉRCIO DO ALGARVE COM A UE PERDE IMPORTÂNCIA

Em 2005, os países da União Europeia (UE) continuavam a ser o principal espaço económico de comércio internacional. Apenas no caso das chegadas ao Alentejo e à R. A. Açores, estes países não atingiam pelo menos metade das entradas nestas regiões. Por outro lado, no Algarve, no Centro (tanto nas expedições, como nas chegadas) e em Lisboa (nas chegadas), o comércio intracomunitário representava mais de 80% dos fluxos [Figura 4.4] e [Figura 4.5].

Entre 2004 e 2005, a diminuição da importância dos países comunitários no comércio total com Portugal foi muito ligeira mas abrangeu todas as regiões, com excepção do Alentejo e da R. A. Madeira, no caso das saídas, e de Lisboa, no caso das entradas. Os maiores decréscimos na importância do comércio com os restantes países comunitários registaram-se nas saídas e entradas do Algarve (as saídas intracomunitárias diminuíram de 91% para 83% e as entradas de 92% para 86%) e, nas entradas dirigidas às regiões autónomas (de 62% para 46%, na R. A. Açores, e de 71% para 61% na, R. A. Madeira).

FIGURA 4.4 PROPORÇÃO DAS EXPEDIÇÕES (INTRA-COMUNITÁRIAS) NAS SAÍDAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005

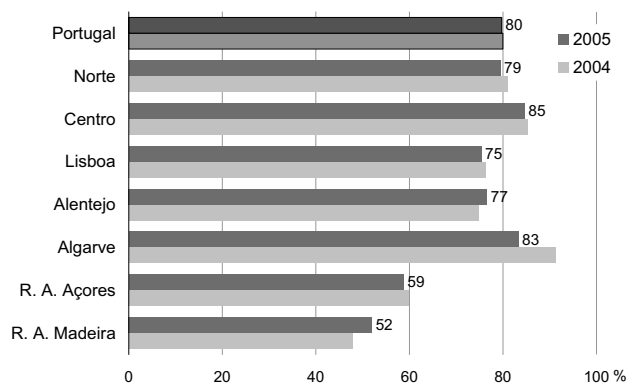
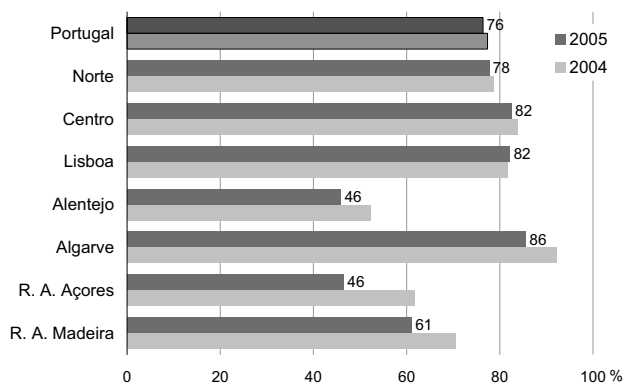


FIGURA 4.5 PROPORÇÃO DAS CHEGADAS (INTRA-COMUNITÁRIAS) NAS ENTRADAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



Espanha era o parceiro comercial mais importante das regiões portuguesas, uma vez que constituía o primeiro mercado de destino de Portugal e das regiões do Continente (recebendo, em 2005, pelo menos ¼ das saídas de cada região) e também o principal país de origem das mercadorias entradas em todas as regiões portuguesas [Quadro 4.1] e [Quadro 4.2].

QUADRO 4.1 SAÍDAS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
<b>Portugal</b>	ES	26	FR	13	DE	12	GB	8	59
<b>Norte</b>	ES	25	FR	15	DE	15	GB	9	63
<b>Centro</b>	ES	28	FR	20	DE	11	GB	7	66
<b>Lisboa</b>	ES	30	DE	11	GB	8	BE	7	56
<b>Alentejo</b>	ES	26	DE	10	GB	10	US	8	54
<b>Algarve</b>	ES	47	GB	11	IT	5	FR	4	68
<b>R. A. Açores</b>	IT	39	NL	9	US	9	CA	8	65
<b>R. A. Madeira</b>	AO	14	ES	12	FR	10	DE	9	45

**Legenda:** AO - Angola                      DE - Alemanha                      GB - Reino Unido  
 BE - Bélgica                                  ES - Espanha                        NL - Países Baixos  
 CA - Canadá                                  FR - França                         US - Estados Unidos da América

QUADRO 4.2 ENTRADAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
<b>Portugal</b>	ES	31	DE	14	FR	9	IT	5	59
<b>Norte</b>	ES	28	DE	18	IT	8	FR	7	61
<b>Centro</b>	ES	40	FR	12	DE	9	IT	8	68
<b>Lisboa</b>	ES	30	DE	14	FR	11	NL	6	61
<b>Alentejo</b>	ES	23	NG	12	DE	10	DZ	9	54
<b>Algarve</b>	ES	59	NG	7	FR	6	NL	4	76
<b>R. A. Açores</b>	ES	23	US	22	FR	15	TR	11	71
<b>R. A. Madeira</b>	ES	27	TR	23	FR	12	BR	5	67

**Legenda:** BR - Brasil                                  FR - França                                  TR - Turquia  
 DE - Alemanha                                  IT - Itália                                  US - Estados Unidos da América  
 DZ - Argélia                                      NL - Países Baixos  
 ES - Espanha                                      NG - Nigéria

Em 2005, as relações comerciais das regiões portuguesas estavam muito concentradas em alguns países, tendo-se verificado que, tanto nas saídas, como nas entradas, os quatro principais mercados eram responsáveis por mais de metade dos fluxos regionais. A única exceção verifica-se nas saídas da R. A. Madeira, onde esta proporção era de 45%, revelando uma menor concentração das exportações nos mercados de destino.

A análise específica dos países parceiros comerciais das regiões portuguesas permite salientar, para além da significativa importância dos países da UE (em particular, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido), o papel relevante dos mercados norte-americanos como destino das saídas originárias do Alentejo (os EUA eram o quarto país de destino mais importante) e da R. A. Açores (os EUA e o

Canadá constituíam o terceiro e o quarto principais mercados de destino, respectivamente). Angola constituía o principal país de destino das saídas da R. A. Madeira (14% do total das saídas madeirenses). No que diz respeito às entradas, destacavam-se, em 2005, as seguintes relações comerciais: a Nigéria constituía o segundo principal mercado de origem das entradas no Alentejo e no Algarve (com uma quota de 12% e 7%, respectivamente); a Turquia era um parceiro comercial importante da R. A. Madeira (com uma quota de 23% das entradas nesta região) e da R. A. Açores (11% das entradas) e finalmente, a Argélia e o Brasil evidenciavam-se enquanto países de origem das entradas do Alentejo e da R. A. Madeira, respectivamente.

#### AUMENTO DO COMÉRCIO DE *PRODUTOS MINERAIS* EM TODAS AS REGIÕES DO CONTINENTE

Em 2005, cerca de metade do comércio internacional de praticamente todas as regiões portuguesas concentrava-se em apenas três das 21 secções da Nomenclatura Combinada<sup>29</sup>[Quadro 4.3]. O Alentejo e a R. A. Açores mantiveram o maior grau de concentração (já exibido em 2004) mas na região autónoma o tipo de produtos comercializados alterou-se, tendo-se verificado que os *Produtos das Indústrias alimentares e tabaco* (secção IV) passaram a constituir a secção mais importante no comércio externo desta região.

Em termos nacionais, os produtos mais comercializados com o exterior foram as *Máquinas e aparelhos e material eléctrico* (secção XVI) e o *Material de Transporte* (secção XVII). Os *Produtos Minerais* (secção V) ultrapassaram as *Matérias Têxteis e suas Obras* (secção XI), passando a ser a terceira secção com mais importância no comércio internacional do país. Este ganho de posição está relacionado com os aumentos verificados em todos os fluxos (de entradas e de saídas) de todas as regiões do Continente, sendo de destacar o aumento de 29% e de mais de 100% das entradas no Norte e em Lisboa, respectivamente.

Os produtos pertencentes à secção *Máquinas e aparelhos e material eléctrico* (secção XVI) constituíam a maior quota parte do comércio internacional das três NUTS II mais influentes nas relações com o exterior (Norte, Centro e Lisboa), havendo a destacar as chegadas intracomunitárias destes produtos a Lisboa, que constituíam o maior fluxo de todas as regiões em termos de secções da Nomenclatura Combinada. No Norte e no Centro, a importância destes produtos era também relevante, tanto nas entradas como nas saídas. No caso particular da região Norte, o aumento em ambos os fluxos das *Máquinas e aparelhos e material eléctrico*, conjugado com a diminuição de mais de 10% nas entradas e saídas dos *Têxteis*, conduziu a que os têxteis perdessem a primeira posição no comércio internacional do Norte, que, em 2005, foi ocupada pelas *Máquinas e aparelhos e material eléctrico*.

<sup>29</sup> Veja-se a nomenclatura em anexo.

QUADRO 4.3 PRINCIPAIS SECÇÕES DA NOMENCLATURA COMBINADA NO TOTAL DOS FLUXOS COMERCIAIS (ENTRADAS + SAÍDAS), PORTUGAL E NUTS II, 2005 E 2004

Regiões	2005				2004		
	3 principais secções			% dos fluxos comerciais	3 principais secções		
	1	2	3		1	2	3
<b>Portugal</b>	XVI	XVII	V	44	XVI	XVII	XI
<b>Norte</b>	XVI	XI	V	48	XI	XVI	XV
<b>Centro</b>	XVI	XVII	XV	44	XVI	XVII	XV
<b>Lisboa</b>	XVI	XVII	VI	54	XVI	XVII	VI
<b>Alentejo</b>	V	XVII	XVI	79	V	XVII	XVI
<b>Algarve</b>	V	I	II	50	I	II	V
<b>R. A. Açores</b>	IV	I	II	63	II	IV	I
<b>R. A. Madeira</b>	I	V	XV	50	III	V	VII



## III.5 Agricultura e Floresta





### III.5. AGRICULTURA E FLORESTA

#### AUMENTO DA SAU POR EXPLORAÇÃO NAS REGIÕES AGRÁRIAS DO CONTINENTE

A informação estatística mais recente acerca das explorações agrícolas portuguesas, baseada no Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2005, permite confirmar algumas tendências que se têm vindo a verificar nos últimos 16 anos (desde o recenseamento agrícola de 1989) em termos de alguns indicadores/variáveis usados com maior frequência: explorações, superfície agrícola utilizada (SAU), margem bruta<sup>30</sup> (dimensão económica) e unidade de trabalho anual (UTA)<sup>31</sup>.

De facto, se o número de explorações agrícolas do país continuou a diminuir (359 284 em 2003, e 323 920 em 2005), a dimensão média das explorações, medida pela área de SAU, tem vindo a aumentar (de 10,4 hectares, em 2003, para 11,4, em 2005), tal como a margem bruta por exploração (de 7,8 milhares de euros por exploração, em 2003, para 8,3 em 2005), sendo que o recurso à mão-de-obra decresceu para 1,2 UTA por exploração em 2005 (em 2003, era 1,3).

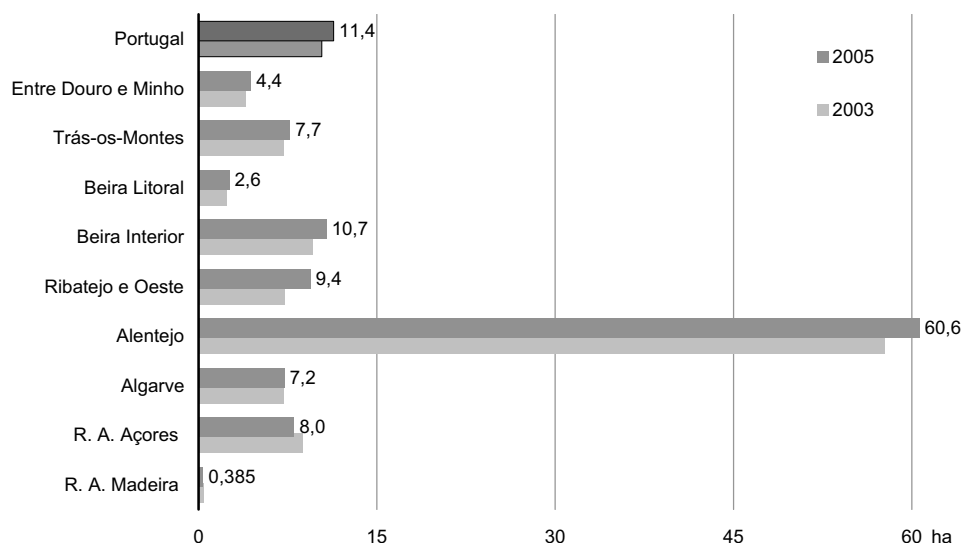
A estrutura fundiária das regiões agrárias portuguesas apresenta historicamente uma predominância de pequenas explorações. Assim, em 2005, cerca de ¾ das explorações detinha menos do que cinco hectares de superfície. Com pequenas variações, esta proporção abrangia todas as regiões agrárias, com excepção do Alentejo, onde apenas 45% das explorações detinham menos do que cinco hectares de superfície. Esta região agrária continuava a deter a maior área média de SAU por exploração (cerca de 61 hectares, contra a média nacional de 11,4 hectares), concentrando 9% das explorações e 49% da SAU do país. Em 2005, a R.A. Madeira, e as regiões agrárias da Beira Litoral e Entre Douro e Minho apresentavam as explorações de menor dimensão, em termos médios [Figura 5.1].

Entre 2003 e 2005, observou-se um aumento de SAU por exploração em todas as regiões agrárias do Continente, relativamente mais expressivo no Ribatejo e Oeste (+ 29%), Beira Interior (+ 12), Entre Douro e Minho (+ 11%) e Beira Litoral (+ 10%). Nas regiões autónomas verificou-se uma diminuição da dimensão média das explorações.

<sup>30</sup>A margem bruta é calculada multiplicando o valor monetário da produção agrícola bruta de cada actividade deduzida dos principais custos específicos proporcionais correspondentes a essa actividade, pela área ou cabeças dessa actividade.

<sup>31</sup>A unidade de trabalho anual (UTA) é uma unidade de medida que corresponde ao trabalho de uma pessoa a tempo completo realizado num ano medido em horas (1UTA = 275 dias de trabalho a 8 horas por dia).

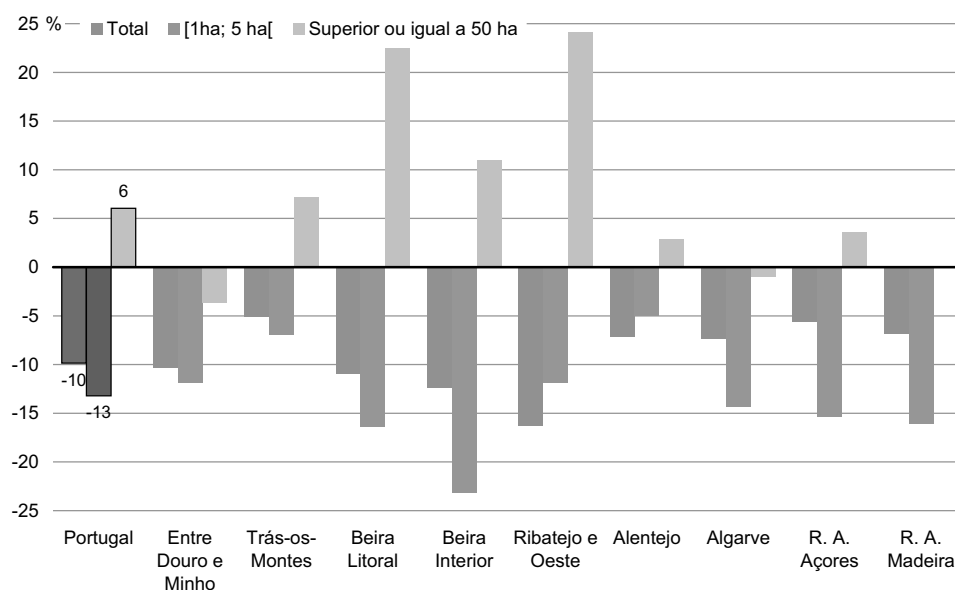
FIGURA 5.1 SAU POR EXPLORAÇÃO, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003 E 2005



Entre 2003 e 2005, a distribuição do número de explorações pelo território nacional não se alterou significativamente, mantendo-se o maior número de explorações nas regiões agrárias do Norte e Centro do país.

A Figura 5.2 apresenta, para o país e cada região agrária, a evolução do número total de explorações, da quantidade de explorações na classe de um a menos que cinco hectares (a mais representativa no país) e do número de grandes explorações (com mais de 50 hectares). Entre 2003 e 2005, verificou-se uma diminuição de 13% no número de pequenas explorações e, simultaneamente, um aumento de 6% no número de explorações com mais de 50 hectares. Regionalmente, esta tendência foi mais acentuada nas regiões agrárias do Centro do país: Ribatejo e Oeste, Beira Litoral e Beira Interior.

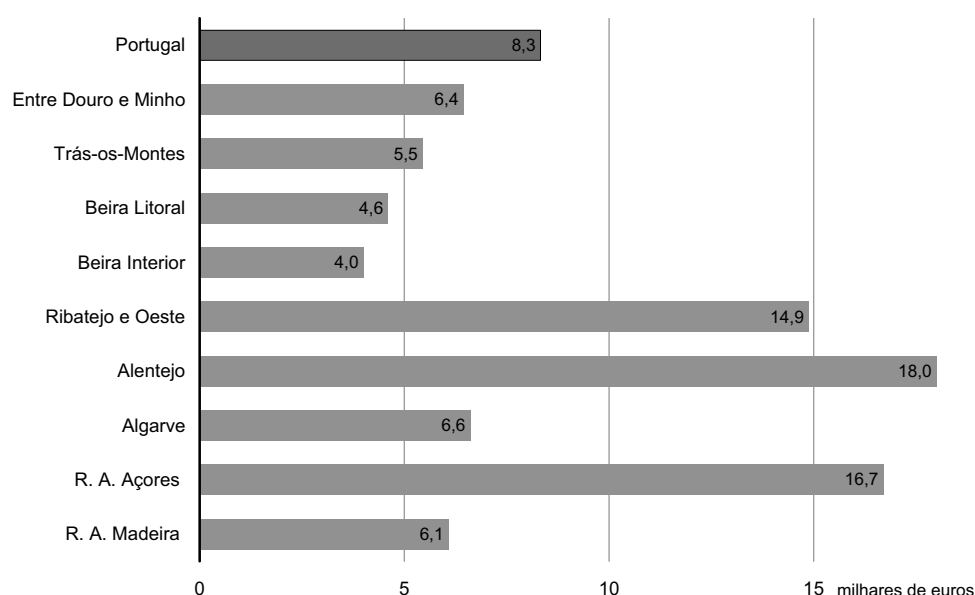
FIGURA 5.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EXPLORAÇÕES, SEGUNDO ALGUMAS CLASSES DE SAU, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003-2005



A margem bruta permite uma abordagem da dimensão económica das explorações ao valorizar as diferentes produções (culturas agrícolas e efectivos animais). A leitura da Figura 5.3 permite identificar as disparidades regionais da margem bruta por exploração, possibilitando uma aproximação à dimensão económica média das explorações regionais. Assim, em 2005, perante uma média nacional de 8,3 milhares de euros de margem bruta por exploração (que representou um incremento de cerca de 7% relativamente a 2003), a região agrária do Alentejo, a R. A. Açores e o Ribatejo e Oeste destacavam-se, na medida em que apresentavam praticamente o dobro do valor nacional, enquanto as Beiras apresentavam as margens brutas por exploração mais baixas do país.

Relativamente a 2003, foi nas regiões autónomas e na região agrária do Ribatejo e Oeste que se verificaram os maiores acréscimos neste indicador (+ 44%, + 26% e + 23%, respectivamente). Trás-os-Montes apresentou a maior redução de margem bruta por exploração (-10%) entre 2003 e 2005.

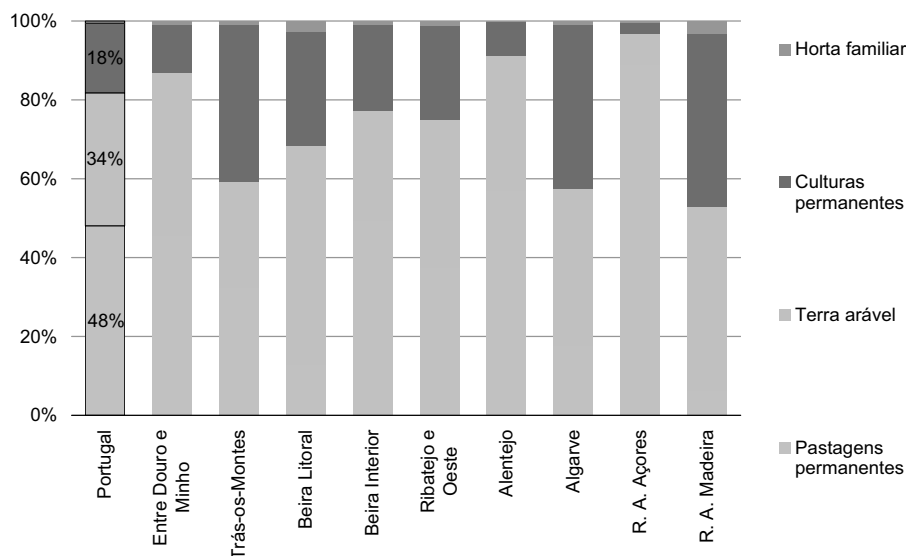
FIGURA 5.3 MARGEM BRUTA TOTAL POR EXPLORAÇÃO, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2005



A dimensão económica das explorações está também associada ao tipo de utilização das explorações agrícolas. Em 2005, a SAU das explorações portuguesas era ocupada maioritariamente por pastagens permanentes (48%), terra arável (34%) e culturas permanentes (18%). As regiões agrárias que mais se diferenciavam desta caracterização eram a R.A. Açores (pela importância das pastagens permanentes: 89%), a Beira Litoral (uma vez que 56% da SAU correspondia a terra arável), a R. A. Madeira e o Algarve (onde as culturas permanentes assumiam um papel preponderante: 44% e 42%, respectivamente).

Com uma expressão nacional muito reduzida (menos que 1%), a área de SAU utilizada em hortas familiares apenas se destacava relativamente mais na Beira Litoral e na R. A. Madeira (3% em ambas as regiões).

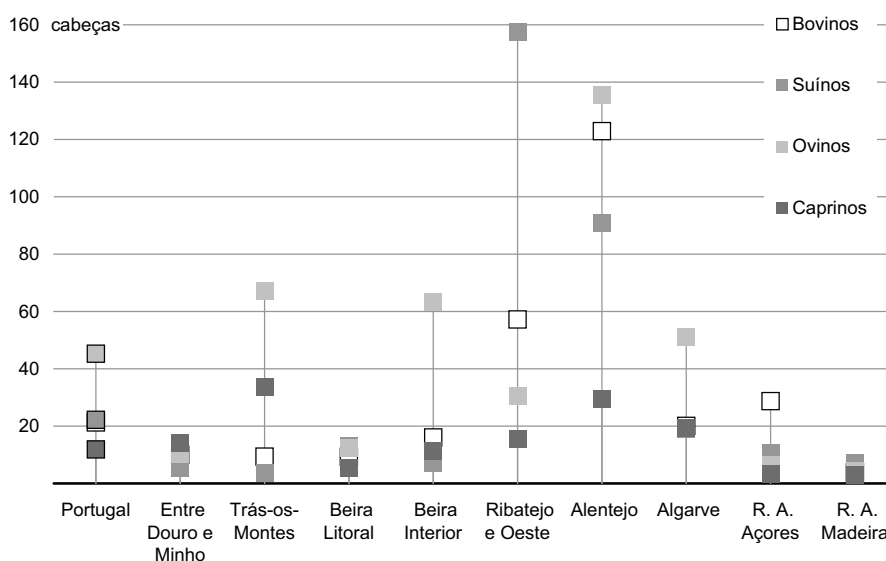
FIGURA 5.4 REPARTIÇÃO DA ÁREA DE SAU POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2005



Tal como em 2003, também em 2005 o Alentejo apresentava o maior número médio de efectivos animais por exploração em quase todas as espécies, a que não é alheio o facto desta região agrária deter também as maiores áreas médias por exploração. Apenas as explorações com suínos eram de maior dimensão no Ribatejo e Oeste e as com caprinos em Trás-os-Montes. As regiões autónomas e as regiões agrárias de Entre Douro e Minho e Beira Litoral apresentavam as explorações mais pequenas em termos de número médio de cabeças de gado [Figura 5.5].

Relativamente a 2003, verificou-se um aumento do número médio de cabeças por exploração generalizado a quase todas as espécies e regiões, com excepção do Algarve onde se verificou a diminuição do número de caprinos por exploração.

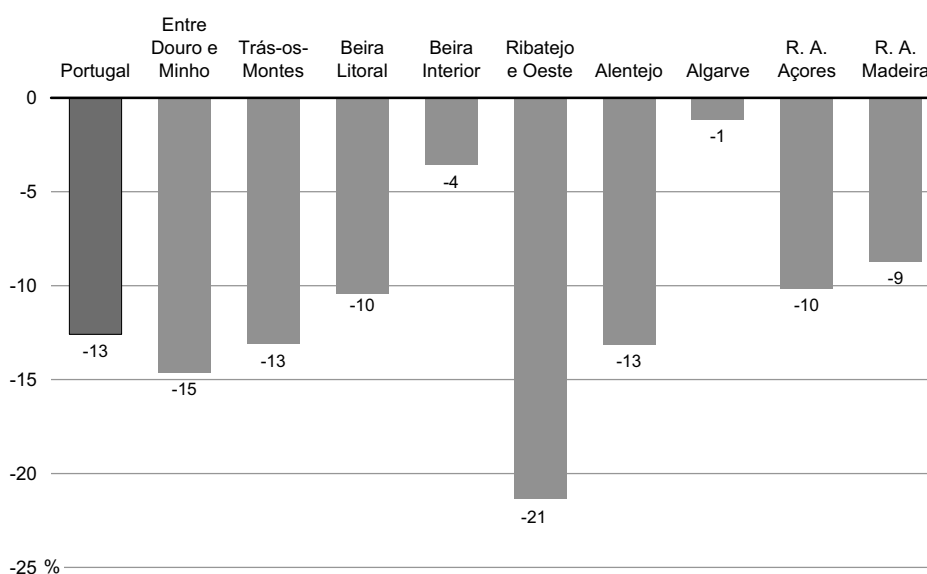
FIGURA 5.5 EFECTIVOS POR EXPLORAÇÃO SEGUNDO A ESPÉCIE, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2005



## DIMINUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA E AUMENTO DE SAU NO RIBATEJO E OESTE

Em 2005, a mão-de-obra agrícola portuguesa era de 400 mil unidades de trabalho anuais (UTA), o que correspondeu a uma diminuição de 13% relativamente a 2003. Esta tendência de decréscimo ocorreu em todas as regiões e afectou principalmente a região agrária do Ribatejo e Oeste (-21%). Todavia, esta redução teve particular expressão no Entre Douro e Minho, uma vez que, apesar da diminuição ter sido de cerca de 15%, esta era a região que concentrava o maior volume de mão-de-obra agrícola, medida em UTA (cerca de 22% do país, em 2005). O Algarve e a Beira Interior foram as regiões agrárias onde a diminuição assumiu menor importância relativa [Figura 5.6].

FIGURA 5.6 EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA TOTAL, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003-2005

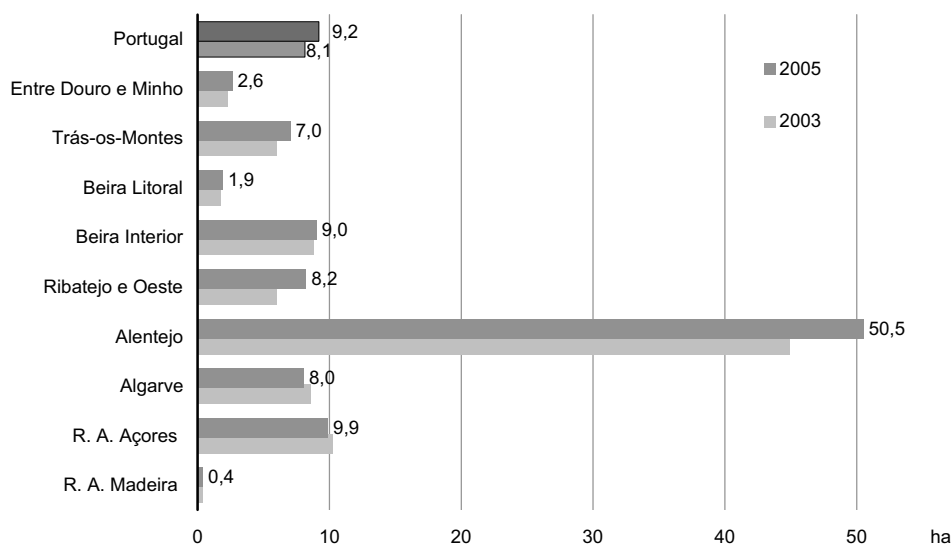


O confronto entre a evolução da mão-de-obra agrícola expressa em UTA e a área de SAU do país e das regiões permite obter uma aproximação à eficiência na utilização do trabalho agrícola. Assim, a análise da Figura 5.7 permite verificar que, de 2003 para 2005, se observou uma redução na utilização de mão-de-obra, patente no acréscimo de 13% no valor nacional da SAU por unidade de trabalho anual. Em termos regionais, há a salientar as seguintes situações:

- o aumento do número de hectares de SAU por UTA reflectiu-se em todas as regiões, com excepção do Algarve e das regiões autónomas;
- os maiores ganhos de eficiência medidos por este indicador verificaram-se no Ribatejo e Oeste, já que a redução de 21% na mão-de-obra foi acompanhada por um aumento na superfície agrícola utilizável;
- o Alentejo destacava-se por apresentar os maiores valores de SAU por UTA, evidenciando a importância das pastagens ou culturas extensivas na SAU;
- A R. A. Açores apresentava-se como a segunda região do país com maior SAU por UTA, a que não é alheio o facto de 89% da SAU ser, em 2005, utilizada em pastagens permanentes;

- a R. A. Madeira e as regiões agrárias de Entre Douro e Minho e Beira Litoral apresentavam a maior utilização do recurso mão-de-obra nas suas explorações.

FIGURA 5.7 SAU POR UTA, PORTUGAL E REGIÃO AGRÁRIA, 2003 E 2005



### QUEBRA DA PRODUÇÃO VINÍCOLA NACIONAL APENAS CONTRARIADA PELO AUMENTO DE VQPRD NO NORTE E CENTRO

Em 2005, a produção total de vinho nacional diminuiu cerca de 3% relativamente ao ano anterior, tendo sido produzidos cerca de 7,1 mil milhões de hectolitros, dos quais 2,5 mil milhões (35% do total) correspondiam a vinho de mesa; 2,4 mil milhões (34%) a Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada (VQPRD); 1,4 mil milhões (20%) a vinho regional e; 0,7 mil milhões (10%) correspondiam a Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada (VLQPRD).

Apenas a produção de VQPRD registou um crescimento relativamente a 2004 (+ 6%), em resultado da conjugação de um aumento de 16% na produção do vinho tinto e de um decréscimo de 6% no vinho branco desta qualidade. Todas as outras qualidades de vinho registaram quebras na produção, em particular a de vinho regional (tanto branco como tinto), cuja produção diminuiu 10%.

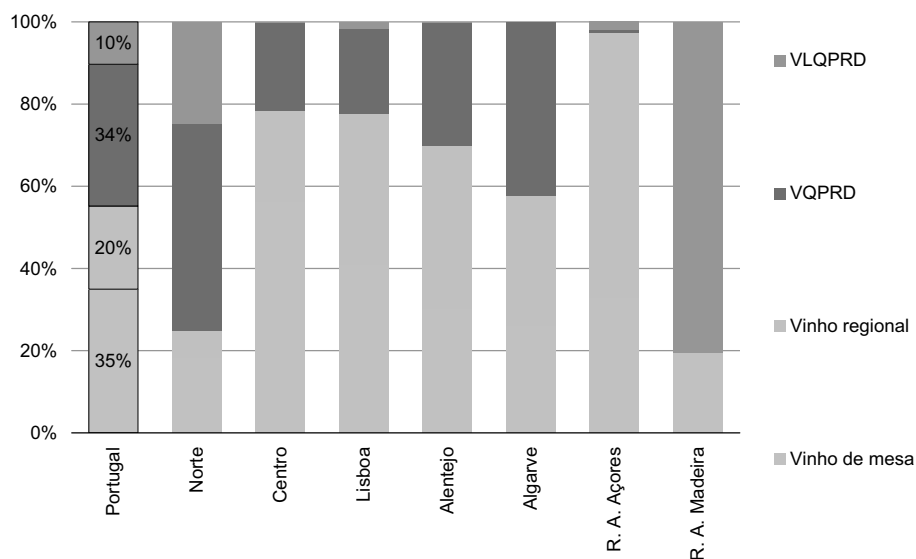
Em termos regionais, o decréscimo na produção de vinho verificou-se nas regiões do Alentejo (-18%), de Lisboa (-11%) e da R. A. Açores (-5%), pela importância que apresentavam na produção de vinho de mesa e regional [Figura 5.8]. O decréscimo nacional foi influenciado pela diminuição na produção registada em cinco dos sete principais municípios produtores (responsáveis por ¼ da produção nacional). De facto, em Torres Vedras (primeiro produtor), o vinho produzido registou uma quebra de cerca de 15%; em Alenquer (segundo produtor), a diminuição foi de 2% e nos municípios alentejanos

de Almeirim e Reguengos (terceiro e sétimo produtores, respectivamente), a quebra atingiu  $\frac{1}{4}$  das suas produções e, por fim, em Alijó (quarto produtor), a quantidade de vinho produzido foi inferior em 4% relativamente a 2004.

Nos municípios durienses de Santa Marta de Penaguião e de São João da Pesqueira (quinto e sexto maiores produtores do país) a produção vinícola aumentou em resultado da importância que a produção de VQPRD assume.

A estrutura regional da produção vinícola portuguesa apresentava características bastante diferenciadas. Assim, se todas as NUTS II apresentavam, em 2005, pelo menos cerca de um quinto da sua produção em vinho mesa, o VLQPRD só era produzido com alguma expressão em duas regiões: correspondia a 80% da produção vinícola madeirense (região que só produzia VLQPRD e vinho de mesa) e a  $\frac{1}{4}$  do vinho produzido no Norte. Por outro lado, cerca de dois terços da produção açoriana dizia respeito a vinho regional. Destaca-se por último, a importância da produção de VQPRD no Norte (50%) e Algarve (43%) [Figura 5.8].

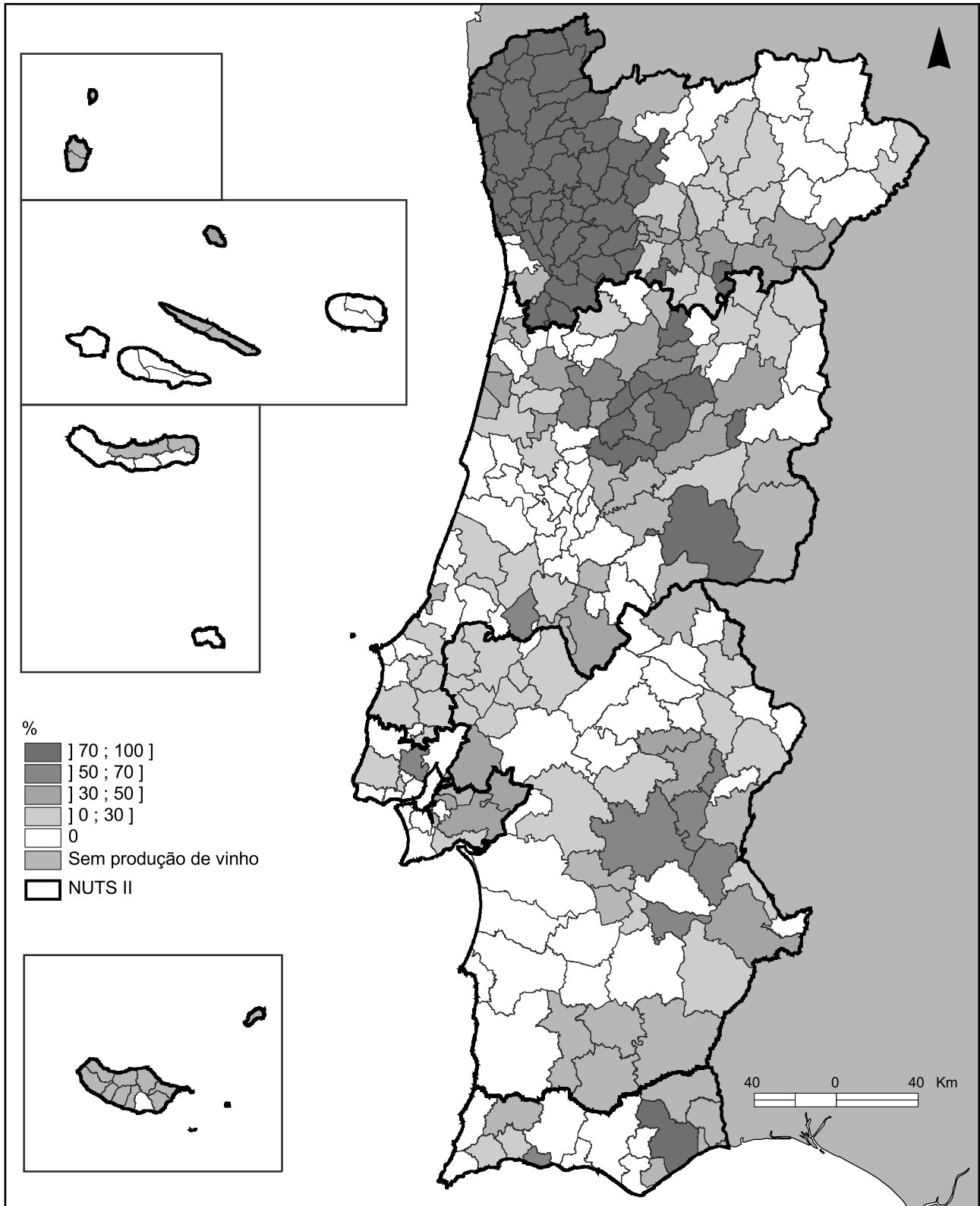
FIGURA 5.8 REPARTIÇÃO DA PRODUÇÃO DE VINHO POR QUALIDADE, PORTUGAL E NUTS II, 2005



A geografia da importância do VQPRD no total da produção vinícola evidencia as áreas de delimitação das regiões demarcadas. Assim, os 1,4 mil milhões de hectolitros de VQPRD produzidos no Norte correspondiam à quase totalidade da produção vinícola, sobretudo nas sub-regiões do Noroeste.

O VQPRD tinha também uma importância relevante nos municípios centrais da região Centro, sobretudo os que pertencem às NUTS III Dão-Lafões e Serra da Estrela. No Alentejo, a produção desta qualidade de vinho tinha maior expressão nos municípios de Reguengos de Monsaraz, Borba, Redondo e Évora. Finalmente, há a destacar a produção de VQPRD em Lagoa (Algarve) que influencia a posição do Algarve em termos proporcionais (veja-se também a Figura 5.8).

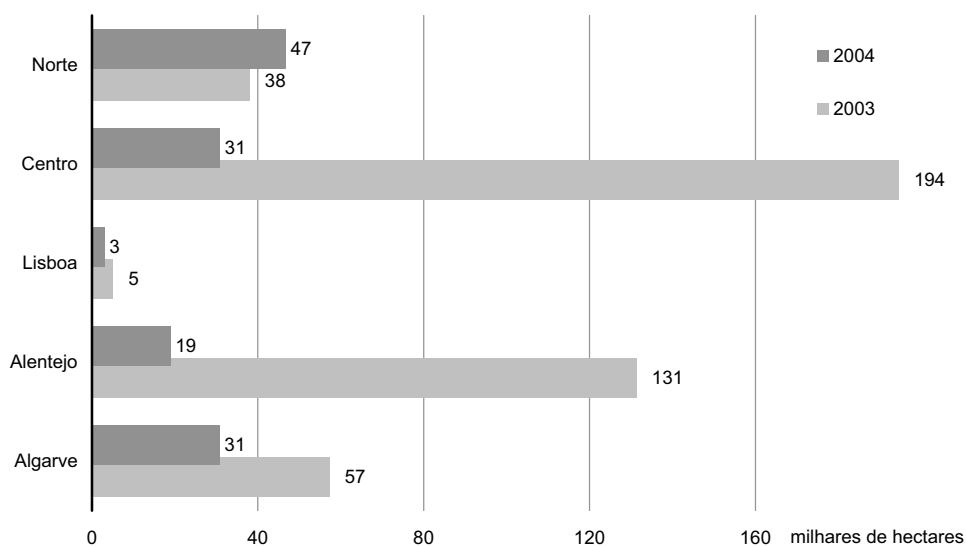
FIGURA 5.9 PROPORÇÃO DE VQPRD NO TOTAL DA PRODUÇÃO VINÍCOLA, POR MUNICÍPIO, 2005



## ALGARVE CONTINUA A SER A REGIÃO MAIS AFECTADA PELOS INCÊNDIOS

Em 2004, ocorreram no Continente português cerca de 22 mil incêndios florestais, afectando uma área de quase 130 mil hectares, o que correspondeu a uma diminuição de 16% no número de incêndios e de 70% na área ardida, face ao ano anterior. O Norte foi a região mais afectada pelos incêndios em termos de área total ardida (47 mil hectares) e foi a única NUTS II a registar um aumento de área ardida relativamente a 2003 (+ 23%). Nas restantes regiões diminuiu a área de floresta ardida, destacando-se a região Centro onde arderam 31 mil hectares de floresta (em 2003, tinham ardido 194 mil hectares). Em 2004, no Algarve, a área florestal fustigada pelos incêndios foi praticamente equivalente à do Centro. Porém, no caso do Algarve, esta situação é particularmente gravosa tendo em conta que a área territorial desta região é inferior à do Centro e que os 57 mil hectares ardidos em 2003 correspondiam a praticamente metade da área florestal algarvia registada no inventário florestal nacional<sup>32</sup> [Figura 5.10].

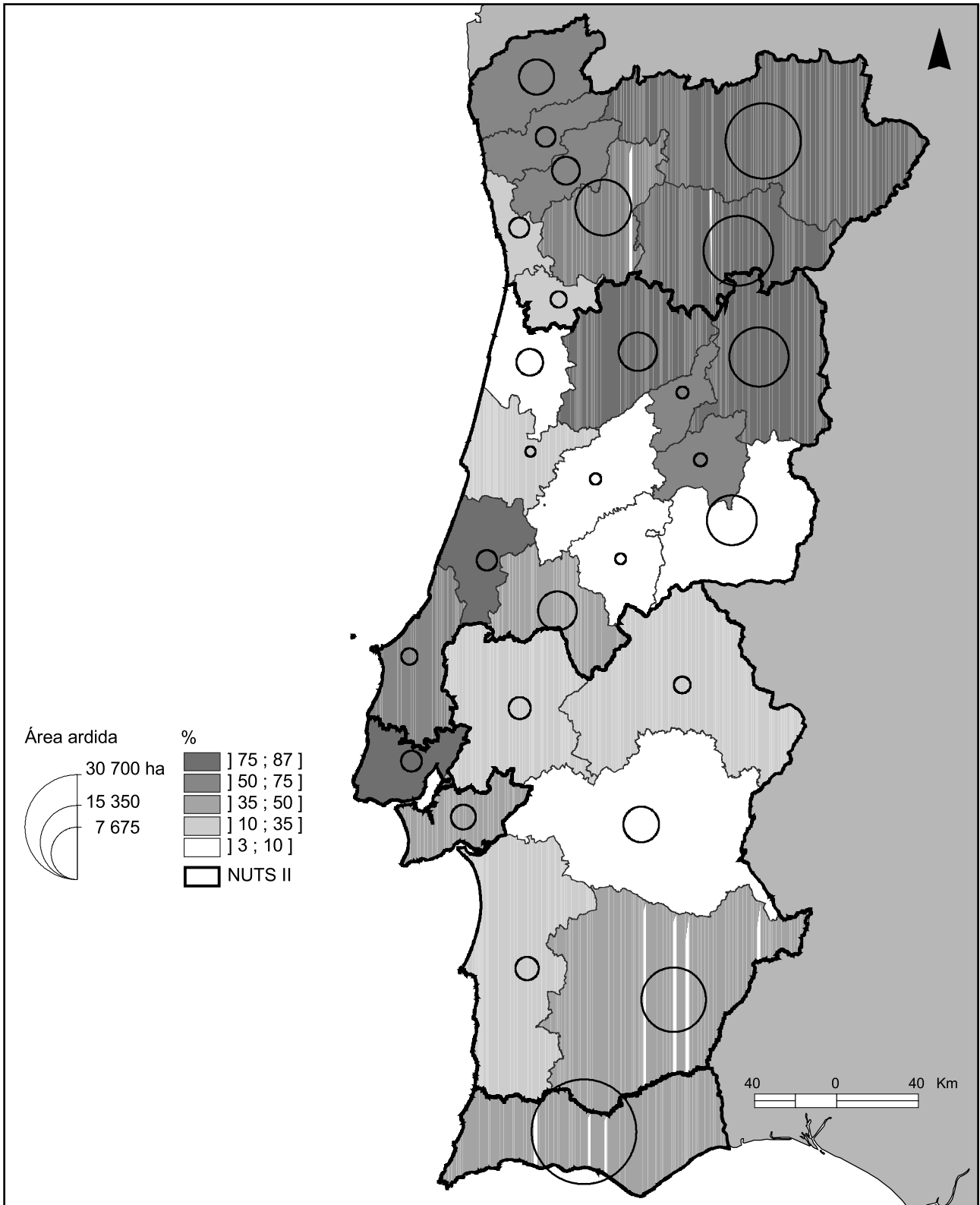
FIGURA 5.10 ÁREA ARDIDA, POR NUTS II, 2003 E 2004

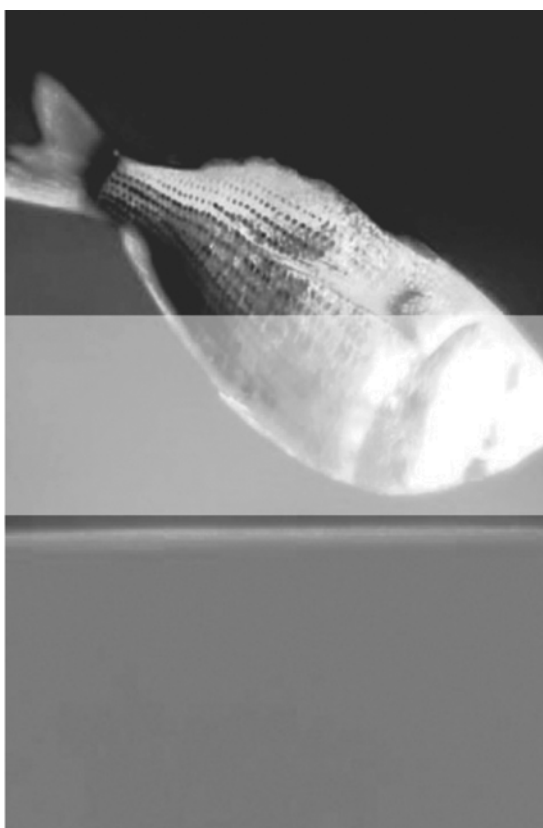


A análise da Figura 5.11 evidencia as sub-regiões mais afectadas pelos incêndios em 2004 e, de alguma forma, permite verificar em que medida esta devastação atingiu a floresta e se a incidência foi mais expressiva nos povoamentos florestais ou nos matos. Assim, conjugando estas duas vertentes de análise, as sub-regiões do Norte foram as mais atingidas em termos de área ardida (particularmente as sub-regiões do Alto Trás-os-Montes, Douro e Tâmega), sendo que uma elevada proporção desta área correspondia a povoamentos florestais. Os povoamentos florestais indiciam um maior valor económico da área florestal. Se, no país, pouco mais de metade da área florestal ardida em 2004 dizia respeito a povoamentos florestais (o restante correspondia a matos), a proporção de povoamentos florestais ardidos foi particularmente importante nas sub-regiões do Douro e do Alto Trás-os-Montes, mas também nas NUTS III Dão-Lafões e Beira Interior Norte (sub-regiões do Centro onde o total de área ardida também foi significativo), na Grande Lisboa (atingindo especialmente os municípios de Mafra e Sintra) e ainda em alguns dos municípios do Algarve, como Castro Marim e Tavira.

<sup>32</sup>Fonte: DGRF – Inventário Florestal Nacional, 3ª revisão 1995-1998

FIGURA 5.11 ÁREA ARDIDA E PROPORÇÃO DE POVOAMENTOS FLORESTAIS NA ÁREA ARDIDA, POR NUTS III, 2004





## III.6 Pescas





## III.6. PESCAS

### CAPACIDADE DAS EMBARCAÇÕES DIMINUI EM LISBOA E NO CENTRO

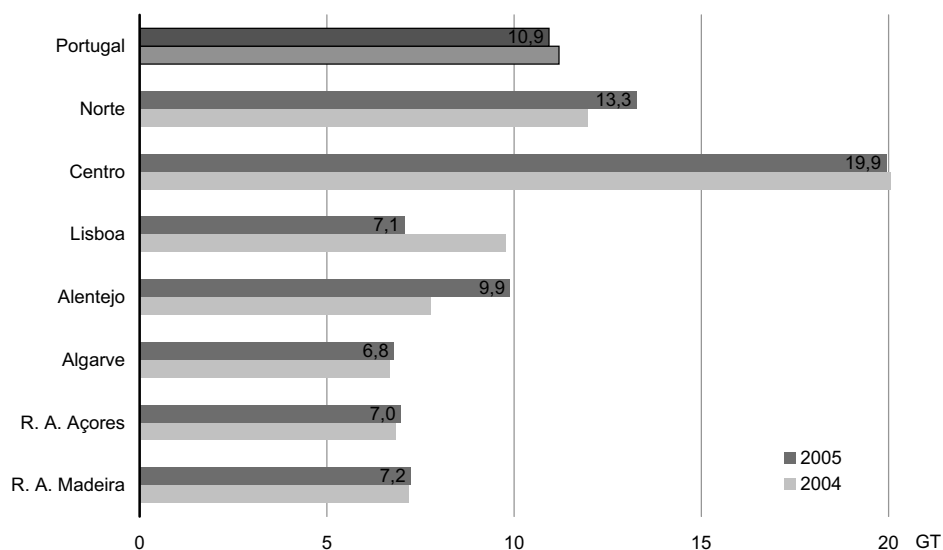
O ano de 2005 registou uma redução de 7% no número de pescadores matriculados nas capitánias portuguesas, face ao ano anterior, traduzindo-se num efectivo de quase 20 mil pescadores. Esta diminuição no número de pescadores registados foi observada em todo o país, com excepção das regiões de Lisboa (+ 4%) e Alentejo (+ 2%), mas teve maior impacto nos portos da Figueira da Foz (-34%), Póvoa de Varzim (-33%) e Setúbal (-16%).

A distribuição regional não sofreu alterações face a 2004. Os portos da Região Norte continuaram a concentrar cerca de um quarto do total dos pescadores matriculados, seguindo-se os portos da R. A. Açores, do Centro e do Algarve. Assim, mais de 80% dos pescadores matriculados em 2005 concentravam-se nestas quatro NUTS II.

Acompanhando a diminuição no número de pescadores matriculados, a frota pesqueira nacional manteve a evolução negativa que se tem observado nos últimos anos, contabilizando um total de 9 955 embarcações, contra as 10 089 de 2004. Regionalmente, apenas o Alentejo e a R. A. Açores contrariaram esta tendência negativa, tendo-se registado nestas capitánias mais seis e mais duas embarcações, respectivamente. Ainda assim, a distribuição da frota pesqueira manteve-se sem alterações, com as regiões do Centro e Algarve a concentrarem cerca de 44% do total das embarcações.

A capacidade média das embarcações registadas, em termos de arqueação bruta (GT), sofreu uma ligeira redução, passando de 11,2 GT para os 10,9 GT. Foi a frota da região de Lisboa que registou a maior redução, cerca de 28%, enquanto as frotas dos portos do Alentejo e do Norte foram aquelas cuja capacidade mais cresceu: 27% e 11%, respectivamente. Apesar de também ter registado uma diminuição na capacidade média, a frota pesqueira da Região Centro continuou a apresentar embarcações de maiores dimensões (resultado da manutenção da frota de pesca longínqua sedeadada no porto de Aveiro), seguindo-se as das regiões Norte e Alentejo, tendo esta última ultrapassado a capacidade instalada da frota de Lisboa. O Algarve, apesar de ser a segunda região em número de embarcações matriculadas, continuou a apresentar a frota de menor dimensão: apenas 6,8 GT [Figura 6.1].

FIGURA 6.1 CAPACIDADE MÉDIA DAS EMBARCAÇÕES, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



CENTRO LIDERA NAS QUANTIDADES DE PESCA DESCARREGADA E ALGARVE NO VALOR

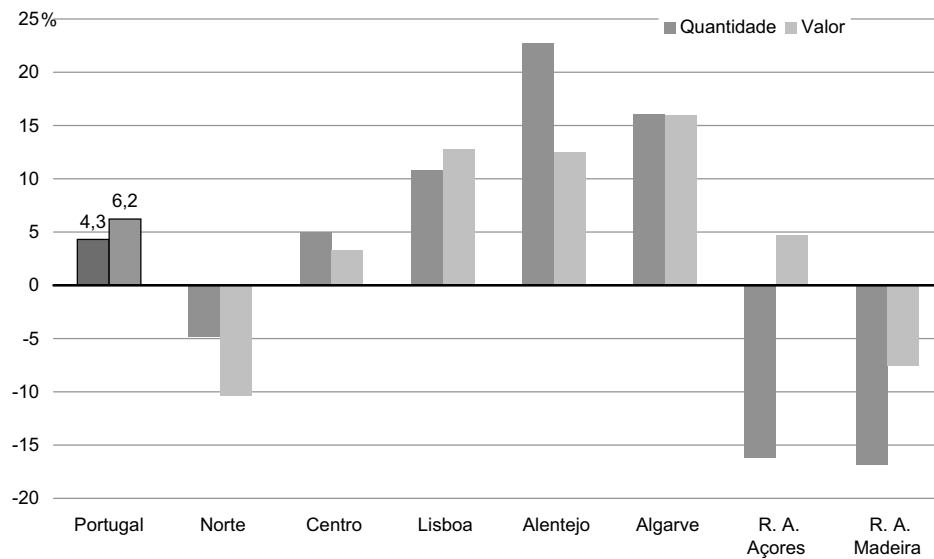
A pesca descarregada nos portos nacionais, durante o ano de 2005, aumentou, tanto no que diz respeito a quantidades como ao valor monetário.

Com efeito, a quantidade total de pesca descarregada aumentou mais de 4%, tendo passado de 140 mil toneladas registadas em 2004 para 146 mil toneladas em 2005. Foi no Alentejo (23%) e no Algarve (16%) que se registaram os maiores acréscimos. No pólo oposto, estiveram as duas regiões autónomas, onde a pesca descarregada diminuiu cerca de 16% e o Norte, onde a descida foi de 5%.

Em consequência da maior capacidade total da frota sedeadada nos seus portos, o Centro continuou a ser a região líder na quantidade de pesca descarregada em Portugal. Assim, e tal como em 2004, cerca de 29% do pescado foi descarregado nos portos da Região Centro. O Algarve e o Norte seguiram-se com 23% e 17%, respectivamente.

O aumento no valor monetário da pesca descarregada foi de 6%, em resultado de aumentos significativos do valor do pescado nas regiões do Algarve (16%). Lisboa e Alentejo (13%, em ambos os casos). Apesar do valor da pesca descarregada na Região Centro também ter aumentado, esta região foi ultrapassada pelo Algarve em termos de contribuição para o valor total do pescado descarregado em Portugal. Assim, o Algarve passou a deter uma quota de 27% contra os 24% do Centro. Em termos monetários, estas duas regiões eram responsáveis por mais de metade do valor pescado no país. Esta inversão de posições entre o Centro e o Algarve deve-se essencialmente à estrutura da pesca que é descarregada nas diferentes regiões. O ganho de importância do Algarve, deste ponto de vista, deveu-se ao maior peso que os crustáceos tiveram na pesca descarregada nesta região, apresentando um valor médio (por kg) mais elevado do que as restantes espécies. Ainda em termos de valor monetário da pesca descarregada, importa referir as quebras registadas no Norte (-10%) e na R. A. Madeira (-8%) [Figura 6.2].

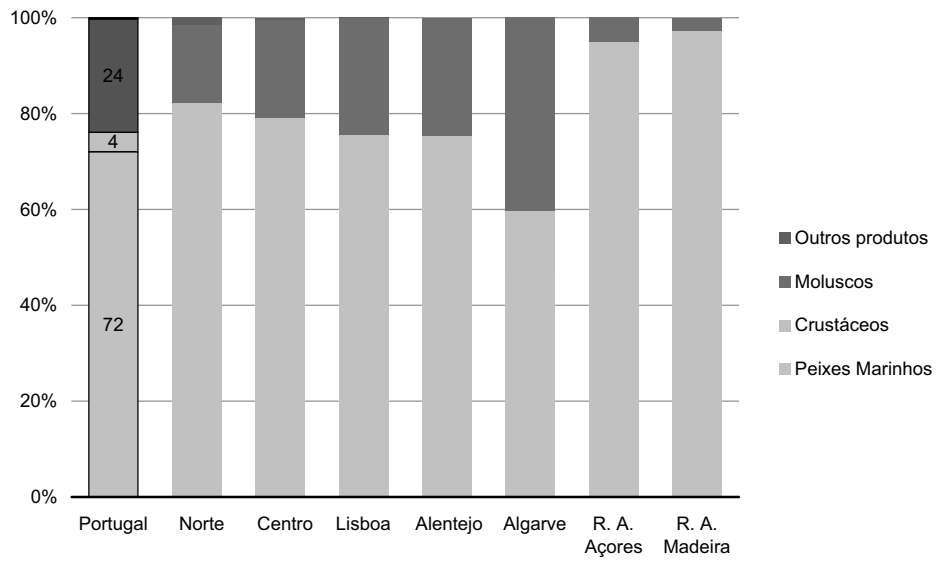
FIGURA 6.2 EVOLUÇÃO DA PESCA DESCARREGADA, PORTUGAL E NUTS II, 2004-2005

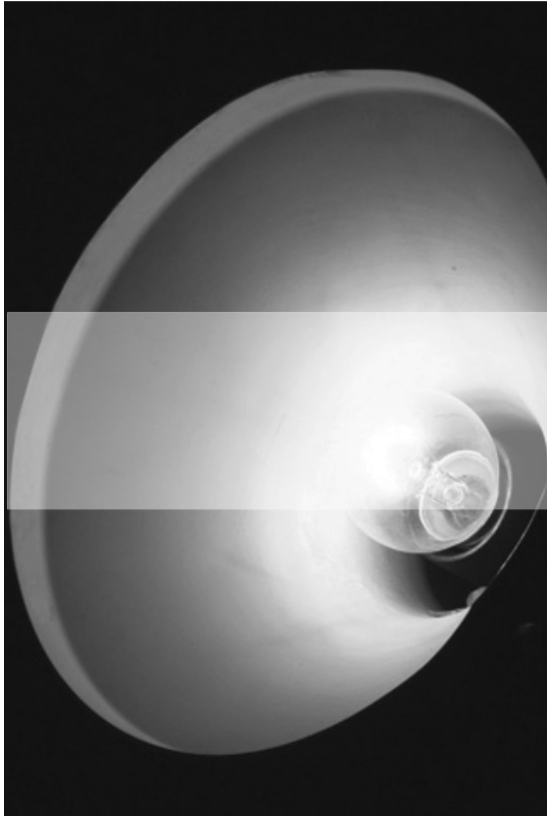


Em 2005, houve uma recuperação no valor médio da pesca descarregada nos portos nacionais tendo-se verificado um retorno aos valores registados nos anos de 2002 e 2003: 1,8 euros por kg. Esta recuperação deveu-se sobretudo à valorização do peixe de água salobra e doce (+ 6%) e do peixe de água salgada (4%). Inversamente, o valor médio dos moluscos e dos crustáceos desceu 8% e 5%, respectivamente.

As oscilações na quantidade e no valor dos peixes marinhos descarregados nas diversas regiões do país continuam a determinar significativamente os valores nacionais uma vez que estas espécies representavam, em 2005, cerca de 86% da quantidade e 72% do valor da pesca descarregada em todo o país. Com pequenas oscilações, estas proporções caracterizavam todas as regiões do país, com excepção do Algarve e da R. A. Madeira. Na primeira, os crustáceos correspondiam, em 2005, a 14% da pesca descarregada (mas apenas 1% das quantidades), por oposição ao resto do país onde esta espécie representava, em média, apenas 4% do valor descarregado (e não mais que 1% das quantidades). Na segunda, os peixes marinhos representavam 99% das quantidades descarregadas, equivalendo a 97% do valor total, sendo os restantes 3% de moluscos [Figura 6.3].

FIGURA 6.3 ESTRUTURA DA PESCA DESCARREGADA EM VALOR, PORTUGAL E NUTS II, 2005





## III.7 Energia





### III.7. ENERGIA

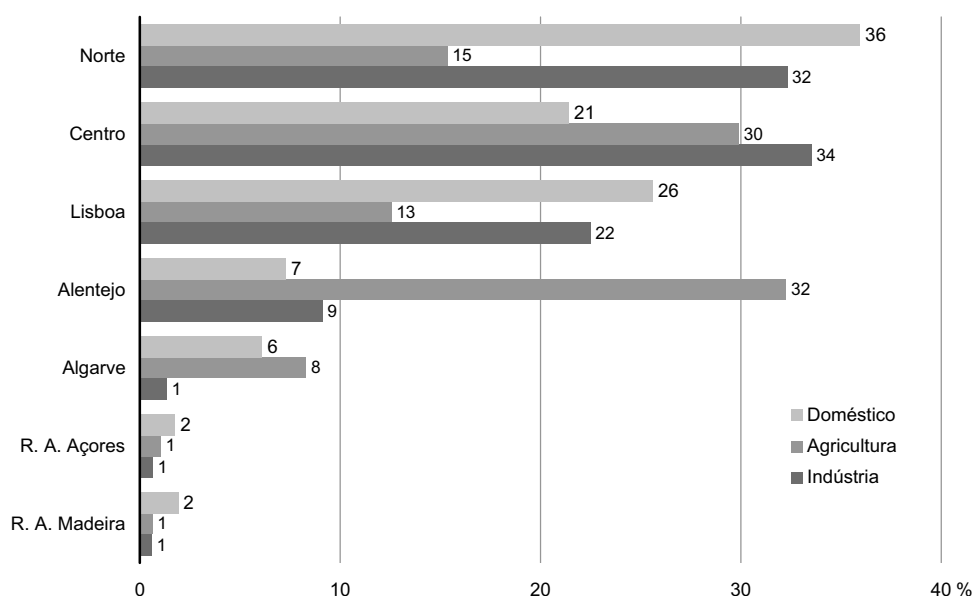
#### CENTRO ABSORVE UM TERÇO DO CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉCTRICA

Em Portugal, o consumo de energia eléctrica aumentou, entre 2003 e 2004, 3,8%. Ao nível regional, os crescimentos mais expressivos registaram-se nas regiões autónomas: 10,6%, na R. A. Açores, e 8,7%, na R. A. Madeira. Na Região Norte verificou-se o acréscimo anual relativo menos acentuado: 1,9%.

O consumo industrial de energia eléctrica continuou, em 2004, a representar a maior parte do consumo total de energia eléctrica (39%) enquanto ao consumo doméstico coube uma quota de 27%. A quota correspondente à agricultura foi de apenas 2% do consumo total de electricidade.

A distribuição regional do consumo doméstico de energia eléctrica acompanha a repartição populacional, com o Norte a absorver 36% do consumo nacional. No respeitante ao consumo industrial, sublinhe-se o facto de o Centro absorver um terço do consumo nacional, ultrapassando Lisboa, cujo consumo industrial de electricidade representou 23% do consumo nacional. No respeitante ao consumo agrícola de electricidade, a distribuição regional apresentava o Norte com apenas 15% do consumo eléctrico agrícola e o Alentejo com quase um terço deste tipo de consumo [Figura 7.1].

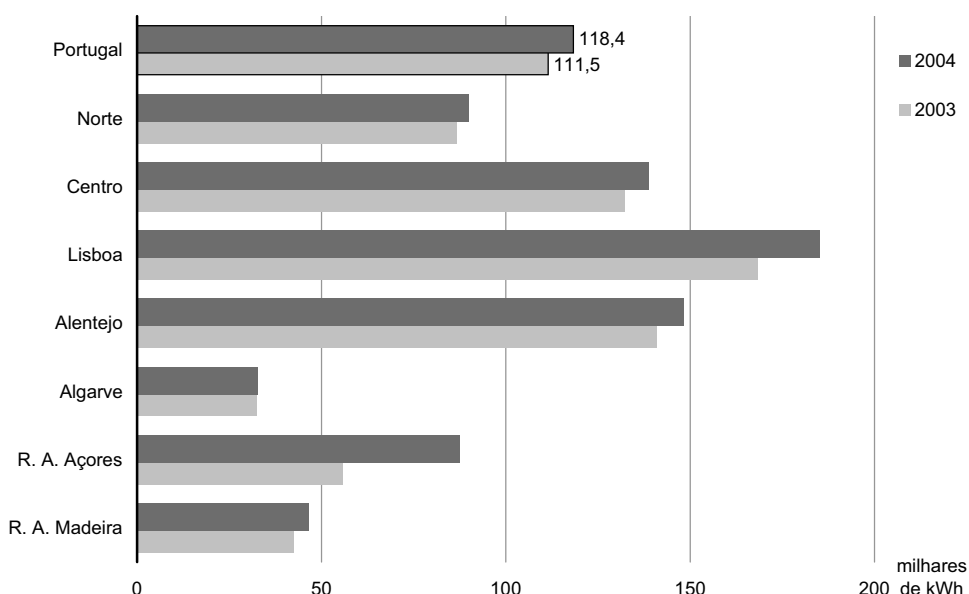
FIGURA 7.1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS CONSUMOS INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA, POR NUTS II, 2004



CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR MAIS ELEVADO EM LISBOA

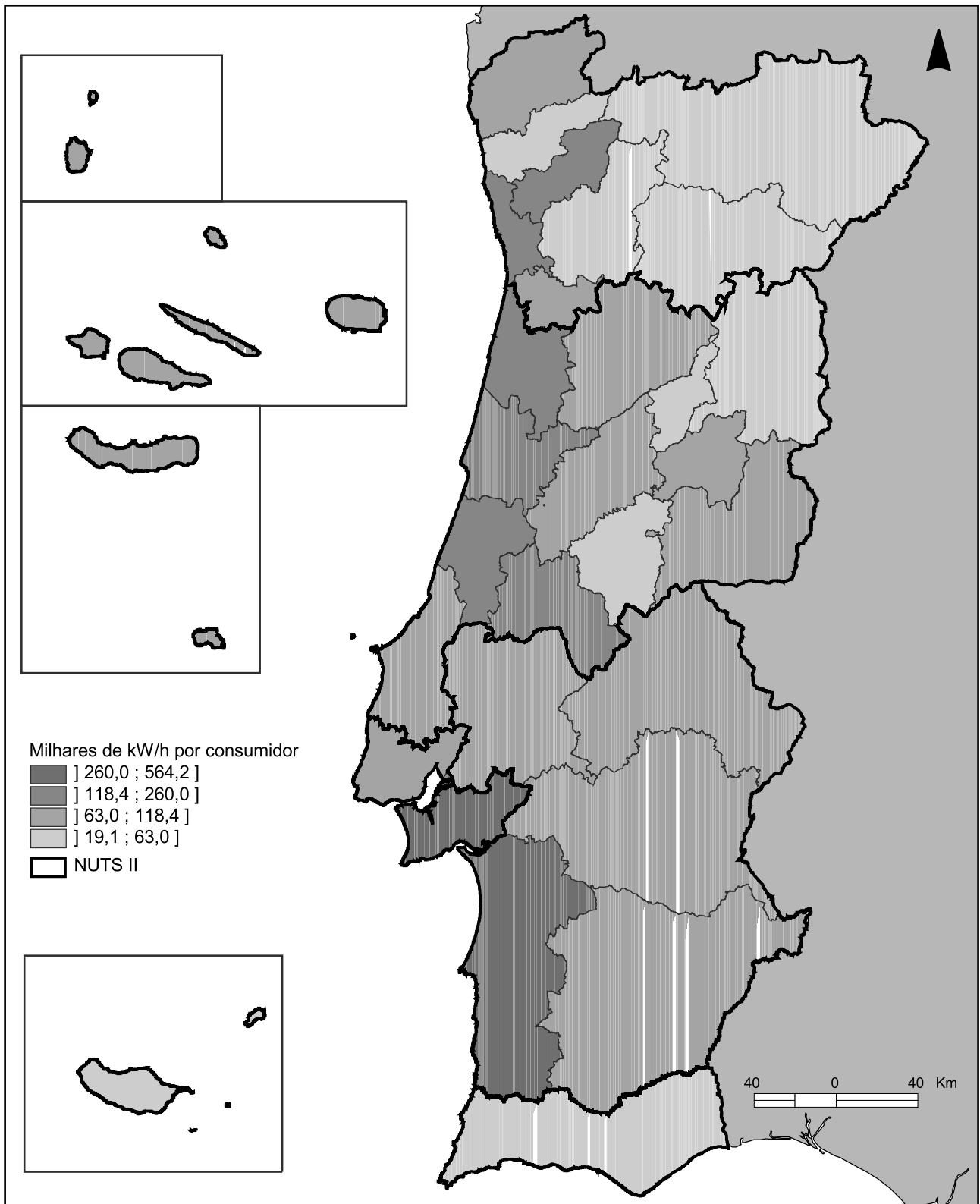
Em 2004, o consumo industrial de energia eléctrica por consumidor industrial registou um acréscimo de 6,2%, face ao ano anterior. Esta evolução positiva foi comum a todas as regiões do país, embora com intensidades diferentes, oscilando entre 0,8%, no Algarve, e 56,7%, na R. A. Açores. Lisboa manteve-se a região com mais consumo médio industrial (185 milhares de kWh por consumidor industrial), seguindo-se-lhe o Alentejo (148) e o Centro (139). Apenas estas três regiões superavam o consumo médio industrial nacional: 118 milhares de kWh por consumidor industrial [Figura 7.2].

FIGURA 7.2 CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Ao nível sub-regional, o consumo industrial de energia eléctrica por consumidor oscilou entre 564 milhares de kWh, no Alto Alentejo, e 19 milhares de kWh, no Douro. Apenas oito NUTS III registaram consumo médios acima do valor nacional, quatro das quais pertencentes à Região Centro (Baixo Mondego, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Médio Tejo). Além do Alto Alentejo, também integravam este conjunto a Península de Setúbal e o Ave, regiões com um tecido produtivo marcado pelo cariz industrial, e, ainda, o Grande Porto. No outro extremo, importa sublinhar os baixos consumos médios industriais registados em três sub-regiões do Norte: Douro, Alto Trás-os-Montes e Tâmega [Figura 7.3].

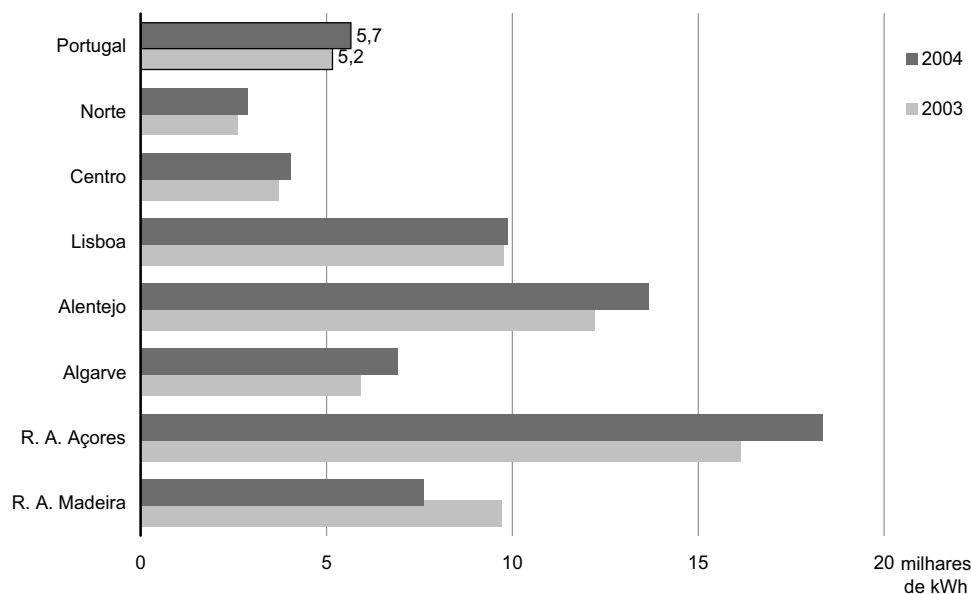
FIGURA 7.3 CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, POR NUTS III, 2004



CONSUMO AGRÍCOLA DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR MAIS ELEVADO NA R. A. AÇORES

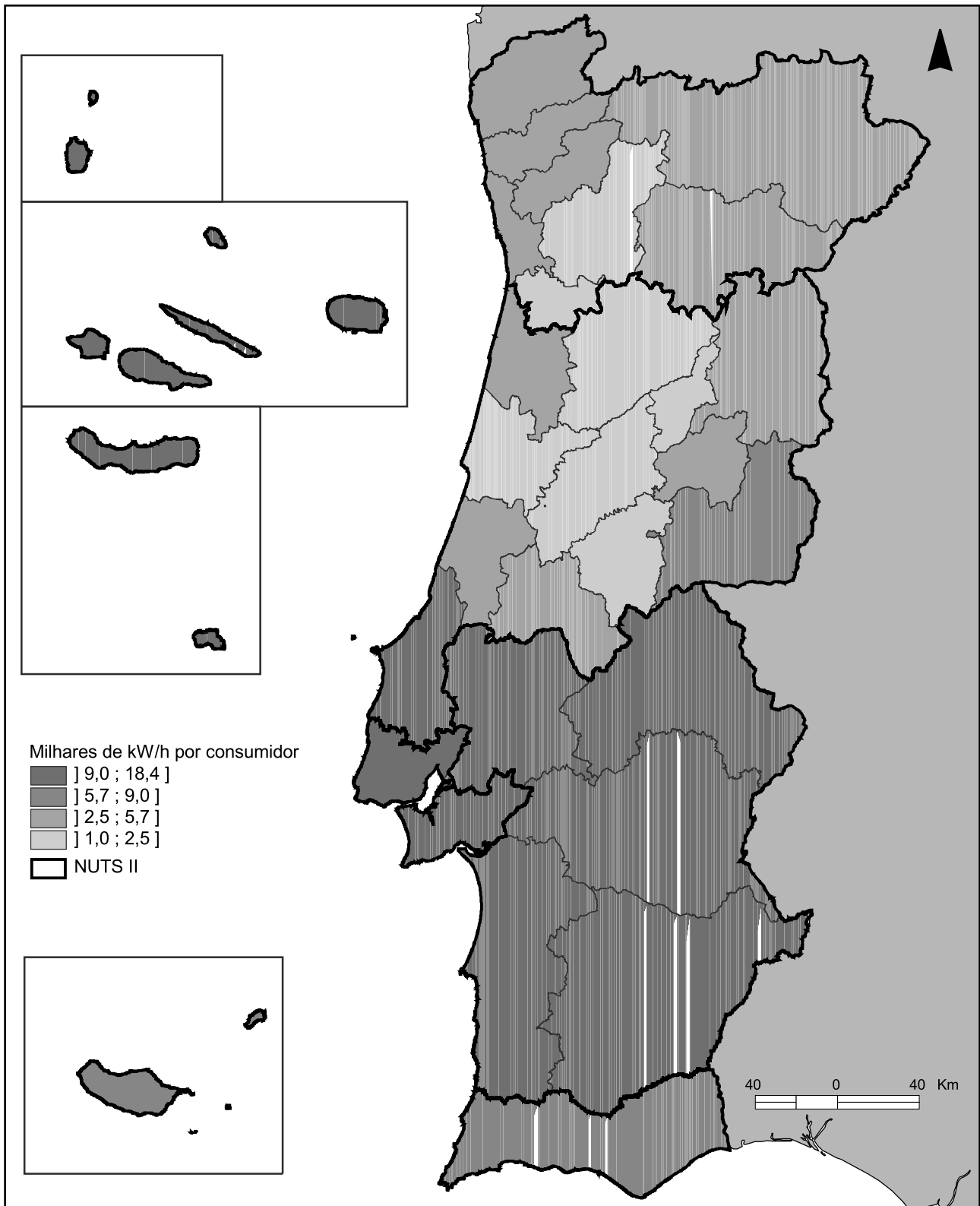
Em 2004, o consumo agrícola de energia eléctrica por consumidor agrícola registou um aumento de 9,6%, em relação a 2003, cifrando-se em 5,7 milhares de kWh. A expansão deste tipo de consumo foi extensível à generalidade das regiões, tendo a R. A. Madeira constituído a única excepção em virtude do decréscimo de 21,7% aí observado. O aumento mais significativo coube ao Algarve: 16,9%. A R. A. Açores e o Alentejo mantiveram-se as regiões com maior consumo médio (18 e 14 milhares de kWh por consumidor agrícola, respectivamente) [Figura 7.4].

FIGURA 7.4 CONSUMO AGRÍCOLA DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Ao nível sub-regional, o consumo de energia eléctrica por consumidor agrícola variou entre 1,1 milhares de kWh, no Pinhal Interior Sul e no Pinhal Interior Norte, e 18 milhares de kWh, na R. A. Açores. Apenas 12 NUTS III apresentaram valores neste indicador superiores à média nacional, com a particularidade de todas as sub-regiões que compõem o Alentejo fazerem parte deste grupo. Para além destas, é de registar o consumo médio da Beira Interior Sul (6,7 milhares de kWh) que juntamente com o Oeste (14 milhares de kWh) foram as sub-regiões do Centro a ultrapassar o consumo médio nacional. A Península de Setúbal e a Grande Lisboa apresentaram também valores neste indicador acima da média nacional, reflectindo a importância da actividade agrícola nestas regiões. Também nas regiões autónomas e no Algarve, o consumo médio agrícola superou a média nacional. Apesar da importância da actividade agrícola na Região Norte, nenhuma das suas sub-regiões registou um consumo superior à média nacional [Figura 7.5].

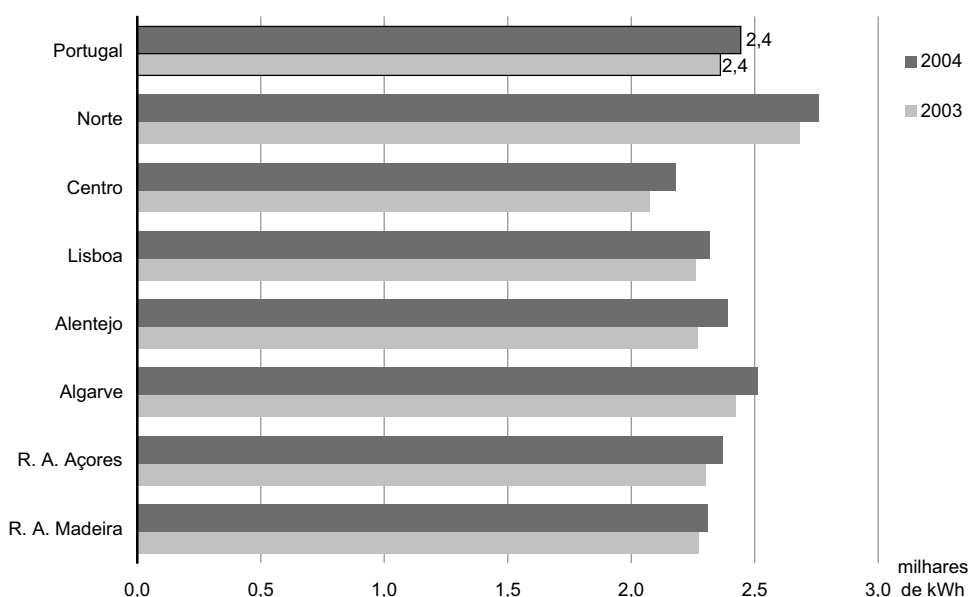
FIGURA 7.5 CONSUMO AGRÍCOLA DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, POR NUTS III, 2004



CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR MAIS ELEVADO NO NORTE

A disparidade regional em termos de consumo doméstico de electricidade por consumidor foi naturalmente menos acentuada que a registada para os restantes tipos de consumo. Assim, em 2004, aqueles consumos médios oscilavam entre 2,2 milhares de kWh, no Centro, e 2,8 milhares de kWh, no Norte. Apenas nesta região e no Algarve foi superado o consumo doméstico médio nacional (2,4 milhares de kWh). Em relação a 2003, o consumo doméstico médio de electricidade aumentou em todas as regiões do país, tendo o acréscimo sido mais significativo no Centro e no Alentejo (5,6%, em ambos os casos). Além destas regiões, apenas o Algarve (3,6%) acompanhou o conjunto do país (3,5%) [Figura 7.6].

FIGURA 7.6 CONSUMO DOMÉSTICO DE ENERGIA ELÉCTRICA POR CONSUMIDOR, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



ACRÉSCIMO DAS VENDAS DE COMBUSTÍVEL AUTOMÓVEL APENAS NA REGIÃO DE LISBOA

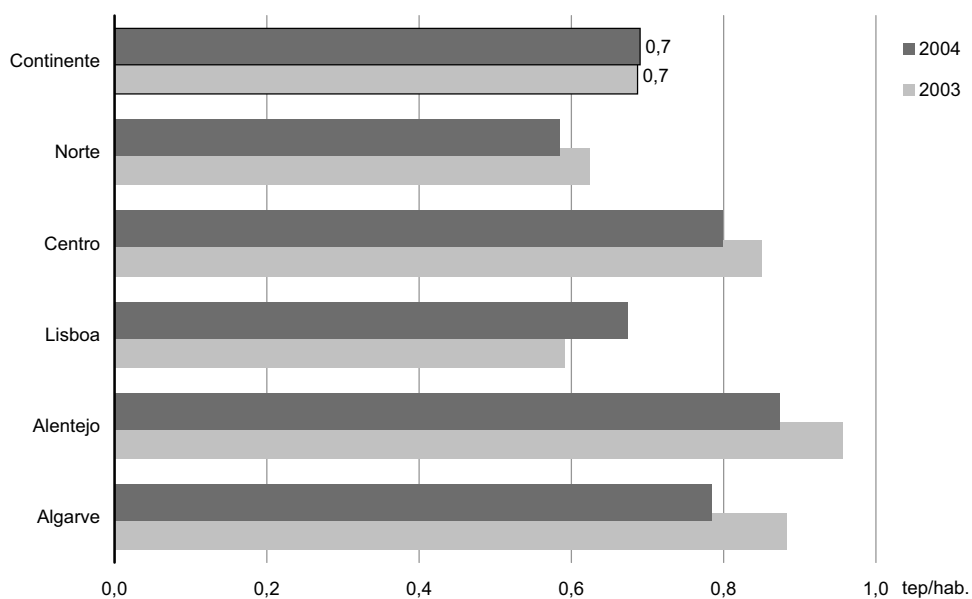
Em 2004, o volume de vendas por habitante de combustível automóvel<sup>33</sup> ascendeu a 7 milhões tep<sup>34</sup> no Continente, o que representa mais 1% do que no ano anterior. Ao nível regional, apenas em Lisboa se registou um aumento das vendas de combustível automóvel, tendo-se observado, nas restantes regiões, decréscimos superiores a 5%.

Todavia, o consumo de combustível automóvel por habitante manteve-se inalterado, ao nível nacional, em 0,7 tep por habitante. Ao nível regional, este tipo de consumo oscilou entre 0,6 tep, no Norte, 0,9 tep/hab., no Alentejo [Figura 7.7].

<sup>33</sup> Gás auto, gasolina aditivada, gasolina sem chumbo 95, gasolina sem chumbo 98 e gasóleo.

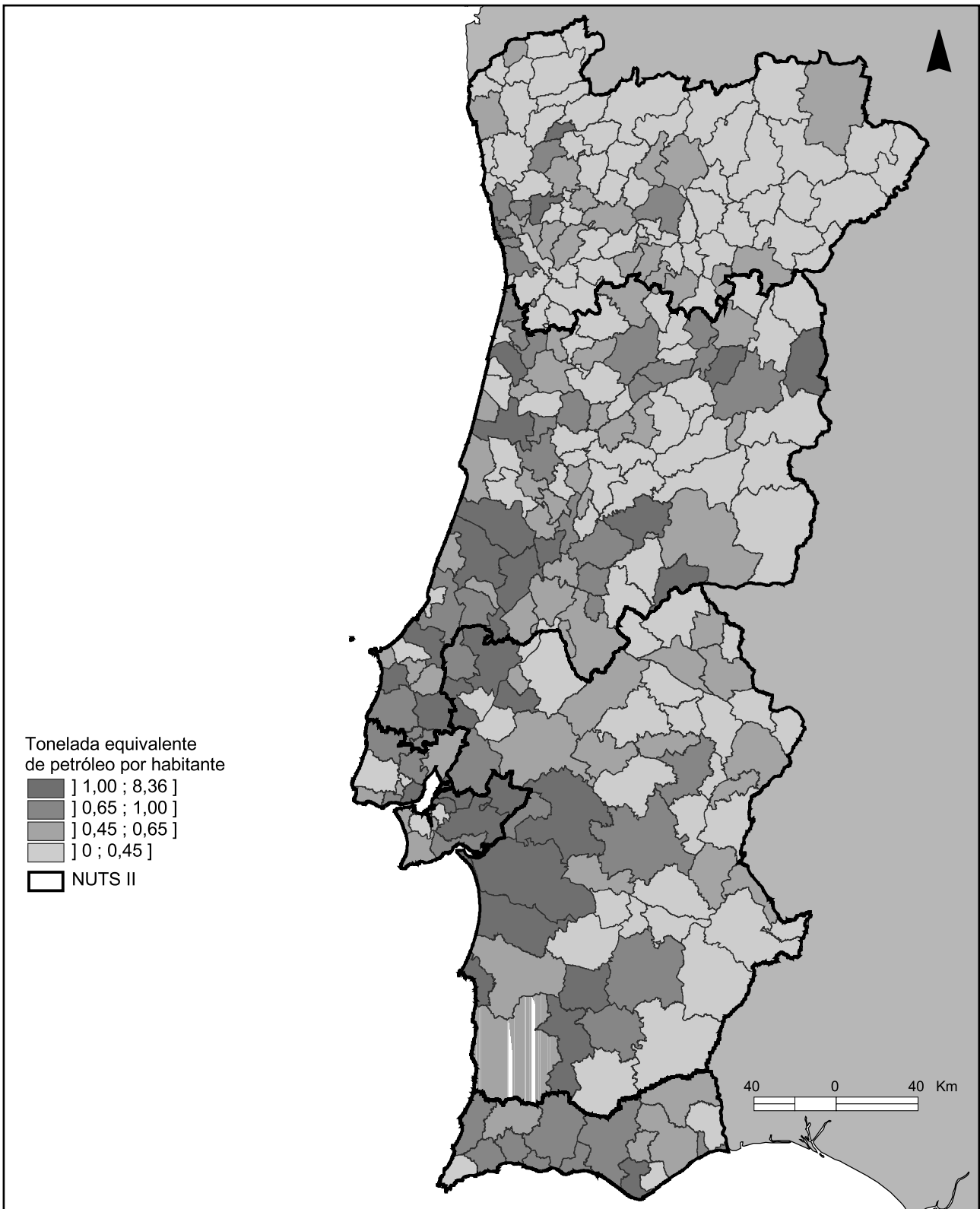
<sup>34</sup> Os valores de venda dos combustíveis em toneladas foram convertidos em toneladas de equivalente petróleo (tep, equivalente a 10<sup>7</sup> kcal), de forma a permitir somar os diferentes tipos de combustível numa unidade de medida que tem em consideração os diversos níveis de eficiência energética.

FIGURA 7.7 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS POR HABITANTE, CONTINENTE E NUTS II, 2003  
E 2004



O consumo médio de combustível para veículos automóveis foi mais elevado, por um lado, em zonas próximas de infra-estruturas rodoviárias estruturantes e, por outro lado, em municípios fronteiriços a Espanha [Figura 7.8].

FIGURA 7.8 CONSUMO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS POR HABITANTE, POR MUNICÍPIO, 2004





## III.8 Construção e Habitação



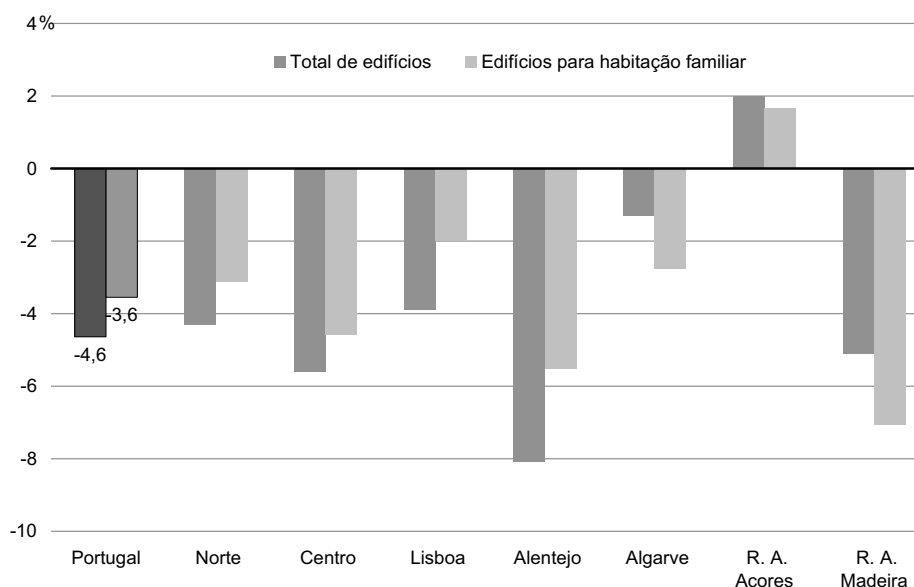


### III.8. CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

#### APENAS A R. A. AÇORES CONTRARIARIA A DIMINUIÇÃO DO LICENCIAMENTO DE OBRAS

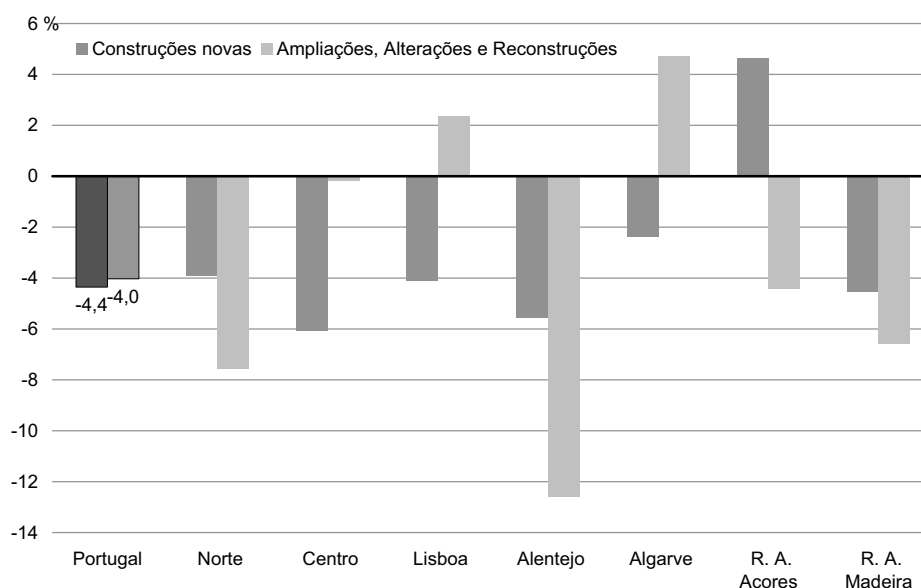
O número total de obras licenciadas pelas câmaras municipais voltou a diminuir no ano de 2005. O valor registado, de 49,5 mil licenças concedidas para obras, é o mais baixo desde 1993, e face a 2004 representa uma quebra de 4,6%. A diminuição mais acentuada verificou-se no Alentejo, com menos 8,1% de licenças concedidas, seguida da Região Centro (5,6%) e da R. A. Madeira (5,1%). Apenas a R. A. Açores contrariou esta tendência, tendo registado um aumento de 1,7% no total de licenças concedidas [Figura 8.1]. A distribuição geográfica das licenças concedidas manteve-se face a 2004, com o Norte e o Centro a concentrarem cerca de 63% do total nacional. Aliás, e ainda em comparação com 2004, verificou-se a manutenção da proporção de licenças para habitação familiar no total das licenças concedidas: 79% do total, sendo novamente Lisboa, Algarve e R. A. Madeira a apresentarem valores superiores à média nacional. Neste tipo de licenças, foi também a R. A. Açores a única a registar um ligeiro aumento. Importa salientar que no Algarve e na R. A. Madeira a descida, em termos percentuais, na atribuição de licenças para edifícios de habitação familiar foi superior à descida na concessão total de licenças para edifícios.

FIGURA 8.1 EVOLUÇÃO DO LICENCIAMENTO CONCEDIDO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA CONSTRUÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2004-2005



A diminuição na atribuição total de licenças estendeu-se a todos os tipos de obra e praticamente a todas as regiões. Assim, a atribuição de licenças para construções novas caiu 4,4% face a 2004, e para ampliações, alterações e reconstruções a descida foi de 4%. Esta tendência negativa apenas foi contrariada na R. A. Açores para o primeiro tipo de licenças (crescimento de 4,6%) e em Lisboa e no Algarve para o segundo tipo (aumento em 2,3% e 4,7%, respectivamente). As diminuições mais acentuadas verificaram-se no Alentejo (12,6% para ampliações, alterações e reconstruções) e no Centro (6,1% para construções novas) [Figura 8.2]. As licenças para construções novas continuaram a representar mais de três quartos do total de licenças atribuídas.

FIGURA 8.2 EVOLUÇÃO DO LICENCIAMENTO CONCEDIDO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA CONSTRUÇÃO, POR TIPO DE OBRA, PORTUGAL E NUTS II, 2004-2005



O número de licenças atribuídas para construções novas de fogos para habitação familiar baixou de 75,5 mil em 2004, para 72 mil em 2005, no que se saldou num decréscimo de 5%. A região onde esta descida se fez sentir com maior intensidade foi a R. A. Madeira (18%), seguida pelo Norte (12%). Apenas a R. A. Açores (mais 11%) e o Alentejo (mais 9%) contrariaram esta tendência.

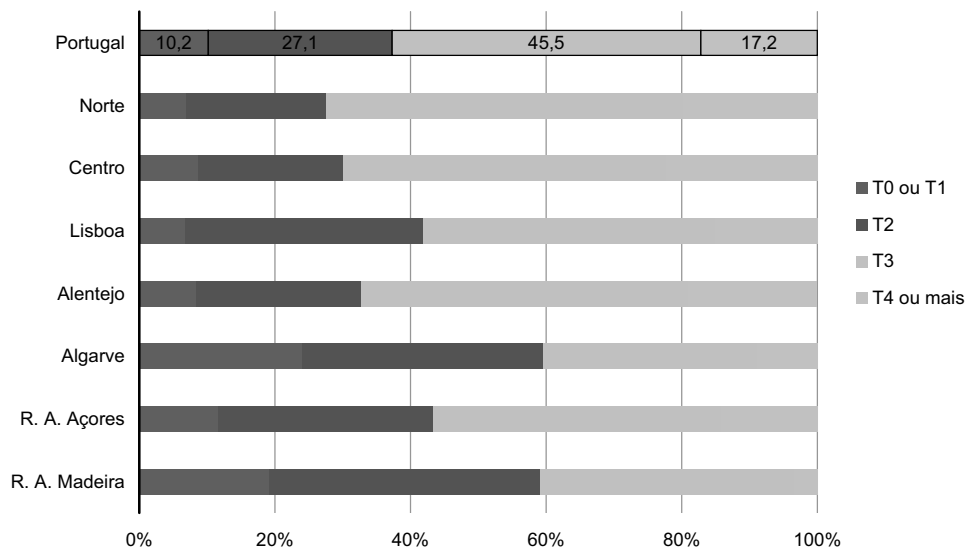
No que diz respeito à natureza da entidade promotora, verificou-se que em 2005, ao nível nacional, 52% dos pedidos de licenciamento para fogos em construções novas para habitação foram da responsabilidade de empresas privadas e 44% da responsabilidade de pessoas singulares. Os restantes 4% dispersaram-se por outras entidades. No entanto, verificou-se uma grande heterogeneidade regional quanto à importância da entidade promotora do licenciamento. Assim, enquanto em Lisboa e no Algarve, cerca de 71% destes licenciamentos foram promovidos por empresas privadas e apenas 25% por pessoas singulares, na R. A. Açores verificou-se o oposto com 68% dos licenciamentos a serem promovidos por pessoas singulares e 24% por empresas privadas. Na R. A. Madeira, esta proporção era de 37% e 36% respectivamente, sendo as outras entidades responsáveis pelos restantes 27% dos licenciamentos.

Desagregando esta análise, observa-se que, a um nível sub-regional, foi nas NUTS III da Grande Lisboa, Algarve, Cova da Beira, Grande Porto e Península de Setúbal que as empresas privadas foram responsáveis por mais de 68% dos fogos licenciados. Ao invés, nas NUTS III da Serra da Estrela e do Pinhal Interior Sul, mais de 90% dos fogos foram licenciados por pessoas singulares.

No que diz respeito à tipologia dos fogos licenciados durante o ano de 2005, verificou-se que se mantinha a preponderância da tipologia T3 para a grande maioria das regiões. No Norte esta tipologia atingia os 52%. As exceções eram o Algarve e a R. A. Madeira, onde se licenciavam, sobretudo, fogos da tipologia T2 (36% e 40%, respectivamente). Aliás, nestas regiões, cerca de 60% dos fogos licenciados foram das tipologias T1 e T2, o que se poderá justificar pelo eventual uso turístico que uma boa parte

deles poderá vir a ter. Já o Norte e o Centro continuam a ser as regiões onde se licenciaram fogos com maior número de divisões. Com efeito, nestas regiões, mais de 20% dos fogos licenciados pertenciam à tipologia T4 ou superior [Figura 8.3].

FIGURA 8.3 LICENCIAMENTO CONCEDIDO PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS PARA CONSTRUÇÕES NOVAS DE FOGOS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, POR TIPOLOGIA, PORTUGAL E NUTS II, 2005



#### ALGARVE E REGIÕES AUTÓNOMAS REGISTAM AUMENTO NAS CONSTRUÇÕES CONCLUÍDAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR

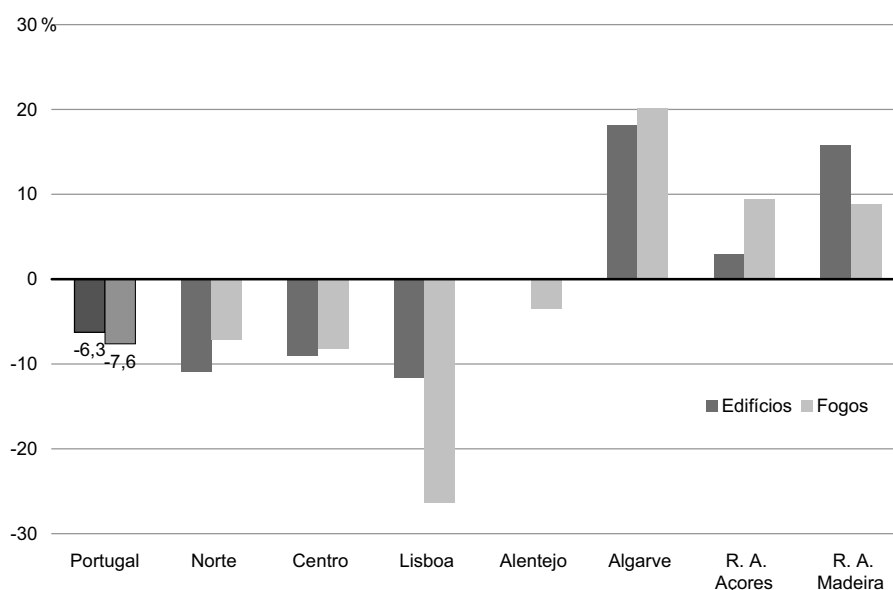
Em 2005, foram concluídas cerca de 39 mil obras, das quais 86% se destinavam a habitação familiar. Este foi o ano que registou o número mais baixo de obras concluídas desde 1994. Face a 2004 verificou-se um decréscimo global de 8% na conclusão de edifícios, sendo que para os edifícios para habitação familiar essa diminuição se ficou pelos 6%. Para o decréscimo verificado na conclusão de edifícios contribuíram tanto o número de obras concluídas de ampliações, alterações e reconstruções (-11%), como as construções novas (-7%). Regionalmente, foi nas regiões Norte e Centro que se registaram as quebras mais acentuadas no número de obras concluídas em edifícios (-13% e -11%, respectivamente). Tendência contrária registaram o Algarve, a R. A. Açores e a R. A. Madeira, com esta última região a apresentar o maior crescimento, com 17%. Dada a importância da componente para habitação familiar no total dos edifícios concluídos regista-se uma similaridade significativa na evolução registada ao nível nacional e regional para os dois casos.

Sendo as regiões Norte e Centro as que mais contribuem, ao nível nacional, para o total de pedidos de licenciamentos, não é de estranhar que sejam também elas as que maior contributo deram para o número total de obras concluídas. Assim, 33% das obras concluídas localizaram-se no Norte e 30% no Centro.

No que diz respeito, em particular, à conclusão de novas construções de fogos para habitação familiar, verificou-se que a sua diminuição face a 2004 foi um pouco mais acentuada que a dos edifícios para o mesmo tipo de uso. Assim, enquanto em 2004 se tinham concluído cerca de 30 mil novos edifícios e 68 mil novos fogos, em 2005 esses números não ultrapassaram os 28 mil e 64 mil respectivamente. Essa

situação foi particularmente marcante em Lisboa, onde a diminuição se cifrou nos 12% e nos 26%, respectivamente, para os edifícios novos e para os fogos novos. Tanto no Algarve como nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, registaram-se aumentos no número de obras novas concluídas. No entanto, enquanto nas duas primeiras regiões foram as obras concluídas em fogos novos que mais cresceram, na R. A. Madeira foram as obras concluídas em edifícios novos que registaram uma maior evolução positiva [Figura 8.4].

FIGURA 8.4 EVOLUÇÃO DA CONCLUSÃO DE CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, PORTUGAL E NUTS II, 2004-2005



Tal como observado para o licenciamento, devido à relação existente, mais de metade dos fogos concluídos (53%) resultaram de obras promovidas por empresas privadas e 43% por pessoas singulares. Igualmente, cerca de metade (47%) dos fogos concluídos em 2005 pertenciam à tipologia T3 e 28% à tipologia T2. O padrão regional observado para o licenciamento é também verificado para o número de fogos concluídos.

#### DIMENSÃO MÉDIA DAS DIVISÕES AUMENTA, DESTACANDO-SE LISBOA

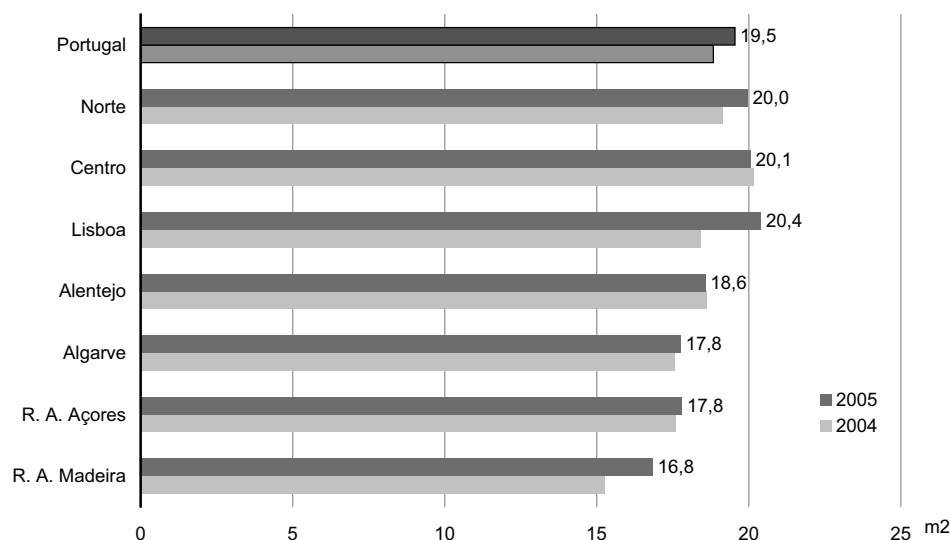
À semelhança do que se verificou nos últimos anos, também em 2005, as licenças concedidas para construções novas para habitação familiar contemplavam, em média, 2,5 pavimentos por edifício. De novo, foi em Lisboa que se registou o licenciamento de novas construções com mais pavimentos: em média licenciaram-se 3,1 pavimentos por nova construção. A R. A. Açores (1,8) e o Alentejo (1,9) foram as regiões onde o número de pavimentos em novas construções licenciadas foi mais baixo.

A dimensão média prevista das divisões, medida pela superfície habitável atingiu pela primeira vez os 19,5 m<sup>2</sup>. Para este aumento contribuíram sobretudo os edifícios licenciados na região de Lisboa, que passaram dos 18,4 m<sup>2</sup> em 2004 para 20,4 m<sup>2</sup> em 2005. Esta tendência verificou-se em todas as regiões, com excepção do Centro, onde a dimensão média prevista das divisões diminuiu ligeiramente para 20,1 m<sup>2</sup>. Ainda assim, o Centro mantém o segundo registo, logo atrás de Lisboa (20,4 m<sup>2</sup>) e

imediatamente antes do Norte (20 m<sup>2</sup>). A R. A. Madeira continua a registar a dimensão média mais baixa, embora se tenha observado um aumento de 15,3 m<sup>2</sup>, para 16,8 m<sup>2</sup> [Figura 8.5].

Em termos de conclusão de construções novas para habitação familiar não se verificaram diferenças significativas face a 2004.

FIGURA 8.5 SUPERFÍCIE HABITÁVEL MÉDIA, POR DIVISÃO, LICENCIADA PARA CONSTRUÇÕES NOVAS, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



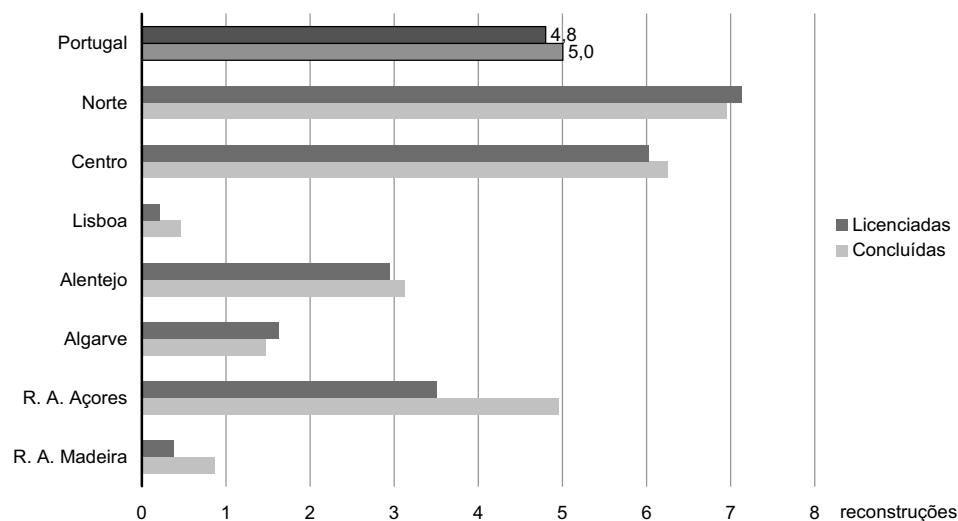
#### NORTE E CENTRO MAIS DINÂMICAS EM TERMOS DE RECONSTRUÇÃO DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

O ano de 2005 registou em todas as regiões, com exceção da R. A. Madeira, uma significativa diminuição do licenciamento para reconstruções relativamente ao licenciamento de novas construções. Assim, enquanto no período 2002-2004, por cada 100 licenças para construções novas, havia 5,4 para reconstruções, no período 2003-2005 esse valor baixou para 4,8. É em Lisboa e na R. A. Madeira que esta relação atinge os valores mais baixos: 0,2 e 0,4, respectivamente [Figura 8.6]. Apesar de também registarem uma evolução negativa naquele indicador, o Norte e o Centro mantiveram-se como as regiões com maiores níveis de licenciamento para a recuperação do edificado face ao licenciamento para novas construções: no Norte, por cada 100 novas construções licenciadas, havia 7,1 licenças para reconstruções, enquanto no Centro esse valor era de 6,0.

A dinâmica do licenciamento de reconstruções acima descrita aponta para um abrandamento na recuperação de edifícios. Com efeito, em 2005, o número de licenciamentos de reconstruções por cada 100 licenças de novas construções é já inferior ao número de reconstruções concluídas por cada 100 novas construções concluídas. Conforme se pode observar na Figura 8.6, esta tendência verificou-se em praticamente todas as regiões, com exceção do Norte e do Algarve.

Quanto ao número de reconstruções concluídas por 100 construções novas verificou-se que, em 2005, continuaram a ser as regiões do Norte e do Centro aquelas que colocaram maior intensidade na recuperação do edificado já existente. Merece igualmente destaque a R. A. Açores, onde em cada 100 novas obras concluídas, cinco eram reconstruções, igualando o valor médio nacional.

FIGURA 8.6 NÚMERO DE RECONSTRUÇÕES POR 100 CONSTRUÇÕES NOVAS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



**MANTÉM-SE TENDÊNCIA PARA A REDUÇÃO DO NÚMERO DE PRÉDIOS TRANSACCIONADOS MAS A PREÇOS MAIS ELEVADOS**

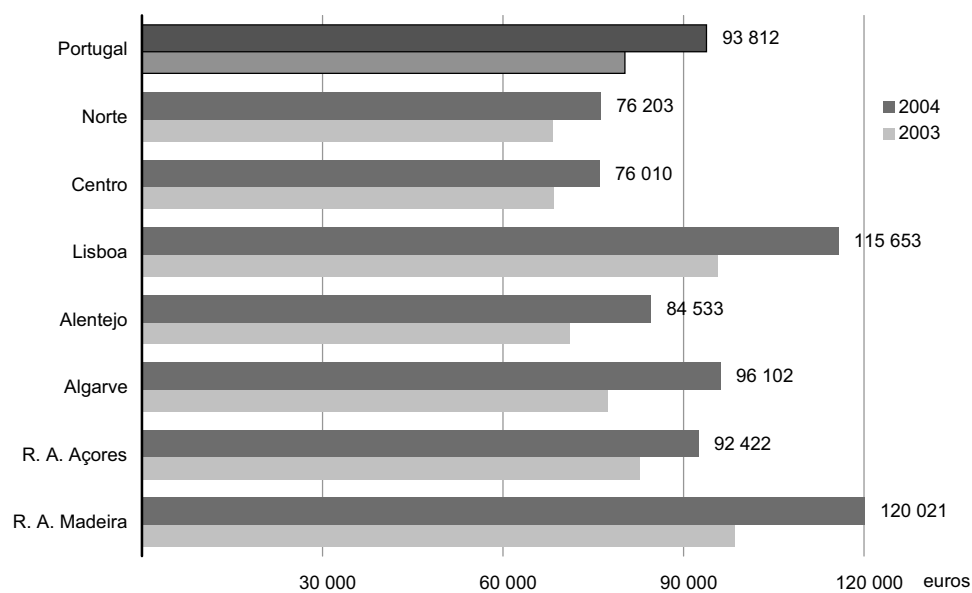
Em 2004, foram celebrados contratos de compra e venda sobre um total de 276 mil prédios, que se traduziu numa redução de 8% relativamente a 2003. Esta redução fez-se sentir em todo o país, mas com maior intensidade na R. A. Açores (-14%) e no Algarve (-13%). A R. A. Madeira foi a região que registou um menor decréscimo: apenas 2%. Esta diminuição no número de contratos estende-se ainda a todos os tipos de prédios. Assim, foram celebrados menos 20% de contratos de compra e venda de prédios rústicos e menos 14% de contratos relativos a prédios mistos. Mais modesta foi a redução do número de contratos sobre prédios urbanos (-4%). Esta situação pode ser explicada, em parte, pelo ligeiro aumento (1%) dos contratos celebrados sobre prédios urbanos em propriedade horizontal. Os prédios urbanos continuam a ser o principal objecto dos contratos de compra e venda, representando cerca de 80% desse total, com os prédios rústicos a não chegarem aos 20%.

Contrariando a redução no número de contratos celebrados, os montantes globais neles envolvidos voltou a aumentar, tendo-se ultrapassado o valor de 23 mil milhões de euros, o que representou um acréscimo de 12% face a 2003. No entanto, este aumento revela duas situações distintas: por um lado os valores dos contratos de compra e venda de prédios urbanos aumentou em 13% (com os máximos a serem atingidos na R. A. Madeira e no Centro com 21% e 20%, respectivamente), por outro lado, os valores referentes a contratos de prédios rústicos diminuíram 10%. Em termos geográficos, foi no Alentejo que o montante dos contratos mais aumentou (18%), seguindo-se as regiões Centro e Lisboa, ambas com 16%.

Em 2004, como consequência do aumento do valor global dos contratos e da diminuição do número desses mesmos contratos, o valor médio dos prédios transaccionados aumentou em 21%. Esta evolução foi comum a todos os tipos de prédios, mas atingiu o seu máximo nos prédios mistos (39%) que, em termos absolutos também atingiram o valor médio mais elevado (166 mil euros), seguido pelos prédios urbanos, cujo valor médio ultrapassou os 9 mil euros. Os prédios rústicos foram aqueles que se transaccionaram a um preço mais baixo (25,6 mil euros).

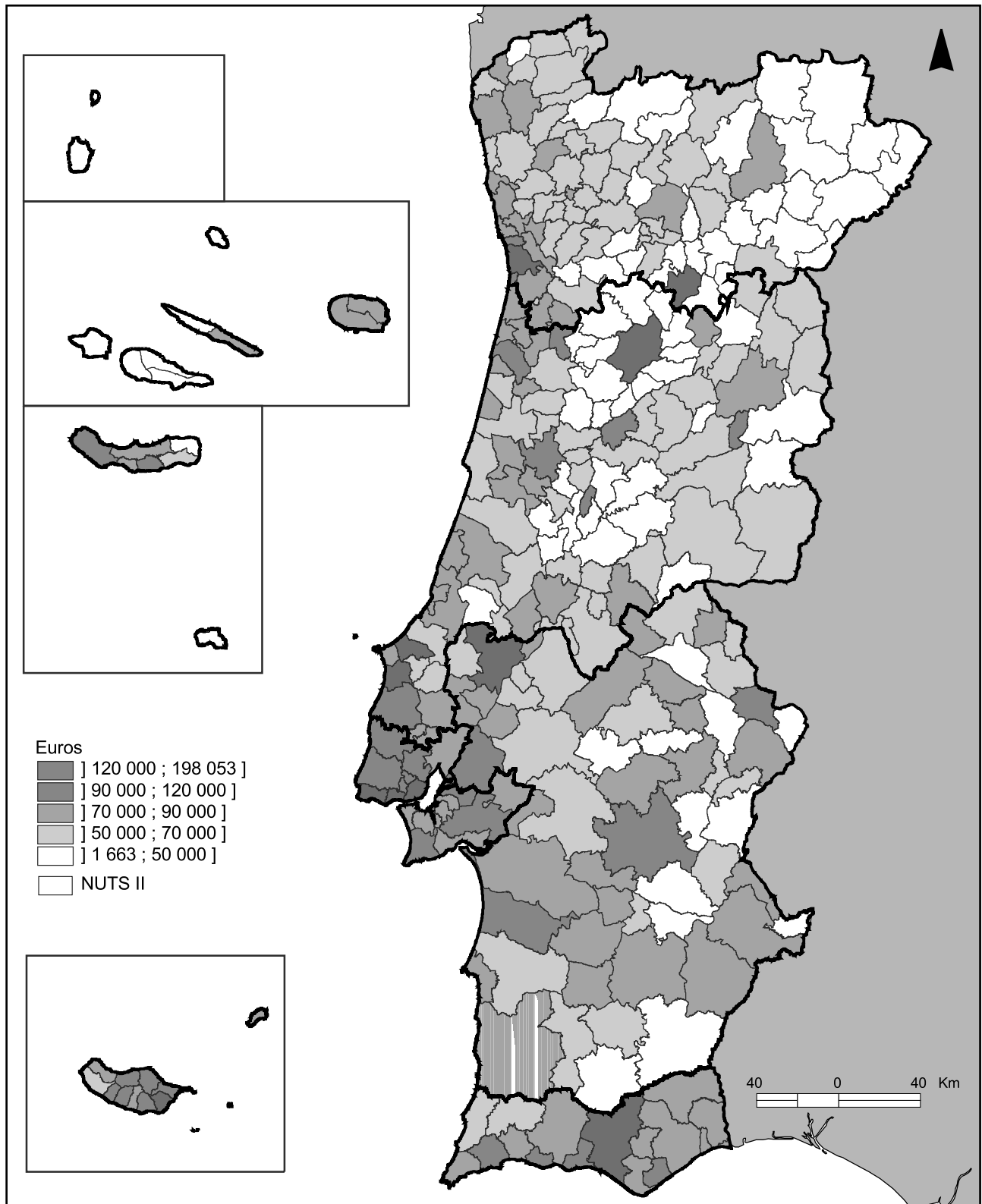
No caso particular dos prédios urbanos em propriedade horizontal, o seu valor médio de transacção foi de 93,8 mil euros, 17% superior ao que se havia registado em 2003. Foi no Algarve e na R. A. Madeira que este aumento foi superior: 24% e 22%, respectivamente. O Centro (11%) e o Norte e a R. A. Açores (ambos com 12%) foram as regiões com um aumento inferior à média nacional. No entanto, em termos de valor médio registado em 2004, continuam a ser a R. A. Madeira e Lisboa, as regiões que apresentam um valor mais elevado: 120 mil e 116 mil euros, respectivamente, enquanto no Norte e no Centro foi cerca de 76 mil euros [Figura 8.7].

FIGURA 8.7 VALOR MÉDIO DE TRANSAÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004



Constata-se que apenas 34 municípios apresentaram um valor médio de transacção dos prédios urbanos em propriedade horizontal superior ao valor de referência para Portugal. Na sua maioria, situam-se na R. A. Madeira, no Algarve ou em Lisboa. De facto, através da Figura 8.8, podemos verificar que o valor médio de transacção deste tipo de prédios assumiu valores mais elevados nos centros das duas grandes áreas metropolitanas (Lisboa e Porto). Ao redor desses centros existe uma coroa de municípios com valores médios de transacção que vão diminuindo à medida que deles nos afastamos. Situação similar se passa no Algarve e em algumas capitais de distrito, como Aveiro, Santarém, Coimbra e Évora. Nas zonas do Interior, constata-se que os valores médios de transacção são consideravelmente mais baixos que na faixa do Litoral.

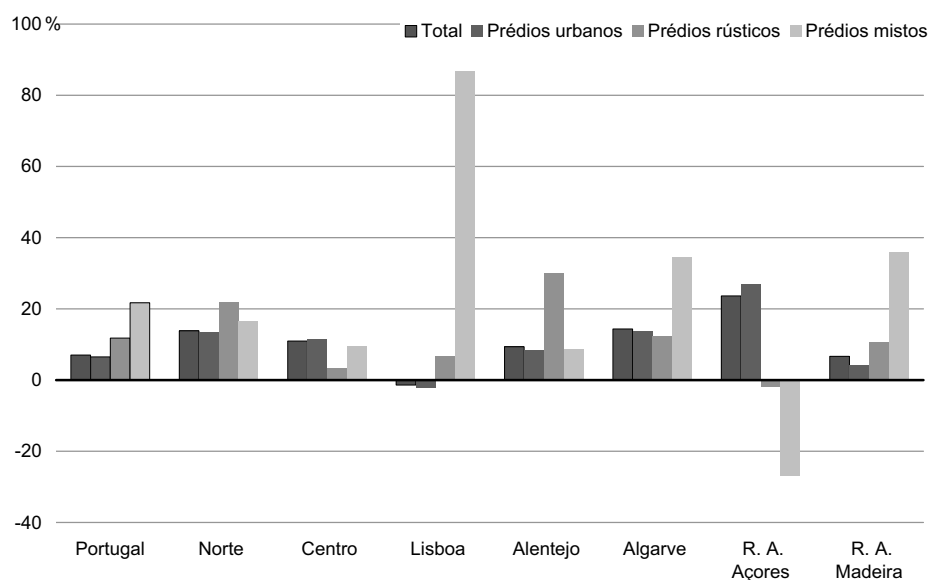
FIGURA 8.8 VALOR MÉDIO DE TRANSACÇÃO DOS PRÉDIOS URBANOS EM PROPRIEDADE HORIZONTAL, POR MUNICÍPIO, 2004



Em 2004 assistiu-se a um aumento de 2% no número de prédios hipotecados face ao ano de 2003. Com excepção de Lisboa, onde o número total de prédios hipotecados diminuiu em 4%, todas as outras regiões do país contribuíram para esta evolução positiva. Assim, a região que registou um maior crescimento foi a R. A. Açores (12%), logo seguida pela R. A. Madeira (11%). Para este aumento global do número de prédios hipotecados contribuiu o aumento de hipotecas sobre todos os tipos de prédios: mistos (9%), rústicos (8%) e prédios urbanos (2%). Nos dois primeiros os casos, foram as regiões do Algarve (19% para os primeiros e 35% para os segundos) e do Norte (17% e 19%, respectivamente) que lideraram este crescimento. Quanto aos prédios urbanos foi a R. A. Açores que mais cresceu (13%). Dos cerca de 244 mil prédios hipotecados, 32% localizavam-se em Lisboa, 31% no Norte e 20% no Centro.

Em termos monetários, o valor total dos prédios hipotecados aumentou 7%, sendo a evolução bastante diferenciada de região para região. O valor das hipotecas sobre prédios urbanos, que representavam cerca de 94% do valor total dos prédios hipotecados, cresceu 6,5%, tendo sido na R. A. Açores que se verificou o maior crescimento: 27%. Para este aumento, também contribuiu o crescimento de 22% no valor das hipotecas de prédios mistos, com especial saliência para a evolução em Lisboa (+ 87%), na R. A. Madeira (+ 36%) e no Algarve (+ 35%). E de 12% nos prédios rústicos (30% no Alentejo) [Figura 8.9].

FIGURA 8.9 EVOLUÇÃO DO VALOR DOS CONTRATOS DE MÚTUA COM HIPOTECA VOLUNTÁRIA, PORTUGAL E NUTS II, 2003-2004



O valor médio das hipotecas sobre prédios aumentou 5% face a 2003, atingindo o valor de 113 milhares de euros. Devido ao facto de 96% do total dessas hipotecas serem sobre prédios urbanos, o valor destas é o que mais influencia o valor médio para o total das hipotecas e por conseguinte é o que mais se aproxima dessa média. Assim, o valor médio das hipotecas sobre prédios urbanos foi de 111 milhares de euros, sendo o valor médio associado aos prédios rústicos e mistos de 148 e de 158 milhares de euros, respectivamente.

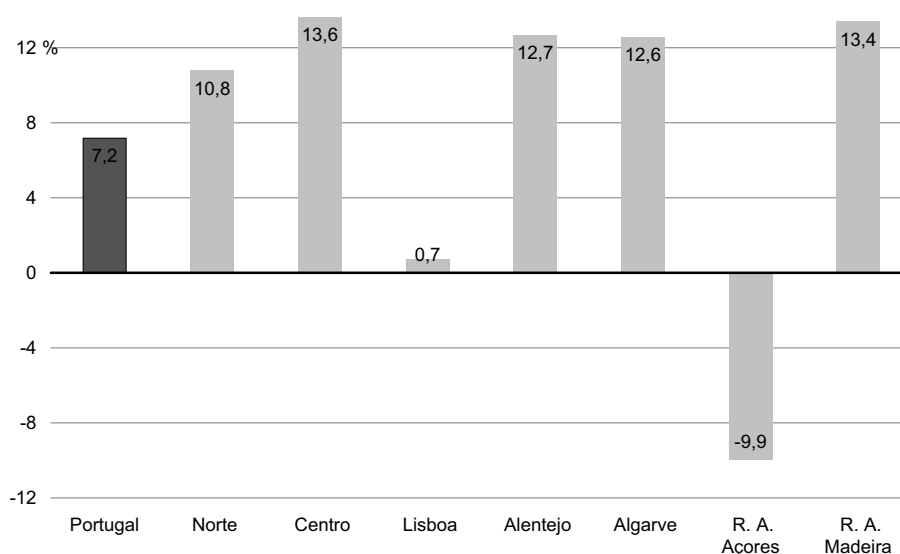
É na R. A. Açores que o valor médio das hipotecas sobre prédios urbanos atingiu o valor mais alto, 142 milhares de euros. No que diz respeito aos prédios rústicos e mistos, o valor médio mais alto registou-se em Lisboa, com 347 e 337 milhares de euros respectivamente. Para todos os tipos de prédios, o valor mais baixo registou-se no Norte.

Em 2004, o valor do crédito hipotecário concedido por contratos de mútuo com hipoteca voluntária, ultrapassou pela primeira vez o valor dos 19 mil milhões de euros, no que se traduziu num crescimento de 8% face a 2003. Este crescimento resultou, exclusivamente, do aumento de 9% no valor do crédito concedido por instituições de crédito, uma vez que tanto o crédito concedido por pessoas singulares como o concedido por outras pessoas colectivas diminuíram em 31% e 21%, respectivamente. Como consequência desta evolução, as instituições de crédito passaram a ser responsáveis pela concessão de 99% do crédito hipotecário no continente, sendo o 1% em falta da responsabilidade de pessoas singulares. Apenas nas ilhas esta estrutura difere ligeiramente, com as instituições de crédito a serem responsáveis por 94% e 98% do crédito concedido, respectivamente nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Na R. A. Madeira, os restantes 6% do crédito hipotecário concedido foram da responsabilidade de outras pessoas colectivas, enquanto na R. A. Açores os restantes 2% se distribuíram igualmente por pessoas singulares e por outras pessoas colectivas.

No que diz respeito à natureza dos devedores, esta manteve-se inalterada face a 2003, sendo as pessoas singulares responsáveis por 86% do crédito obtido, enquanto outras pessoas colectivas eram responsáveis pelos restantes 14%. Em termos regionais, apenas a R. A. Madeira, o Algarve e o Alentejo se distinguem claramente deste padrão. A R. A. Madeira e o Algarve por apresentarem uma maior proporção de outras pessoas colectivas como devedoras: 27% e 23%, respectivamente; e o Alentejo, ao invés, por apresentar a mais elevada proporção de pessoas singulares como devedoras: 93%.

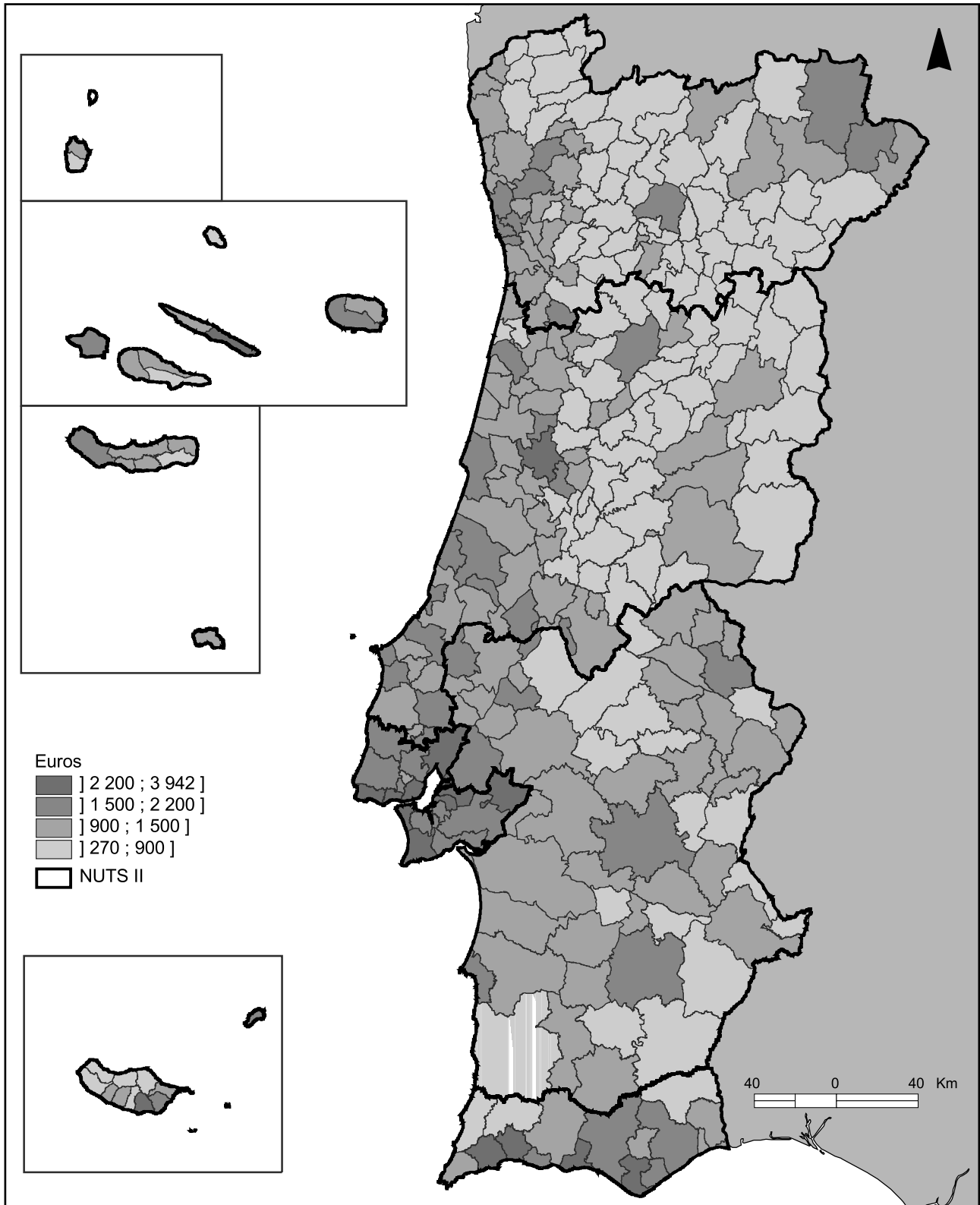
Relativizando a concessão de crédito hipotecário a pessoas singulares pela população residente constata-se que a média nacional aumentou em 7%, passando de 1,5 para 1,6 milhares de euros por habitante de 2003 para 2004. Com excepção da R. A. Açores, todas as regiões averbaram um aumento deste valor, com particular incidência no Centro e na R. A. Madeira, onde se registou o maior crescimento, seguido de perto pelo Alentejo e pelo Algarve. Em Lisboa o crescimento foi ligeiro (inferior a 1%) e na R. A. Açores verificou-se uma queda de 10% [Figura 8.10]. Lisboa continuou a ser a região com o valor mais elevado de crédito hipotecário concedido a pessoas singulares, por habitante, mas as variações enunciadas explicam o facto do Algarve e da R. A. Madeira terem ocupado em 2004 a segunda e terceira posições nesta escala, tendo a R. A. Açores descido do segundo para o quarto lugar.

FIGURA 8.10 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO CONCEDIDO A PESSOAS SINGULARES POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2003-2004



Em termos municipais, verificou-se que em apenas 57 municípios do país estes valores foram superiores à média nacional, tendo o valor mais elevado sido registado na Calheta (R. A. Açores) com 3,9 milhares de euros, seguido por Lisboa e Cascais, com 3,2 e 3,1 milhares de euros, respectivamente. Na sua maioria, os municípios com valores superiores à média nacional situam-se no Litoral, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (ou em zonas limítrofes) e no Algarve. Inversamente, os valores mais baixos de crédito hipotecário concedido registam-se em municípios do Interior [Figura 8.11]. É de notar, e como seria de esperar, a semelhança entre este mapa e o da Figura 8.8, que nos dava a observar o valor médio de transacção dos prédios urbanos em propriedade horizontal.

FIGURA 8.11 CRÉDITO HIPOTECÁRIO CONCEDIDO A PESSOAS SINGULARES POR HABITANTE, POR MUNICÍPIO, 2004





## III.9 Transportes

---



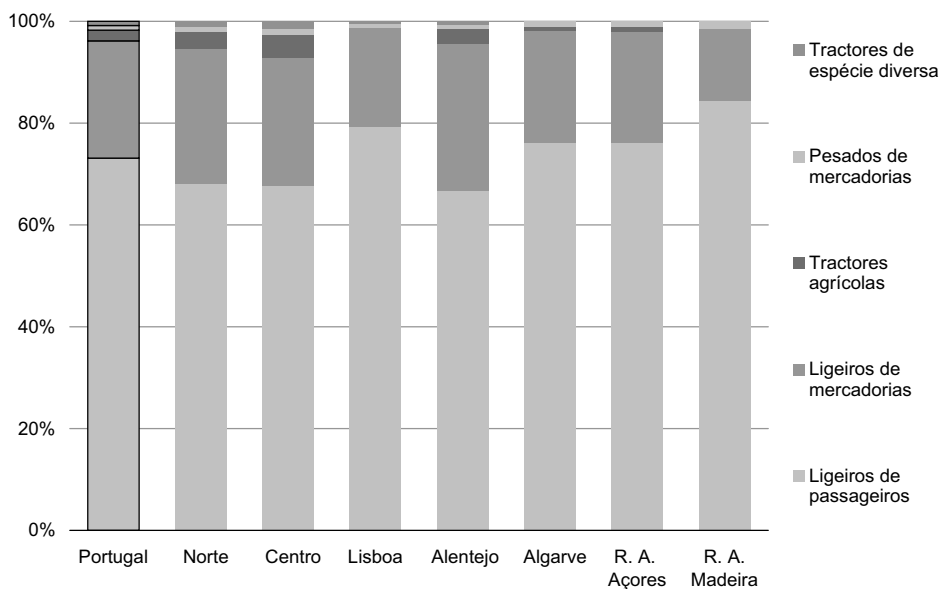


### III.9. TRANSPORTES

#### MAIS VEÍCULOS VENDIDOS POR 1 000 HABITANTES EM LISBOA, OEIRASE ALBUFEIRA

Em 2005, segundo os registos na Conservatória do Registo Automóvel, foram vendidos em Portugal mais de 257 mil veículos, 73% dos quais ligeiros de passageiros. As regiões Alentejo, Centro e Norte registaram valores inferiores à média nacional já que a importância relativa deste tipo de veículos oscilou entre 67% e 68%. Em contrapartida, nestas regiões, observaram-se as maiores importâncias relativas de veículos automóveis ligeiros de mercadorias e de tractores agrícolas, no total de veículos vendidos.

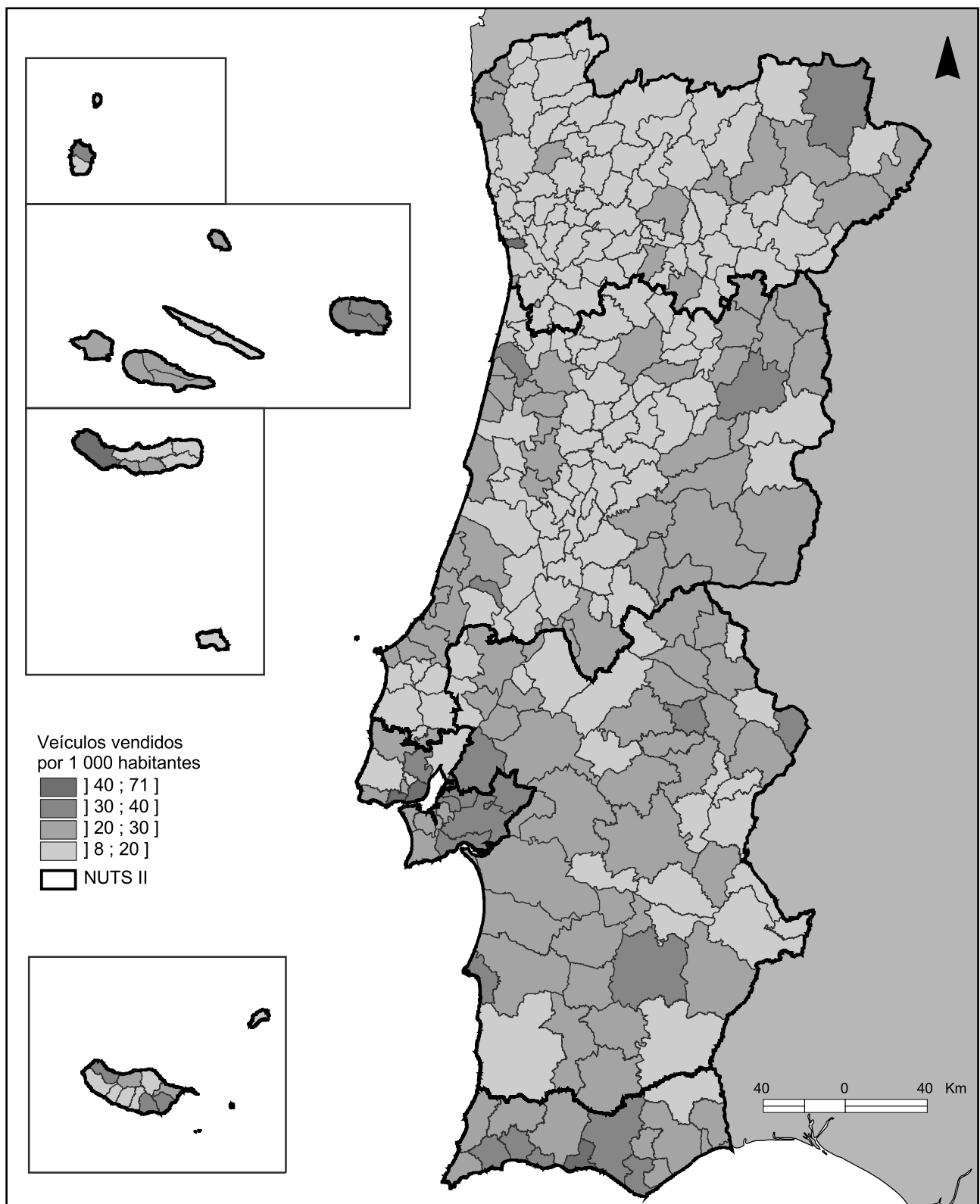
FIGURA 9.1 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS VENDIDOS, POR NUTS II, 2005



Em termos municipais, os maiores rácios de veículos automóveis vendidos por 1 000 habitantes, registaram-se em Lisboa, Oeiras e Albufeira. Estes municípios, embora mantenham, face ao ano anterior, o maior número de veículos vendidos por habitante registados no país, observaram uma quebra acentuada. Logo de seguida e com valores ligeiramente mais baixos, encontravam-se os municípios de Ponta Delgada, Porto e Lagos [Figura 9.2].

Quanto à distribuição territorial deste indicador, verificou-se que o maior número de registos se observou, essencialmente, no Sul do país e ainda nos maiores centros urbanos do Interior.

FIGURA 9.2 VEÍCULOS AUTOMÓVEIS VENDIDOS POR 1 000 HABITANTES, POR MUNICÍPIO, 2005



### MAIORAUMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO NO ALENTEJO

Em 2005, registaram-se em Portugal continental perto de 37 mil acidentes de viação com vítimas, tendo-se verificado uma diminuição de 5% face ao ano anterior. Esta evolução foi observada em todas as regiões do Continente, destacando-se o Centro, Lisboa e Alentejo, onde a diminuição do número de acidentes foi superior à média do Continente.

Destes acidentes, resultaram 50 mil vítimas das quais 90% foram feridos ligeiros, 8% feridos graves e 2% vítimas mortais. Neste contexto, em termos regionais, destacou-se o Alentejo, onde a proporção de acidentes com vítimas mortais foi mais elevada, atingindo 4%.

Apesar da diminuição observada no número de acidentes de viação, observou-se um ligeiro aumento da gravidade dos acidentes no Continente, avaliada pelo número de mortos por cada 100 acidentes de viação com vítimas, e que foi particularmente notório no Alentejo, com um aumento de 1,6 pontos percentuais (p.p.). Esta região foi assim a que observou, em 2005, o maior índice de gravidade (6,2 mortos por 100 acidentes de viação). Nas regiões Norte e Centro, onde se registou o maior número de acidentes de viação com vítimas<sup>35</sup> do país (61%), também se observou uma diminuição do índice de gravidade [Figura 9.4].

FIGURA 9.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ACIDENTES DE VIAÇÃO COM VÍTIMAS, POR NUTS II, 2004-2005

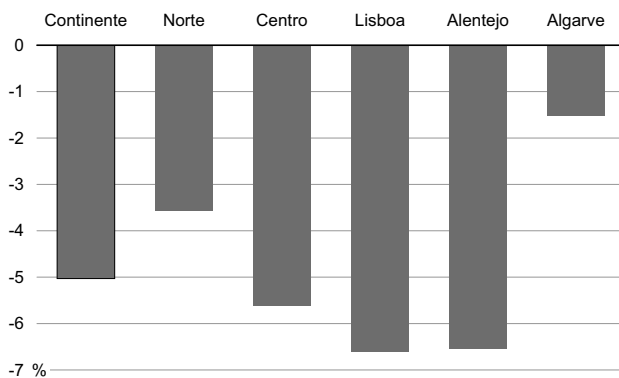
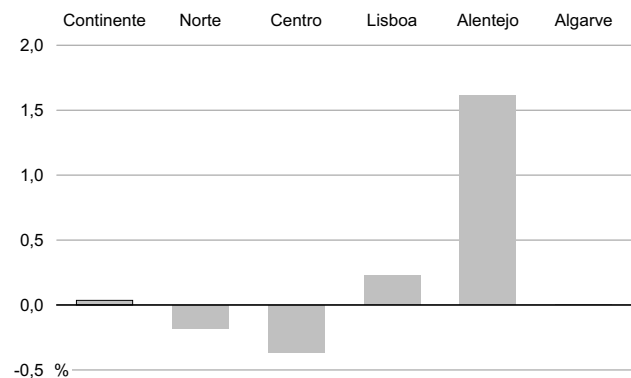


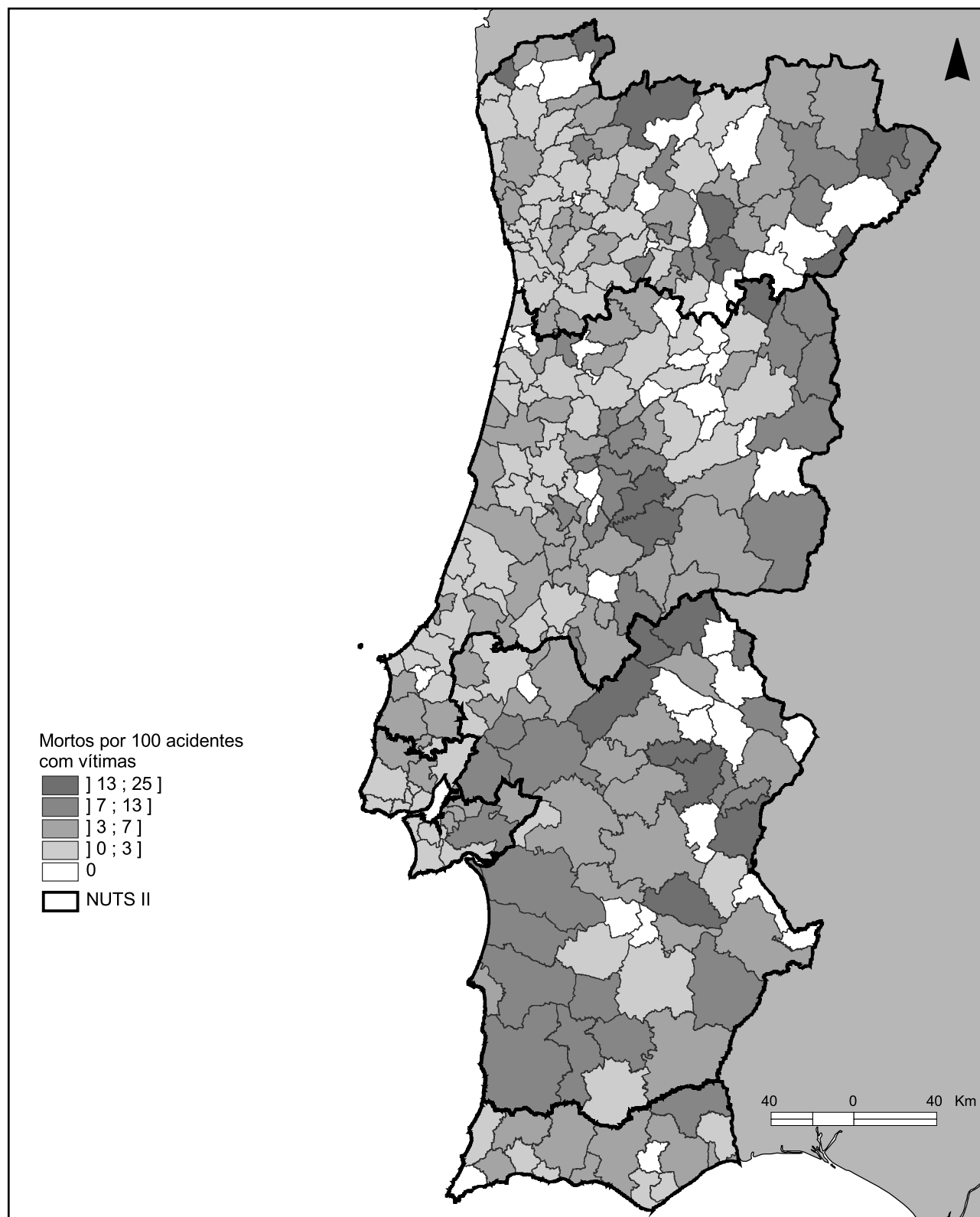
FIGURA 9.4 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES, POR NUTS II, 2004-2005



Ao nível municipal a gravidade dos acidentes foi mais evidente no Interior e no Sul do país, em particular, em municípios unidos por itinerários principais. Nos municípios do Litoral e, simultaneamente, em áreas urbanas onde, ao nível da velocidade média de circulação, da intensidade de tráfego ou da densidade de estradas, entre outros factores, as vias de comunicação oferecem melhores condições, o índice de gravidade foi mais baixo [Figura 9.5].

<sup>35</sup>Os acidentes e as vítimas são afectados aos municípios segundo o local do acidente.

FIGURA 9.5 ÍNDICE DE GRAVIDADE DOS ACIDENTES, POR MUNICÍPIO, 2005

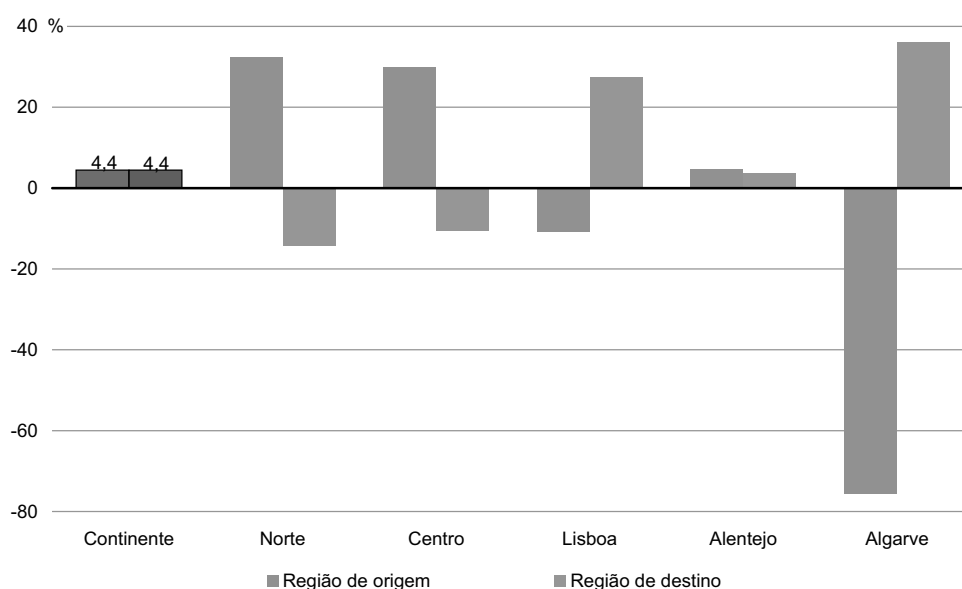


## LISBOA DESTACA-SE COMO A REGIÃO QUE MAIOR VOLUME DE MERCADORIAS TRANSPORTADAS RECEBEU POR VIA FERROVIÁRIA

No final de 2004, existiam 2,8 mil quilómetros de linhas ferroviárias em utilização em Portugal continental, o que significou um acréscimo de apenas 18 km de linha face a 2003. Assim, 66% desta infra-estrutura localizava-se no Centro e no Alentejo, as duas regiões com maior área do país.

O volume de mercadorias transportadas aumentou 4,4%, entre 2003 e 2004. Apenas no Alentejo, o volume de mercadorias transportadas, para esta região ou a partir desta região, aumentou. Nas restantes regiões, observou-se uma diminuição das mercadorias transportadas para o Norte e Centro e um aumento das destinadas a Lisboa e Algarve. [Figura 9.6].

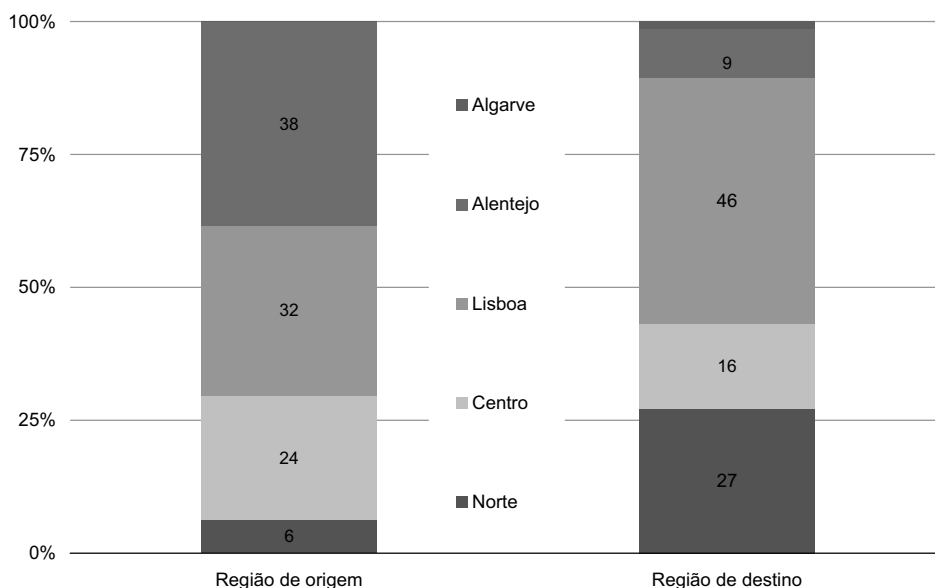
FIGURA 9.6 EVOLUÇÃO DAS MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR VIA FERROVIÁRIA, POR REGIÃO NUTS II DE ORIGEM E DESTINO, 2003-2004



Analisando o contributo regional das mercadorias transportadas no Continente, destacou-se, para além de Lisboa que manteve a sua importância tanto como região de origem como de destino, o Alentejo como emissor de mercadorias transportadas essencialmente devido à entrada de mercadorias através do porto de Sines que são posteriormente enviadas para as restantes regiões. Também o Norte se distinguiu mas como região receptora de mercadorias.

Assim, Lisboa e o Alentejo foram as regiões de origem que registaram maior volume de mercadorias transportadas (quase 6 milhões de toneladas), representando cerca de 70% do volume total. Lisboa, tal como o Norte, destacou-se também como região de destino. Estas duas regiões receberam mais de 73% das mercadorias enviadas de outras regiões, proporção que correspondeu a 6 milhões de toneladas de mercadorias transportadas.

FIGURA 9.7 MERCADORIAS TRANSPORTADAS POR VIA FERROVIÁRIA, POR REGIÃO NUTS II DE ORIGEM E DESTINO, 2004



#### AUMENTO DE CARGA E DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO AEROPORTO DE LISBOA

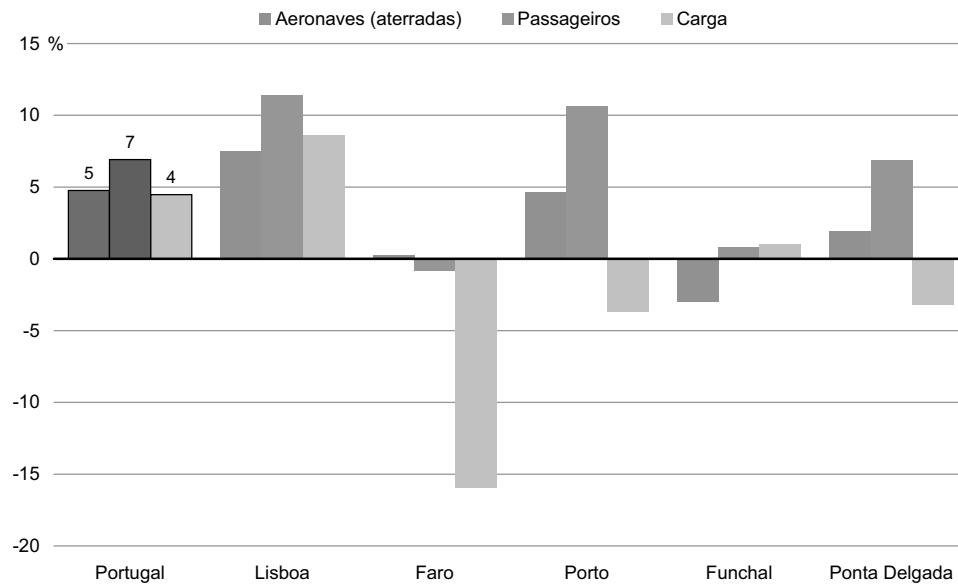
O tráfego aéreo registado em Portugal, em 2004, registou um aumento de cerca de 5%, quando avaliado pelo número de aeronaves aterradas. O movimento de passageiros aumentou cerca de 7% e a carga transportada 4,5% [Figura 9.8].

O aumento do tráfego aéreo observado para o país deveu-se, essencialmente, ao maior número de aeronaves aterradas nos aeroportos de Lisboa e Porto. No caso do aeroporto de Lisboa, este aumento ocorreu também no movimento de passageiros e de mercadorias transportadas, que registaram um acréscimo de 11,4% e 8,6%, respectivamente, face ao ano anterior.

No que respeita ao aumento do volume de carga transportada em Portugal, o acréscimo ficou a dever-se, exclusivamente, ao movimento registado nos aeroportos de Lisboa e do Funchal (1%), já que, nos restantes aeroportos, a carga transportada diminuiu.

O aeroporto de Faro foi o único a registar, simultaneamente, uma diminuição do número de passageiros e de mercadorias transportadas, em particular neste último com um decréscimo que rondou os 16%.

FIGURA 9.8 EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO AÉREO, PORTUGAL E PRINCIPAIS AEROPORTOS, 2003-2004







## III.10 Comunicações

---





## III.10. COMUNICAÇÕES

### ALGARVE COM MAIOR COBERTURA DE ACESSOS TELEFÓNICOS POR HABITANTE

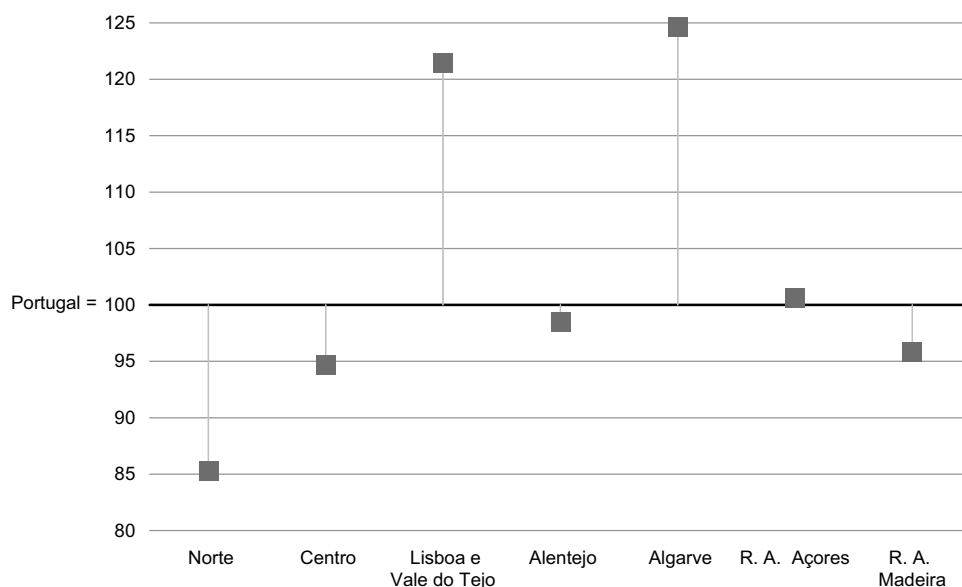
Em 2005, registou-se em Portugal uma diminuição de 6% no número de acessos telefónicos enquanto que o número de assinantes do serviço móvel terrestre aumentou 19%. Os acessos telefónicos diminuíram assim, entre 2005 e 2004, de 4,5 para 4,2 milhões e o número de assinantes do serviço móvel terrestre aumentou de 9,8 para 11,6 milhões.

A alteração de mercado que se tem observado nos serviços telefónicos do país, a Portugal Telecom aumentou a sua quota de mercado entre as várias empresas de acessos telefónicos. Dos 4,2 milhões de postos telefónicos existentes no país, 3,8 milhões pertenciam à Portugal Telecom. A quota de mercado desta empresa de telecomunicações situou-se assim em 86%, o que correspondeu a um aumento de 1,2 pontos percentuais (p.p.) face ao ano anterior.

O universo da análise desenvolvida ao nível infra-nacional (municipal e regional) baseia-se apenas no serviço fornecido pela Portugal Telecom.

Ao nível regional, a evolução foi semelhante à observada para o conjunto do país. Todas as regiões, com excepção do Algarve e da R. A. Açores, sofreram uma diminuição no número de acessos telefónicos, tendo-se registado as maiores quebras (superiores a 6%) no Norte e em Lisboa, regiões que, no conjunto, eram responsáveis por 62% dos acessos. Face à diminuição ocorrida em Lisboa e dado o crescimento populacional aí registado, esta região deixou de observar o maior número de acessos telefónicos por 100 habitantes (cerca de 43,3 por cada 100 residentes) mas continuou a ser uma das três regiões onde este indicador era superior à média do país (35,7 acessos por cada 100 habitantes), juntando-se assim ao Algarve e à R. A. Açores. A região com maior número de acessos por 100 habitantes (44,5) passou a ser o Algarve. Importa, ainda, destacar o Norte já que foi a região que observou menor número de acessos telefónicos por 100 habitantes [Figura 10.1].

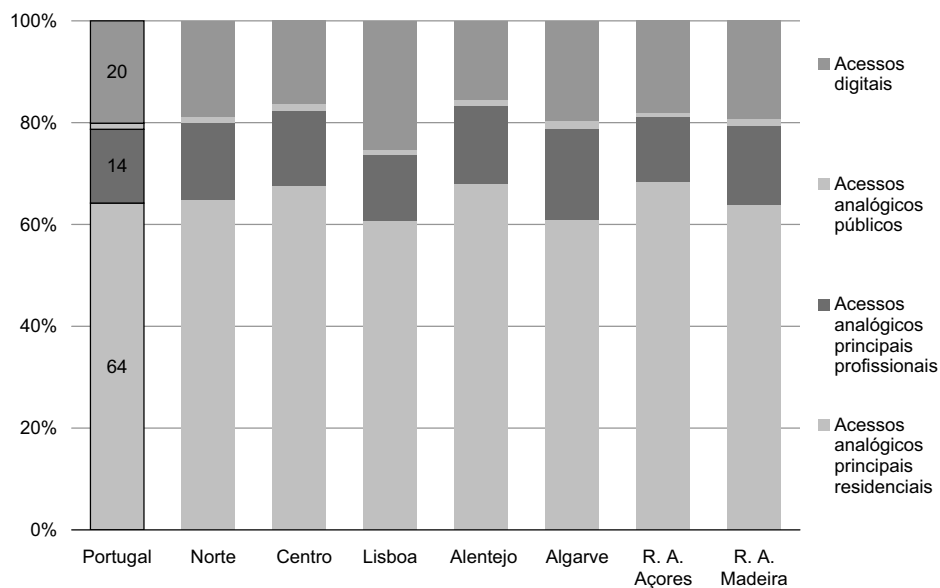
FIGURA 10.1 ACESSOS TELEFÓNICOS POR 100 HABITANTES, POR NUTS II, 2005



A distribuição dos postos telefónicos principais entre acessos analógicos e acessos digitais manteve-se inalterada face a 2004: 80% e 20%, respectivamente, do total de acessos telefónicos. A quebra observada nos acessos telefónicos foi comum aos analógicos e aos digitais, travando assim o aumento gradual registado ao longo dos últimos anos no número de acessos digitais. Mesmo com a quebra registada nos acessos digitais, Lisboa continua a ser a região com maior número de acessos deste tipo, que representavam, em 2005, mais de um quarto do número total de acessos.

Cerca de 64% do total de acessos telefónicos eram acessos analógicos residenciais, tendo sido no Centro, no Alentejo e na R. A. Açores que se registou a maior importância deste tipo de acesso. Apesar da diminuição do número de acessos telefónicos, a estrutura da distribuição nacional dos diversos tipos de acesso manteve-se nas várias regiões [Figura 10.2].

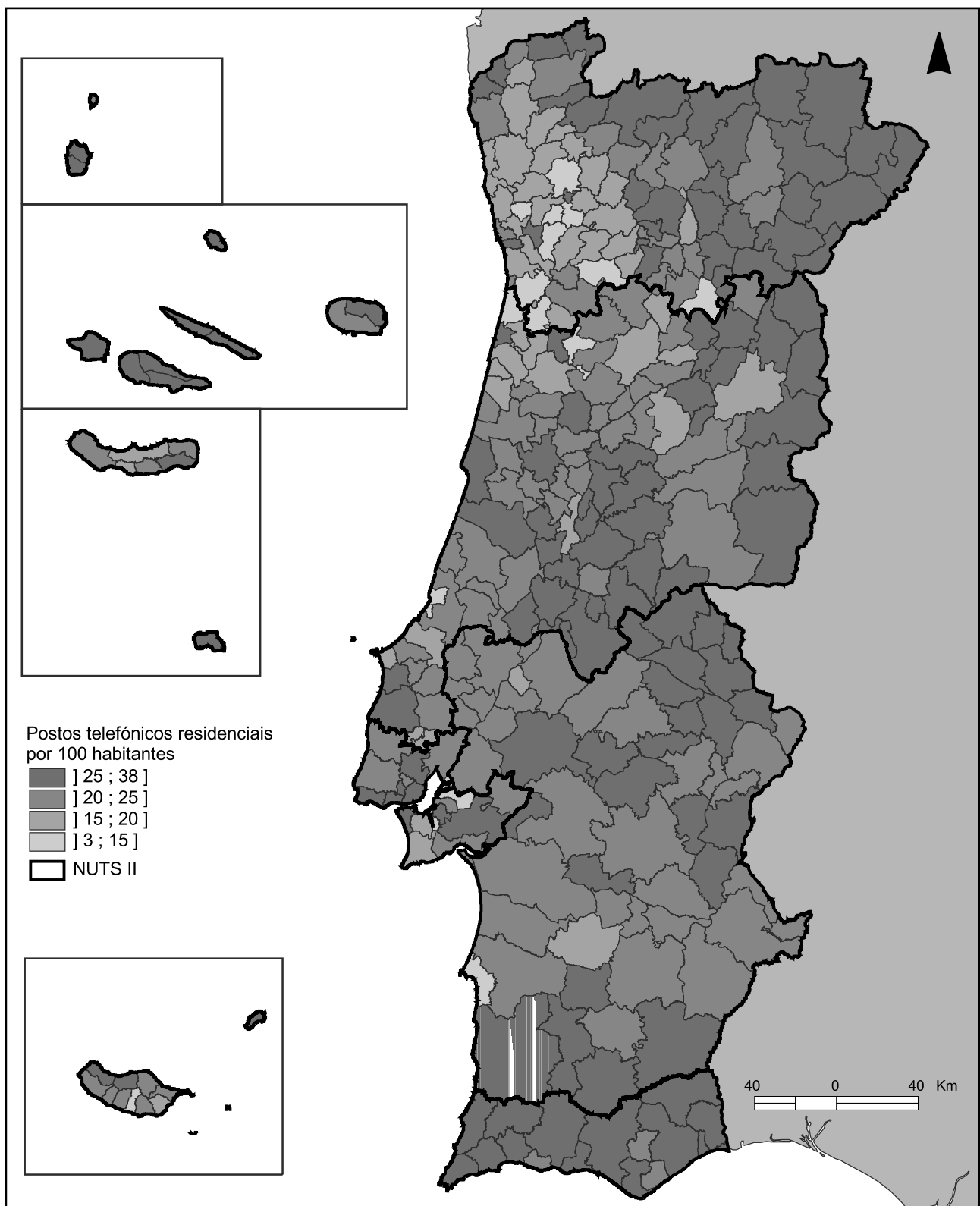
FIGURA 10.2 POSTOS TELEFÓNICOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Ao nível municipal, o número de acessos analógicos residenciais, relativizado pela dimensão populacional, evidenciou uma distribuição territorial semelhante à observada em 2004. A diminuição ocorrida no número de acessos telefónicos não alterou assim a homogeneidade territorial observada na sua distribuição. Sobressaem novamente os municípios do Interior Norte e Centro do país e do Algarve por terem registado maior número de acessos analógicos telefónicos residenciais por 100 habitantes.

A Figura 10.3 destaca alguns municípios do Norte do país - Paredes, Trofa e Santa Maria da Feira - que registaram um número de acessos analógicos residenciais por 100 habitantes inferior a 11, ou seja, menos de metade da média nacional (que se cifrou em 22,9).

FIGURA 10.3 ACESSOS TELEFÓNICOS ANALÓGICOS RESIDENCIAIS POR 100 HABITANTES, POR MUNICÍPIO, 2005

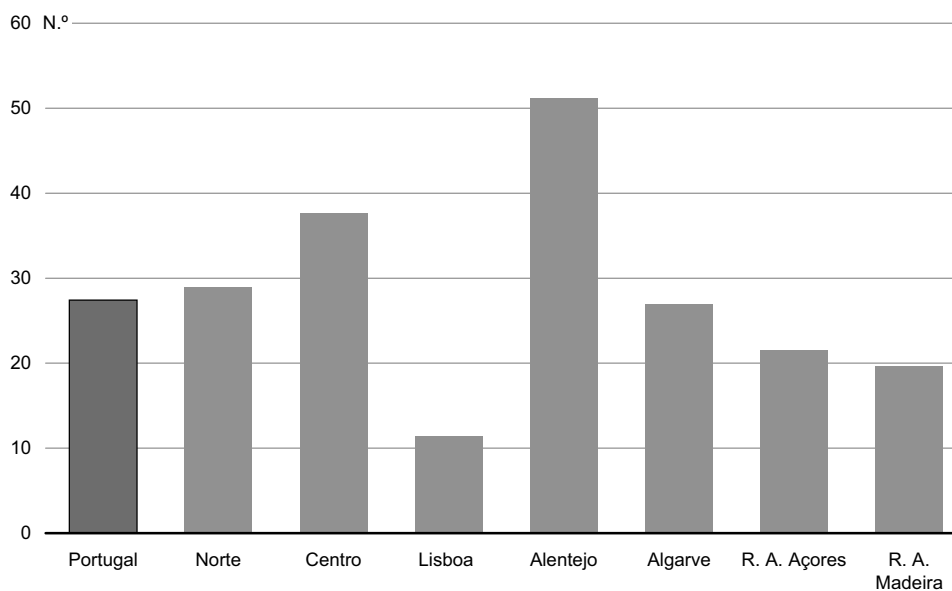


Em 2005, o número de acessos analógicos públicos por 1 000 habitantes foi de cerca de 4,3. Apenas o Sul do país - regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve - registou valores superiores à média nacional. O Algarve manteve a maior cobertura de acessos públicos (mais de sete acessos públicos por cada 1 000 residentes nesta região), o que pode dever-se à necessidade de servir não apenas a população residente como também os turistas que a procuram.

#### LISBOA COM MENOR NÚMERO DE ESTAÇÕES E POSTOS DE CORREIO POR HABITANTE

Em 2005, o número de estações e postos de correio existentes em Portugal manteve a tendência decrescente observada desde 2002. Em consequência, a oferta de serviços postais ficou, em 2005, aquém das mil estações de correio (981) e dos dois mil postos de correio (1917). Esta oferta correspondia a pouco mais de nove estações de correio por 100 mil habitantes, o que significa que cada estação de correio serviu em média cerca de 10,8 mil habitantes. Os postos de correio eram cerca de 18 por 100 mil residentes. Em média, e dado que as estações e os postos de correio são substitutos nas suas funções mais básicas, existiam cerca de 27,4 estações ou postos de correio por 100 mil habitantes. Em Lisboa, no Algarve e nas regiões autónomas, esta média foi inferior à nacional, sendo no caso de Lisboa de 11,4 unidades por 100 mil habitantes. O Alentejo foi a região que concentrou, em 2005, o maior número de estações e postos de correio tendo em conta a população aí residente [Figura 10.4].

FIGURA 10.4 ESTAÇÕES E POSTOS DE CORREIO POR 100 000 HABITANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2005







## III.11 Turismo





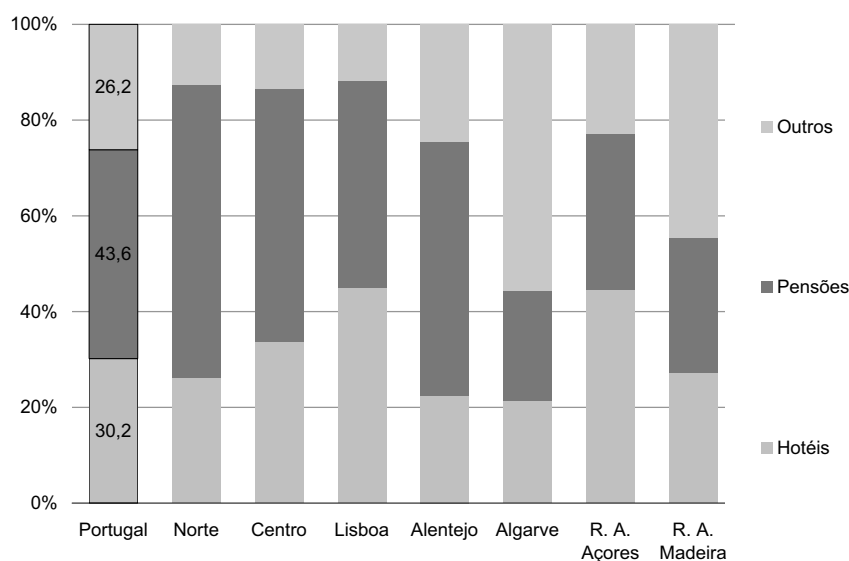
### III.11. TURISMO

#### CAPACIDADE DE ALOJAMENTO DIMINUI APENAS NO ALENTEJO

Em Portugal, à data de 31 de Julho de 2005, existiam cerca de dois mil estabelecimentos hoteleiros classificados na Direcção Geral do Turismo<sup>36</sup>, o que significou um acréscimo da oferta hoteleira de 3% face ao ano anterior. O aumento do número de estabelecimentos observou-se em todas as regiões do país, verificando-se que a sua concentração era superior nas regiões Norte (22,4%), Algarve (21,5%) e Centro (20,8%).

A análise da oferta turística do ponto de vista do tipo de estabelecimento revela algumas especificidades territoriais [Figura 11.1]. Enquanto nas regiões Norte e Centro, duas das regiões com maior número de estabelecimentos, e no Alentejo a categoria dos estabelecimentos mais frequente eram as pensões, já em regiões com grandes pólos de atracção turística assiste-se a uma maior diversificação da oferta. Assim a categoria de estabelecimentos mais frequente no caso de Lisboa eram os hotéis e nas regiões do Algarve e da R. A. Madeira eram outros tipos de estabelecimentos.

FIGURA 11.1 ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS SEGUNDO A CATEGORIA DOS ESTABELECIMENTOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



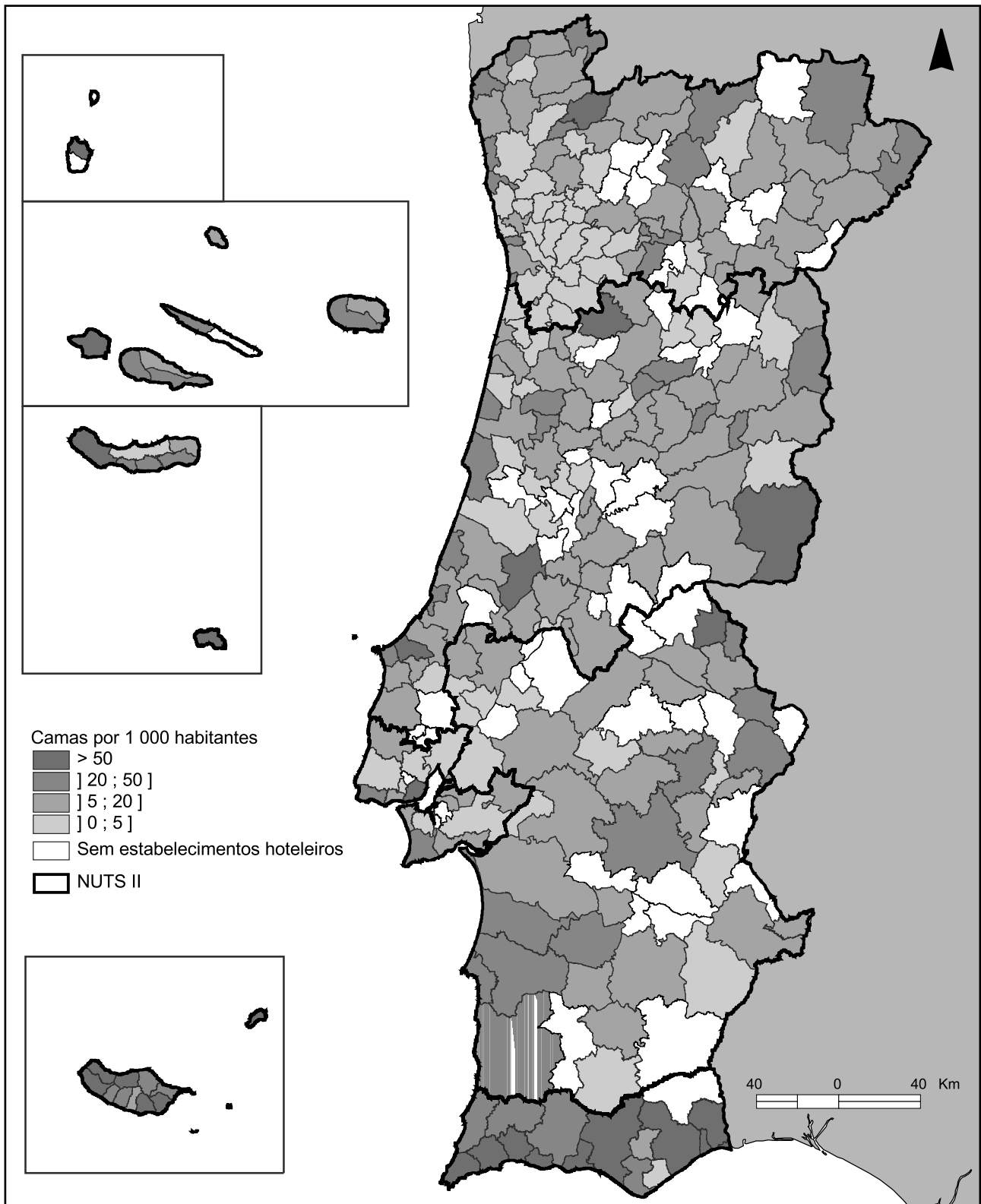
Nos mais de dois mil estabelecimentos de hotelaria contabilizaram-se quase 264 mil camas, mais 4% do que no ano anterior. Em todas as regiões a oferta, tendo em conta a capacidade de alojamento, aumentou, exceptuando-se o Alentejo em que, apesar do aumento do número de estabelecimentos, o número de camas disponíveis sofreu uma diminuição de 2,5%. Em termos regionais, foi no Algarve e em Lisboa que se concentrou a maior capacidade de alojamento do país, com contributos de 38% e 18%, respectivamente, para o total nacional. A capacidade de alojamento, avaliada pelo número de camas disponíveis, era menos expressiva no Alentejo e na R. A. Açores (pouco mais de 3% da capacidade de alojamento do país, em ambos os casos).

<sup>36</sup>Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo e incluem hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.

A relativização da capacidade de alojamento pela população residente permite retirar o efeito de dimensão associada à oferta existente em cada unidade territorial. Neste contexto, destacavam-se o Algarve e as regiões autónomas por registarem uma capacidade de alojamento por mil habitantes claramente superior à média nacional, o que se justifica pelo efeito conjugado da forte oferta turística e do reduzido efectivo populacional. Ainda nesta perspectiva, a significativa capacidade de alojamento de Lisboa no contexto nacional, diluiu-se.

A análise ao nível municipal confirma que, em 2005, a oferta turística avaliada pela capacidade de alojamento relativizada pela dimensão populacional era mais significativa nos municípios algarvios. O município que se destacou foi o de Albufeira, onde a capacidade de alojamento ultrapassava o rácio de uma cama por habitante. Com uma capacidade também elevada, encontravam-se os municípios de Portimão, Lagoa, Vila Real de Santo António, Loulé, Lagos, Vila do Bispo e Tavira, no Algarve, e Porto Santo, Funchal, Porto Moniz, Santa Cruz e São Vicente, na R. A. Madeira. Ainda com mais de 100 camas por 1 000 habitantes, encontrava-se o município de Terras de Bouro, o que pode ser explicado pela presença do Parque Nacional da Peneda-Gerês [Figura 11.2].

FIGURA 11.2 CAPACIDADE DE ALOJAMENTO POR 1 000 HABITANTES, POR MUNICÍPIO, 2005



### MAIOR ACRÉSCIMO NA PROPORÇÃO DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS NA R. A. AÇORES

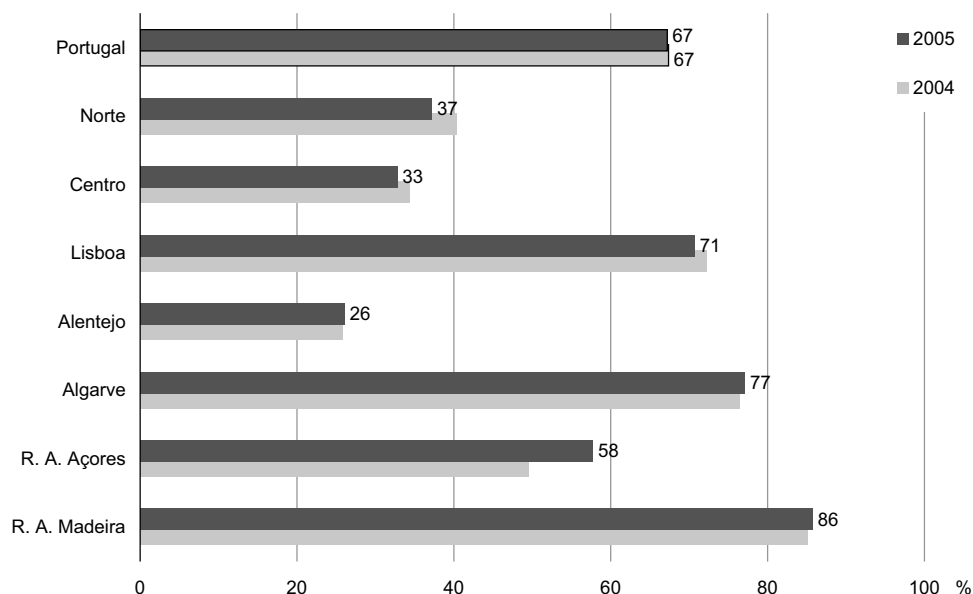
Em 2005, a procura turística traduziu-se em 11,5 milhões de hóspedes e em cerca de 35,5 milhões de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros nacionais. Assistiu-se, assim, a um aumento no número de dormidas e de hóspedes de 5% e 4%, respectivamente, face ao movimento observado em 2004. Esta evolução positiva, tanto no número de hóspedes como no número de dormidas caracterizou todas as regiões do país, com excepção do Alentejo. Nesta região, a diminuição da capacidade de alojamento poderá ter justificado esta quebra da procura.

A maior parte das dormidas em estabelecimentos hoteleiros (67%) foram, de hóspedes de nacionalidade estrangeira. Assim, em 2005, as dormidas de hóspedes estrangeiros ascenderam a quase 24 milhões, mais 870 mil do que em 2004. No entanto, também a procura por parte de portugueses aumentou fazendo com que se tenha mantido a proporção da procura total realizada pelos hóspedes estrangeiros [Figura 11.3].

Ao nível regional, o Algarve e a R. A. Madeira registaram, mais uma vez, as proporções mais elevadas de procura estrangeira: 86% e 77% do total de dormidas (em ambos os casos mais um ponto percentual do que no ano anterior). Na região de Lisboa, apesar da quebra registada no número de dormidas de hóspedes estrangeiros face ao total, esta proporção manteve-se, tal como em anos anteriores, acima da média nacional. Na R. A. Açores, além de se ter observado um aumento na oferta e na procura hoteleiras, registou-se o maior aumento na proporção de dormidas de hóspedes estrangeiros: de 49% em 2004 para 58% em 2005.

Assim, a atractividade internacional das quatro regiões analisadas distinguiu-se da verificada nas regiões do Norte, do Centro e do Alentejo, onde as dormidas de hóspedes estrangeiros representaram menos de metade do total, com destaque para o Alentejo, onde aquela proporção se ficou pelos 26% [Figura 11.3].

FIGURA 11.3 PROPORÇÃO DE DORMIDAS DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



Os hóspedes nacionais foram responsáveis por um terço do total de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros do país, enquanto os visitantes oriundos do Reino Unido, da Alemanha e de Espanha – os três principais mercados internacionais - contribuíram com quotas de 21%, 11% e 8%, respectivamente. Assim, as quatro nacionalidades referidas perfaziam 72% do total de dormidas em 2005 [Quadro 11.1].

Ao nível regional e ainda no respeitante às dormidas, apenas no Algarve e na R. A. Madeira, o principal mercado não era constituído por nacionais mas sim por hóspedes provenientes do Reino Unido: 37% e 28%, respectivamente. Na R. A. Madeira, o efectivo de hóspedes nacionais foi ainda superado pelo de hóspedes de nacionalidade alemã (24%).

QUADRO 11.1 DORMIDAS SEGUNDO OS PRINCIPAIS MERCADOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005

NUTS II	1º mercado		2º mercado		3º mercado		4º mercado		Proporção dos 4 principais mercados
	País	%	País	%	País	%	País	%	
Portugal	PT	33	UK	21	DE	11	ES	8	72
Norte	PT	63	ES	12	UK	4	FR	4	82
Centro	PT	67	ES	10	FR	4	IT	4	85
Lisboa	PT	29	ES	16	DE	7	UK	6	59
Alentejo	PT	74	ES	7	NL	3	DE	3	87
Algarve	UK	37	PT	23	DE	13	NL	8	81
R. A. Açores	PT	42	DE	6	UK	4	ES	3	55
R. A. Madeira	UK	28	DE	24	PT	14	FR	4	70

Legenda: PT - Portugal  
 DE - Alemanha  
 ES - Espanha  
 US - Estados Unidos da América  
 FR - França  
 IT - Itália  
 NL - Países baixos  
 UK - Reino Unido

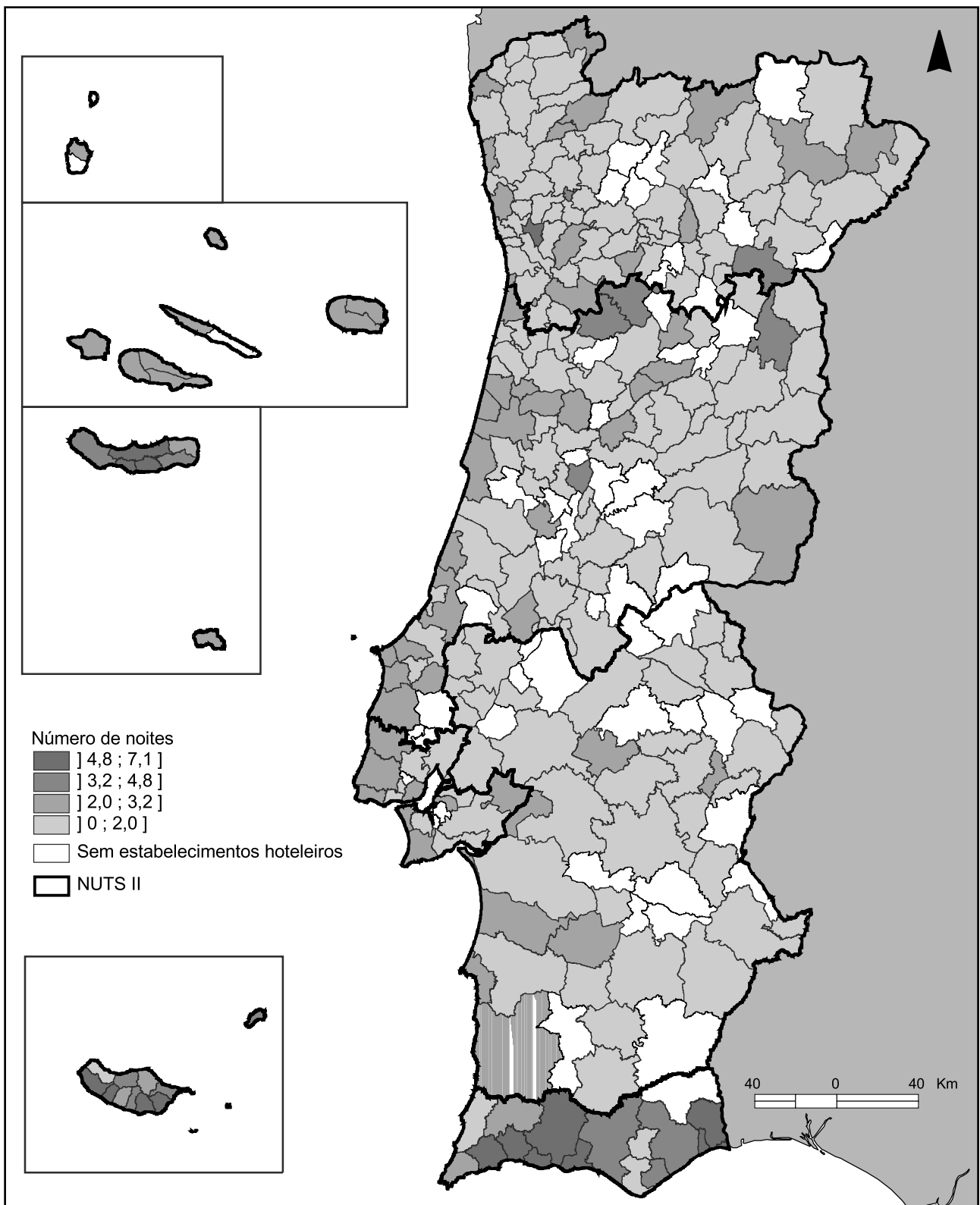
A estrutura de mercados, em termos de dormidas, quer ao nível nacional, quer ao nível regional, revelou alguma estabilidade face aos anos anteriores, sendo que os dois principais mercados se mantiveram inalterados em relação a 2004.

#### ESTADA MÉDIA DIMINUI APENAS NAS REGIÕES DE LISBOA, ALENTEJO E ALGARVE

A estada média registou, ao nível nacional, uma redução de 3,3 noites por hóspede, em 2004, para 3,1 noites, em 2005. Para esta evolução, contribuíram as regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve, já que, nas restantes regiões, a estada média se manteve ou aumentou. Na sequência desta evolução e tal como no ano anterior, a estada média na R. A. Madeira (5,6 noites) voltou a superar a estada média no Algarve (5,3 noites). Além destas regiões, a média nacional era apenas superada na R. A. Açores (3,6 noites).

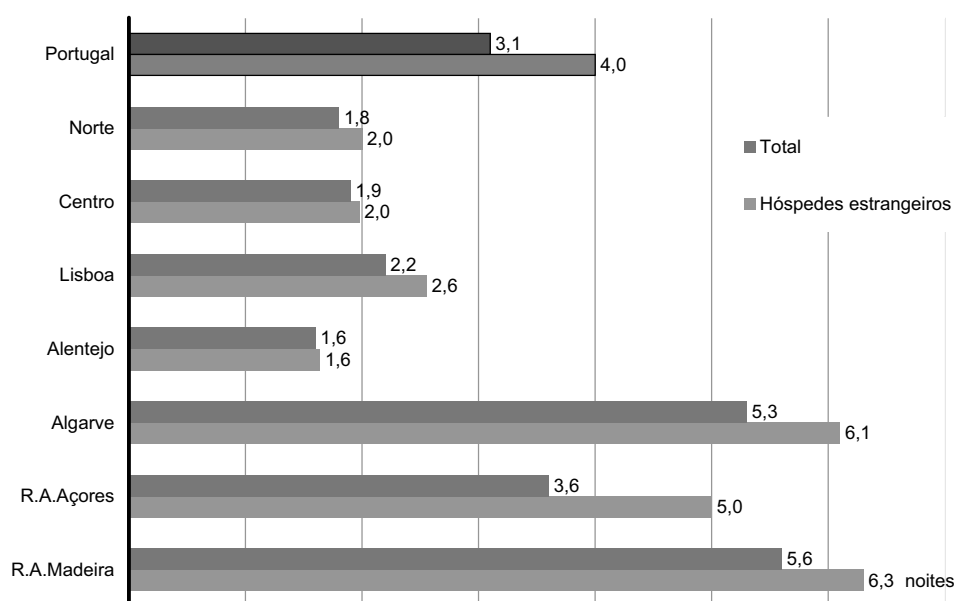
Em termos municipais, foi exactamente nas regiões autónomas e no Algarve que se registaram maiores estadas médias, destacando-se os municípios de Ribeira Grande, Santa Cruz e Albufeira com estadas médias superiores a 6 noites [Figura 11.4].

FIGURA 11.4 ESTADA MÉDIA, POR MUNICÍPIO, 2005



Em média, os hóspedes estrangeiros permaneciam mais tempo alojados (4,0 noites) do que os hóspedes de nacionalidade portuguesa (2,1 noites). Esta situação ocorreu em todas as regiões do país. O tempo médio de permanência dos hóspedes estrangeiros registou os maiores valores na R. A. Madeira (6,3 noites), no Algarve (6,1) e na R. A. Açores (5,0) [Figura 11.5].

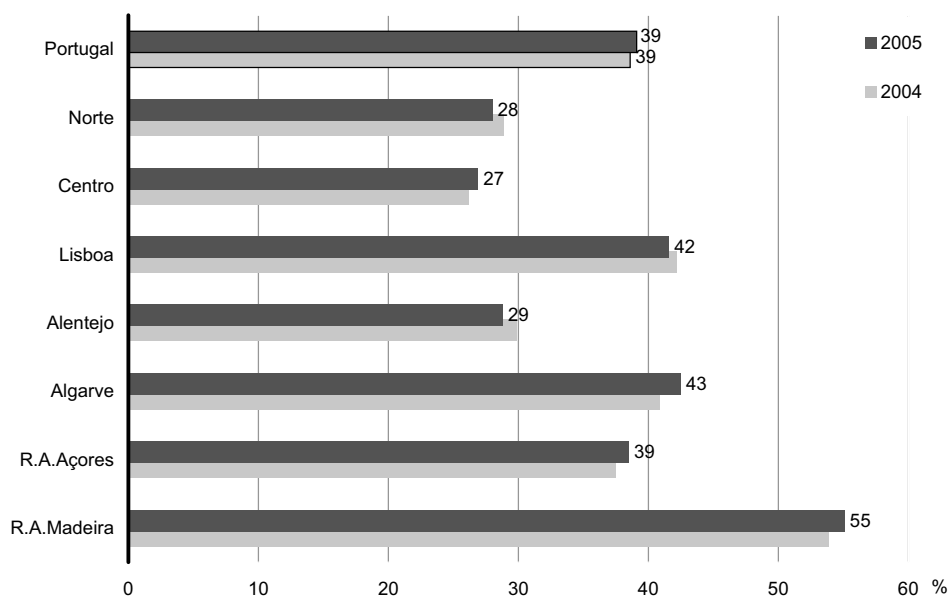
FIGURA 11.5 ESTADA MÉDIA NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



A taxa de ocupação-cama dos estabelecimentos hoteleiros manteve-se próxima da registada em 2004, passando de 38,6% para 39,1%. Para este aumento ligeiro, contribui o acréscimo observado no Centro, no Algarve e nas regiões autónomas.

As regiões com maior capacidade de atracção turística (R. A. Madeira, Lisboa e o Algarve) foram, simultaneamente, as que registaram uma taxa de ocupação superior à média nacional [Figura 11.6].

FIGURA 11.6 TAXA DE OCUPAÇÃO-CAMA, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005

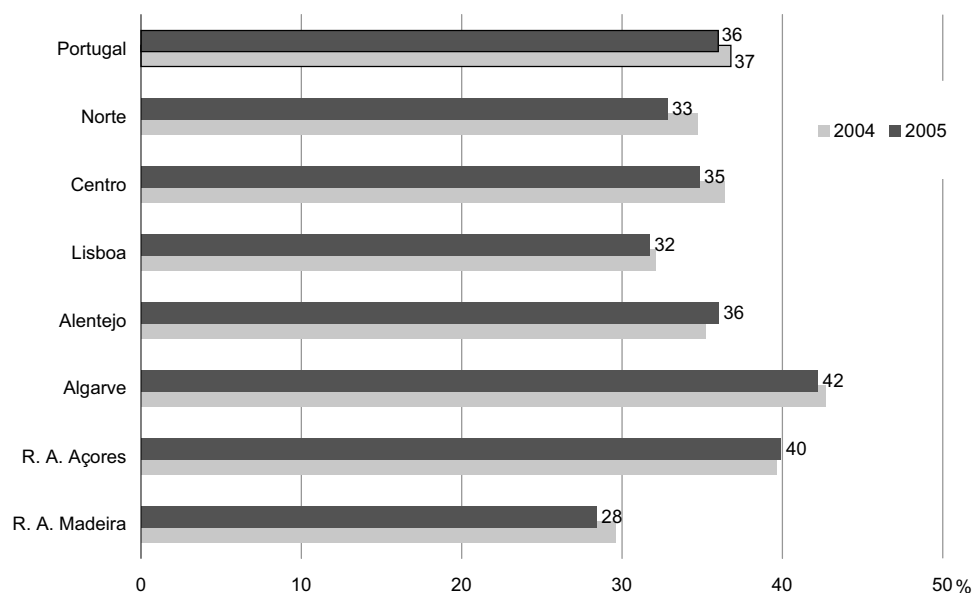


**CONCENTRAÇÃO DA PROCURA HOTELEIRA NOS MESES DE JULHO A SETEMBRO MAIS EVIDENTE NO ALGARVE E NA R. A. AÇORES**

Cerca de 37% das dormidas em estabelecimentos hoteleiros do território nacional durante o ano de 2005 ocorreram nos meses de Julho, Agosto e Setembro, período habitual de férias. A sazonalidade da actividade turística avaliada por este indicador revelou um ligeiro acréscimo face a 2004. A concentração da procura turística naqueles meses foi particularmente evidente no Algarve e na R. A. Açores (43% e 40% do total, respectivamente).

A fraca concentração de dormidas naquele período, observada na R. A. Madeira, uma região com um dinamismo turístico elevado (30% do total), sugere uma actividade turística mais repartida ao longo do ano [Figura 11.7].

FIGURA 11.7 PROPORÇÃO DE DORMIDAS ENTRE JULHO E SETEMBRO, PORTUGAL E NUTS II, 2004 E 2005



Ao nível municipal, a concentração da procura turística nos meses de Julho a Setembro foi, particularmente, significativa (superior a 50%) nos municípios de Aljezur, Mira, Lajes do Pico, Grândola, Nordeste, Castanheira de Pêra, Santa Marta de Penaguião, Odemira, Terras de Bouro e Melgaço.

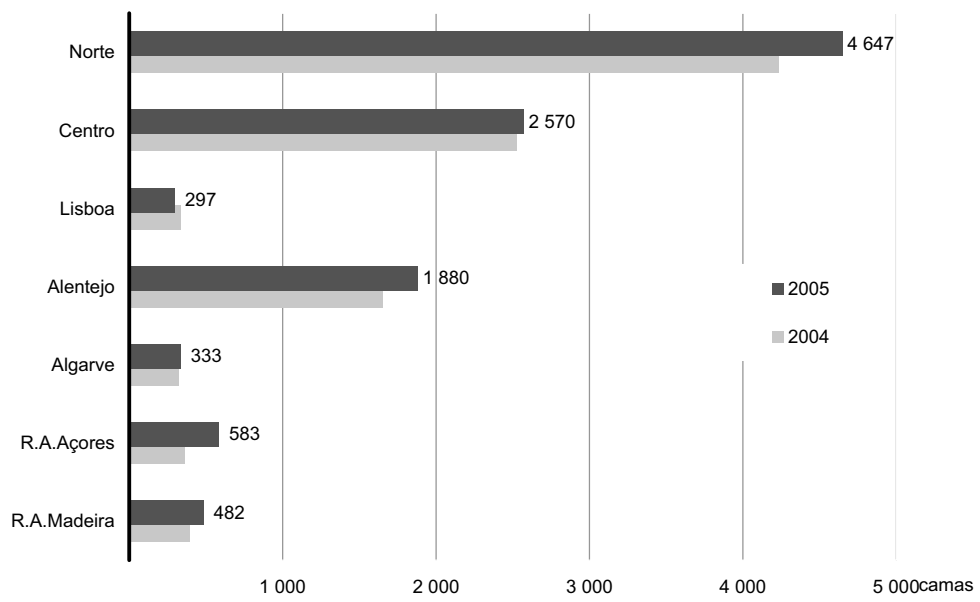
A disponibilidade de alojamento turístico em espaço rural<sup>37</sup> voltou a aumentar, em 2005, em número de estabelecimentos (9,1%), de quartos (10,6%) e de capacidade de alojamento (10%). Lisboa foi a única região do país em que este tipo de alojamento não aumentou, tendo registado uma quebra a rondar os 10% nos estabelecimentos, nos quartos e na capacidade de alojamento.

O acréscimo mais significativo observado na capacidade de alojamento correspondeu à R. A. Açores com um aumento de 61%, contrariando a evolução negativa observada no ano anterior [Figura 11.8].

O *Turismo rural* constituía a modalidade turística no espaço rural mais representativa na generalidade das regiões, absorvendo 40% do total nacional. As exceções eram as regiões autónomas, onde as *Casas de campo* representavam 61% do total regional, na R. A. Açores, e 57%, na R. A. Madeira.

<sup>37</sup> Os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo e incluem as modalidades: turismo rural, turismo de habitação, agroturismo, casas de campo e turismo de aldeia.

FIGURA 11.8 CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NO TURISMO NO ESPAÇORURAL, POR NUTS II, 2003 E 2004





## III.12 Sector Monetário e Financeiro

---





### III.12. SECTOR MONETÁRIO E FINANCEIRO

#### TERMINAIS DE ATM AUMENTAM 7%

A informação regional mais actual disponível sobre estabelecimentos de intermediação monetária<sup>38</sup> (2004) e equipamentos de proximidade como a rede de Caixa Automático Multibanco (2005) permite afirmar que a acessibilidade dos portugueses aos equipamentos e serviços bancários se tem vindo a alterar de ano para ano. De facto, se em 2004 os 5 521 estabelecimentos de intermediação monetária ao dispor dos cidadãos representaram uma diminuição de cerca de 1% relativamente ao ano anterior, já o número de terminais de Caixa Automático Multibanco (ATM) aumentou cerca de 7% em 2005 (10 766 ATM no país), confirmando a tendência de aumento dos últimos 15 anos (para os quais existe informação disponível).

Esta evolução na oferta de equipamentos disponibilizados à população foi relativamente homogénea nas regiões portuguesas, com excepção das Regiões Autónomas onde a oferta de qualquer destes equipamentos não registou diminuições. Aliás, estas regiões, a par do Algarve e, de forma menos evidente, de Lisboa, eram as NUTS II do país com maior oferta de equipamentos da área monetária e financeira *per capita* [Figura 4.4 e Figura 4.5].

FIGURA 12.1 ESTABELECIMENTOS DE INSTITUIÇÕES DE INTERMEDIAÇÃO MONETÁRIA POR 10 000 HABITANTES, EM 2003 E 2004, PORTUGAL E NUTS II

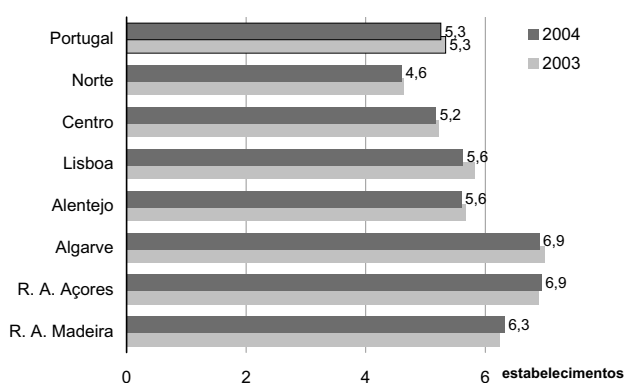
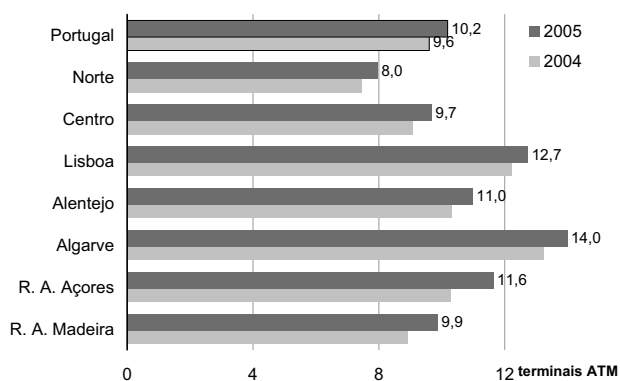


FIGURA 12.2 TERMINAIS DE CAIXA AUTOMÁTICO MULTIBANCO POR 10 000 HABITANTES, EM 2004 E 2005, PORTUGAL E NUTS II

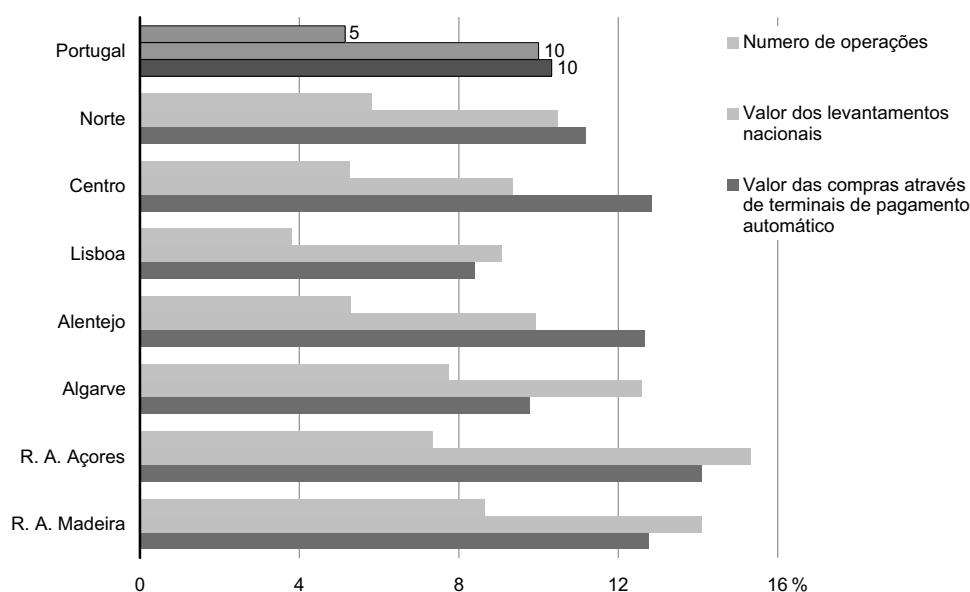


<sup>38</sup> Estão incluídos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

A actividade da rede de Caixa Automático Multibanco (ATM) continuou a mostrar grande vitalidade no ano de 2005, tendo-se verificado não só um aumento significativo do número de terminais de ATM, como também um crescimento do número e valor das operações nas ATM (com excepção dos levantamentos internacionais) e das compras através de terminais de pagamento automático.

Entre 2004 e 2005 e em termos nacionais, o crescimento do valor dos levantamentos nacionais foi bastante semelhante à evolução do valor das compras através de terminais de pagamento automático, atingindo os 10%. O aumento do número de operações efectuadas nas ATM cresceu menos, mas ultrapassou ainda os 5%. Este forte dinamismo estendeu-se a todas as regiões mas foi mais expressivo nas ilhas e, em particular, na R. A. Açores, onde o aumento dos montantes levantados atingiu os 15% e o dos gastos em compras através de terminais de pagamento automático foi de 14%. Lisboa foi a região do país onde os indicadores da actividade da rede de ATM tiveram aumentos mais moderados. De facto, é natural que a implementação e uso deste tipo de equipamentos esteja já numa fase de consolidação em Lisboa mas continue ainda em fase de expansão nas restantes regiões do país [Figura 12.3].

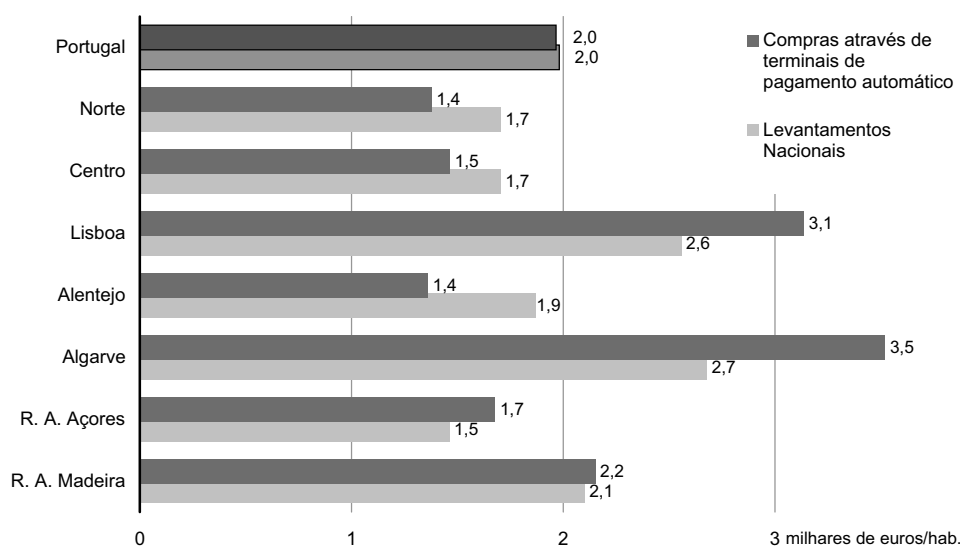
FIGURA 12.3 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OPERAÇÕES E DO VALOR DOS LEVANTAMENTOS NACIONAIS EM ATM E DAS COMPRAS ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO, PORTUGAL E NUTS II, 2004-2005



Em 2005, a média nacional de compras efectuadas através de terminais de pagamento automático e de levantamentos nacionais, por habitante, rondava os dois mil euros. A análise da repartição regional do recurso dos utilizadores/consumidores aos equipamentos ATM evidencia claramente as regiões mais turísticas. De facto, a afluência de turistas pode explicar que o Algarve apresentasse, em 2005, como em anos anteriores, os valores mais elevados de gastos em compras através de terminais de pagamento automático e levantamentos (nacionais e internacionais) por habitante. No ranking das capitações, Lisboa e a R. A. Madeira aparecem logo a seguir, beneficiando do elevado grau de urbanização (mais evidente em Lisboa) e também do turismo.

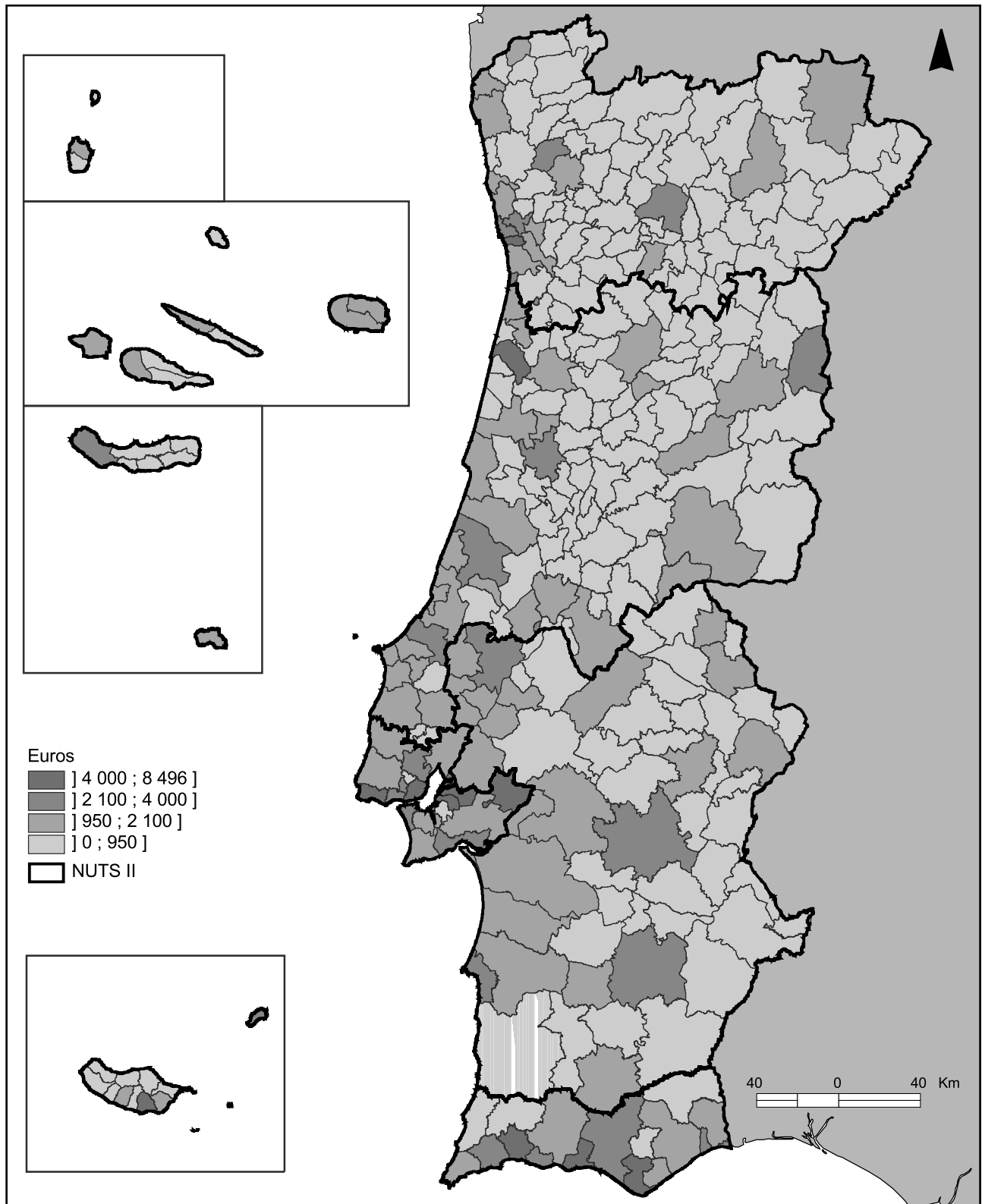
Por outro lado, o Alentejo apresentava os valores mais baixos de compras através de terminais de pagamento automático por habitante, enquanto a média mais baixa do valor dos levantamentos nacionais por habitante se situava na R. A. Açores [Figura 12.4].

FIGURA 12.4 COMPRAS ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO E LEVANTAMENTOS NACIONAIS POR HABITANTE, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Uma análise espacial, ao nível municipal, permite confirmar a importância do turismo, mas também, a existência de grandes áreas comerciais para a dinâmica da actividade da rede de ATM. De facto, tal como no ano anterior, também em 2005 continuavam a destacar-se nos indicadores disponíveis, os municípios algarvios de Albufeira, Faro, Portimão, Loulé e Lagos e, por outro lado, municípios da área metropolitana de Lisboa onde existiam grandes áreas comerciais (Alcochete, Montijo, Cascais e Almada) mas também outras cidades do Litoral, como Aveiro, Porto, Funchal e Coimbra [Figura 12.5].

FIGURA 12.5 COMPRAS ATRAVÉS DE TERMINAIS DE PAGAMENTO AUTOMÁTICO POR HABITANTE, POR MUNICÍPIO, 2005



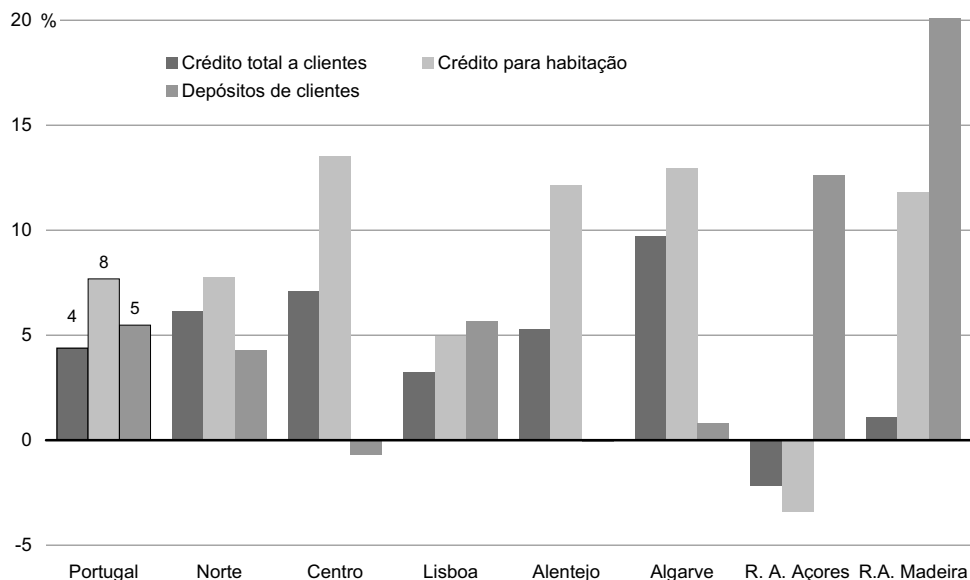
## ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA LIDERA SALDO DO CRÉDITO PARA HABITAÇÃO

A actividade bancária portuguesa expressa através do crédito concedido e dos depósitos recebidos pelos estabelecimentos bancários continuou a aumentar no ano de 2004. O total de crédito concedido aumentou cerca de 8% relativamente ao ano anterior e o crédito concedido a clientes particulares (ou seja, exceptuando as outras instituições de crédito) aumentou cerca de 4%, tendo ascendido aos 186 493 milhões de euros, dos quais cerca de 69 milhões terão sido utilizados em habitação, o que correspondeu a um aumento de 8% face a 2003. Também os depósitos de clientes particulares aumentaram cerca de 5% em Portugal, totalizando 139 064 milhões de euros em 2004.

O crédito concedido a clientes registou aumentos significativos em todas as regiões do país, com excepção da R. A. Açores onde se verificou uma diminuição de cerca de 2% face a 2003. A concessão de crédito dirigido à habitação revelou uma evolução semelhante mas mais intensa já que se verificaram aumentos entre os 12% e os 14% nas regiões do Centro, Alentejo, Algarve e R. A. Madeira, tendo diminuído apenas na R. A. Açores (3%).

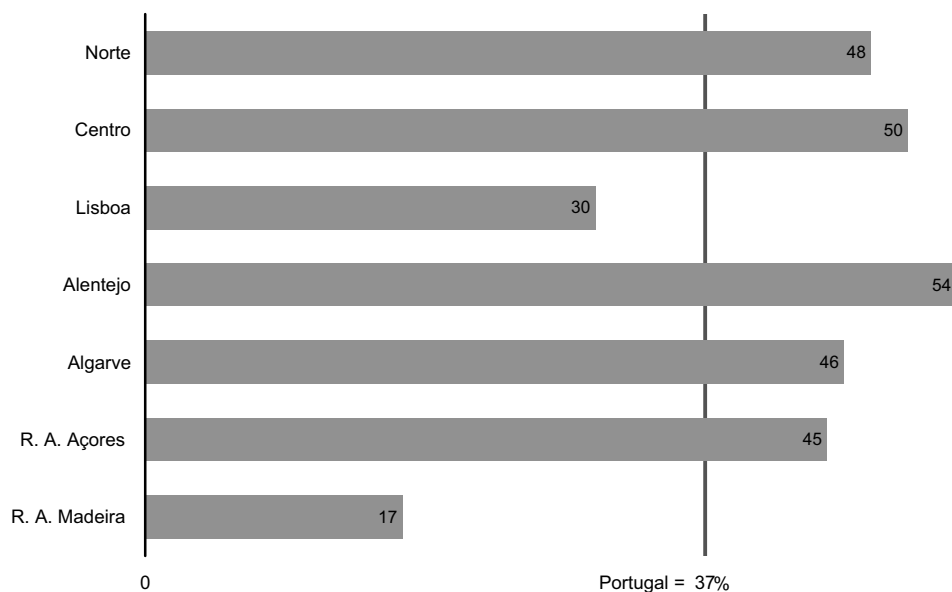
No que diz respeito ao crescimento do valor dos depósitos nos estabelecimentos bancários em 2004, as regiões autónomas registaram os maiores acréscimos do país (+ 13% na R. A. Açores e + 21% na R. A. Madeira, relativamente a 2003). O Centro foi a única região onde o valor dos depósitos diminuiu face a 2003 [Figura 12.6].

FIGURA 12.6 EVOLUÇÃO DOS SALDOS DE CRÉDITO CONCEDIDO E DEPÓSITOS, PORTUGAL E NUTS II, 2003-2004



Em 2004, o saldo do crédito à habitação correspondia a pouco mais de um terço do saldo do total de crédito concedido a clientes, tendo crescido, relativamente a 2003, de 36% para 37%. A taxa média de 2004 foi ultrapassada por todas as regiões, com excepção de Lisboa e da R. A. Madeira onde os créditos concedidos para outros fins (consumo, a empresas, administração pública, etc.) tiveram maior importância do que o destinado à habitação. A R. A. Madeira, o Alentejo e o Centro foram as NUTS II que mais reforçaram esta taxa relativamente a 2003, tendo as duas regiões continentais ultrapassado os 50% do total de crédito concedido a clientes para habitação. Apenas na R. A. Açores diminuiu a importância do crédito destinado à habitação [Figura 12.7].

FIGURA 12.7 TAXA DE CRÉDITO À HABITAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2004

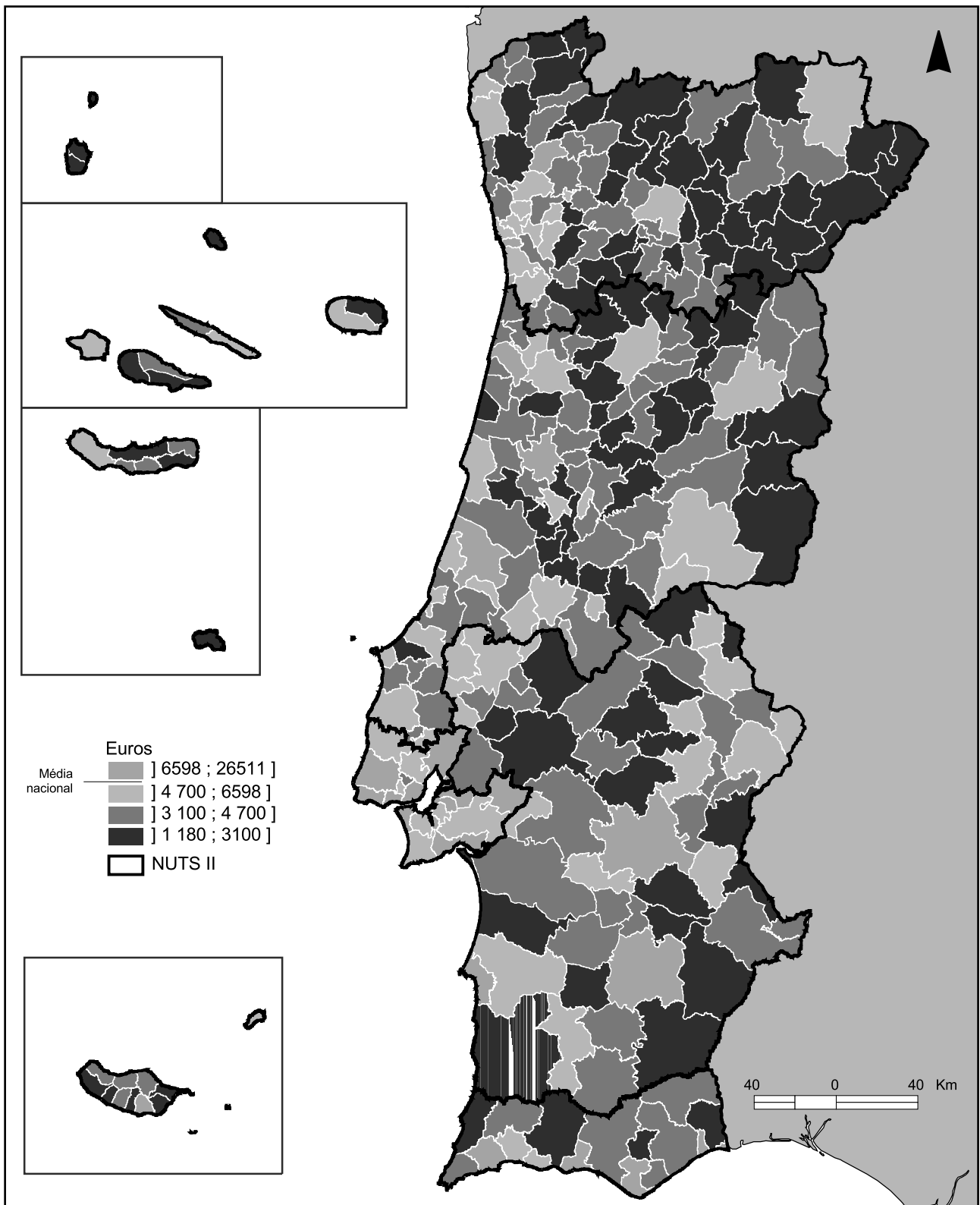


O saldo do crédito à habitação por habitante coloca em destaque as áreas urbanas enquanto pólos de procura de habitação própria [Figura 4.4]. Assim, não é de estranhar que os municípios que ultrapassaram a média nacional de 6598 euros por habitante tivessem sido sobretudo algumas das capitais de distrito (Lisboa, Porto, Funchal, Coimbra, Aveiro, Faro, Beja, Braga, Setúbal, entre outros) e também alguns municípios claramente situados em zonas em expansão populacional como alguns municípios da Área Metropolitana de Lisboa (Almada, Vila Franca de Xira, Montijo, Oeiras) e outros do Litoral algarvio (Albufeira, Lagos e Vila Real de Santo António)<sup>39</sup>

O desequilíbrio provocado pelos elevados valores daqueles municípios originou que, em termos regionais, todas as NUTSII, com exceção de Lisboa apresentassem valores médios de saldo do crédito à habitação inferiores à média nacional. De facto, mesmo ponderando pela população, a procura de novos créditos à habitação foi mais baixa na R. A. Açores e no Alentejo e também na maior parte dos municípios das zonas menos povoadas do Interior continental português [Figura 12.8].

<sup>39</sup> Veja-se, a este respeito a figura I.1.7. do sub-capítulo Território, que representa a evolução da densidade populacional por município, 2000-2005.

FIGURA 12.8 SALDO DO CRÉDITO À HABITAÇÃO POR HABITANTE, POR MUNICÍPIO, 2004

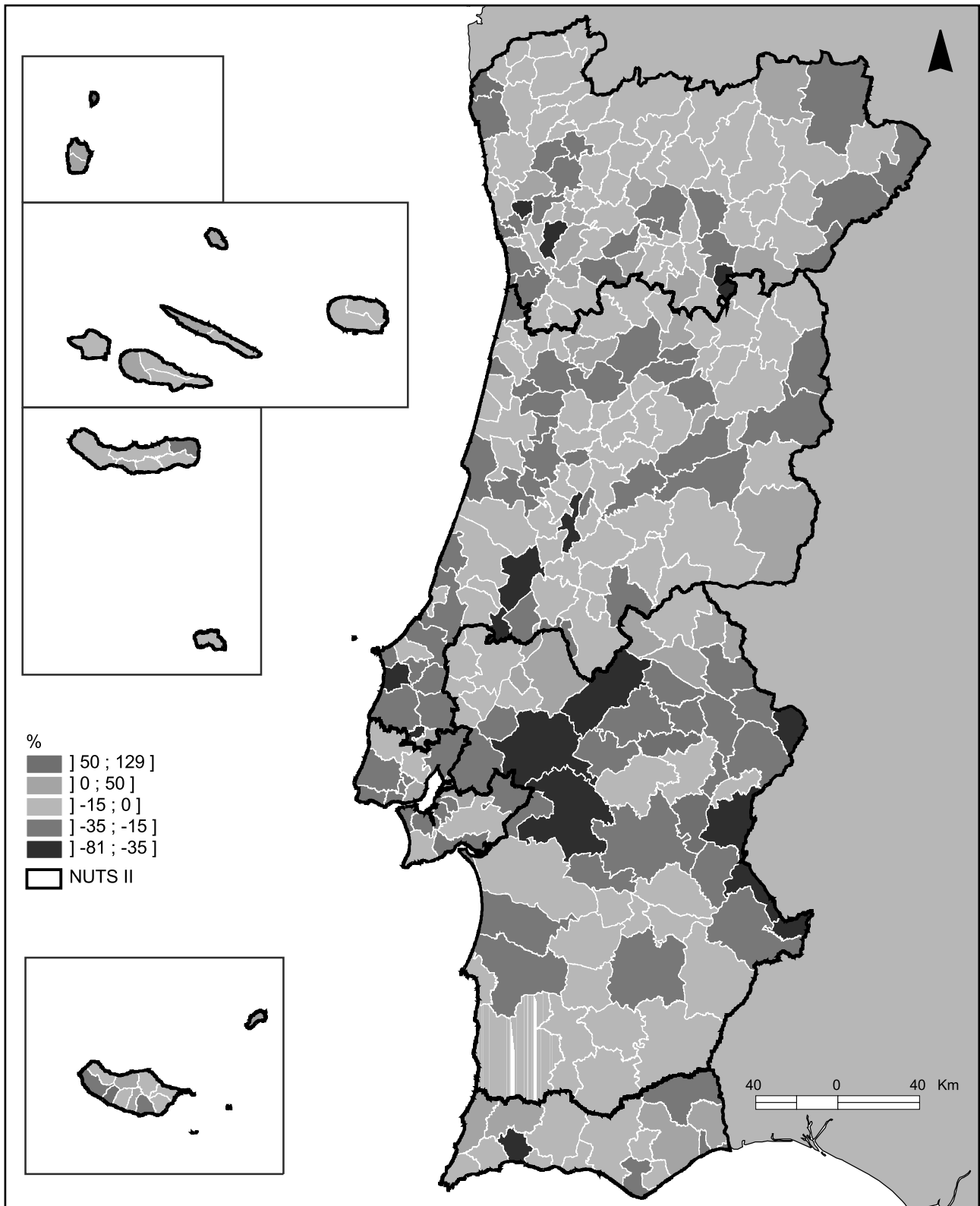


## DEPÓSITOS DE EMIGRANTES DIMINUEM MAS AINDA VALEM 13% DOS DEPÓSITOS TOTAIS NA R. A. MADEIRA

Em 2004, e pelo terceiro ano consecutivo, voltou a diminuir o valor dos depósitos de emigrantes nas instituições de intermediação bancária. O decréscimo nacional foi de 11% relativamente a 2003, e esta tendência abrangeu todas as NUTS II, com excepção de Lisboa.

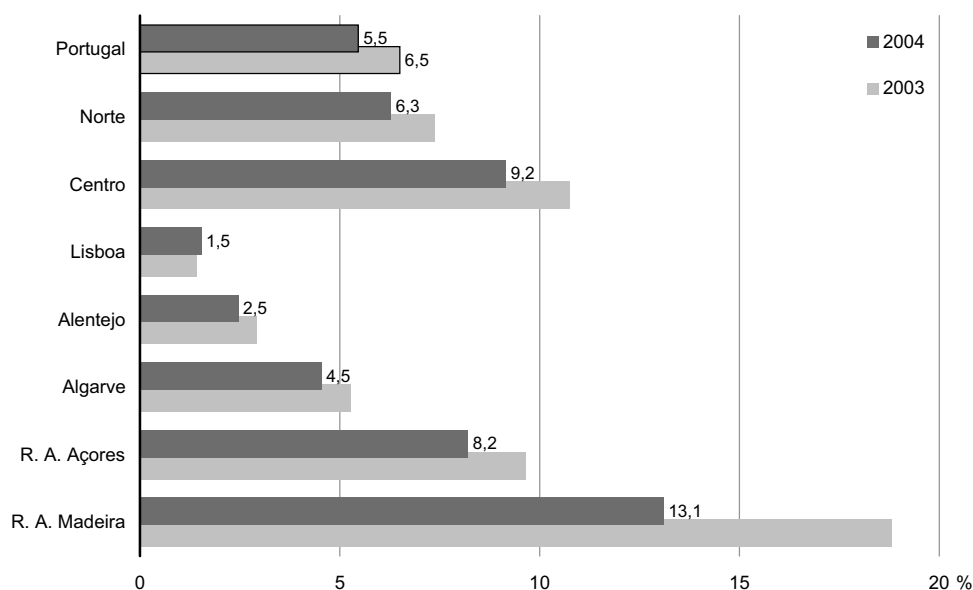
O retrato espacial dado pela Figura 12.9 mostra-nos quão abrangente em termos municipais foi o decréscimo deste tipo de depósitos. De facto, 265 dos 308 municípios apresentavam taxas de variação negativas, verificando-se que a esmagadora maioria dos municípios onde os depósitos de emigrantes aumentaram, se situavam no Interior do país ou nas ilhas.

FIGURA 12.9 EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS DE EMIGRANTES, POR MUNICÍPIO, 2003-2004



O efeito conjugado do aumento dos depósitos totais (em todas as regiões do país, com exceção do Centro) com a diminuição dos depósitos de emigrantes (neste caso, em todas as regiões, com exceção de Lisboa) originou um decréscimo quase generalizado do peso dos depósitos de emigrantes no total dos depósitos (a região de Lisboa foi, mais uma vez, a exceção). Assim, em 2004, a taxa de depósitos de emigrantes situou-se nos 5,5%, valor ultrapassado pelas regiões autónomas (R. A. Madeira com cerca de 13% e R. A. Açores com pouco mais de 8%), Região Centro (9,2%) e Região Norte (6,3%), isto é, zonas onde a emigração teve maior importância [Figura 12.10].

FIGURA 12.10 TAXA DE DEPÓSITOS DE EMIGRANTES, PORTUGAL E NUTS II, 2003 E 2004





### III.13

## Serviços prestados às Empresas





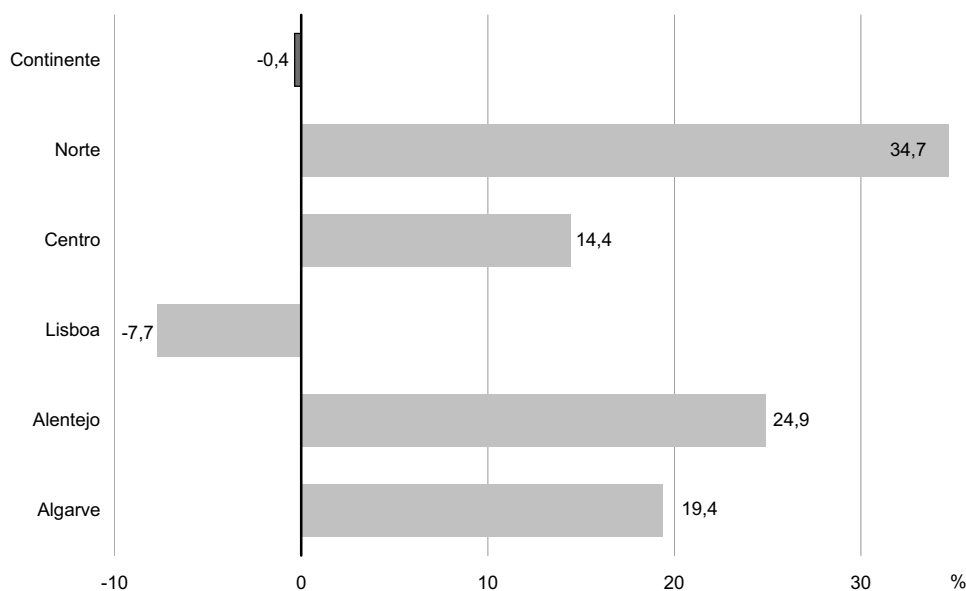
### III.13. SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS

#### TRÊS QUARTOS DO VOLUME DE NEGÓCIOS GERADOS EM LISBOA

Em 2005, no território continental, o conjunto de actividades em análise<sup>40</sup> gerou um volume de negócios de perto de 19 mil milhões de euros. Mais de um terço deste montante resultou das *Actividades informáticas e conexas*, cerca de 27% dos *Serviços de publicidade* e 26% das *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria*. As *Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins* assumiram uma importância relativa menor (12%) e as *Actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião* um contributo residual (menos de 1%). Face ao ano de 2004, apenas se registou um acréscimo do volume de negócios nas *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria* (+ 34%) e nas *Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins* (+ 2%), o que resultou num decréscimo de 0,4% no volume de negócios do conjunto destas cinco actividades.

Ao nível regional<sup>41</sup>, sublinhe-se o dinamismo positivo observado no Norte (35% face ao volume de negócios de 2004) e no Alentejo (25%). A região de Lisboa foi a única onde se registou um decréscimo no volume de negócios (-8%), continuando, no entanto, a gerar a maior fatia deste agregado: cerca de três quartos do total continental [Figura 13.1].

FIGURA 13.1 EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS, CONTINENTE E NUTS II, 2004-2005



<sup>40</sup>Os serviços prestados às empresas envolvem um conjunto vasto de actividades. A presente análise incide exclusivamente sobre a informação estatística disponível para as seguintes cinco áreas de negócio: *Actividades informáticas e conexas*; *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria*; *Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins*; *Actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião*; e, *Serviços de publicidade*. O âmbito geográfico de análise é o território continental português. Para o ano de 2004, o peso das cinco áreas de negócio em análise no total das *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (Secção K da CAE-Rev. 2.1), e excluindo as actividades 51840 - *Comércio por grosso de computadores, equipamentos periféricos e programas informáticos* e 52481 - *Comércio a retalho de máquinas e outro material de escritório*, por não fazerem parte dessa Secção, era de 46,2%, no que se refere ao número de empresas. Relativamente ao pessoal ao serviço e ao volume de negócios, ainda para o ano de 2004, estas áreas representavam respectivamente 38,9% e 68,4% do total da mesma Secção.

<sup>41</sup>A informação em análise é referente ao local da sede da empresa por região NUTS II. Note-se, contudo, que se trata de um conjunto de actividades maioritariamente mono-estabelecimento (o único estabelecimento coincide com a sede da empresa): a proporção de empresas com um único estabelecimento ronda 90%.

O recurso ao quociente de localização<sup>42</sup> relativo ao volume de negócios gerado em 2005 permite detectar perfis de especialização das diferentes regiões em termos de serviços prestados às empresas. Foram considerados apenas as áreas de negócio cujo volume de negócios representa pelo menos 5% do total das actividades em análise da região, ou seja, com uma importância minimamente significativa no volume de negócios da região. Esta opção inviabilizou o cálculo dos quocientes de localização regionais para *Actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião*, uma vez que a importância desta área de negócio, em termos de volume de negócios, fica aquém dos 5% em todas as regiões do Continente português [Figura 13.2]. Assim:

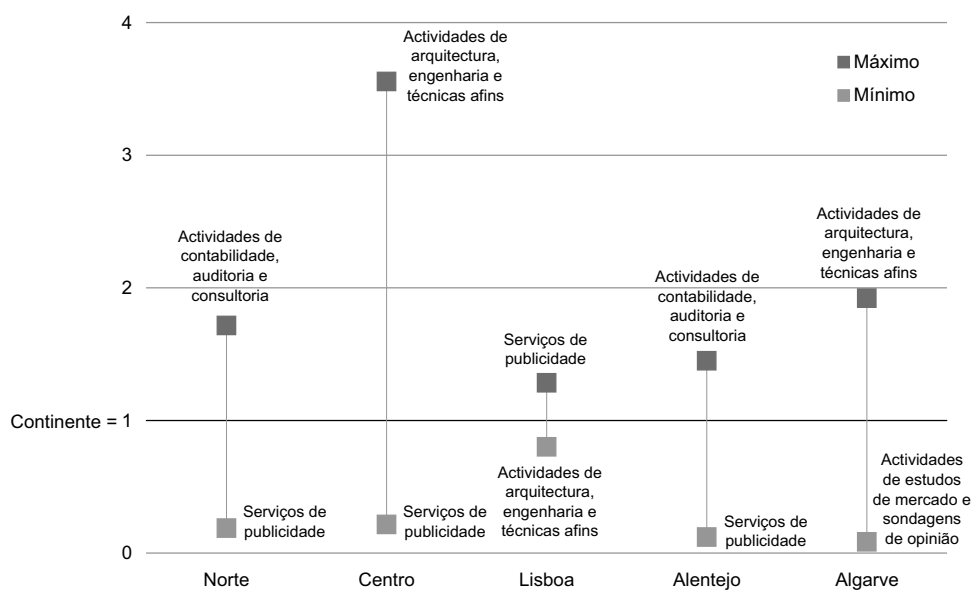
- o Norte revela-se relativamente mais especializado que o Continente em *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria* e *Actividades informáticas e conexas*;
- o Centro apresenta uma sobrevalorização em relação ao Continente nas *Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins*, sendo mesmo a região relativamente mais especializada nesta área de negócio;
- Lisboa é relativamente mais especializada que o Continente em *Serviços de publicidade*;
- o Alentejo assume essa característica nas *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria*, nas *Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins* e nas *Actividades informáticas e conexas*; e,
- o Algarve apresenta um quociente de localização superior a um nas *Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins* e nas *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria*.

<sup>42</sup> O quociente de localização corresponde ao rácio entre a importância relativa de cada serviço prestado às empresas numa região e a importância relativa que esse mesmo serviço assume no total do continente. Se o rácio for superior a um, significa que determinada área de negócio tem maior relevância no total das actividades em análise da região que no continente. A fórmula de cálculo é a

seguinte: 
$$QL_{rj} = \frac{X_{rj}}{X_r} \frac{X_p}{X_{pj}}, \quad 0 \leq QL_{rj} \leq \infty, \text{ em que } X_{rj} \text{ é o valor do serviço } j \text{ na região } r; X_r \text{ é o valor}$$

do total dos serviços considerados, na região  $r$ ;  $X_{pj}$  é o valor do serviço  $j$  na região padrão  $p$ ; e  $X_p$  é o valor do total dos serviços considerados, na região padrão  $p$ .

FIGURA 13.2 DISPARIDADES REGIONAIS, FACE AO CONTINENTE, DO VOLUME DE NEGÓCIOS POR SERVIÇO PRESTADO ÀS EMPRESAS, POR NUTS II, 2005



QUADRO 13.1 PRINCIPAL ÁREA DE NEGÓCIO DE ESPECIALIZAÇÃO E RESPECTIVA PROPORÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS NO TOTAL REGIONAL, POR NUTS II, 2005

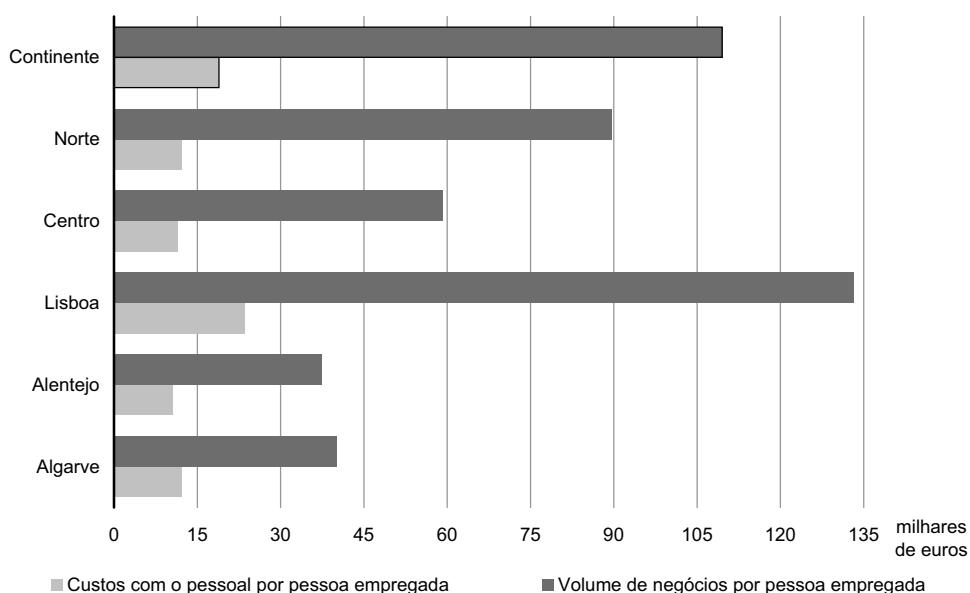
NUTS II	Especializações - 1º tipo de serviço prestado	
		Volume de negócios
<b>Norte</b>	Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria	44,6%
<b>Centro</b>	Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	42,0%
<b>Lisboa</b>	Serviços de publicidade	35,2%
<b>Alentejo</b>	Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria	37,7%
<b>Algarve</b>	Actividades de arquitectura, engenharia e técnicas afins	22,7%

### ACRÉSCIMO DO PESSOAL AO SERVIÇO

Ao contrário do observado para o volume de negócios, registou-se uma expansão de 9% no número de pessoas ao serviço no conjunto das cinco áreas de negócio em análise que, em 2005, atingia 170 mil indivíduos. Deste efectivo de trabalhadores, 44% era do sexo feminino. Em termos regionais, esta proporção atingia o valor regional máximo no Algarve (49%) e o valor regional mínimo no Centro (39%).

O trabalho a tempo parcial incidia, em 2005, sobre 9% do pessoal ao serviço nestas áreas de negócio, com as proporções registadas nas várias regiões a serem muito próximas entre si, oscilando entre 7,4%, no Centro, e 10,9%, no Alentejo [Figura 13.3].

FIGURA 13.3 PROPORÇÕES DE EMPREGO FEMININO E DE PESSOAL AO SERVIÇO A TEMPO PARCIAL NOS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS, CONTINENTE E NUTS II, 2005



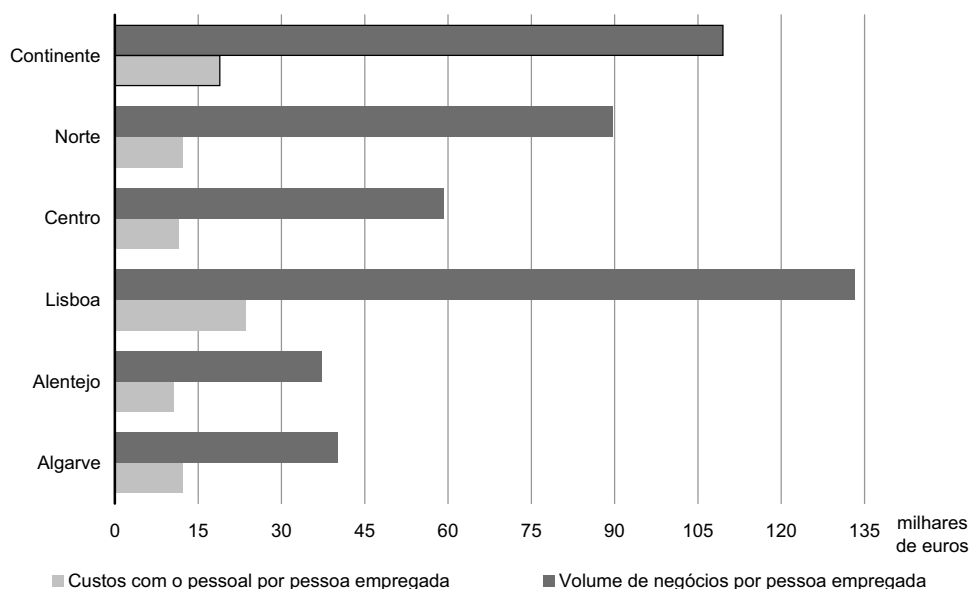
O dinamismo observado no número de pessoas ao serviço estendeu-se à generalidade das áreas de negócio em análise, com excepção das *Actividades de estudos de mercado e sondagens de opinião* cujo pessoal ao serviço, acompanhando o registado para o volume de negócios, se reduziu (em cerca de um terço).

### DIFERENÇA ENTRE O VOLUME DE NEGÓCIOS E OS CUSTOS COMO PESSOAL, POR PESSOA EMPREGADA, MAIS EXPRESSIVA NA REGIÃO DE LISBOA

O volume de negócios por pessoa empregada ascendeu, em 2005, a 110 milhares de euros no Continente português. Nesta perspectiva, apenas Lisboa registou um rácio acima da média continental (133 milhares de euros). O Sul do território continental (Algarve e Alentejo) apresentou os rácios menores (40 e 37 milhares de euros, respectivamente).

Foi igualmente em Lisboa que a diferença entre o volume de negócios e os custos com o pessoal, por pessoa empregada, foi mais expressivo, indiciando um melhor desempenho face a este indicador. Pelo contrário, o Alentejo e o Algarve foram as regiões onde aquele indicador foi mais reduzido [Figura 13.4].

FIGURA 13.4 VOLUME DE NEGÓCIOS E CUSTOS COMO PESSOAL, POR PESSOA EMPREGADA NAS CINCO ACTIVIDADES INQUIRIDAS, CONTINENTE E NUTS II, 2005



Os SERVIÇOS DE PUBLICIDADE, AS ACTIVIDADES DE CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONSULTORIA E AS ACTIVIDADES INFORMÁTICAS E CONEXAS SÃO RESPONSÁVEIS POR 86% DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DAS ACTIVIDADES EM ANÁLISE

Dada a problemática em análise, importa analisar especificamente o valor associado à prestação de serviços, enquanto subcomponente do volume de negócios a par das vendas. Também no respeitante a este agregado, destacam-se os *Serviços de publicidade*, as *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria* e as *Actividades informáticas e conexas*. Com efeito, estas três áreas de negócio foram responsáveis por 86% da prestação de serviços das actividades em análise.

O recurso ao índice de Theil permite medir o grau de especialização de cada região ao nível de cada uma das três áreas de negócio relevantes<sup>43</sup>. Assim, como evidencia o Quadro 13.2, apenas Lisboa revela uma diversificação menor que a observada no Continente, em termos de tipos de *Serviços de Publicidade* prestados, e maior que o registado no conjunto do território continental, no caso das *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria*. Por último, no respeitante às *Actividades informáticas e conexas*, há maior homogeneidade no grau de diversificação dos serviços prestados pelas diferentes regiões.

QUADRO 13.2 ÍNDICE DE THEIL SEGUNDO A ÁREA DE NEGÓCIO, CONTINENTE E NUTS II, 2005

NUTS II	Índice de Theil (E)		
	<i>Serviços de Publicidade</i>	<i>Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria</i>	<i>Actividades informáticas e conexas</i>
Continente	0,6	0,8	1,0
Norte	0,9	0,5	0,9
Centro	0,8	0,5	0,9
Lisboa	0,5	0,9	1,0
Alentejo	0,7	0,5	0,9
Algarve	0,8	0,5	1,0
[ máxima especialização ; diversificação total ]	[ 0 ; 1,2 ]	[ 0 ; 1,2 ]	[ 0 ; 1,1 ]

Em seguida, analisam-se as estruturas da prestação de serviços de cada uma destas três áreas de negócios - *Serviços de publicidade*, *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria* e *Actividades informáticas e conexas* - por tipo de serviço prestado.

<sup>43</sup>  $E_r = - \sum_{j=1}^J \left[ \frac{X_{rj}}{X_r} * \log \left( \frac{X_{rj}}{X_r} \right) \right]$ , em que  $X_{rj}$  é o valor da prestação de serviços do tipo de serviço j na região r;  $X_r$  é o valor da

prestação de serviços do total dos tipos de serviço considerados e em que  $E_r$  varia entre 0 e  $\log J$ .

## PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE DUPLICA NO CENTRO

Os *Serviços de publicidade* representaram, em 2005, 35% do valor resultante da prestação de serviços do conjunto das cinco áreas de negócio em análise. Embora constituindo o serviço com a maior importância na prestação de serviços do conjunto de actividades em análise, observou-se um decréscimo de 7% face a 2004. Para esta evolução foram determinantes, as contracções observadas no Norte e em Lisboa, uma vez que, nas restantes regiões, se registou uma expansão da prestação de *Serviços de Publicidade*. Em particular, no Centro, esta actividade duplicou em relação ao ano anterior.

Em todas as regiões do território continental, as *Campanhas de publicidade em meios tradicionais (TV, rádio, imprensa, outdoor, cinema)* constituíram o tipo de serviços que mais contribuiu para a prestação de *Serviços de Publicidade*, com as importâncias relativas regionais a variar entre 69%, em Lisboa, e 24%, no Alentejo. Refira-se, ainda, a importância do *Design para publicidade*, no Algarve: 29% da prestação de *Serviços de Publicidade* na região.

## EXPANSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ACTIVIDADES DE CONTABILIDADE, AUDITORIA E CONSULTORIA MAIS ACENTUADA NO NORTE

Em 2005, as *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria* geraram um terço do valor dos serviços prestados às empresas das actividades em análise. Face ao ano anterior, observou-se um acréscimo naquele agregado de cerca de 33%. Este dinamismo foi comum a todas as regiões do Continente, em particular, ao Norte, onde aquela variável quase duplicou face ao ano anterior.

A *Contabilidade e escrituração* foi o tipo de serviço que mais contribuiu para a prestação de serviços total das *Actividades de contabilidade, auditoria e consultoria* (22%), o que se estendeu a todas as regiões do Continente, com a importância relativa a variar entre 14%, no Norte, e 67%, no Algarve. Atente-se, igualmente, no facto de, em Lisboa, a *Consultoria de gestão geral* representar 21% da prestação de serviços desta área de negócio.

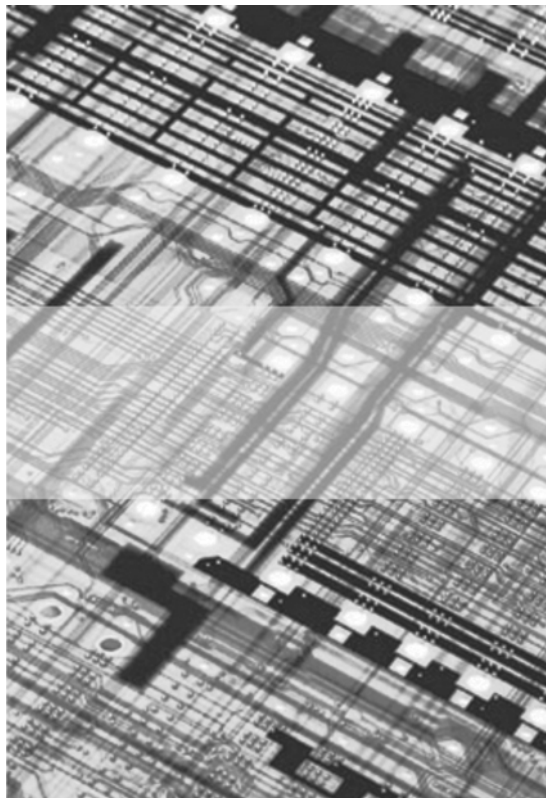
## ALGARVE REGISTA O MAIOR ACRÉSCIMO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACTIVIDADES INFORMÁTICAS E CONEXAS

As *Actividades informáticas e conexas* representaram, em 2005, 19% da prestação de serviços do conjunto das cinco áreas de negócio em análise, registando uma expansão (de 13% face a 2004), o que ocorreu em todas as regiões do Continente. No Algarve, aquele acréscimo atingiu 82%.

À semelhança do observado para o conjunto do território continental, no Norte e em Lisboa, o maior contributo para a prestação de serviços gerada pelas cinco actividades em análise pertenceu aos *Outros serviços de consultoria em configuração informática (software)*<sup>44</sup>: 23% e 19%, respectivamente. No Centro, essa posição coube ao *Desenvolvimento e venda de software personalizado* (que realizou 28% da prestação de serviços das *Actividades informáticas e conexas* na região) enquanto que, no Alentejo e Algarve, a área de negócio mais significativa em termos de prestação de serviços foi a *Reparação e manutenção de material e equipamento informático* (24% e 20%, respectivamente).

<sup>44</sup>Que consistem na *Consultoria em configuração informática (software)*, excluindo o *Desenvolvimento e venda de software em packages e personalizado*.





### III.14 Ciência e Tecnologia





### III.14. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

#### APENAS NA REGIÃO DE LISBOA A DESPESA EM I&D REPRESENTA MAIS DE 1% DO PIB

Em Portugal, a despesa em actividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) tem vindo a diminuir desde 2001 (ano em que atingiu o valor máximo, desde o início dos anos 90: 1 038 milhões de euros), representando em 2003 cerca de 0,78% do PIB. Na União Europeia e para o mesmo período, este indicador atingia 2% para o universo dos 15 Estados Membros mais antigos e 1,9% para o universo dos actuais 25 Estados Membros (de acordo com a informação do Eurostat). O valor mais elevado, face à informação disponível, registava-se na Finlândia (3,5%), enquanto o mais reduzido correspondia ao Chipre (0,3%).

Em 2003, apenas na região de Lisboa a proporção de riqueza gerada que foi afectada a despesa em I&D superou o limiar de 1%. Nas restantes regiões, esta proporção ficou aquém deste limiar, e mesmo do valor nacional, com a R. A. Madeira e o Algarve a registarem as proporções mais reduzidas (0,21% e 0,25% do PIB, respectivamente) [Figura 14.1].

Este padrão territorial é extensível à relação entre o pessoal em I&D e a população activa, com a região de Lisboa a ser novamente a única a posicionar-se acima da média nacional, (0,47%), apresentando o valor máximo neste indicador (0,91%) [Figura 14.2].

FIGURA 14.1 DESPESA EM I&D NO PIB, PORTUGAL E NUTS II, 2003

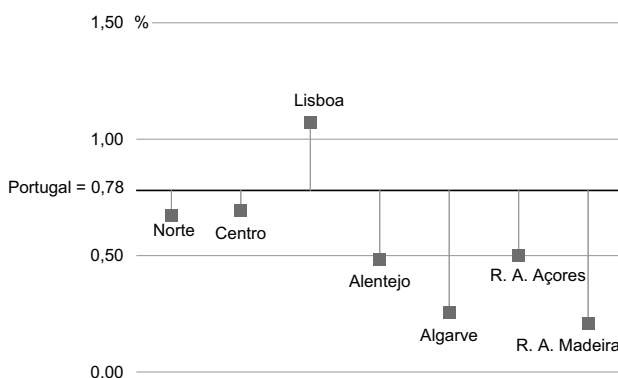
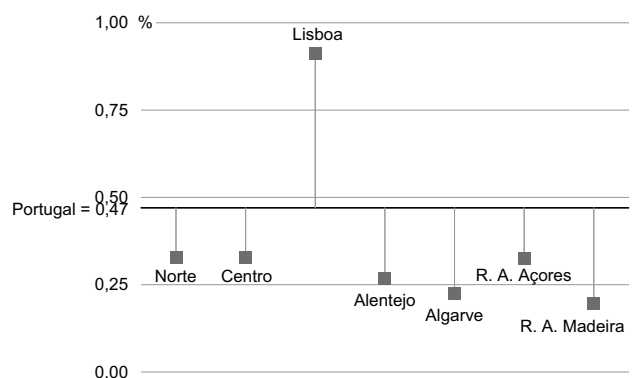


FIGURA 14.2 PESSOAL EM I&D NA POPULAÇÃO ACTIVA, PORTUGAL E NUTS II, 2003



Em 2003, a região de Lisboa concentrou mais de metade (52%) das despesas efectuadas em I&D, metade do pessoal afecto e 41% das unidades de investigação. Esta diferença entre a proporção de despesa e de unidades de investigação reflecte o facto de Lisboa ter registado a mais elevada despesa média por unidade de investigação (570 milhares de euros por unidade), sendo a única região com um valor superior à média nacional (447 milhares de euros por unidade).

O Norte surgia como a segunda região, com a importância relativa a variar entre 24%, no caso da despesa, e 28%, no caso das unidades de investigação, e o Centro como a terceira região, com uma

importância relativa a oscilar entre 16%, no caso da despesa, e 22%, no caso das unidades de investigação.

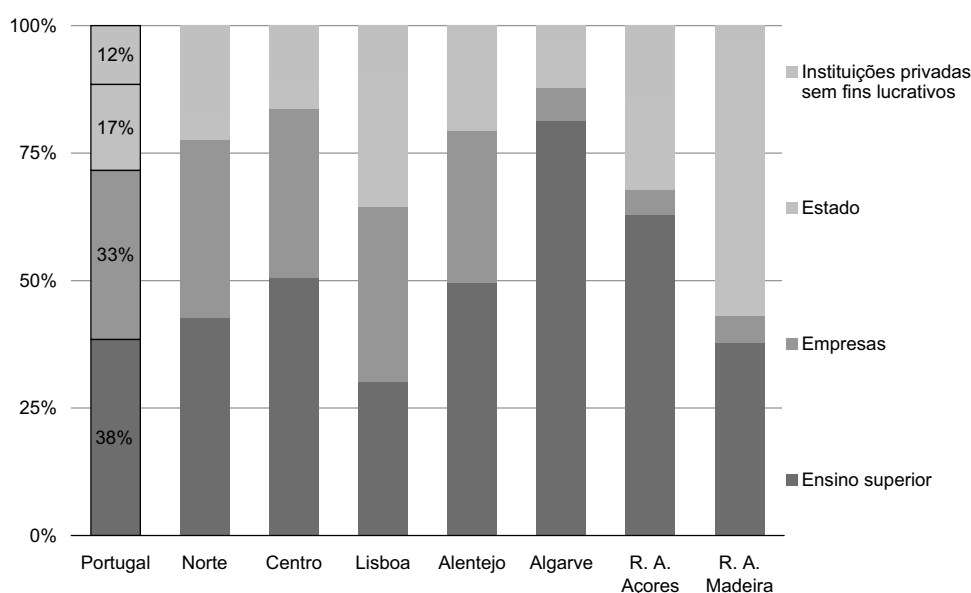
**ENSINO SUPERIOR COMO PRINCIPAL SECTOR DE EXECUÇÃO DA DESPESA EM I&D EM TODAS AS REGIÕES, COM EXCEÇÃO DE LISBOA (EMPRESAS) E DA R. A. MADEIRA (ESTADO)**

Ao nível nacional, as instituições de ensino superior foram responsáveis por 38% da despesa em I&D em 2003, seguindo-se-lhes as empresas, com 33%, e o Estado, com 17% [Figura 14.3].

Na região de Lisboa, não só as empresas constituíram o principal sector de execução da despesa em I&D (34%), como o Estado assume um papel relativamente mais relevante (26%) do que o verificado ao nível nacional. Contudo, foi na R. A. Madeira que o Estado assumiu maior importância enquanto sector de execução da despesa em I&D (54%).

As unidades de ensino superior foram responsáveis por mais de metade da despesa em I&D nas regiões do Algarve (81%), R. A. Açores (63%) e Centro (51%). Com efeito, importa destacar o papel que o ensino superior assume no Centro, dado que constitui a região com a segunda proporção mais elevada de despesa em I&D no PIB, após a região de Lisboa. Embora responsáveis por menos de metade da despesa em I&D, as instituições de ensino superior também constituíram o principal sector de execução no Norte e no Alentejo.

FIGURA 14.3 DESPESA EM I&D SEGUNDO O SECTOR DE EXECUÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2003



**UM QUINTO DAS EMPRESAS DA R. A. MADEIRA COM FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA INOVAÇÃO**

No período de 2002 a 2004, cerca de 41% das empresas nacionais desenvolveram actividades de inovação. A R. A. Açores, Lisboa e Centro foram as regiões que ultrapassaram a média nacional deste indicador, com valores iguais ou superiores a 45%. Por seu lado, na R. A. Madeira e no Algarve, a proporção de empresas a desenvolver actividades de inovação não alcançou um terço do total [Figura

14.4]. Todavia, e apesar deste facto, foram estas regiões que apresentaram, em 2004, os rácios mais elevados de volume de negócios resultante da venda de produtos novos [Figura 14.5]. Além destas regiões, apenas o Centro superou o valor nacional do volume de negócios resultante da venda de produtos novos. Lisboa e a R. A. Açores, onde mais de 45% das empresas realizaram actividades de inovação no período 2002-2004, apenas apresentavam uma percentagem de volume de vendas de produtos novos de 20% e 9%, respectivamente.

FIGURA 14.4 EMPRESAS COM ACTIVIDADES DE INOVAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2002-2004

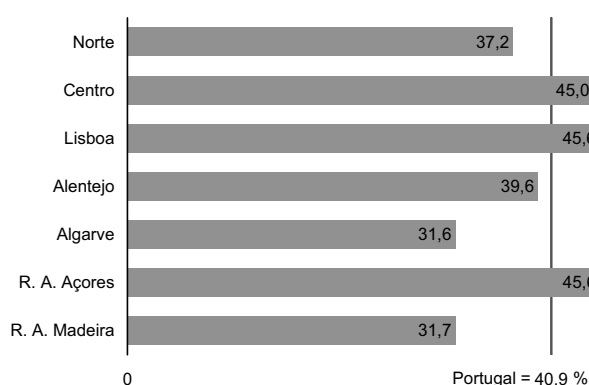
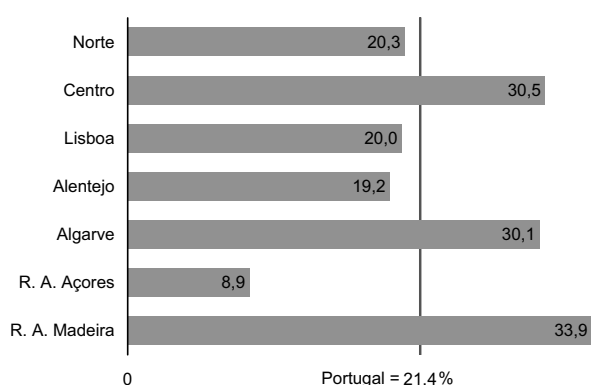
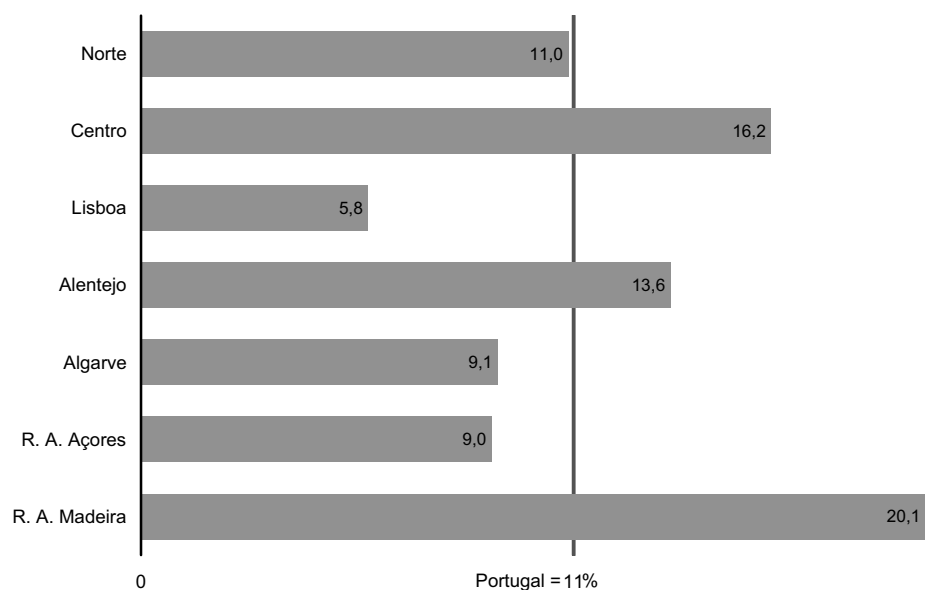


FIGURA 14.5 VOLUME DE NEGÓCIOS RESULTANTE DA VENDA DE PRODUTOS NOVOS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



Refira-se, por último, que no período de 2002 a 2004, 11% das empresas nacionais receberam financiamento público para inovação. Na R. A. Madeira, esta proporção ascendeu a um quinto das empresas e a 6% em Lisboa.

FIGURA 14.6 EMPRESAS COM FINANCIAMENTO PÚBLICO PARA INOVAÇÃO, PORTUGAL E NUTS II, 2002-2004







### III.15

## Sociedade da Informação

---



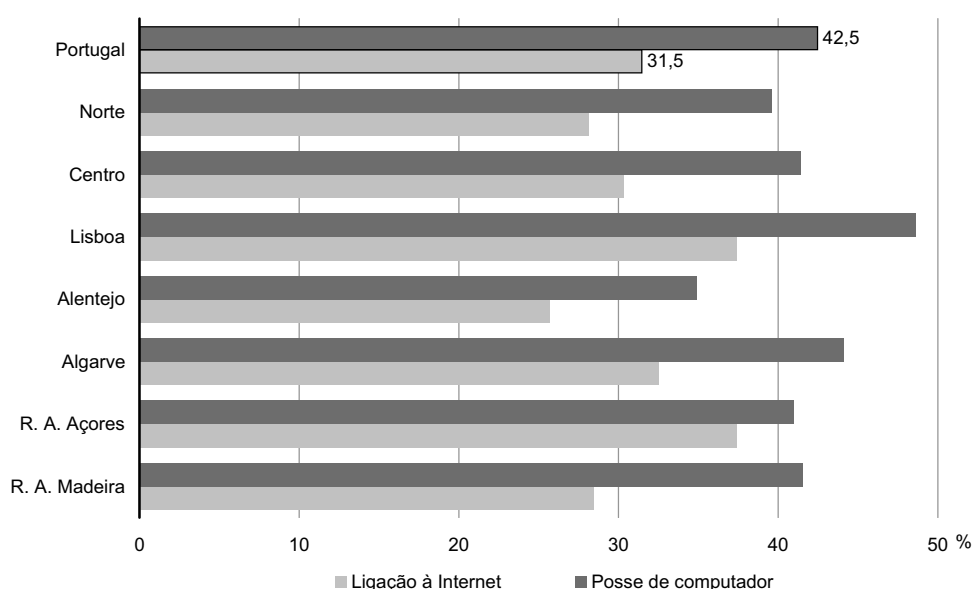


### III.15. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

#### METADE DOS AGREGADOS FAMILIARES DA REGIÃO DE LISBOA DISPÕE DE COMPUTADOR

Em 2005, 42,5% das famílias portuguesas detinham computador. Esta proporção traduz um aumento face ao ano anterior de cerca de 1,2 pontos percentuais (p.p.). Lisboa continuou a ser a região do país mais bem dotada a este nível (48,6%). Além de Lisboa, apenas o Algarve superava a média nacional, dado que 44,1% dos agregados familiares possuíam computador. No Alentejo, a proporção era de 34,9% [Figura 15.1].

FIGURA 15.1 POSSE DE COMPUTADOR E LIGAÇÃO À INTERNET EM AGREGADOS DOMÉSTICOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005

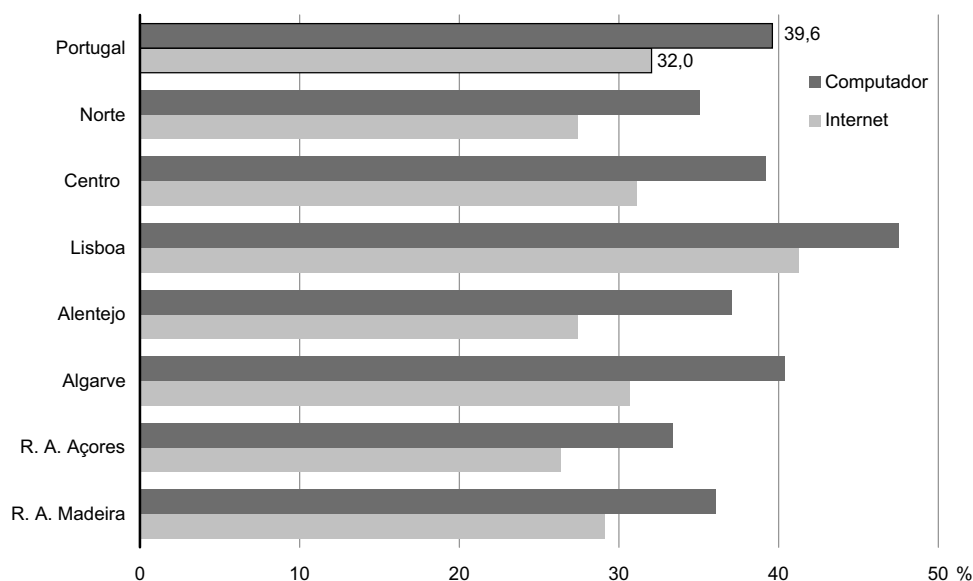


No mesmo ano, a ligação à Internet estava presente em 31,5% dos agregados familiares portugueses. A proporção de agregados familiares com ligação a esta rede era maior na R. A. Açores e em Lisboa (37,4%, em ambos os casos). Também no Algarve, aquela cobertura superava a média nacional (32,5%). No Alentejo, registou-se a menor proporção: 25,7% [Figura 15.1].

#### MENOR UTILIZAÇÃO DE COMPUTADOR E DE INTERNET NA R. A. AÇORES

A utilização de computador e de Internet, por parte dos indivíduos com idades entre os 16 e 74 anos, também aumentou, sendo, em 2005 e ao nível nacional de 39,6%, no caso do computador, e de 32,0%, no caso da Internet. Regionalmente, Lisboa manteve-se a região onde ambos os fenómenos assumem maior expressão (47,5% e 41,3%, respectivamente, dos indivíduos daquele grupo etário). Além de Lisboa, a utilização de computador superava a média nacional no Algarve (40,4%). À R. A. Açores correspondiam as menores proporções de utilização, quer de computador (33,4%), quer de Internet (26,3%) [Figura 15.2].

FIGURA 15.2 UTILIZAÇÃO DE COMPUTADOR E DE INTERNET PELOS INDIVÍDUOS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



#### MAIOR RELEVÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE TELEMEDICINA NO ALENTEJO

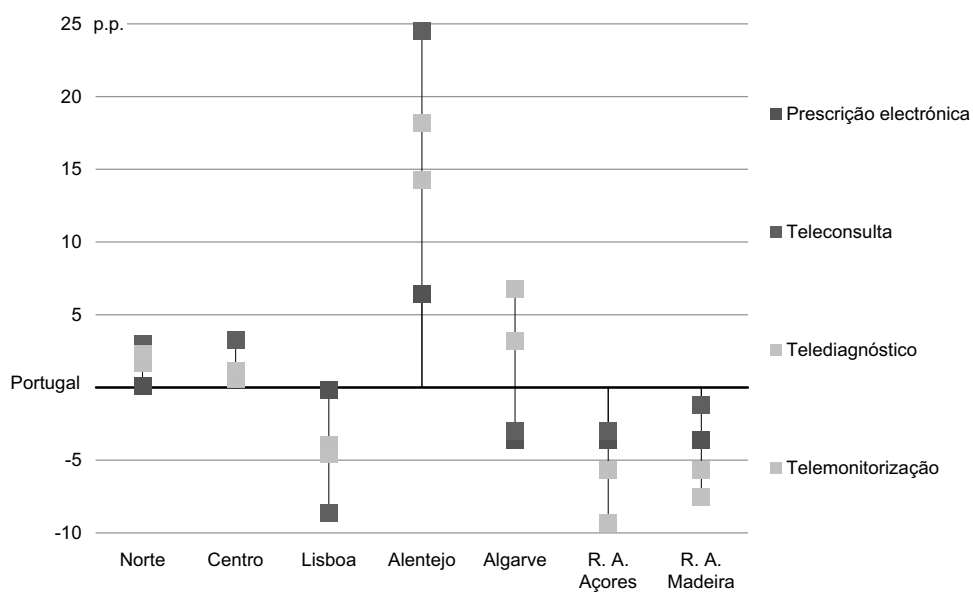
Em 2004, quase todos os estabelecimentos hospitalares do país detinham computador. No mesmo ano, a ligação à Internet era total no Algarve e nas regiões autónomas, atingindo, no conjunto do país, 95%. A presença na Internet, através de um *website*, abrangia 40% dos hospitais, variando entre um mínimo de 29%, na R. A. Madeira e um máximo de 63%, no Algarve.

A utilização de videoconferência era, em 2004, uma realidade em cerca de 21% dos hospitais do país. Neste caso, os hospitais da região de Lisboa surgiam como os que menos recorriam a esta tecnologia (13%). No outro extremo, encontravam-se os hospitais do Alentejo (36%).

No universo dos hospitais com ligação à Internet o *telediagnóstico* surgia como a principal actividade de telemedicina, abrangendo 21,8% desse universo. Seguiam-se a *teleconsulta* (15,5%), a *telemonitorização* (5,7%) e a *prescrição electrónica* (3,6%).

O Alentejo apresentava valores superiores à média nacional em todas as actividades de telemedicina, o que sugere a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação no superar de barreiras inerentes ao tipo de povoamento de algumas regiões. Lisboa e as regiões autónomas apresentaram valores inferiores à média nacional nas quatro actividades de telemedicina em análise [Figura 15.3].

FIGURA 15.3 ACTIVIDADES DE TELEMEDICINA NOS HOSPITAIS COM LIGAÇÃO À INTERNET POR NUTS II (DIFERENÇAS FACE A PORTUGAL), 2004







# IV.

## O Estado







## IV.1 Administração Local



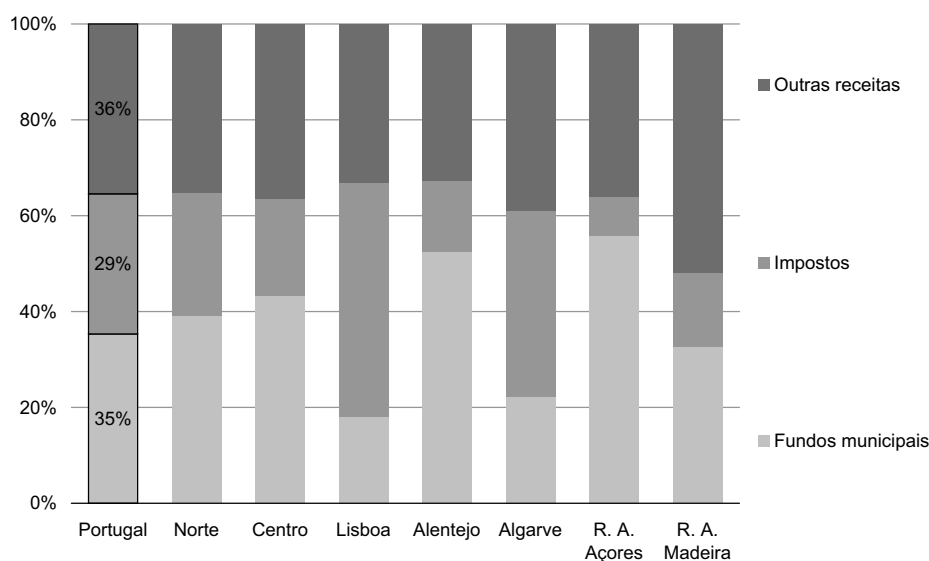


## IV.1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

### IMPOSTOS DESTACAM-SE NO LITORAL E OS FUNDOS MUNICIPAIS NO INTERIOR

Em 2004, cerca de 65% das receitas das câmaras municipais eram provenientes de transferências recebidas do Estado através dos vários fundos municipais disponíveis (Fundo de Base Municipal, Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal) e ainda dos impostos colectados<sup>45</sup>. Ao nível regional constata-se igualmente que o peso médio dos fundos municipais e dos impostos quando somados representam um valor quase sempre próximo dos 65% [Figura 1.1]. A R. A. Madeira constituía a principal excepção a este valor de referência com apenas 48% devido ao peso que as outras transferências de capital recebidas representaram em 2004 (27%), fruto de transferências provenientes, entre outros, do governo regional, aliada há já habitual importância da venda de bens e serviços (15% em 2004). Esta realidade verificou-se já em anos anteriores e poderá ficar a dever-se ao facto dos fundos municipais, que consistem em transferências do Estado para os municípios como forma destes participarem nos impostos do Estado, visarem dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições, fomentando a correcção de assimetrias em benefício dos municípios menos desenvolvidos e onde a colecta foi pouco significativa.

FIGURA 1.1 DECOMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR NUTS II, 2004

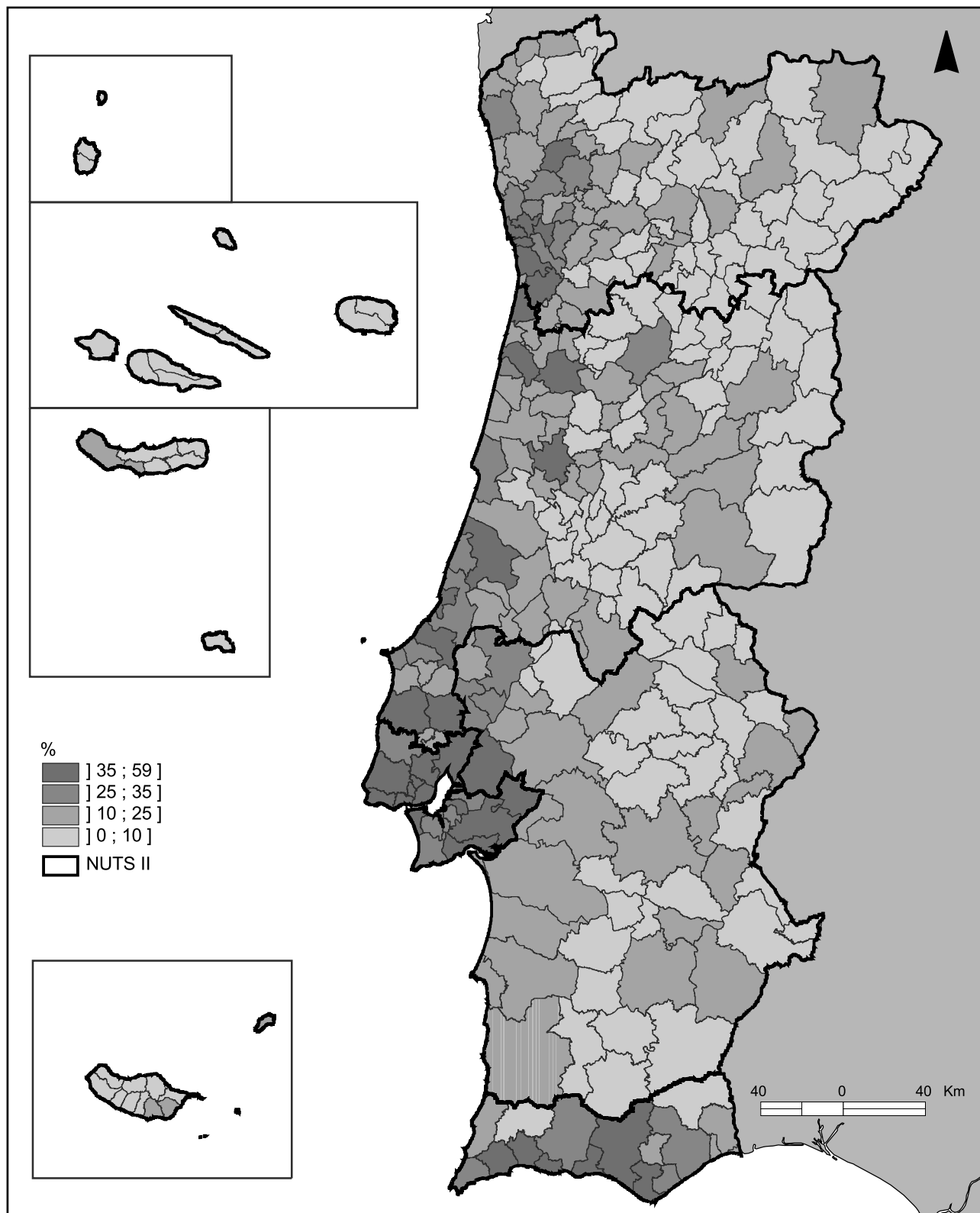


As regiões que mais se destacaram por terem um peso significativo dos fundos municipais no total do orçamento, foram a R. A. Açores e o Alentejo onde o seu valor ultrapassava mesmo os 50%, por contrapartida das regiões de Lisboa e do Algarve onde os impostos contribuíram para o orçamento das câmaras municipais em 49% e 39%, respectivamente. De igual modo, ao nível municipal é visível a concentração geográfica de municípios com níveis de impostos colectados significativos no total das receitas no Litoral do país, com particular destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto,

<sup>45</sup> Foram considerados quatro impostos cuja cobrança reverte na íntegra para os municípios: o imposto municipal de sisa e a contribuição autárquica (enquanto impostos que recaem sobre os rendimentos de propriedade imobiliária), o imposto municipal sobre veículos e ainda as derramas (que incidem sobre o IRC e que em 2004 só foram aplicadas em 48% dos municípios).

e ainda em algumas capitais de distrito do Interior (Viseu, Beja, Évora, Guarda e Castelo Branco) por oposição a um vasto conjunto de municípios (140) em que este mesmo indicador não ultrapassa os 10% [Figura 1.2].

FIGURA 1.2 IMPOSTOS MUNICIPAIS NO TOTAL DE RECEITAS, POR MUNICÍPIO, 2004



A complementaridade existente nas principais receitas (fundos municipais e colecta de impostos) pode ainda ser observada a partir do índice de carência fiscal (ICF). Trata-se de um índice utilizado nos critérios de atribuição do fundo de coesão municipal e que corresponde à diferença entre a capitação média nacional das colectas dos impostos<sup>46</sup> e a respectiva capitação municipal daqueles impostos. Os resultados do índice de carência fiscal devem ser lidos tendo em conta que registos negativos revelam que a colecta de impostos por habitante nesse município superou o valor nacional e, pelo contrário, valores do índice positivos revelam que o município se encontra pior do que a média do país pelo que poderá fazer sentido reforçar os fundos municipais a atribuir. A Figura 1.3 apresenta-nos o posicionamento dos vários municípios tendo em conta, por um lado, o valor do índice de carência fiscal (ser positivo ou negativo) e, por outro, o valor das receitas totais por habitante que pode apresentar valores superiores ou inferiores à média nacional.

Os 46 municípios que apresentavam em 2004 ICF negativos localizam-se maioritariamente no Litoral do país e em especial no Algarve (os sete valores mais expressivos foram todos no Algarve: Albufeira, Loulé, Lagos, Vila do Bispo, Lagoa, Castro Marim e Portimão) e na área metropolitana de Lisboa. Trata-se, por um lado, de territórios que pela sua importância turística acabam por beneficiar também de uma forte dinâmica associada à construção de habitações secundárias e de uma forte intermediação imobiliária associada, o que se reflecte no empolamento da capacidade da autarquia em captar impostos de sisa e de contribuição autárquica<sup>47</sup> provenientes de população não residente no município, promovendo receitas médias por habitante muito superiores à média. Por outro lado, surgem também municípios como Lisboa, Cascais e Oeiras onde a dinâmica do mercado imobiliário associada à população que aí reside é igualmente muito forte. Com valores de ICF ainda negativos mas de menor dimensão surgem apenas 12 municípios que apresentaram receitas médias por habitante inferiores ao valor nacional, é o caso de Faro, Montijo, Setúbal e Coimbra.

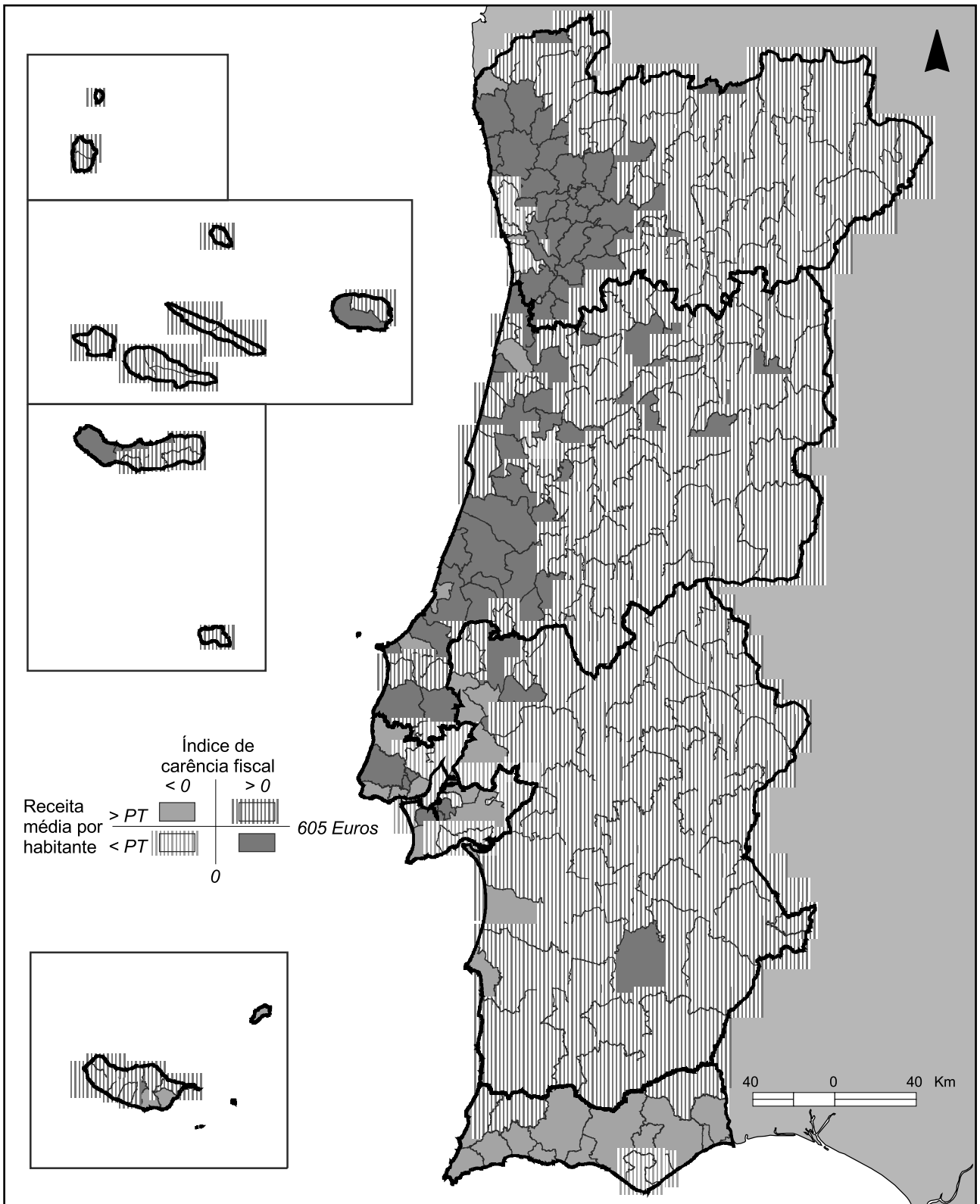
Analisando os casos em que o ICF foi positivo, o que aconteceu em 85% dos municípios em 2004, denotam-se duas situações distintas. Com forte incidência no Interior do país surgem municípios que apesar de se encontrarem pior do que a média do país em termos de colecta de impostos apresentam, em simultâneo, um total de receitas por habitante superior à média nacional. Correspondem, na maioria dos casos, a municípios em que os fundos municipais representam uma parcela muito significativa das suas receitas totais. Já nos municípios mais a Litoral do Norte e Centro do país, caracterizados por níveis mais elevados de densidade populacional, é possível identificar a coexistência de ICF positivos, embora com níveis de carência fiscal bastante mais reduzidos, com receitas médias por habitante inferiores ao valor médio.

---

<sup>46</sup> Para este cálculo o Estado apenas considera três dos quatro impostos referidos anteriormente: a contribuição autárquica, o imposto municipal sobre veículos e o imposto municipal de sisa.

<sup>47</sup> A sisa por incidir sobre o valor das transmissões do direito de propriedade de bens imóveis e a contribuição autárquica por incidir sobre o valor tributável dos prédios.

FIGURA 1.3 ÍNDICE DE CARÊNCIA FISCAL E RECEITA MÉDIA POR HABITANTE, POR MUNICÍPIO, 2004



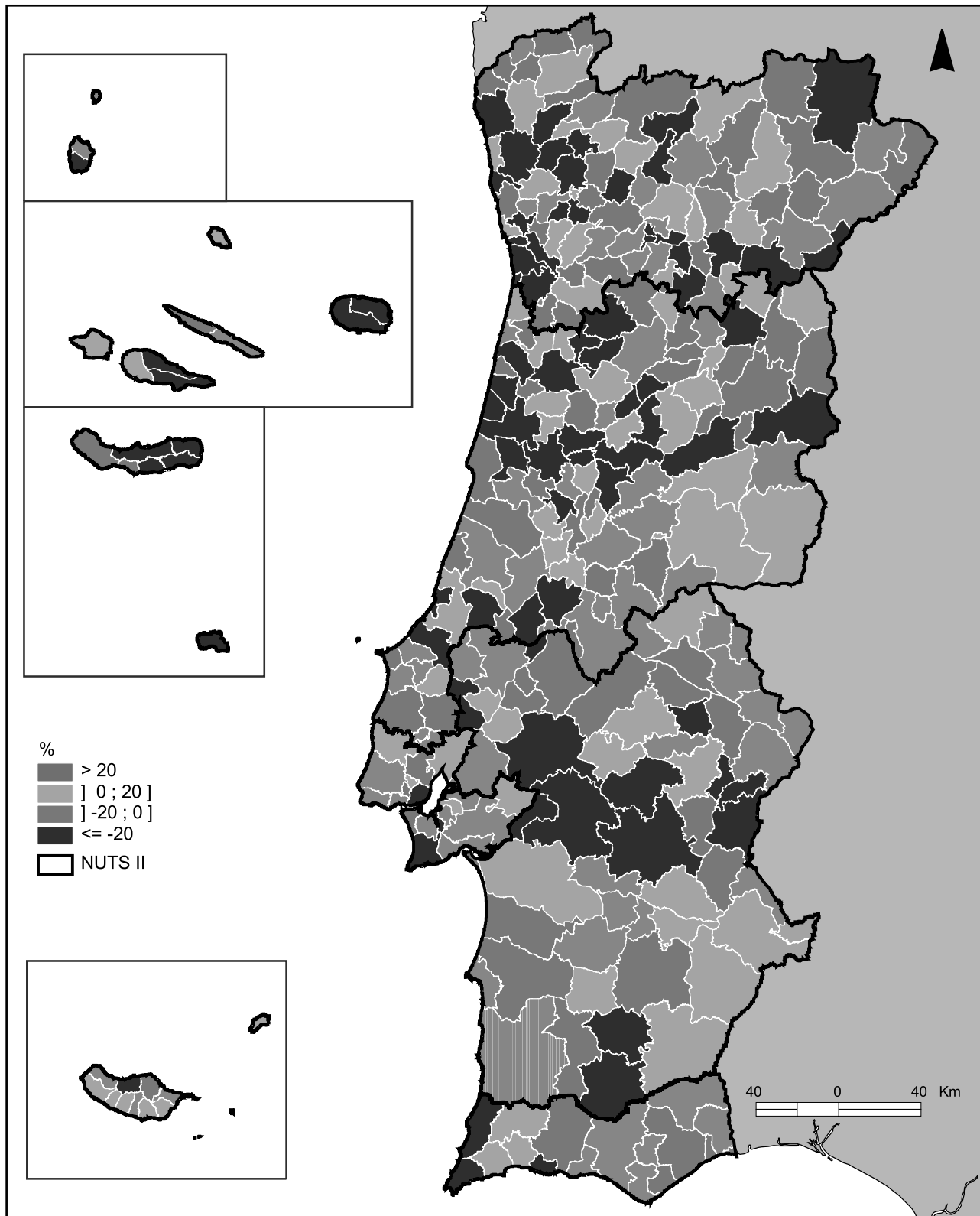
## FORTE QUEBRA DA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL NA R. A. AÇORES

A principal despesa das câmaras municipais em 2004, ao nível nacional, consistiu na aquisição de bens de capital (que representa o investimento realizado) com 33% logo seguido das despesas com pessoal com 29%. Neste último caso, e comparativamente com os anos anteriores, denota-se um ligeiro aumento do seu peso relativo (em 2001 era de 25%) como consequência de uma diminuição do valor global das despesas efectuadas e, mais concretamente, das despesas de capital. Em termos regionais o peso das despesas com pessoal revelou-se superior à média em 2004 nas regiões de Lisboa com 37% e no Alentejo com 34%.

No caso da aquisição de bens de capital voltou a registar-se em 2004 uma quebra do valor absoluto ao nível nacional (-8%) e que se vem já notando desde 2001. Contudo, ao nível das regiões NUTS II, o panorama foi bastante diversificado com crescimentos de 2003 para 2004 acentuados no Algarve (14%) e na R. A. Madeira (10%) e mais ligeiro no Algarve (1%) por contrapartida de quebras nas restantes regiões, embora mais acentuada na R. A. Açores com uma diminuição de 24%. Importa notar que já de 2002 para 2003 se tinha registado uma quebra de 26% nesta região, o que não impediu, ainda assim, que se tratasse da despesa mais significativa no total das despesas das suas câmaras municipais.

A taxa de crescimento da aquisição de bens de capital ao nível do município revela comportamentos diferenciados, sendo que o número dos municípios que viram aumentar de 2003 para 2004 o seu investimento foi muito semelhante aos que o viram reduzir [Figura 1.4]. Contudo, enquanto que nos municípios que não aumentaram o seu investimento a redução rondou no máximo os 50% a 60%, nos municípios em que o acréscimo foi significativo a aquisição de bens de capital duplicou de valor em sete municípios, triplicou no Seixal e chegou mesmo a quadruplicar o valor registado em 2003 em dois municípios (Setúbal e Santa cruz das Flores).

FIGURA 1.4 EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL, POR MUNICÍPIO, 2003-2004





## IV.2 Justiça

---





## IV.2. JUSTIÇA

### EVOLUÇÃO ANUAL DOS PROCESSOS

Em 2004, existiam, em Portugal, mais dois tribunais judiciais do que no ano anterior, ou seja, 335 tribunais dos quais 329 eram de 1ª instância e seis eram superiores. Regionalmente<sup>48</sup>, o Norte concentrava cerca de um terço do total de tribunais, seguido da Região Centro com quase 30%. Dos 329 tribunais de 1ª instância existiam 100 com competências especializadas (e não genéricas) denotando-se neste tipo de competências uma concentração espacial muito diferenciada da que ocorria no total de tribunais judiciais pois, enquanto que Lisboa detinha 14% do total de tribunais, em relação aos tribunais de competência especializada concentrava 32% do total.

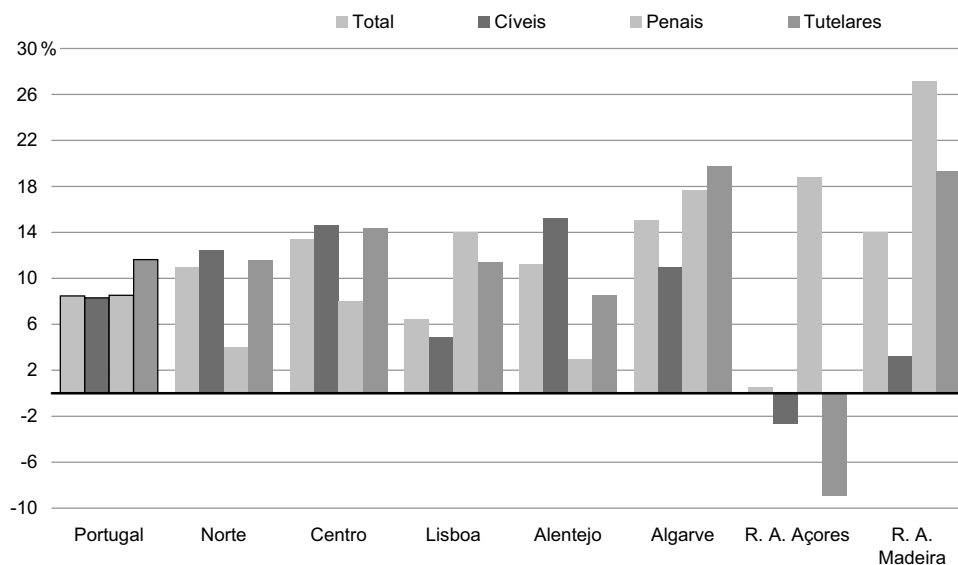
Os funcionários que em 2004 se encontravam ao serviço nos tribunais judiciais portugueses rondavam os 12 mil sendo na sua maioria, 77%, funcionários de justiça (onde estão incluídos os oficiais de justiça), respeitando o restante a magistrados judiciais e do ministério público. Ao nível regional, embora Lisboa não fosse a região que concentrava maior número de funcionários (no Norte trabalhavam 35% e em Lisboa 33%), evidenciou-se claramente por se tratar da região com o maior número de funcionários em média por tribunal, decorrendo esta situação da concentração de tribunais de maior dimensão e mais especializados.

No ano de 2004 deram entrada nos tribunais judiciais portugueses 811 mil processos. Em igual período, os processos considerados como terminados foram de 688 mil. Dos processos movidos nos tribunais judiciais destacaram-se claramente os processos cíveis (Direito Civil) com 64% do total de processos entrados no ano, seguido dos processos penais (Direito Penal) com 23%.

A evolução anual dos processos, avaliada pelo acréscimo líquido dos processos (processos entrados menos findos) relativamente ao total de processos pendentes registou um crescimento de 8,5% em 2004 ao nível nacional, quando, em 2003, o mesmo indicador tinha sido de 7,5%. Por tipo de processos, destacavam-se os tutelares por serem os que mais contribuíram para este agravamento com 11,6% de acréscimo. Ao nível regional, evidenciavam-se evoluções anuais dos processos bastante diferenciadas oscilando entre evoluções quase nulas como aconteceu na R. A. Açores com 0,6% e a variação do Algarve em 15,1%. A R. A. Açores foi mesmo a única região onde o número de processos terminados ultrapassou os entrados quer nos processos cíveis, quer tutelares. Quanto aos contributos por tipo de processos as situações foram variadas como demonstra a Figura 2.1.

<sup>48</sup> Embora o âmbito de actuação de cada um dos tribunais respeite à comarca, considerou-se para efeitos de disponibilização e de análise da informação desta área temática o concelho onde o tribunal estiver sedado.

FIGURA 2.1 EVOLUÇÃO ANUAL DOS PROCESSOS, PORTUGAL E NUTS II, 2004



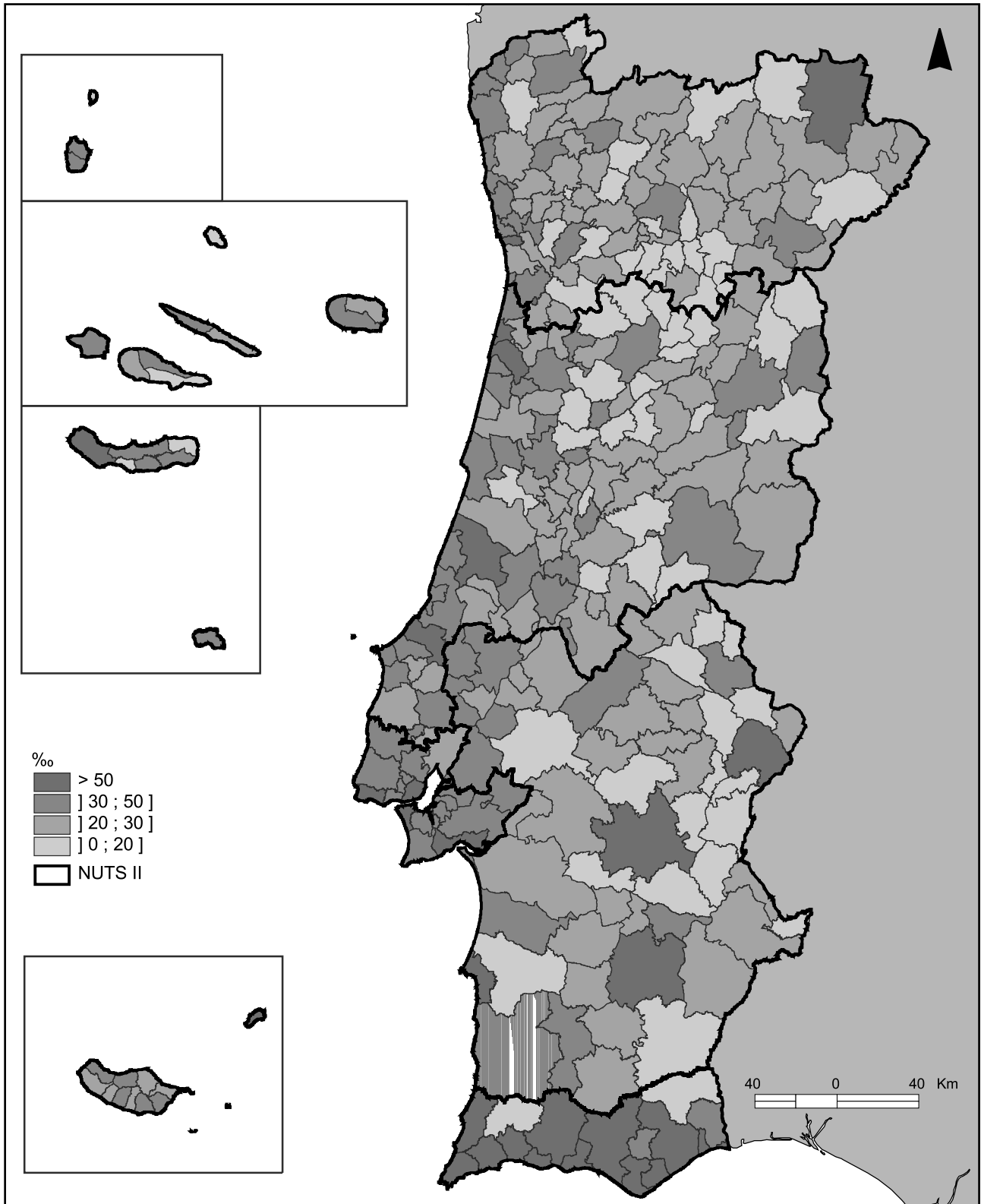
Tendo em conta o tipo de processo, verificou-se que foram os processos cíveis os que registaram uma maior duração até à sua resolução final, dois anos em média. A maior duração dos processos cíveis foi generalizada a todas as regiões destacando-se Lisboa com a duração média mais longa, chegando a atingir os três anos. Pelo contrário, os processos que obtiveram uma decisão mais rápida foram os de trabalho e os tutelares, que duraram em média 10 meses.

TAXAS DE CRIMINALIDADE MAIS ELEVADAS NOS PRINCIPAIS CENTROS URBANOS E PÓLOS DE ATRACÇÃO TURÍSTICA

Em 2004, foram registados pelas autoridades policiais cerca de 416 mil crimes em Portugal, praticamente o equivalente ao registado no ano anterior. A taxa de criminalidade situou-se em cerca de quarenta crimes por 1 000 habitantes destacando-se, em termos regionais, as regiões do Algarve e de Lisboa por terem registado, em 2004, taxas de criminalidade de 73‰ e 50‰, respectivamente. Ao nível municipal, evidenciou-se o município de Albufeira por ter apresentado uma taxa de criminalidade muito elevada, na ordem dos 193 crimes por 1 000 habitantes. Este foi, de facto, o único município a registar uma taxa de criminalidade superior a 100, já que o segundo lugar na lista dos municípios com maiores taxas de criminalidade foi Lisboa com 89,4‰.

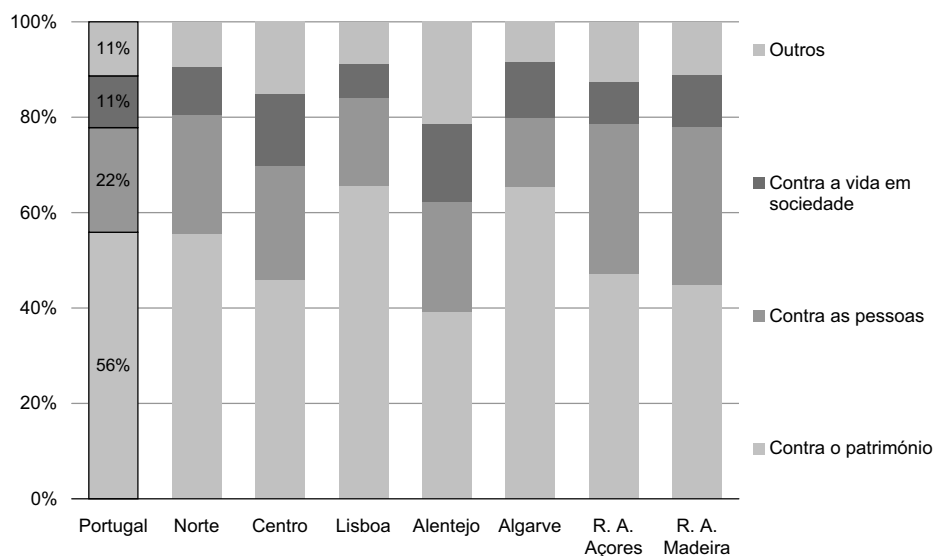
Mesmo não existindo um padrão territorial muito definido, verificou-se que em quase um quinto dos municípios a taxa de criminalidade superou a média nacional, sendo que 9 destes são capitais de distrito. Observou-se também que foi nos maiores centros urbanos onde se concentraram os maiores níveis de criminalidade.

FIGURA 2.2 TAXA DE CRIMINALIDADE, POR MUNICÍPIO, 2004



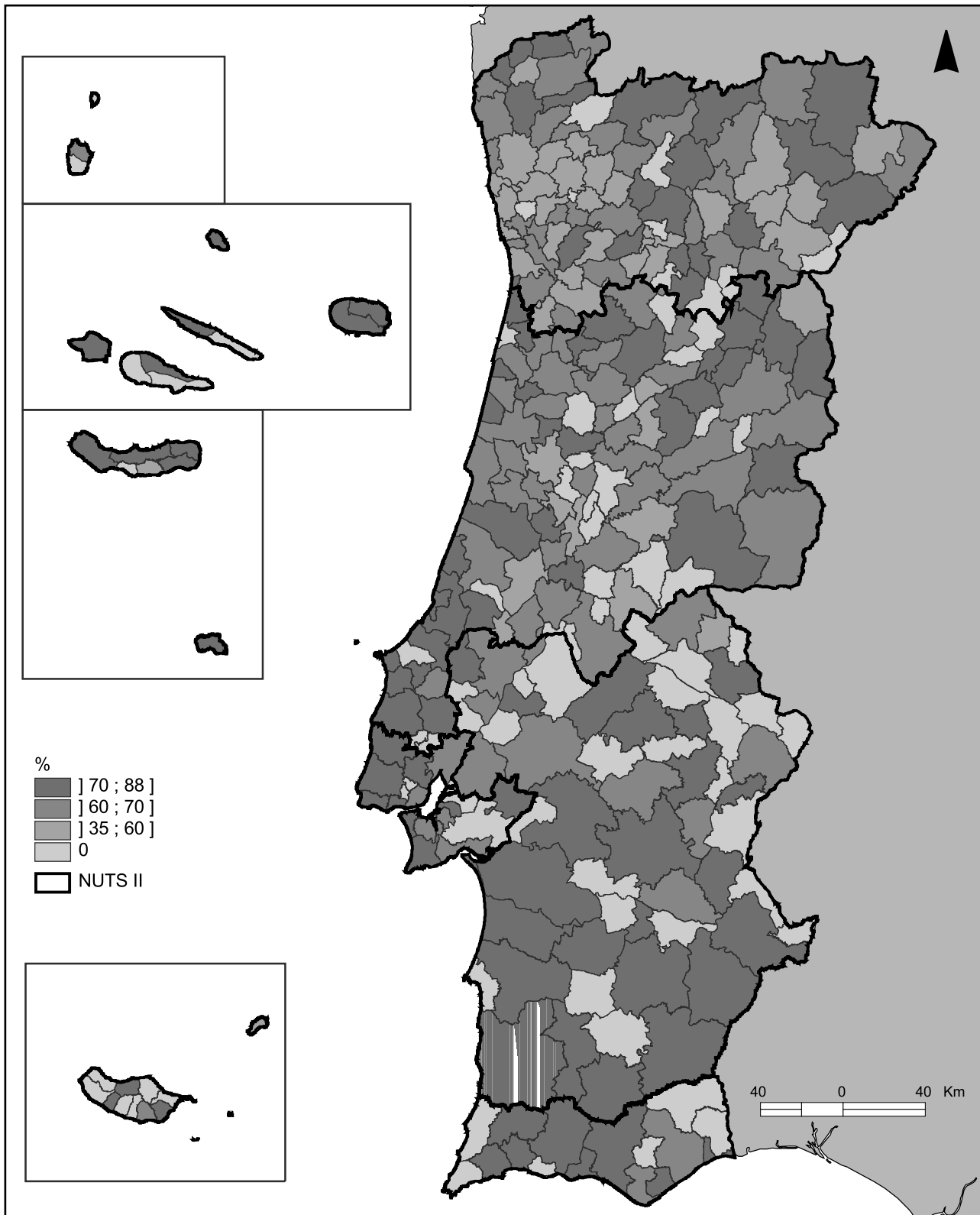
Do total de crimes registados pelas autoridades policiais a maioria respeitou a crimes contra o património (56%) seguido dos crimes contra as pessoas (22%), referindo-se o restante essencialmente a crimes contra a vida em sociedade, contra o Estado e de legislação penal avulsa. Regionalmente [Figura 2.3], o Alentejo evidenciava-se pelo menor peso que apresentava nos crimes contra o património, resultado da importância dos crimes de legislação penal avulsa, onde o crime de *condução sem habilitação legal* se destacava. Pelo contrário, Lisboa detinha um peso muito relevante nos crimes contra o património sendo que metade deles se referiam a *furtos de veículo e em veículo motorizado* e ainda *furto/roubo por esticção e na via pública*. Nos crimes contra a vida em sociedade o tipo de crime mais frequente foram aqueles que se reflectem na integridade física dos indivíduos.

FIGURA 2.3 CRIMES REGISTADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS SEGUNDO AS CATEGORIAS DE CRIMES, PORTUGAL E NUTS II, 2004



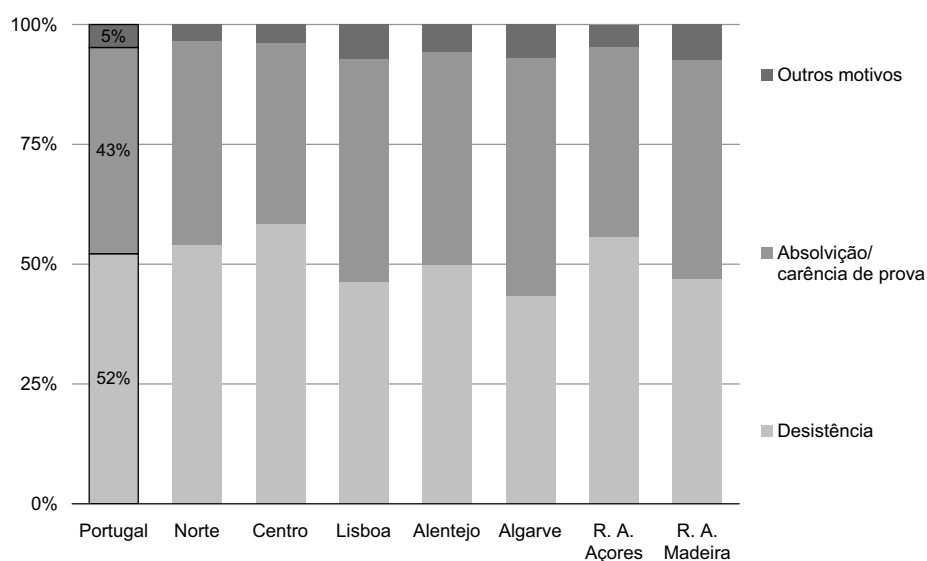
Em 2004, o número de arguidos constituídos em processos-crime na fase de julgamento em Portugal aproximou-se dos 105 mil, diminuindo, face ao ano anterior, cerca de 1%. Esta evolução confirmou uma vez mais a tendência decrescente que, com excepção para o ano de 2003, se vinha verificando desde 1999. Já no caso da proporção dos arguidos que foram condenados, o valor registado ao nível nacional em 2004 foi de 66,5%, valor muito próximo do verificado em 2003, mas que deu continuidade ao forte crescimento sentido desde 1998, tendo, neste período, quase que duplicado. As regiões com maior proporção de arguidos condenados foram a R. A. Açores e o Alentejo com valores próximos dos 75%, sendo que apenas o Norte apresentou uma condenação dos arguidos em processos-crime inferior à média nacional. Ao nível municipal acentuou-se ainda mais a disparidade regional tendo-se observado valores entre os 36%, registados em Alfândega da Fé, e os 87,5% em Oliveira de Frades [Figura 2.4]. Em apenas cinco municípios do país (Braga, Alfândega da Fé, Vila Flor, Torre de Moncorvo e Resende) o número de arguidos condenados foi inferior aos não condenados e em cerca de um terço dos municípios registaram-se valores deste indicador inferiores à média nacional.

FIGURA 2.4 PROPORÇÃO DE ARGUIDOS CONDENADOS, POR MUNICÍPIO, 2004



No que respeita aos arguidos que não chegaram a ser condenados evidenciavam-se desde logo os casos em que houve desistência do processo representando mais de metade das situações registadas em Portugal durante o ano de 2004. A não condenação resultante de uma sentença por absolvição ou carência de prova foi a segunda situação mais importante ao nível nacional, tendo-se mesmo revelado como a mais frequente nas regiões do Algarve e Lisboa. As prescrições do acto criminal, as amnistias e os outros motivos justificaram ainda a não condenação de indivíduos constituídos arguidos mas, em conjunto, representaram apenas 5% dos casos em Portugal e em termos regionais nunca ultrapassaram os 7,4% dos casos registados na R. A. Madeira [Figura 2.5].

FIGURA 2.5 ARGUIDOS NÃO CONDENADOS SEGUNDO O MOTIVO, PORTUGAL E NUTS II, 2004



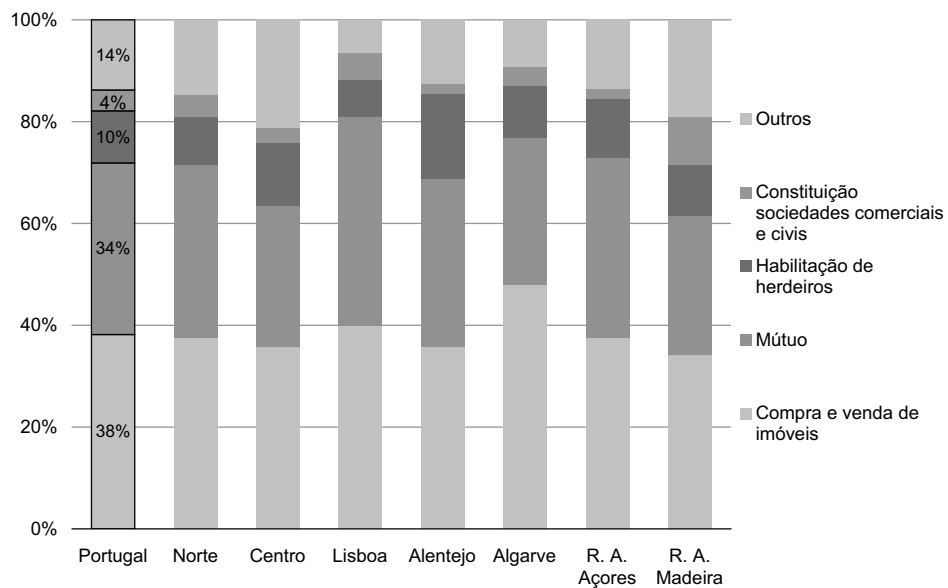
A COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS É O ACTO NOTARIAL MAIS FREQUENTE EM TODAS AS REGIÕES COM EXCEÇÃO DE LISBOA

Em 2004 foram realizados pelos notários portugueses 578 mil escrituras públicas confirmando a tendência decrescente sentida desde 1999. Cada escritura pública pode conter um ou mais actos notariais, destacando-se em 2004, com quase três quartos do total de actos notariais, os *contratos de compra e venda de imóveis*, seguidos dos contratos de *mútuo*<sup>49</sup>. As *habilitações de herdeiros*, a *constituição de sociedades comerciais e civis*, as *doações*, as *justificações*, as *partilhas* e as *hipotecas* eram outros dos actos notariais realizados em Portugal.

O Norte foi, em 2004, a região onde se realizaram mais escrituras públicas com 30% do total, embora Lisboa e o Centro se aproximassem bastante deste valor. Tendo em conta o tipo de acto notarial registado, a *compra e venda de imóveis* só não se apresentou como o mais frequente em Lisboa, região onde os contratos de mútuo foram superiores em número. A *constituição de sociedades comerciais e civis*, por seu lado, destacou-se de forma significativa na R. A. Madeira com quase 10% do total de actos notariais realizados nessa região. A rubrica residual "*outros*" assumia igualmente destaque principalmente no Centro, mas também na R. A. Madeira, decorrente do peso das *justificações* e *doações* no Centro e das *justificações* na R. A. Madeira [Figura 2.6].

<sup>49</sup> Contrato pelo qual uma das partes empresta à outra certa quantia em dinheiro ou outra coisa fungível.

FIGURA 2.6 ACTOS NOTARIAIS CELEBRADOS POR ESCRITURA PÚBLICA, PORTUGAL E NUTS II, 2004







## IV.3 Participação Política





### IV.3. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

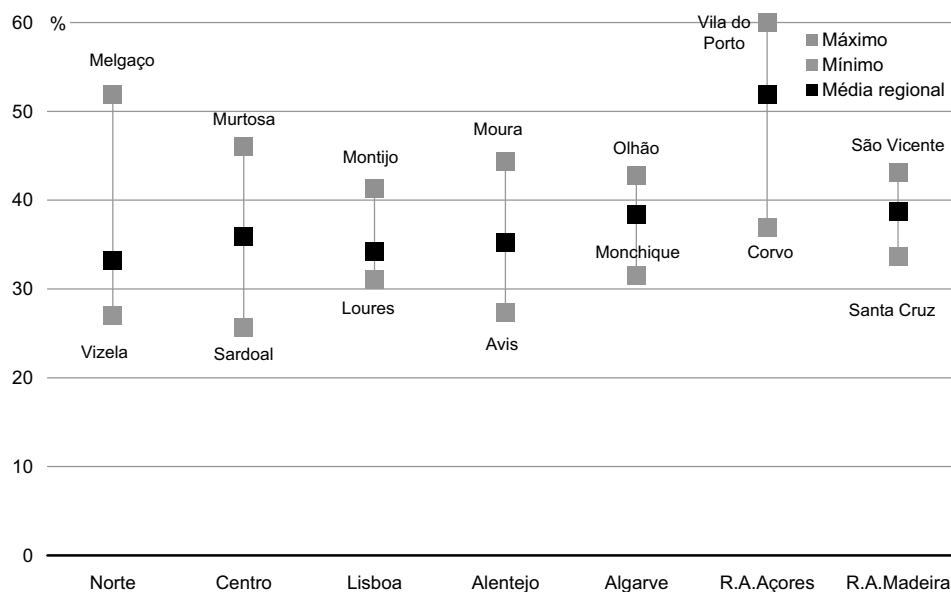
#### PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

As eleições para Assembleia da República realizaram-se a 20 de Fevereiro de 2005 após a interrupção dos mandatos dos deputados eleitos para este órgão de soberania a 17 de Março de 2002.

Relativamente à participação política neste acto eleitoral, observou-se uma abstenção de cerca de três milhões dos quase nove milhões de eleitores inscritos em 2005. A abstenção atingiu cerca de 35% em quase todas as regiões do país, com excepção do Algarve e da R. A. Madeira que registaram pouco mais de 38% e da R. A. Açores com 52%. Face às anteriores eleições, aumentou a proporção de votantes: 62% em 2002 e 65% em 2005.

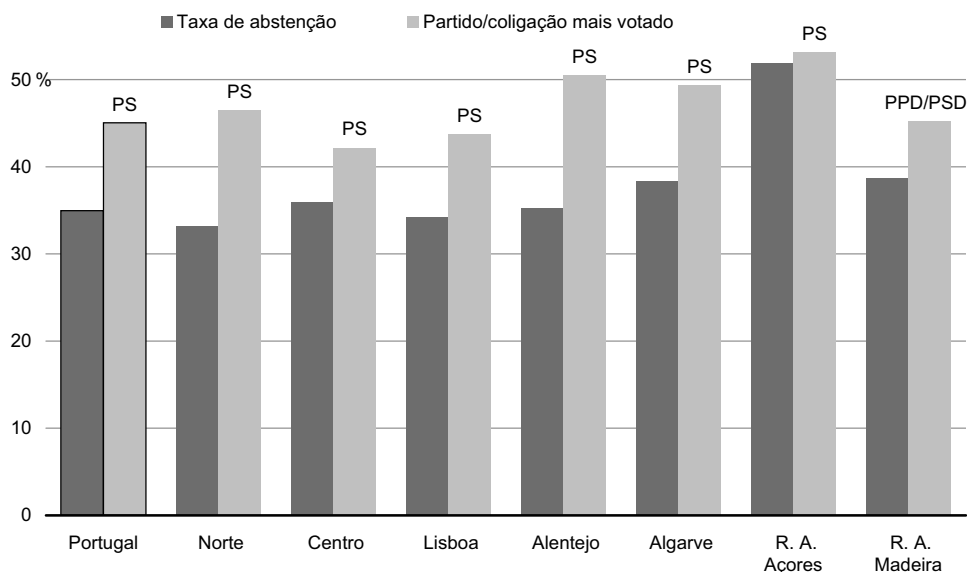
Ao nível municipal, registaram-se taxas de abstenção superiores a 50% em apenas 12 dos 308 municípios portugueses, sendo que cinco destes (Arcos de Valdevez, Vimioso, Vinhais, Valpaços e Melgaço) se localizam na Região Norte e os restantes na R. A. Açores. Na Figura 3.1 é possível observar que foram estas duas regiões NUTS II que registaram uma maior disparidade. No entanto, estes valores mais díspares relativamente à média regional registaram-se em poucos municípios.

FIGURA 3.1 DISPARIDADES DA TAXA DE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2005



Analisada a participação ao nível dos resultados por partido político, verificou-se que em todas as regiões do país, com excepção da R. A. Madeira, o partido/coligação mais votado, em 2005, foi o Partido Socialista (PS), o que representou uma alteração relativamente a 2002 em que este partido político tinha sido o mais votado apenas nas três regiões do Sul do país (Lisboa, Alentejo e Algarve).

FIGURA 3.2 INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, PORTUGAL E NUTS II, 2005



A Figura 3.3 e a Figura 3.4 permitem-nos verificar as preferências demonstradas pelo eleitorado através da observação do partido/coligação mais votado ao nível municipal. Simultaneamente, é possível verificar as alterações verificadas na implantação territorial dos partidos mais votados em cada município, comparando a nova situação com a que havia resultado das eleições legislativas de 2002.

À semelhança de eleições anteriores, também nas legislativas de 2005, foram dois os partidos a disputar a grande maioria do eleitorado: o Partido Socialista (PS) e o Partido Social-Democrata (PPD/PSD). Apenas num município do país (Avis) o partido/coligação mais votado foi outro partido que não aqueles dois, neste caso, a coligação formada pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecológico "Os Verdes" (PCP-PEV). Em 2002, tinha sido possível encontrar três municípios com vencedores distintos dos dois partidos tradicionalmente mais votados: dois deles localizados no Alentejo (Avis e Serpa) em que o partido/coligação mais votado foi o PCP-PEV e um outro, da R. A. Açores (Corvo), em que o partido/coligação que obteve mais votos foi a Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP). Em 2005, o PS passou a ser o partido mais votado em 229 municípios do país (face aos 134 em 2002).

O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Presidente da República, depois de ouvidos os partidos representados na Assembleia da República, tendo em conta os resultados eleitorais e, mais concretamente, o número de mandatos conseguidos por parte de cada partido/coligação. Assim, enquanto em 2002, o Primeiro-Ministro nomeado era do PPD/PSD já que a maior parte dos mandatos foram eleitos por este partido, em 2005 passou o PS a assumir a chefia do Governo em virtude da maioria absoluta obtida nas eleições para a Assembleia da República.

FIGURA 3.3 PARTIDO/COLIGAÇÃO MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, POR MUNICÍPIO, 2002

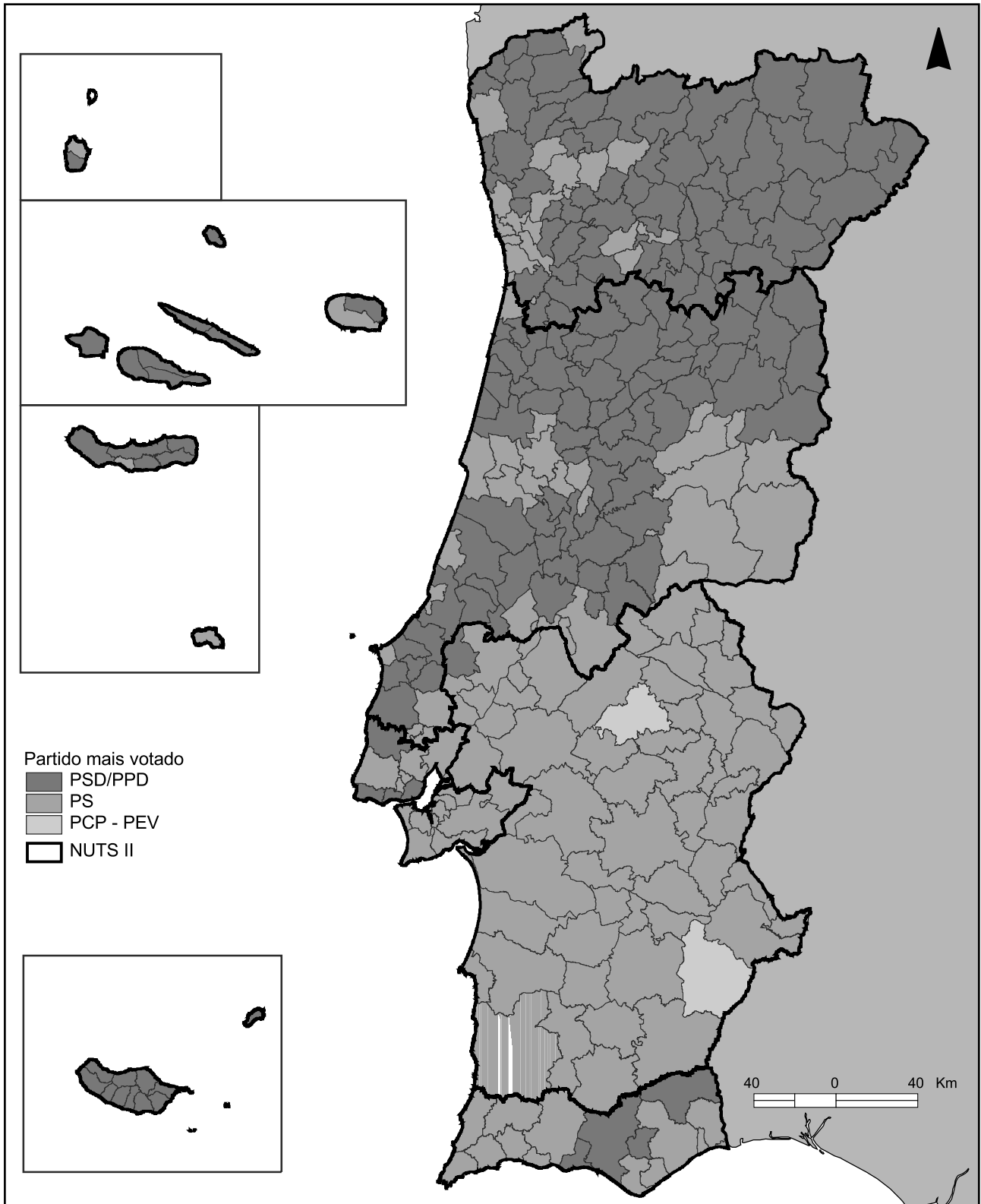
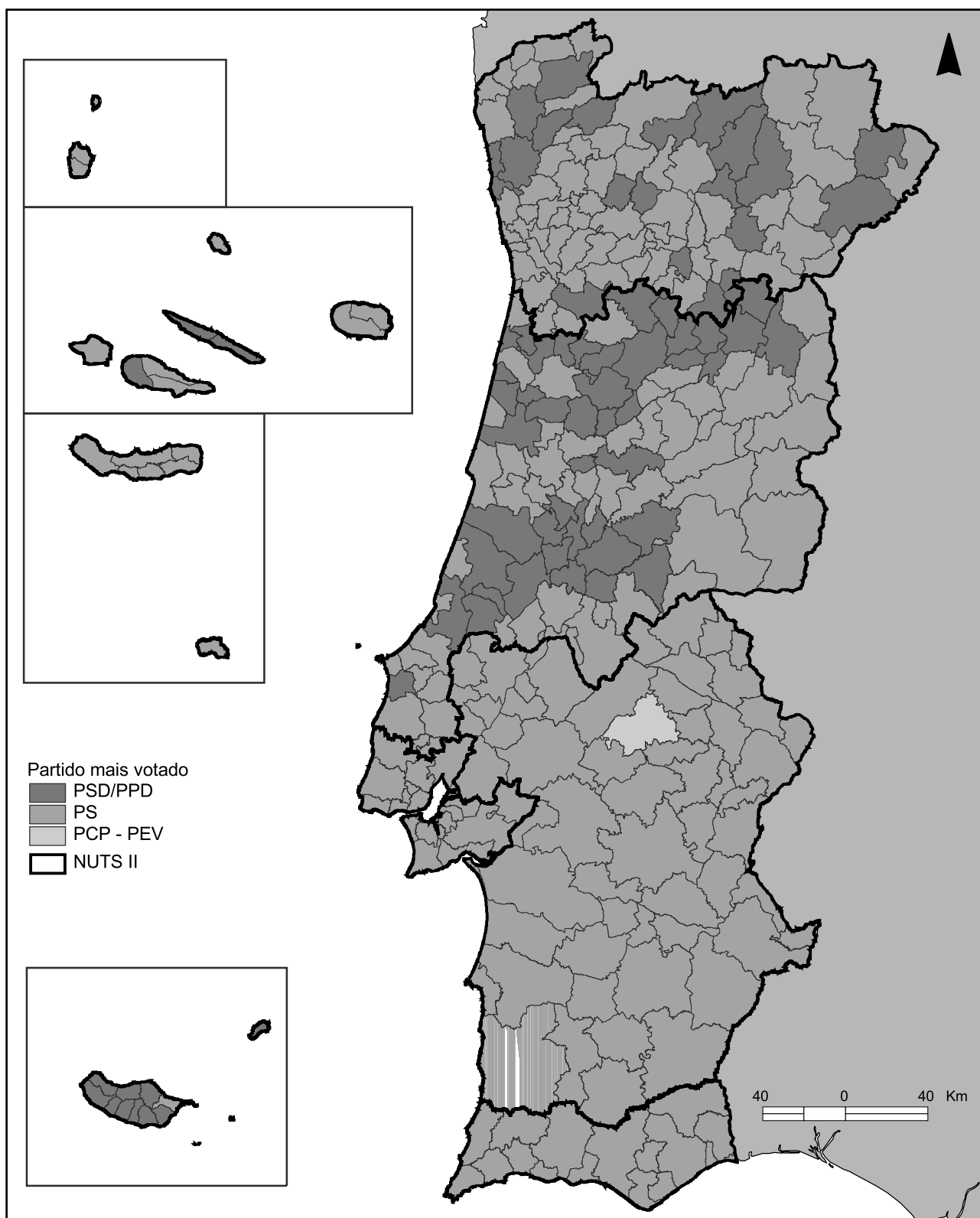


FIGURA 3.4 PARTIDO/COLIGAÇÃO MAIS VOTADONAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIADA REPÚBLICA, POR MUNICÍPIO, 2005



## TAXA DE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS REGISTA OS MAIORES VALORES EM LISBOA E OS MENORES NOS MUNICÍPIOS DO NORTE E CENTRO

As eleições autárquicas pretendem eleger os representantes dos cidadãos nos vários órgãos das Autarquias Locais: Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesias. As últimas eleições para estes órgãos realizaram-se a 9 de Outubro de 2005 renovando assim os órgãos que haviam sido eleitos em Dezembro de 2001. A análise seguinte centra-se apenas na informação referente às eleições para um dos órgãos das Autarquias Locais: as Câmaras Municipais.

Os níveis de participação dos eleitores foram idênticos aos dos anos anteriores. A taxa de participação verificou assim, um acréscimo de apenas um ponto percentual situando-se, em 2005 e para a média nacional, em 61%.

Dos actos eleitorais realizados em 2005, verificou-se que foram as autárquicas que registaram maior coeficiente de variação<sup>50</sup> (22%) na taxa de abstenção registada nos vários municípios do país. Estes resultados indiciam que a maior proximidade entre o eleitorado e candidatos concorrentes introduz uma maior variabilidade nas taxas de abstenção registadas nos diferentes municípios.

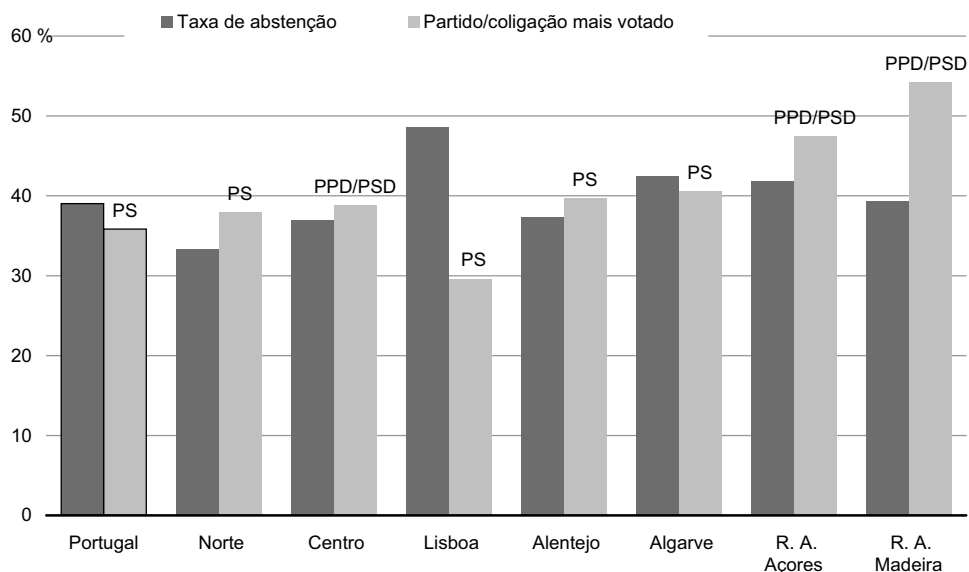
Tal como nas eleições autárquicas anteriores, a abstenção assumiu as maiores taxas em Lisboa e nas regiões autónomas e as menores taxas no Norte e Centro. As conclusões foram semelhantes na análise da distribuição municipal já que a maior parte dos municípios localizados nas regiões Norte e Centro apresentaram taxas de abstenção aquém das registadas no resto do país. Em apenas um quarto dos municípios se registaram taxas de abstenção superiores ao nível médio observado no país.

As eleições autárquicas foram as que apresentaram os valores mais baixos relativamente à proporção de votos no partido/coligação mais votado quando comparadas com outros actos eleitorais. De facto, avaliando a participação política na óptica do partido/coligação mais votado, observou-se uma maior dispersão de votos entre os partidos concorrentes às Câmaras Municipais tanto nos municípios como, em média, nas várias regiões. Tal como em eleições anteriores, a excepção voltou a centrar-se na R. A. Madeira onde mais de 50% dos votos se concentraram em apenas um partido.

---

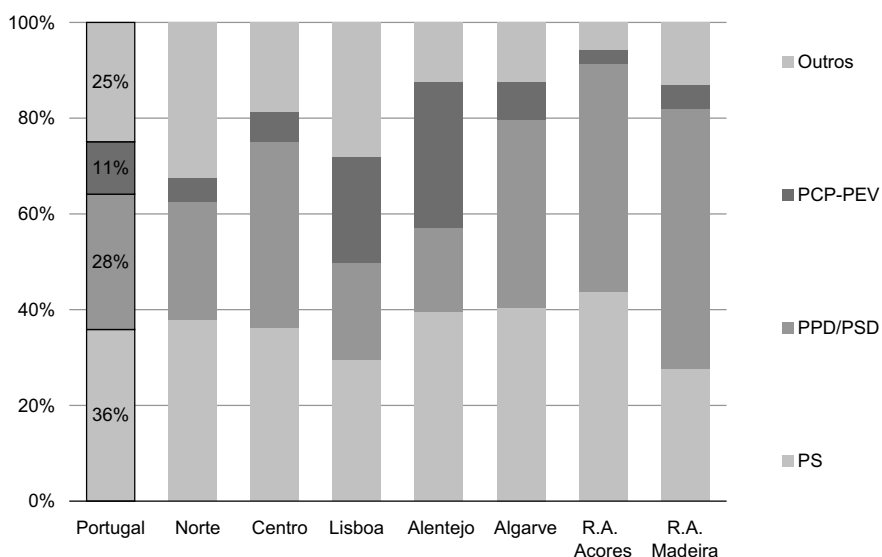
<sup>50</sup>O coeficiente de variação é definido como o desvio-padrão a dividir pela média e é, habitualmente, expresso em percentagem. O coeficiente de variação é uma medida de dispersão utilizada para a comparação de distribuições diferentes, exprimindo a variabilidade dos dados sem a influência da ordem de grandeza da variável.

FIGURA 3.5 INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NAS ELEIÇÕES PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



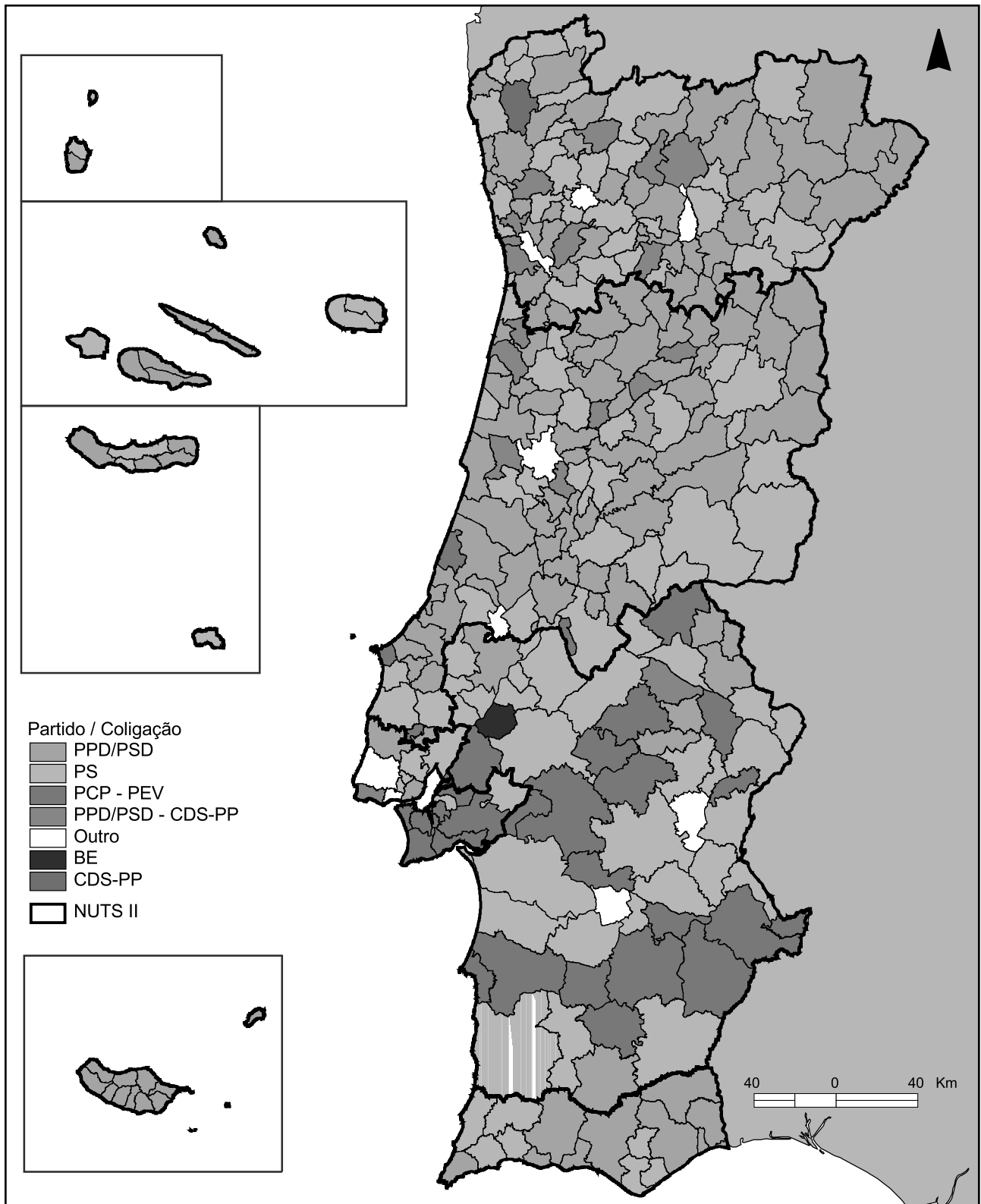
Em termos de resultados nacionais, manteve-se uma concentração dos votos em dois partidos políticos: PS e PPD/PSD. Esta distribuição nacional dos votos dos eleitores nas eleições para as Câmaras Municipais não foi, contudo, observada nas regiões de Lisboa e Alentejo já que aí os dois partidos/coligações mais votados foram o PS e o PCP-PEV [Figura 3.6].

FIGURA 3.6 RESULTADOS DA ELEIÇÃO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS, PORTUGAL E NUTS II, 2005



Face às eleições autárquicas de 2001, inverteu-se a situação dos dois partidos mais votados. Em 2005, o PPD/PSD foi o partido mais votado em 138 municípios do país (e coligado com o CDS-PP venceu em mais 18 municípios) e o PS em 110. A Figura 3.7 ilustra o partido/coligação vencedor em cada município nas eleições para as Câmaras Municipais.

FIGURA 3.7 RESULTADOS DA ELEIÇÃO PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS, POR MUNICÍPIO, 2005





## SIGLAS E ABREVIATURAS

---





## SIGLAS E ABREVIATURAS

CAE	Classificação das Actividades Económicas
CDS-PP	Centro Democrático Social - Partido Popular
DL	Decreto-Lei
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FUE	Ficheiros de Unidades Estatísticas
e.g.	<i>exempli gratia</i> - por exemplo
Hab/km <sup>2</sup>	Habitantes por Quilómetro Quadrado
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IP	Itinerário Principal
IPC	Índice de Preços no Consumidor
GT	Arqueação Bruta
Ha	Hectare
Kg	Quilograma
kcal	Kilo calorias
km	Quilómetro
km <sup>2</sup>	Quilómetro Quadrado
kW/h	Quilowatt Hora
m <sup>2</sup>	Metro Quadrado
m <sup>3</sup>	Metro Cúbico
nº	Número
NC	Nomenclatura Combinada
n.e.	Não Especificados
NUTS II	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos nível II
NUTS III	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos nível III (utiliza-se o termo 'sub-região' como sinónimo deste nível das NUTS)
PCP-PEV	Partido Comunista Português - Partido Ecologista "Os Verdes"
PIB	Produto Interno Bruto
p.p.	Ponto percentual
PPD/PSD	Partido Social Democrata
PS	Partido Socialista
Rev.	Revisão
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
T	Tonelada
tep	Tonelada de Equivalente Petróleo
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VLQPRD	Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada
VQPRD	Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada



## NOMENCLATURAS

---





## NOMENCLATURAS

## CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS - CAE-REV.2.1

- A Agricultura, produção animal, caça e silvicultura
- B Pesca
- C Indústrias extractivas
- D Indústrias transformadoras
  - DA Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
    - 15 Indústrias alimentares e das bebidas
    - 16 Indústria do tabaco
  - DB Indústria têxtil
    - 17 Fabricação de têxteis
    - 18 Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pêlo
  - DC Indústria do couro e dos produtos do couro
    - 19 Curtimenta e acabamento de peles sem pêlo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado
  - DD Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
    - 20 Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria
  - DE Indústrias de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão
    - 21 Fabricação de pasta, de papel e de cartão e seus artigos
    - 22 Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados
  - DF Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear
    - 23 Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e tratamento de combustível nuclear
  - DG Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
    - 24 Fabricação de produtos químicos
  - DH Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
    - 25 Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
  - DI Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
    - 26 Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
  - DJ Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
    - 27 Indústrias metalúrgicas de base
    - 28 Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento
  - DK Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
    - 29 Fabricação de máquinas e de equipamentos, N.E.
  - DL Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
    - 30 Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para o tratamento automático da informação
    - 31 Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, N.E.
    - 32 Fabricação de equipamento e de aparelhos de rádio, televisão e comunicação
    - 33 Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, e de precisão, de óptica e de relojoaria
  - DM Fabricação de material de transporte
    - 34 Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
    - 35 Fabricação de outro material de transporte

- DN Indústrias transformadoras, n.e.
- 36 Fabricação de mobiliário; outras indústrias transformadoras, N.E.
- 37 Reciclagem
- E Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água
  - 40 Produção e distribuição de electricidade, de gás, de vapor e água quente
  - 41 Captação, tratamento e distribuição de água
- F Construção
- G Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico
  - 50 Comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis e motociclos; comércio a retalho de combustíveis para veículos
  - 51 Comércio por grosso e agentes do comércio, excepto de veículos automóveis e de motociclos
  - 52 Comércio a retalho (excepto de veículos automóveis, motociclos e combustíveis para veículos); reparação de bens pessoais e domésticos
- H Alojamento e restauração
- I Transportes, armazenagem e comunicações
  - 60 Transportes terrestres; transportes por oleodutos e gasodutos
  - 61 Transportes por água
  - 62 Transportes aéreos
  - 63 Actividades anexas e auxiliares dos transportes; agências de viagens e de turismo e de outras actividades de apoio turístico
  - 64 Correios e telecomunicações
- J Actividades financeiras
- K Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
  - 70 Actividades imobiliárias
  - 71 Aluguer de máquinas e de equipamentos sem pessoal e de bens pessoais e domésticos
  - 72 Actividades informáticas e conexas
  - 73 Investigação e desenvolvimento
  - 74 Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas
- L Administração pública, defesa e segurança social
- M Educação
- N Saúde e acção social
- O Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais
  - 90 Saneamento, limpeza pública e actividades similares
  - 91 Actividades associativas diversas, N.E.
  - 92 Actividades recreativas, culturais e desportivas
  - 93 Outras actividades de serviços
- P Actividades das famílias com empregados domésticos e actividades de produção das famílias para uso próprio
- Q Organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais

**AGRUPAMENTO A 3 RAMOS DE ACTIVIDADE (A3)**

- 1 Secções A+ B - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura
- 2 Secções C+ D+ E+ F - Indústria, incluindo energia e construção
- 3 Secções G a P - Actividade de serviços

**AGRUPAMENTO A 6 RAMOS DE ACTIVIDADE (A6)**

- 1 Secções A+ B - Agricultura, caça e silvicultura; pesca e aquicultura
- 2 Secções C+ D+ E - Indústria, incluindo energia
- 3 Secção F - Construção
- 4 Secções G+ H+ I - Comércio e reparação de veículos automóveis e de bens de uso pessoal e doméstico; alojamento e restauração (restaurantes e similares); transportes e comunicações
- 5 Secções J+ K - Actividades financeiras, imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
- 6 Secções L a P - Outras actividades de serviços

**NOMENCLATURA COMBINADA - NC**

Secção I	Animais Vivos e Produtos do Reino Animal
Secção II	Produtos do Reino Vegetal
Secção III	Gorduras e Óleos Animais ou Vegetais; Produtos da sua Dissociação; Gorduras Alimentares Elaboradas; Ceras de Origem Animal ou Vegetal
Secção IV	Produtos das Indústrias Alimentares; Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres; Tabaco e seus Sucedâneos Manufacturados
Secção V	Produtos Minerais
Secção VI	Produtos das Indústrias Químicas ou das Indústrias Conexas
Secção VII	Plásticos e suas Obras; Borracha e suas Obras
Secção VIII	Peles, Couros, Peles com Pêlo e Obras Destas Matérias; ou Artigos de Correeiro ou de Seleiro; Artigos de Viagem, Bolsas e Artefactos Semelhantes; Obras de Tripa
Secção IX	Madeira, Carvão Vegetal e Obras De Madeira; Cortiça e suas Obras; Obras de Espartaria ou de Cestaria
Secção X	Pastas de Madeira ou de Outras Matérias Fibrosas Celulósicas; Desperdícios e Aparas de Papel ou de Cartão ; Papel e suas Obras
Secção XI	Matérias Têxteis e suas Obras
Secção XII	Calçado, Chapéus e Artefactos de Uso Semelhante, Guarda-Chuvas, Guarda-Sóis, Bengalas, Chicotes e suas Partes; Penas Preparadas e suas Obras; Flores Artificiais; Obras de Cabelo
Secção XIII	Obras de Pedra, Gesso, Cimento, Amianto, Mica ou de Materiais Semelhantes; Produtos Cerâmicos; Vidro e suas Obras
Secção XIV	Pérolas Naturais ou Cultivadas, Pedras Preciosas ou Semipreciosas e Semelhantes, Metais Preciosos, Metais Folheados ou Chapeados de Metais Preciosos e suas Obras; Bijuteria, Moedas
Secção XV	Metais Comuns e suas Obras
Secção XVI	Máquinas e Aparelhos, Material Eléctrico, e suas Partes; Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Som, Aparelhos de Gravação ou de Reprodução de Imagens e de Som em Televisão, suas Partes e Acessórios
Secção XVII	Material de Transportes
Secção XVIII	Instrumentos e Aparelhos de Óptica, Fotografia ou Cinematografia, Medida, Controlo ou de Precisão; Instrumentos e Aparelhos Médico-Cirúrgicos; Artigos de Relojoaria; Instrumentos Musicais; suas Partes e Acessórios
Secção XIX	Armas e Munições; suas Partes e Acessórios
Secção XX	Mercadorias e Produtos Diversos
Secção XXI	Objectos de Arte, de Colecção ou Antiguidades

## CLASSIFICAÇÃO POR GRANDES CATEGORIAS ECONÓMICAS - CGCE

- 1 Produtos alimentares e bebidas
- 2 Fornecimentos industriais não especificados noutras categorias
- 3 Combustíveis e lubrificantes
- 4 Máquinas, outros bens de capital (excepto material de transporte) e seus acessórios
- 5 Material de transporte e acessórios
- 6 Bens de consumo não especificados noutras categorias
- 7 Bens não especificados noutras categorias

## CLASSIFICAÇÃO DAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DE ACORDO COM O PRINCIPAL FACTOR DE COMPETITIVIDADE (OCDE)

Descrição	CAE Rev. 2
Recursos naturais	15 - Indústria alimentares e das bebidas
	16 - Indústria do tabaco
	21 - Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos
Mão de obra	17 - Fabricação de têxteis
	18 - Indústria do vestuário; preparação, tingimento e fabricação de artigos de peles com pelo
	19 - Curtimenta e acabamento de peles sem pelo; fabricação de artigos de viagem, marroquinaria, artigos de correeiro, seleiro e calçado
	20 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria
	36 - Indústria de mobiliário; outras indústrias transformadoras, n.e.
Economias de escala	24 - Fabricação de outros produtos químicos
	25 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
	34 - Fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques
	35 - Fabricação de outro material de transporte
Diferenciação do produto	22 - Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados
	26 - Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
	27 - Indústrias metalúrgicas de base
	28 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamento
	29 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.
Investigação & desenvolvimento	31 - Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos, n.e.
	30 - Fabricação de máquinas de escritório e de equipamento para tratamento da informação
	32 - Fabricação de equipamento e aparelhos de rádio, televisão e de comunicação
	33 - Fabricação de aparelhos e instrumentos médico-cirúrgicos, ortopédicos, de precisão, de óptica e de relojoaria

CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – OCDE  
(DE ACORDO COM OS GRUPOS/CLASSES DA CAE REV. 2.1)

- 30.01 Fabricação de máquinas de escritório;
- 30.02 Fabricação de computadores e de outro equipamento informático;
- 31.03 Fabricação de fios e cabos isolados;
- 32.10 Fabricação de componentes electrónicos;
- 32.20 Fabricação de aparelhos emissores de rádio e de televisão e aparelhos de telefonia e telegrafia por fios;
- 32.30 Fabricação de aparelhos receptores e material de rádio e de televisão, aparelhos de gravação ou de reprodução de som e imagens e de material associado;
- 33.20 Fabricação de instrumentos e aparelhos de medida, verificação, controlo, navegação e outros fins (excepto de controlo de processos industriais);
- 33.30 Fabricação de equipamento de controlo de processos industriais;
- 51.43 Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão;
- 51.84 Comércio por grosso de computadores, equipamentos periféricos e programas informáticos;
- 51.85 Comércio por grosso de outras máquinas e material de escritório;
- 51.86 Comércio por grosso de outros componentes e equipamentos electrónicos;
- 51.87 Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos para a indústria, comércio e navegação;
- 64.20 Telecomunicações;
- 71.33 Aluguer de máquinas e equipamento de escritório (inclui computadores);
- 72.10 Consultoria em equipamento informático;
- 72.21 Edição de programas informáticos;
- 72.22 Outras actividades de consultoria em programação informática;
- 72.30 Processamento de dados;
- 72.40 Actividades de banco de dados;
- 72.50 Manutenção e reparação de máquinas de escritório, de contabilidade e de material informático;
- 72.60 Outras actividades conexas à informática.

## CLASSES DE DESPESAS DOS IPC - CLASSIFICAÇÃO DO CONSUMO INDIVIDUAL POR OBJECTIVO

- 01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas
- 02 Bebidas alcoólicas e tabaco
- 03 Vestuário e calçado
- 04 Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis
- 05 Acessórios, equipamento doméstico e manutenção. corrente da habitação
- 06 Saúde
- 07 Transportes
- 08 Comunicações
- 09 Lazer, recreação e cultura
- 10 Educação
- 11 Restaurantes e hotéis
- 12 Bens e serviços diversos



## UNIDADES TERRITORIAIS

---





FIGURA I NOMENCLATURA DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - NÍVEL II

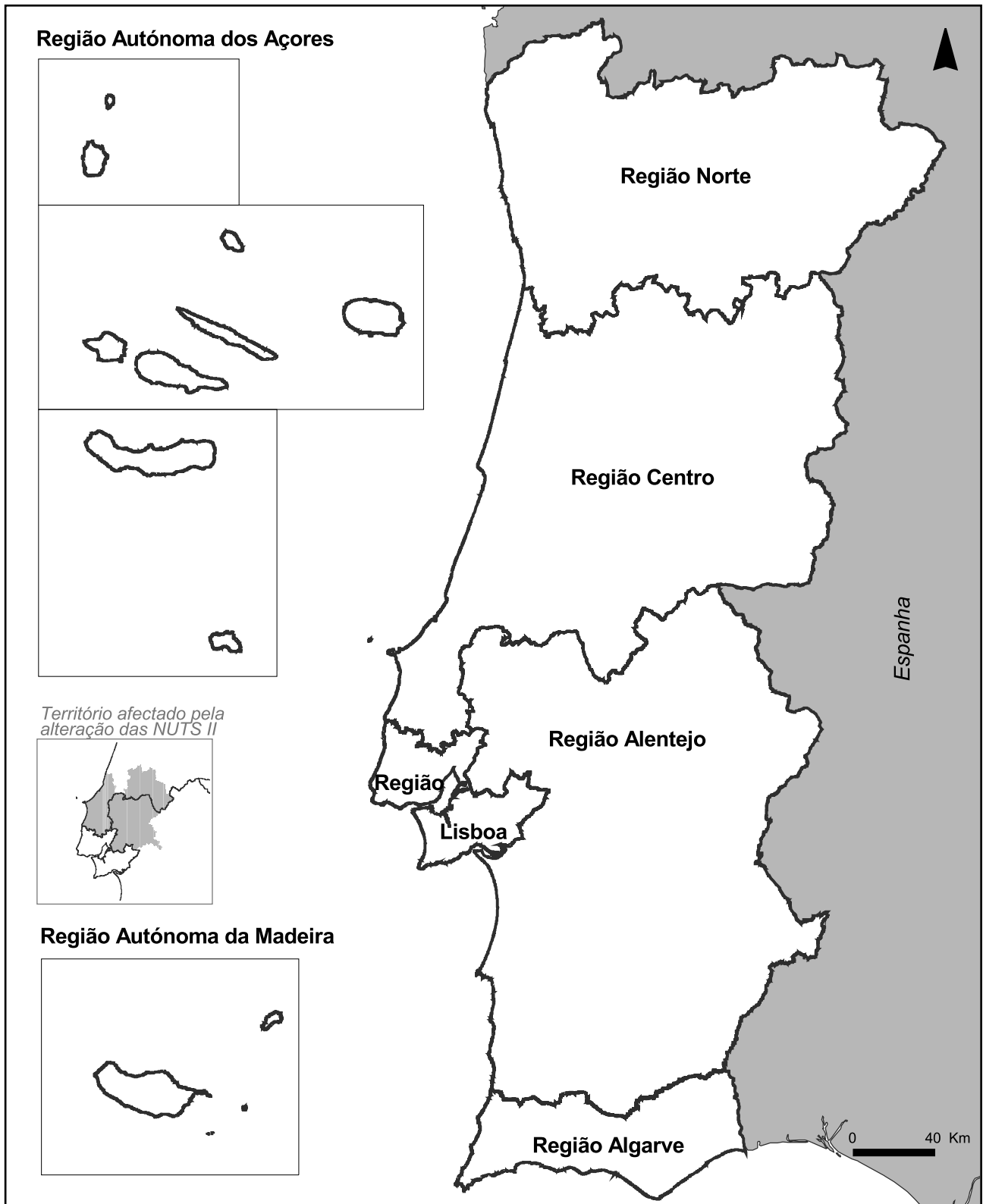


FIGURA II NOMENCLATURA DE UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS - NÍVEL III

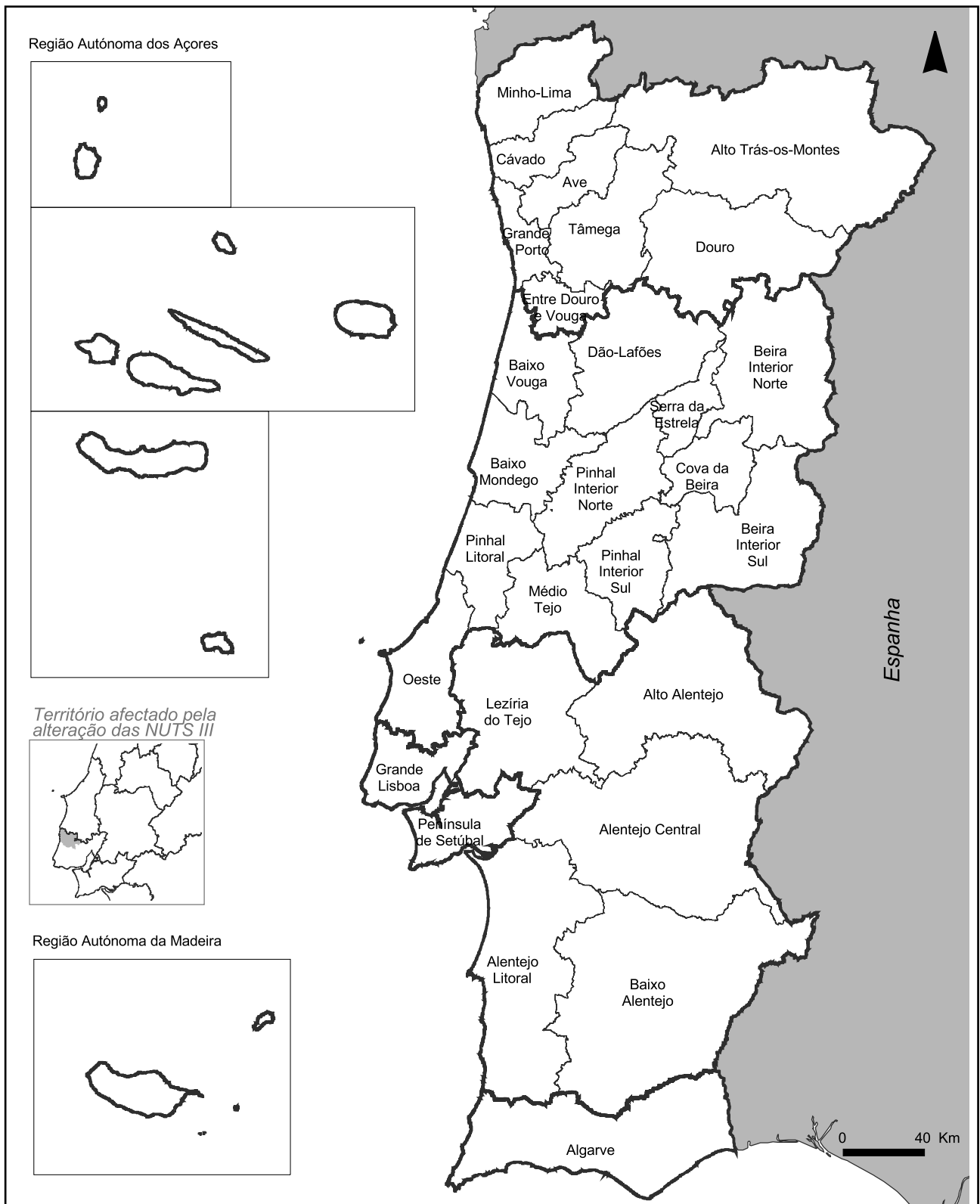


FIGURA III MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

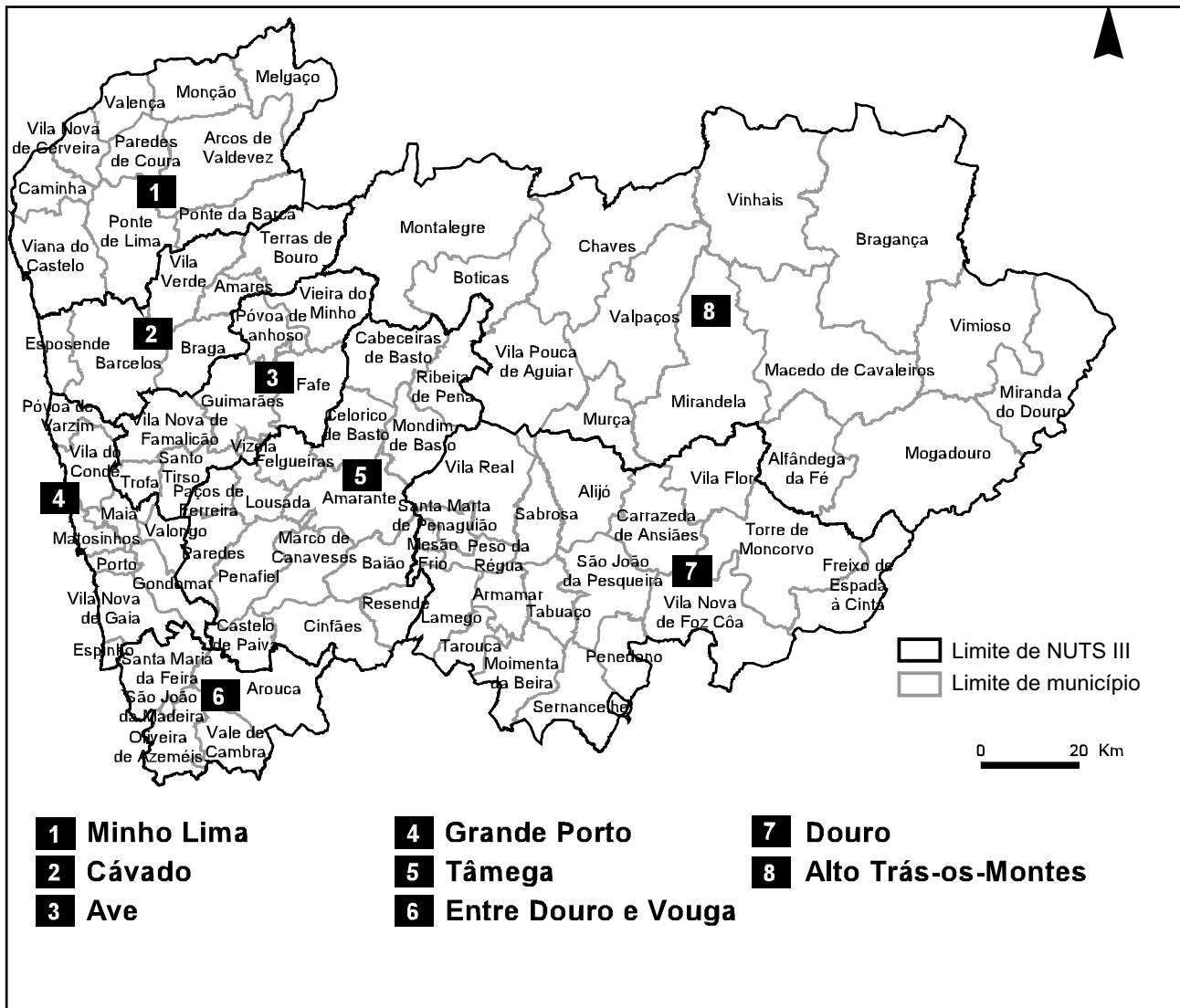


FIGURA IV MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO

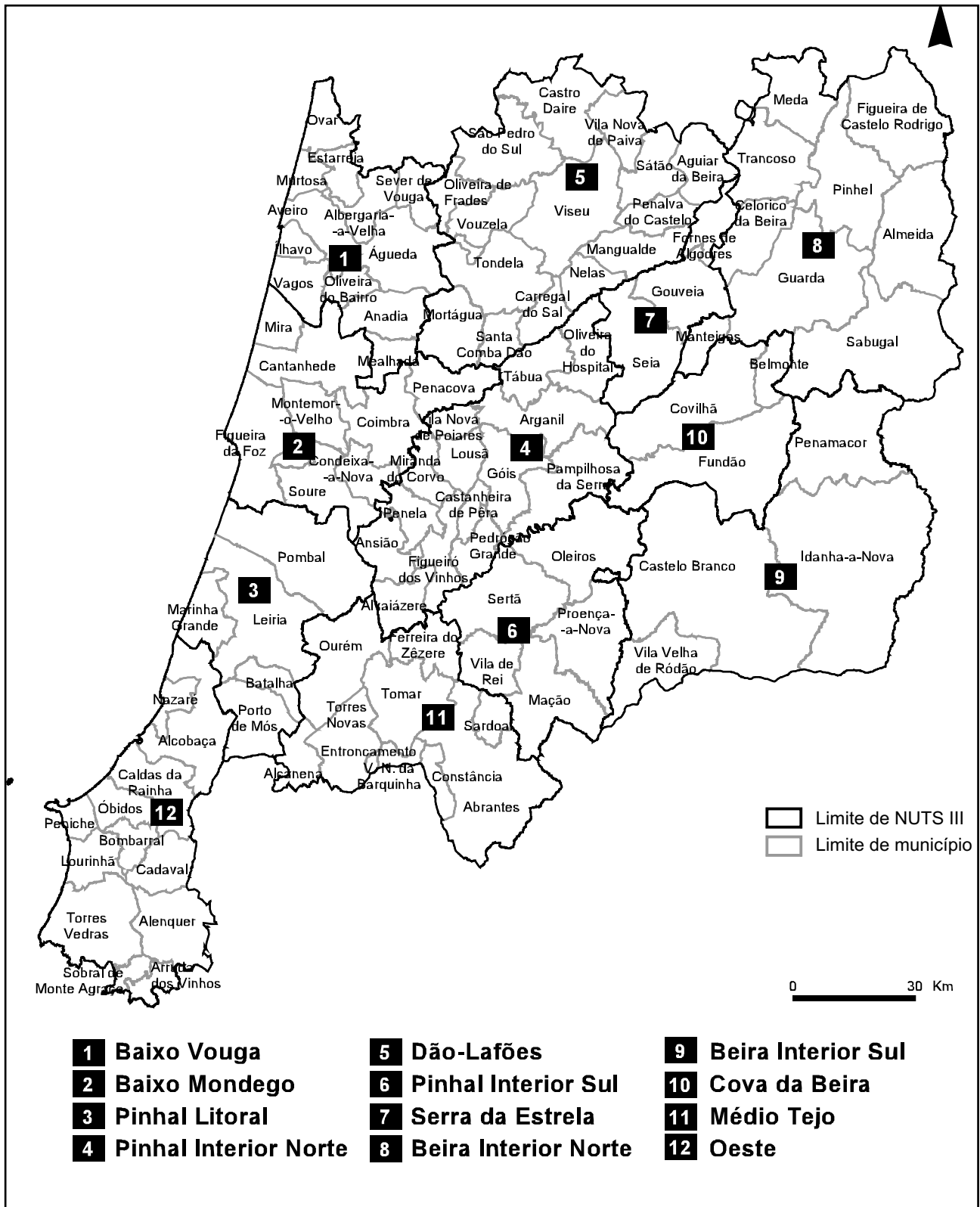


FIGURA V MUNICIPIOS DA REGIÃO DE LISBOA

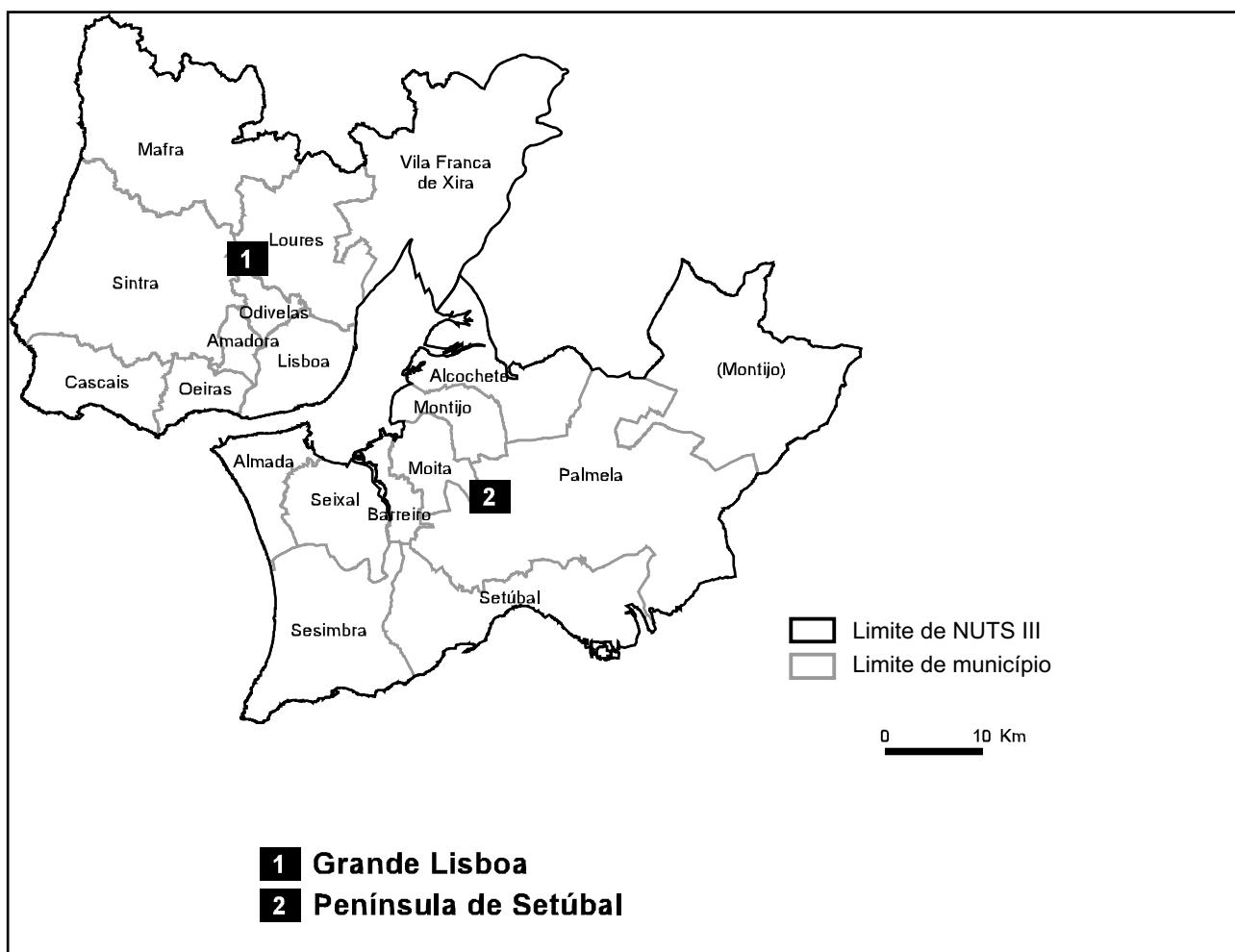


FIGURA VI MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALENTEJO

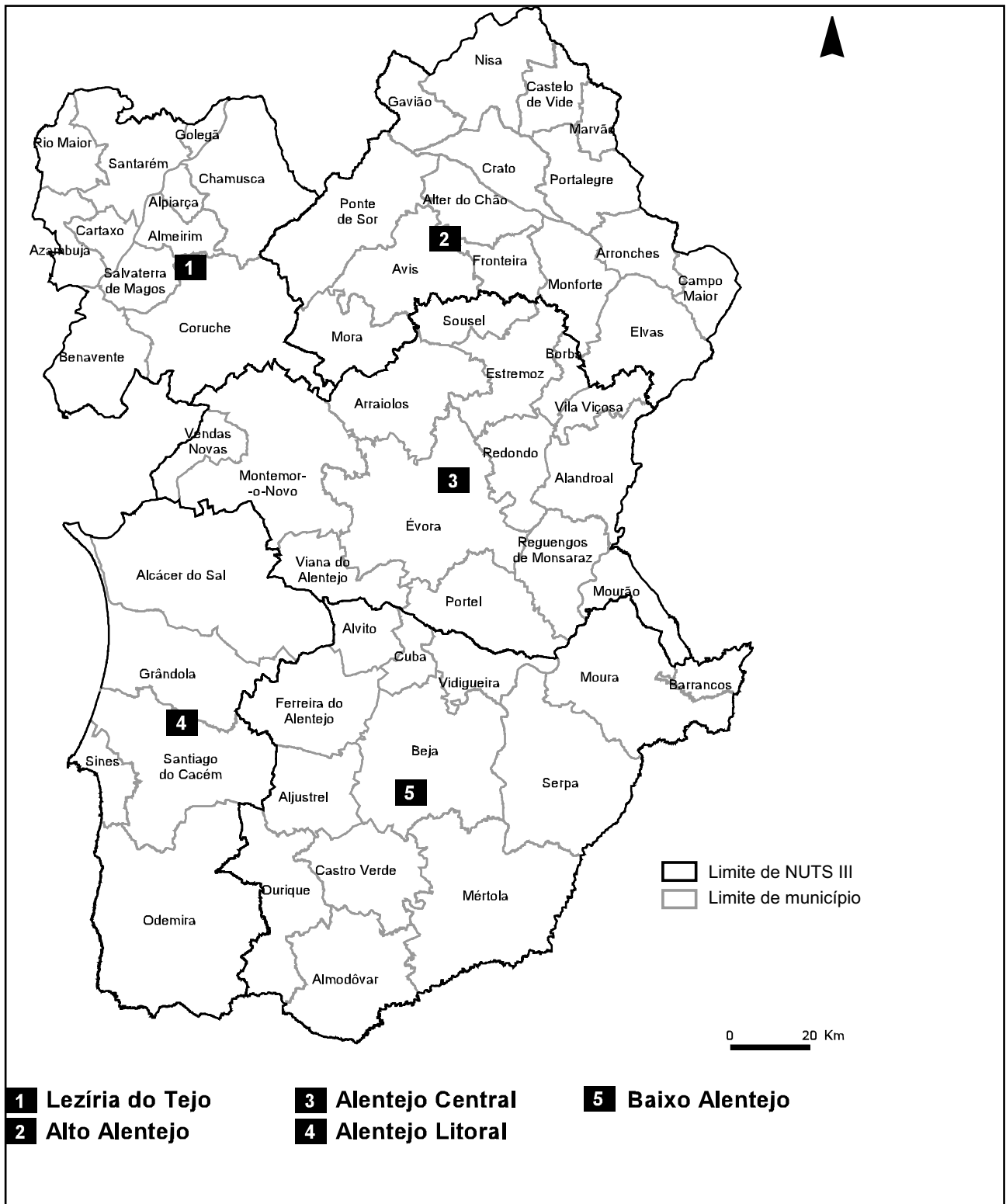


FIGURA VII MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALGARVE

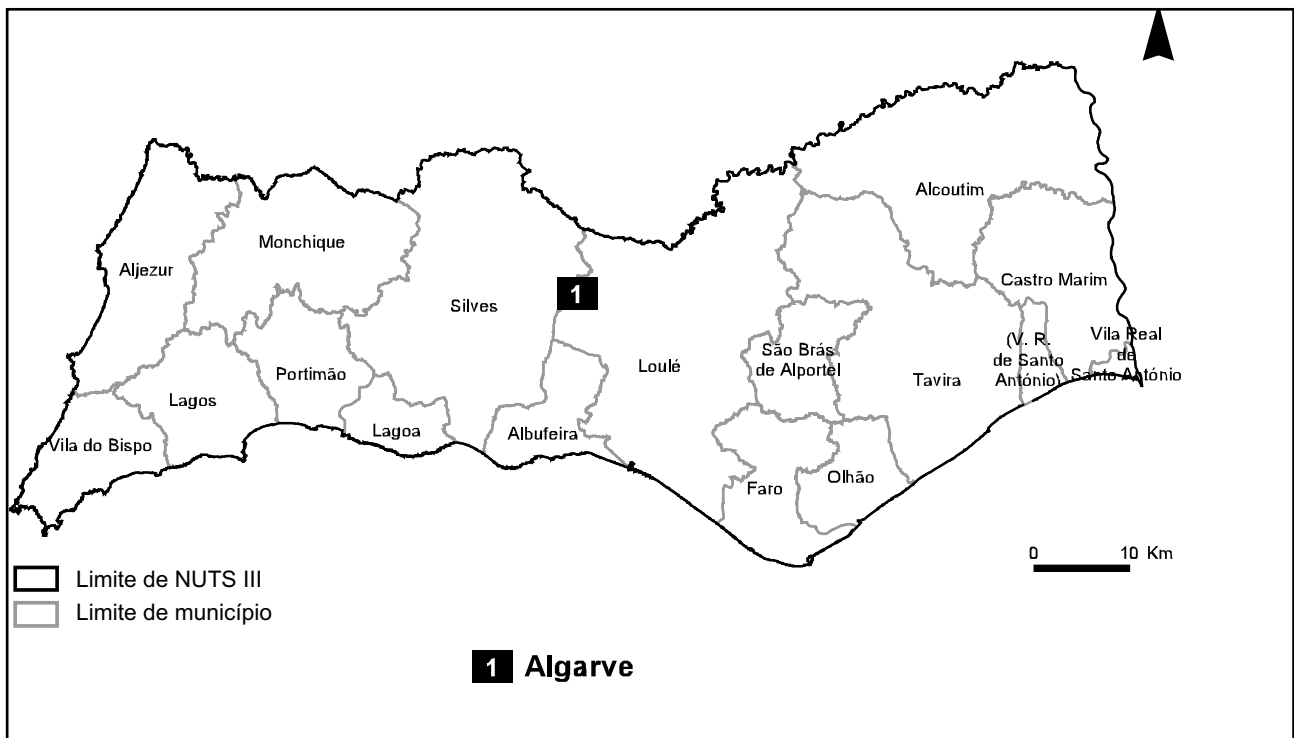


FIGURA VIII MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

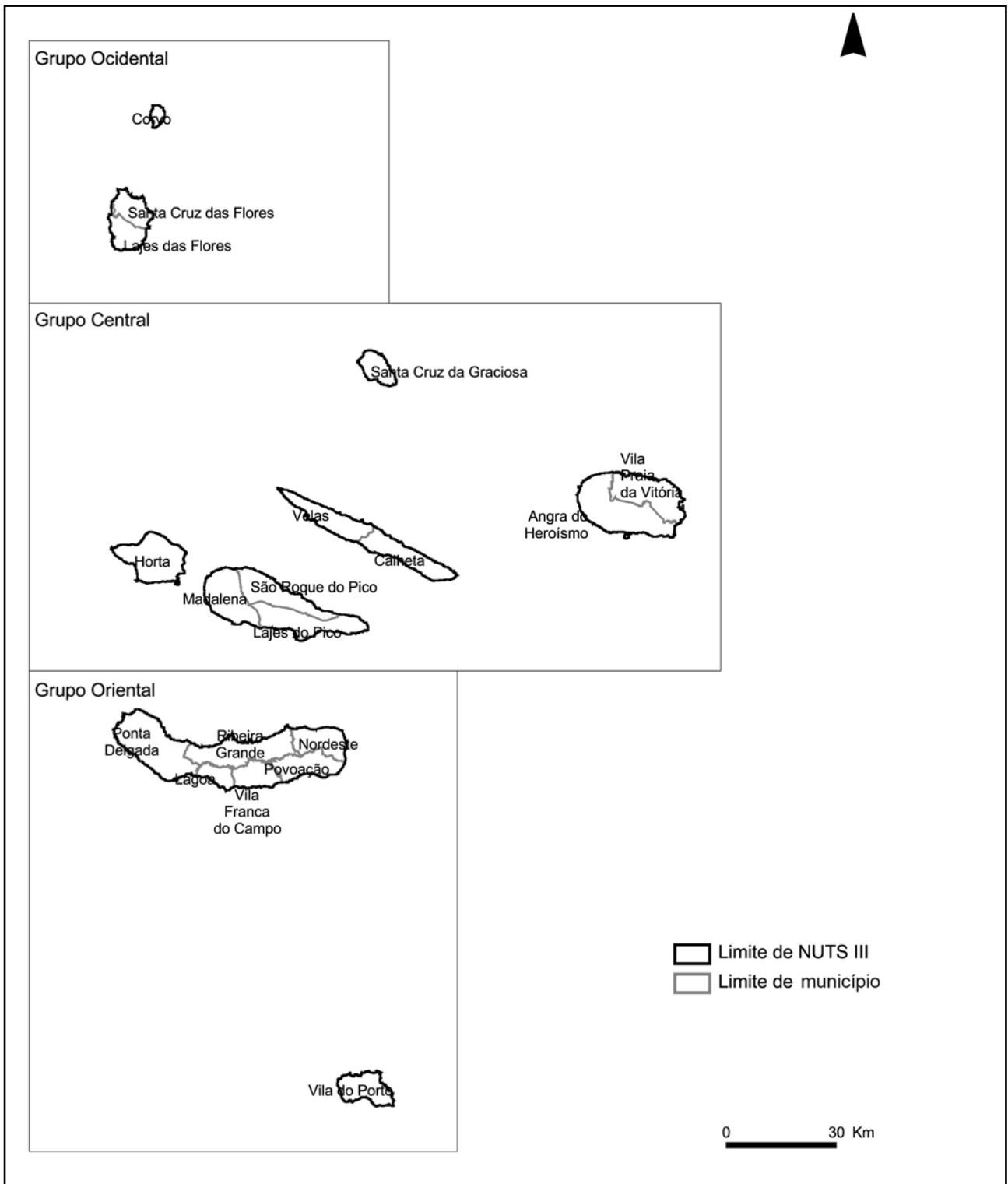
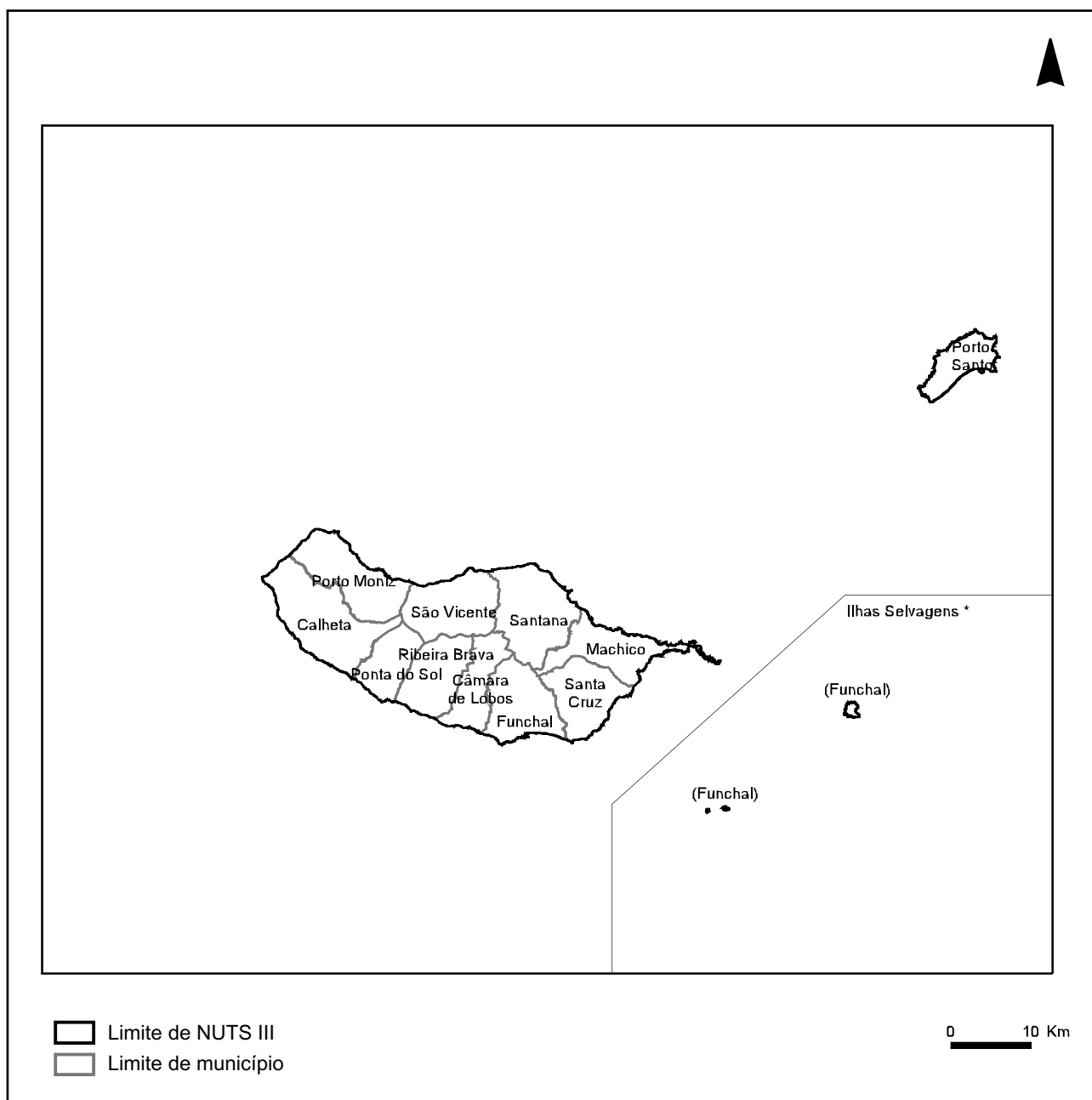


FIGURA IX MUNICÍPIOS DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



\* As Ilhas Selvagens pertencem ao concelho do Funchal e encontram-se a cerca de 280 km da Ilha da Madeira. Nos mapas temáticos apresentados nesta publicação optou-se por não colocar a linha de separação entre estas ilhas e as ilhas da Madeira e de Porto Santo, apesar das primeiras não estarem representadas na sua correcta posição geográfica.

FIGURA X REGIÕES AGRÁRIAS

